

PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO

2024

Fleury ON
B3: FLRY3



FLRY
B3 LISTED NM



IBOVESPA B3 IBRX100 B3 ISEB3

Member of
Dow Jones
Sustainability Indices
Powered by the S&P Global CSA



FLEURY S.A.
Companhia Aberta
CNPJ nº 60.840.055/0001-31
NIRE nº 35.300.197.534

Proposta da Administração da Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária de Fleury S.A., a ser realizada no dia 26 de abril de 2024

Índice

1.	Informações sobre as matérias objeto de deliberação	p. 3
2.	Proposta da Administração	p. 3
3.	Anexo I – Comentários dos administradores sobre a situação financeira da Companhia (item 2 do Formulário de Referência da Resolução CVM n.º 80/22)	p. 8
4.	Anexo II – Proposta de destinação de lucro líquido (Anexo A da Resolução CVM n.º 81/22)	p. 29
5.	Anexo III – Remuneração dos administradores (item 8 do Formulário de Referência da Resolução CVM n.º 80/22)	p. 33
6.	Anexo IV – Plano de Ações Diferidas da Companhia	p. 66
7.	Anexo V – Informações indicadas no Anexo B da Resolução CVM n.º 81/22	p. 74
8.	Anexo VI – Proposta de alteração do Estatuto Social e quadro comparativo (art. 12 da Resolução CVM n.º 81/22)	p. 79

1. Informações sobre as matérias objeto de deliberação

Senhores Acionistas,

A Administração do Fleury S.A. ("Fleury" ou "Companhia") encaminha a presente proposta da administração ("Proposta") relacionada à Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, a ser realizada **sob a forma exclusivamente digital**, nos termos do artigo 5º, §2º, inciso I, e artigo 28, §§2º e 3º, da Resolução CVM nº 81, de 29 de março de 2022 ("Resolução CVM n.º 81/22"), no **dia 26 de abril de 2024, às 11:00 horas** ("Assembleia"), a fim de discutir e deliberar sobre as seguintes matérias constantes na ordem do dia ("Ordem do Dia"):

Em Assembleia Geral Ordinária:

- 1.1.** Tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras, acompanhadas do parecer dos auditores independentes, relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023;
- 1.2.** Deliberar sobre a proposta para destinação do lucro líquido apurado no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023; e
- 1.3.** Fixar a remuneração global dos administradores para o exercício de 2024.

Em Assembleia Geral Extraordinária:

- 1.4.** Deliberar sobre a aprovação dos termos e condições do Plano de Ações Diferidas da Companhia, conforme esta Proposta da Administração; e
- 1.5.** Alterar o artigo 5º do Estatuto Social da Companhia, de forma a atualizar o valor do capital social da Companhia para refletir (a) os aumentos de capital aprovados pelo Conselho de Administração, dentro do limite do capital autorizado, em 6 de junho de 2023 e 05 de setembro de 2023, e (b) o aumento de capital aprovado em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 18 de agosto de 2022, decorrente da consumação da operação prevista no Protocolo e Justificação de Incorporação das Ações de Emissão do Instituto Hermes Pardini S.A. pela Oxônia SP Participações S.A., Seguida da Incorporação da Oxônia SP Participações S.A., celebrado em 29 de junho de 2022, conforme Reunião do Conselho de Administração realizada em 31 de maio de 2023, tudo nos termos desta Proposta da Administração.

A Proposta da Administração para as matérias da Ordem do Dia da Assembleia está descrita neste documento.

2. Proposta da Administração.

A Administração apresenta a sua proposta sobre as matérias constantes da Ordem do Dia:

Em Assembleia Geral Ordinária:

- 2.1.** Tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras, acompanhadas do parecer dos Auditores independentes, relativas ao exercício social encerrado o em 31 de dezembro de 2023.

O relatório da administração e as demonstrações financeiras, acompanhadas do parecer dos auditores independentes, relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023 foram disponibilizados em 7 de março de 2024, nos websites da Companhia (www.fleury.com.br/ri) e da Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) (<https://www.gov.br/cvm/pt-br>).

Os comentários dos administradores sobre a situação financeira da Companhia, de acordo com o item 2 da Resolução CVM n.º 80, de 29 de março de 2022 (“Resolução CVM n.º 80/22”), encontram-se no **Anexo I** à presente Proposta da Administração.

A Administração propõe a aprovação das contas dos administradores, do relatório da administração e das demonstrações financeiras, acompanhadas do parecer dos auditores independentes, relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023.

2.2. Deliberar sobre a proposta para destinação do lucro líquido apurado no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023.

Conforme indicado nas demonstrações financeiras da Companhia, foi apurado no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023 um lucro líquido no valor de R\$423.758.115,83, para o qual se propõe a seguinte destinação:

DESTINAÇÃO	VALOR
Reserva Legal (5%)	R\$ 21.187.905,79
Juros sobre o capital próprio declarados em 30 de agosto de 2023 e pagos em 31 de outubro de 2023.	R\$ 92.530.235,00
Juros sobre o capital próprio declarados em 11 de dezembro de 2023 e pagos em 28 de dezembro de 2023.	R\$ 144.751.877,00
Distribuição de dividendos declarados em 07 de março de 2024 a serem pagos em 01 de abril de 2024.	R\$ 80.536.475,00
Reserva de Lucros Estatutária (Art. 31, Parágrafo Primeiro, item (c) do Estatuto Social)	R\$ 84.751.623,04
Total do lucro líquido	R\$ 423.758.115,83

Tendo em vista que os juros sobre o capital próprio e os dividendos já declarados e pagos foram imputados ao dividendo mínimo obrigatório, atingindo o mínimo obrigatório previsto no estatuto social da Companhia, não se propõe a distribuição de dividendos complementares.

A proposta de destinação do lucro líquido do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, na forma do Anexo A da Resolução CVM n.º 81/22, encontram-se no **Anexo II** à presente Proposta da Administração.

2.3. Fixar a remuneração global dos administradores para o exercício de 2024.

A administração da Companhia vem submeter para exame e deliberação na Assembleia a proposta de remuneração anual global dos administradores da Companhia no valor total de até R\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais), incluindo remuneração fixa e variável, para o período compreendido entre 1º de janeiro de 2024 e 31 de dezembro de 2024. Este valor considera um montante excedente de R\$ 5.649.000,00 (cinco milhões seiscentos e quarenta e nove mil reais) para possíveis ajustes. Os valores apresentados na tabela a seguir excluem esse excedente.

A remuneração global dos administradores proposta para 2024 apresenta variação positiva em relação ao realizado em 2023.

A remuneração global e per capita dos diretores estatutários apresentam aumento devido ao ajuste do pró-labore, alinhado as melhores práticas de mercado, aprovado e aplicado no ano de 2023. Além disso, a remuneração variável referente ao PLR e bônus foram consideradas no limite máximo de entrega para o ano de 2024. O programa de PLR tem atingimento máximo de 120% e recompensa principalmente a entrega dos indicadores de EBITDA, ROIC, NPS, clientes únicos e a inclusão desde 2021 do indicador ESG com representatividade de 10% e, a partir de 2022, a inclusão do indicador de receita líquida. O programa de bônus tem atingimento máximo de 120% e está atrelado a entrega de projetos estruturantes e estratégicos.

O incremento na remuneração global e per capita do Conselho de Administração cresce em linha com a inflação esperada para o período.

Segue abaixo uma tabela comparando a proposta de remuneração global para 2024 comparada com a remuneração realizada referente ao exercício de 2023:

<u>R\$ mil</u>	Proposto 2024 (a)	Realizado 2023 (b)	((a) / (b)) - 1	(a) - (b)
Remuneração Global Administradores	44.351	35.877	24%	8.474
Remuneração Global Diretoria Estatutária	33.551	25.233	33%	8.318
Remuneração Global Conselho de Administração	10.800	10.566	2%	234
Número de Membros Administradores	14,67	14,08	4%	0,58
Número de Membros Diretoria Estatutária	4,67	3,58	30%	1,08
Número de Membros Remunerados do CA	10,00	9,75	3%	0,25
Remuneração Global per capita Administradores	8.269	8.229	0%	40
Remuneração Global per capita Diretoria Estatutária	7.189	7.042	2,1%	148
Remuneração Global per capita Conselho de Administração	1.080	1.084	0%	-4

As informações sobre a remuneração dos administradores na forma do item 8 do Formulário de Referência da Resolução CVM n.º 80/22 encontram-se no **Anexo III** à presente Proposta da Administração.

Em Assembleia Geral Extraordinária:

2.4. Deliberar sobre a aprovação dos termos e condições do Plano de Ações Diferidas da Companhia, conforme esta Proposta da Administração.

A Administração da Companhia propõe a aprovação do Plano de Ações Diferidas, a fim de refletir a estratégia da Companhia de atrair, motivar e reter o Diretor Presidente, Diretores Executivos e demais Diretores não estatutários da Companhia, bem como alinhar seus interesses aos interesses da Companhia e seus Acionistas.

Por meio do Plano de Ações Diferidas, a Administração entende que alinhará os interesses dos seus Acionistas com os dos beneficiários do Plano, e, conseqüentemente, permitirá um melhor desempenho da Companhia uma vez que proporcionará um equilíbrio entre a busca pelo atingimento de resultados a curto prazo e a dedicação dos Beneficiários a transformações para o longo prazo.

O **Anexo IV** da presente Proposta contém uma cópia do referido Plano de Ações Diferidas e o **Anexo V** contém as informações acerca do Plano de Ações Diferidas exigidas nos termos do Anexo B à Resolução CVM n.º 81/22.

2.5. Alterar o artigo 5º do Estatuto Social da Companhia, de forma a atualizar o valor do capital social da Companhia para refletir (a) os aumentos de capital aprovados pelo Conselho de Administração, dentro do limite do capital autorizado, em 6 de junho de 2023 e 05 de setembro de 2023, e (b) o aumento de capital aprovado em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 18 de agosto de 2022, decorrente da consumação da operação prevista no Protocolo e Justificação de Incorporação das Ações de Emissão do Instituto Hermes Pardini S.A. pela Oxônia SP Participações S.A., Seguida da Incorporação da Oxônia SP Participações S.A., celebrado em 29 de junho de 2022, conforme Reunião do Conselho de Administração realizada em 31 de maio de 2023, tudo nos termos da Proposta da Administração.

A Administração propõe a alteração do *caput* do Artigo 5º do Estatuto Social da Companhia, de modo a contemplar (i) o aumento de capital aprovado pelo Conselho de Administração, dentro do limite do capital autorizado, em reunião realizada em 6 de junho de 2023, com emissão de 26.056.461 (vinte e seis milhões, cinquenta e seis mil e quatrocentas e sessenta e uma) novas ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal, pelo valor total de R\$170.000.000,00 (cento e setenta milhões de reais), mediante a capitalização de parte das reservas da Companhia; (ii) o aumento de capital aprovado pelo Conselho de Administração, dentro do limite do capital autorizado, em reunião realizada em 05 de setembro de 2023, mediante a emissão de 5.341 (cinco mil, trezentas e quarenta e uma) novas ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal, pelo valor total de R\$ 46.680,34 (quarenta e seis mil, seiscentos e oitenta reais e trinta e quatro centavos), em decorrência do exercício das opções outorgadas no âmbito do Plano de Opção de Compra de Ações do Exercício 2016 da Companhia aprovado em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 27 de julho de 2016; e (iii) o aumento de capital aprovado pela Assembleia Geral Extraordinária realizada em 18 de agosto de 2022, mediante a emissão de 153.924.773 (cento e cinquenta e três milhões e novecentos e vinte e quatro mil e setecentos e setenta e três) novas ações ordinárias, pelo valor total de R\$ 2.161.103.813,48 (dois bilhões e cento e sessenta e um milhões e cento e três mil e oitocentos e treze reais e quarenta e oito centavos), do qual (a) R\$ 849.015.955,17 (oitocentos e quarenta e nove milhões e quinze mil e novecentos e cinquenta e cinco reais e dezessete centavos) foi destinada à conta de capital social da Companhia; e (ii) o restante, no valor de R\$ 1.312.087.858,31 (um bilhão e trezentos e doze milhões e oitenta e sete mil e oitocentos e cinquenta e oito reais e trinta e um centavos) foi destinado à reserva de capital da Companhia,

em decorrência da consumação da operação de combinação de negócios entre a Companhia e o Instituto Hermes Pardini S.A., na data de 28 de abril de 2023, conforme Reunião do Conselho de Administração realizada em 31 de maio de 2023.

O **Anexo VI** apresenta as informações exigidas pelo artigo 12 da Resolução CVM n.º 81/22 contendo, em destaque, as alterações propostas, bem como o relatório detalhando a origem e justificativa das alterações propostas e analisando os seus efeitos jurídicos e econômicos.

* * *

Anexo I

FLEURY S.A.

Companhia Aberta

CNPJ nº 60.840.055/0001-31

NIRE 35.300.197.534

COMENTÁRIOS DOS ADMINISTRADORES SOBRE A SITUAÇÃO FINANCEIRA DA COMPANHIA

(nos termos do item 2 do Formulário de Referência da Resolução CVM n.º 80/22)

Comentários dos diretores

(Valores consolidados, em milhares de R\$, exceto quando de outra forma indicado)

Em 30 de Junho de 2022 a Companhia comunicou a reorganização societária envolvendo a combinação dos negócios e das bases acionárias de Fleury e do Instituto Hermes Pardini, através do Instrumento Particular de Protocolo de Justificação de Incorporação de Ações do Instituto Hermes Pardini pela Oxônia SP Participações S.A., seguida da Incorporação do Oxônia SP Participação S.A. pelo Fleury.

Hermes Pardini era uma sociedade anônima de capital aberto listada no segmento Novo Mercado da B3 S.A., localizada na cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, que tem por objetivo a prestação de serviços médicos, laboratoriais de pesquisas, análises clínicas e auxiliares de complementação diagnóstica e terapêutica, que incluem medicina de precisão e exames de imagem.

Com a conclusão da combinação de negócios do Grupo Hermes Pardini em 28 de abril de 2023, as informações financeiras passaram a ser consolidadas nas demonstrações financeiras do Grupo Fleury a partir da data base de maio de 2023.

A Companhia optou por não apresentar demonstrações financeiras proforma, desta forma, as informações financeiras anuais de 2023 não são comparáveis com as informações financeiras de 31 de dezembro de 2022. Ainda as informações gerenciais contidas nesse item não refletem os números da Companhia combinada em 2022, desse modo, também não comparáveis (“Combinação de Negócios”).

I. Os diretores devem comentar sobre:

a. condições financeiras e patrimoniais gerais

Comparação entre os exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022.

O Grupo Fleury encerrou o ano de 2023 seguindo sua trajetória de solidez e consistência na execução da estratégia e na entrega de resultados. Em um ano histórico, realizamos a combinação de negócios entre Grupo Fleury e Pardini, que sempre foram duas referências em medicina diagnóstica com culturas convergentes, complementaridade regional e de negócios. Esse movimento nos colocou entre os líderes de saúde no Brasil e mantivemos os princípios que vêm definindo nossa atuação nos últimos anos: disciplina financeira, fortalecimento do posicionamento como referência em qualidade e inovação, rigorosa execução da estratégia de crescimento e oferta de soluções que contribuem para a

sustentabilidade do sistema de saúde. Em maio de 2023, com o fechamento da combinação de negócios concluída em abril de 2023, implementamos nova estrutura organizacional e definimos os patrocinadores e líderes do processo de integração, que conta com os pilares de captura de sinergias, cultura organizacional e processos/sistemas. Desde então, executamos iniciativas em 60 frentes de trabalho mapeadas, seguindo rigorosa governança e cronograma de acompanhamento. Ampliamos nosso posicionamento geográfico em B2C, passamos a ter uma atuação relevante no mercado de lab-to-lab, além de contarmos com profissionais de saúde experientes, que somam mais de 22,4 mil colaboradores e 4,9 mil médicos.

Em 2023, tivemos um crescimento de 44,9% da Receita Bruta no consolidado, com crescimento em todas as linhas de negócio. A Receita Bruta contábil atingiu R\$ 6.961,3 milhões com elevação de 44,9% sobre o ano anterior. Desconsiderando os exames de Covid, o crescimento foi de 49,3%. O crescimento orgânico foi de 40,1%. O crescimento do atendimento móvel foi de 29,1%, representando 9,6% da receita bruta, e com os novos elos e plataforma representando 9,9% da receita consolidada do grupo. O resultado captura resultados de Grupo Fleury e Instituto Hermes Pardini a partir de maio de 2023 (fechamento da transação realizado em 28/04/23).

Em medicina diagnóstica, a receita bruta apresentou crescimento de 30,1% nas Unidades de Atendimento e de 119,2% no B2B (hospitais e lab-to-lab), consequência da combinação de negócios. A receita advinda dos novos elos e da plataforma de saúde apresentou expansão de 67,6% em 2023, principalmente pela boa execução de e pelo efeito esperado da aquisição (Retina Clinic em Abr/23).

Em medicina personalizada e de precisão, onde parte das receitas são geradas pelas Unidades de Atendimento e parte em B2B, fechamos o ano com 85,8% de crescimento na receita gerada pelos testes de genômica e efeito esperado da combinação de negócios, totalizando R\$ 222,4 milhões.

A Receita Líquida apresentou aumento de 45,0%. O Lucro Bruto apresentou crescimento de 43,8% com margem bruta de 26,9%, queda de 23 bps na comparação com 2022.

O EBITDA ex- Despesas *One Time* de Combinação de Negócios, apresentou crescimento de 39,2% com margem EBITDA 25,6%, diminuição de 106 bps em relação a 2022. O Lucro Líquido ex- Despesas *One Time* de Combinação de Negócios, atribuível aos sócios controladores atingiu R\$ 467,0 milhões, crescimento de 51,7% no período.

Os ativos totais consolidados da Companhia somaram R\$ 11.580,0 milhões em 2023. O patrimônio líquido somou R\$ 5.111,1 milhões em 2023; 89,2% superior a 2022 em razão da Combinação de Negócios.

No encerramento de 2023, a dívida bruta da Companhia de curto e longo prazo totalizava R\$ 3.207,2 milhões, enquanto o caixa, equivalente de caixa e títulos e valores mobiliários somavam R\$ 1.057,6 milhões. Assim o endividamento líquido da Companhia era de R\$ 2.149,6 milhões em 31 de dezembro de 2023 com aumento de 48,7% em relação ao exercício social encerrado em 2022. A relação dívida líquida sobre EBITDA LTM era de 1,2x ao final do exercício social de 2023.

b. estrutura de capital

Acreditamos que a atual estrutura de capital da Companhia apresentou, nos períodos indicados, uma estrutura de capital equilibrada entre capital próprio e de terceiros, condizente, em nossa visão, com suas atividades, na proporção apresentada na tabela abaixo:

em milhares de reais	2023	%	2022	%
Passivo Circulante e Não Circulante	6.468.898	55,9%	5.090.685	65,3%
Patrimônio Líquido	5.111.070	44,1%	2.701.085	34,7%
Total do Passivo e do Patrimônio Líquido	11.579.968	100%	7.791.770	100%

c. capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

Considerando o perfil de endividamento da Companhia, além de seu fluxo de caixa dos próximos anos e recebíveis, a Companhia apresenta plena capacidade de pagamento de todas suas obrigações financeiras

d. fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas

A principal fonte de financiamento para capital de giro e investimento em ativos não-circulantes da Companhia é a sua própria geração de caixa operacional e também operações de mercado de capitais como alternativa de financiamento de seus investimentos.

e. fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

O caixa gerado pelas nossas atividades operacionais, adicionado aos empréstimos e financiamentos não circulantes e recursos obtidos com as emissões de debêntures, nos proporcionará liquidez e recursos de capital suficientes para satisfazer os nossos compromissos financeiros e arcar com nossas despesas operacionais e de investimentos. A Companhia ainda poderá avaliar alternativas complementares de fontes de financiamento por meio da contratação de empréstimos bancários, financiamentos junto a agências de fomento e do acesso aos mercados de capitais local.

f. níveis de endividamento e as características de tais dívidas, descrevendo ainda:

i. contratos de empréstimo e financiamento relevantes

Debêntures

Em milhares de R\$, exceto percentual	Data da Emissão	Quantidade	Total emitido	Juros semestrais	Amortização de principal em 2023	Amortização de juros acumulado	Saldo final 31/12/2023	Vencimentos final
4ª Emissão (2ª Série)	27/04/2018	25.000	250.000	CDI + 0,60% a.a.	250.000	17.031	-	abr/23
5ª Emissão (1ª Série)	16/12/2019	200.000	200.000	CDI + 0,90% a.a.	-	27.535	200.758	dez/24
5ª Emissão (2ª Série)	16/12/2019	300.000	300.000	CDI + 1,20% a.a.	-	42.251	301.165	dez/27
6ª Emissão (1ª Série)	08/07/2021	250.000	250.000	CDI + 1,35% a.a.	-	36.380	266.246	jul/25
6ª Emissão (2ª Série)	08/07/2021	375.000	375.000	CDI + 1,50% a.a.	-	55.163	399.649	jul/26
6ª Emissão (3ª Série)	08/07/2021	375.000	375.000	CDI + 1,75% a.a.	-	56.150	400.114	jul/28
7ª Emissão (1ª Série)	14/04/2022	350.000	350.000	CDI + 1,35% a.a.	-	50.346	358.267	abr/27
7ª Emissão (2ª Série)	14/04/2022	350.000	350.000	CDI + 1,55% a.a.	-	51.081	358.395	abr/29
8ª Emissão – Série única	16/10/2023	500.000	500.000	CDI + 1,23% a.a.	-	-	511.431	out/28
Comissão sobre debênture					-	-	(1.346)	
Total		2.725.000	2.950.000		250.000	335.937	2.794.679	

Empréstimos

Modalidade	Data de assinatura	Encargos taxa fixa	Valor Contratado R\$	Saldo em 31/12/2023	Saldo Vencimento final
BNDES FINAME	31/01/2013	3,55% a.a.	4.876	-	nov/23
Financiamentos SAHA	05/07/2019	9,34% a.a.	1.672	-	out/23
FINEP	31/10/2018	5,00% a.a.	5.600	3.204	fev/28
Capital de Giro	15/06/2022	USD + 5,47%	100.000	-	jul/23
Capital de Giro	01/12/2022	USD + 7,09%	300.000	-	nov/23
Risco Sacado				11.690	

Em 2023 a Companhia realizou a 8ª emissão de debêntures no valor total de R\$ 500 milhões, em uma única série, com vencimento em 22 de outubro de 2028.

A Companhia utilizou os montantes captados pelas emissões de debêntures para serem destinados para usos corporativos gerais, como reforço de capital de giro e alongamento de passivo da Companhia.

ii. outras relações de longo prazo com instituições financeiras

Não possuímos em nosso passivo não circulante, outras relações de longo prazo com instituições financeiras, além das mencionadas acima.

iii. grau de subordinação entre as dívidas

Em eventual situação de concurso universal de credores, as obrigações registradas no passivo dos balanços patrimoniais, que integram as demonstrações financeiras da Companhia, apresentam a ordem de precedência nos termos do artigo 83 da Lei 11.101/05 (“Lei de Falências”).

iv. eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário, bem como se o emissor vem cumprindo essas restrições

As debêntures possuem cláusulas financeiras restritivas (“Covenants”), podendo ser declaradas antecipadamente vencidas todas as obrigações relativas às debêntures, caso a Sociedade não atenda aos seguintes índices financeiros:

Dívida financeira líquida / Earnings Before Interest Depreciation and Amortization (EBITDA), menor ou igual a três vezes (3x) e/ou;

Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia e suas controladas estavam adimplentes com os índices financeiros mencionados.

Segue na tabela abaixo a evolução dos indicadores acompanhados para atender os termos indicados anteriormente:

- (i) Dívida financeira líquida/ EBITDA LTM menor ou igual a 3 (três) vezes (em R\$ milhares):

	1T21	2T21	3T21	4T21	1T22	2T22	3T22	4T22	1T23	2T23	3T23	4T23
(I) Dívida Financeira Líquida/EBTIDA LTM	1,0x	1,0x	1,3x	1,3x	1,4x	1,6x	1,7x	1,2x	1,3x	1,3x	1,2x	1,4x
Dívida Financeira Líquida	902.083	1.167.802	1.446.701	1.411.374	1.545.404	2.115.944	2.038.188	1.445.368	1.560.380	2.183.519	1.987.922	2.149.631
(+) Dívida Financeira	1.999.457	1.839.877	2.474.911	2.272.800	2.110.136	2.895.873	2.932.283	2.876.499	2.959.640	3.212.126	3.086.234	3.207.246
(+) Debêntures	1.311.412	1.053.521	2.082.586	1.943.563	1.955.590	2.683.980	2.717.041	2.546.998	2.561.624	2.289.787	2.296.614	2.794.679
(+) Empréstimos e financiamentos	598.294	587.506	182.313	180.873	20.319	14.533	8.089	12.838	8.895	464.171	349.680	14.894
(+) Contas a pagar - aquisição de empresas	89.751	198.850	210.012	148.364	134.227	197.360	207.153	316.663	389.121	458.168	439.940	397.673
(-) Caixa e equivalente de caixa	(1.097.374)	(672.075)	(1.028.210)	(861.426)	(564.732)	(779.929)	(894.095)	(1.431.131)	(1.399.260)	(1.028.607)	(1.098.312)	(1.057.615)
EBITDA Proforma LTM	927.049	1.127.176	1.091.894	1.055.990	1.097.037	1.175.306	1.219.197	1.189.707	1.208.908	1.639.844	1.709.910	1.745.669

A FINEP condiciona a Companhia a assegurar o pagamento de qualquer obrigação decorrente ao contrato através da emissão de carta de fiança bancária no valor do saldo liberado, sendo que esta cláusula é indispensável para a liberação dos valores.

Todos os contratos ativos possuem cláusula de vencimento cruzado, totalizando R\$ 2,8 bilhões. O vencimento cruzado está sujeito a eventual descumprimento de *covenants* ou declaração de vencimento antecipado de dívidas de outras empresas do seu grupo econômico.

g. Limites dos financiamentos contratados e percentuais já utilizados

Vide item 2.1.f.

h. alterações significativas em itens das demonstrações de resultado e de fluxo de caixa

As tabelas abaixo apresentam informações financeiras selecionadas dos três últimos exercícios sociais da Companhia (encerrados em 31 de dezembro de 2023 e 2022). Com o objetivo de proporcionar o melhor entendimento do nosso desempenho, estão sendo apresentadas, na visão da diretoria, somente as principais contas e suas variações.

	2023	AV(%)	AV (bps) 2023/2022	2022	AV(%)	AV (bps) 2022/2021
Receita de prestação de serviços	6.470.850	100,0%	-	4.463.040	100,0%	-
Custo dos serviços prestados	(4.730.916)	-73,1%	- 0,2	(3.252.930)	-72,9%	- 2,0
Pessoal e serviços médicos	(2.085.487)	-32,2%	2,4	(1.543.379)	-34,6%	- 1,1
Material direto e intermediação de exames	(1.264.331)	-19,5%	- 3,7	(708.063)	-15,9%	- 1,0
Aluguéis, serviços com ocupação e utilidades	(844.545)	-13,1%	0,3	(596.304)	-13,4%	0,7
Depreciação e amortização (α)	(523.565)	-8,1%	0,8	(395.549)	-8,9%	- 0,5
Gastos Gerais	(12.988)	-0,2%	0,0	(9.635)	-0,2%	- 0,1
Lucro Bruto	1.739.934	26,9%	- 0,2	1.210.110	27,1%	- 2,0
(Despesas) receitas operacionais		0,0%	-		0,0%	-
Gerais e administrativas	(699.796)	-10,8%	- 0,6	(456.892)	-10,2%	2,2
Pessoal e benefícios	(338.390)	-5,2%	1,0	(277.020)	-6,2%	0,5
Depreciação e amortização	(151.813)	-2,3%	- 1,0	(59.790)	-1,3%	0,3
Assuntos institucionais e legais	(88.542)	-1,4%	- 0,5	(38.170)	-0,9%	0,8
TI e telecomunicações	(49.838)	-0,8%	- 0,4	(18.129)	-0,4%	0,1
Bens imóveis e utilidades	(26.368)	-0,4%	0,0	(18.748)	-0,4%	- 0,0
Serviços de terceiros	(23.290)	-0,4%	0,0	(17.415)	-0,4%	- 0,2
Outras despesas gerais e adm.	(21.555)	-0,3%	0,3	(27.620)	-0,6%	- 0,2

Despesas comerciais	(127.338)	-2,0%	-	1,0	(41.423)	-0,9%	-	0,9
Pessoal e benefícios	(57.647)	-0,9%	-	0,7	(8.387)	-0,2%	-	0,6
Marketing	(49.355)	-0,8%	-	0,0	(31.869)	-0,7%	-	0,7
Outras comerciais	(20.336)	-0,3%	-	0,3	(1.167)	0,0%	-	0,0
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	2.977	0,0%	-	0,5	22.573	0,5%	-	0,1
Resultado na baixa/venda de ativos	4.579	0,1%	-	0,0	1.587	0,0%	-	0,1
Reversão (provisão) para riscos tributários, trabalhistas e cíveis	(7.703)	-0,1%	-	0,0	(4.298)	-0,1%	-	0,1
Provisão / perdas com insolventes	(9.960)	-0,2%	-	0,1	(3.868)	-0,1%	-	0,0
Outras receitas (despesas)	16.061	0,2%	-	0,4	29.152	0,7%	-	0,1
Equivalência patrimonial e realização do valor justo	158	0,0%	-	0,0	603	0,0%	-	0,0
Lucro operacional antes do resultado financeiro	915.935	14,2%	-	2,3	734.971	16,5%	-	0,8
Receitas financeiras	220.310	3,4%	-	0,9	113.461	2,5%	-	1,3
Despesas financeiras	(604.917)	-9,3%	-	0,6	(443.039)	-9,9%	-	4,2
Resultado financeiro	(384.607)	-5,9%	-	1,4	(329.578)	-7,4%	-	3,0
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	531.328	8,2%	-	0,9	405.393	9,1%	-	3,7
Imposto de renda e contribuição social	-	0,0%	-	-	-	0,0%	-	-
Corrente	(75.117)	-1,2%	-	1,7	(125.923)	-2,8%	-	2,3
Diferido	(35.388)	-0,5%	-	1,2	29.261	0,7%	-	0,7
Lucro líquido do exercício	420.823	6,5%	-	0,4	308.731	6,9%	-	2,2
Atribuível aos sócios:								
Controladores	423.758	654,9%	-	648,0	307.908	6,9%	-	2,1
Não controladores	(2.935)	-4,5%	-	4,6	823	0,0%	-	0,0
	420.823	650,3%	-	643,4	308.731	6,9%	-	2,2
Outros resultados abrangentes		0,0%	-	-		0,0%	-	-
Itens que serão reclassificados para o resultado do exercício em períodos subsequentes	-	0,0%	-	-	-	0,0%	-	-
Itens que não serão reclassificados para o resultado do exercício em períodos subsequentes	-	0,0%	-	-	-	0,0%	-	-
Resultado abrangente total do exercício	420.823	650,3%	-	643,4	308.731	6,9%	-	2,2

* Os números de 2023 não são comparáveis aos de 2022 em razão da Combinação de Negócios.

Receita Bruta

A Receita Bruta aumentou 44,9% em 2023 em comparação a 2022, totalizando R\$ 6.961,3 milhões. Desconsiderando os exames de Covid, o crescimento foi de 49,3%. O crescimento orgânico foi de 40,1%. O crescimento do atendimento móvel foi de 29,1%, representando 9,6% da receita bruta, e com os novos elos e plataforma representando 9,9% da receita consolidada do grupo.

Receita de Prestação de Serviços

Demonstrações de Resultados (Consolidado) Em milhares de R\$, exceto porcentagens	2023	2022	AH (%) 2023/2022	AH (%) 2022/2021
Receita Bruta	6.961.334	4.803.023	44,9%	15,1%
Glosas e Abatimentos	(62.289)	(44.930)	38,6%	9,3%
Impostos	(428.195)	(295.052)	45,1%	14,1%
Deduções da receita	(490.484)	(339.982)	44,3%	13,4%
Receita Líquida	6.470.850	4.463.040	45,0%	15,2%

Custo dos serviços prestados

Em 2023 o custo dos serviços prestados atingiu o montante de R\$ 4.730,9 milhões, crescimento de 45,4% em relação a 2022. A eficiência do custo, medido através de sua participação em relação a Receita Líquida, foi de 73,1%, uma redução de 22,5 bps em relação ao ano anterior. A linha de “Pessoal e Serviços Médicos” continua a ser a mais representativa, representando 32,2% da Receita Líquida, um aumento de 235 bps em comparação com 2022, explicada por aumento de headcount por efeito esperado de aquisições e dissídio salarial. Em “Serviços com Ocupação e Utilidades”, a representatividade da Receita Líquida foi de 13,1%, essa linha é composta majoritariamente por custos fixos que tendem a ser diluídos com o crescimento da Companhia. Tivemos um aumento de 367 bps na representatividade da linha de “Material Direto e Intermediação de Exames” em relação a Receita Líquida, o aumento reflete principalmente a mudança de mix pela incorporação de novas aquisições, principalmente aos produtos farmacológicos advindos dos serviços de infusão que utilizam medicações de alto custo.

Lucro Bruto

Em 2023, o Lucro Bruto atingiu R\$ 1.739,9 milhões, com crescimento de 43,78% em relação a 2022, conforme itens já especificados acima e a combinação de negócios com o Instituto Hermes Pardini S/A.

Despesas Operacionais

Em 2023, as despesas operacionais totalizaram R\$ 824,0 milhões, aumento de 73,4% em relação a 2022.

A linha de “despesas gerais e administrativas” atingiu R\$ 548 milhões, representando 8,5% da Receita Líquida, um aumento de 42 bps com relação a 2022.

A linha de “despesas comerciais” atingiu R\$ 127,3 milhões, representando 2,0% da Receita Líquida, um aumento de 104 bps com relação a 2022.

“Depreciação e amortização” somaram R\$ 151,8 milhões, correspondendo a 2,3% da Receita Líquida, aumento de 100 bps na comparação com o ano anterior.

“Outras receitas e despesas operacionais” totalizaram R\$ 10,7 milhões, representando 0,2% da Receita Líquida.

“Reversão de (provisão) para Contingências” totalizou R\$ 7,7 milhão, com aumento de 2 bps em relação a 2022.

A linha de “equivalência patrimonial” representou de R\$ 0,2 milhão, se mantendo estável versus 2022.

Resultado Financeiro

Em 2023, o resultado financeiro foi de R\$ (384,6) milhões com aumento de 16,69% em relação a 2022, em razão do aumento da dívida líquida, reflexo das aquisições e investimentos no ano.

Imposto de renda e contribuição social

Em 2023, os impostos e contribuição social foram de 110,5 milhões comparada a 96,7 milhões em 2022, um aumento de 14,3%, em razão da taxa efetiva ser de 20,8% comparada a taxa efetiva de 23,8% em 2022.

Exercício social encerrado em 31 de dezembro de		
(em milhares de Reais)	2023	2022
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais	1.439.304	987.133
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	(17.078)	(1.384.473)
Caixa líquido gerado (aplicado) nas atividades de financiamento	(1.417.562)	380.874
Aumento (decrécimo) líquido no saldo de caixa e equivalentes de caixa	4.664	(16.466)

Caixa líquido gerado nas atividades operacionais

Foram registrados fluxos de caixa líquidos gerados nas atividades operacionais no montante de R\$1.439,4 milhões, no exercício social encerrado de 31 de dezembro de 2023, em comparação com os fluxos de caixa gerados nas atividades operacionais de R\$987,1 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022. O aumento de caixa gerado de R\$ 452 milhões é reflexo da Combinação de Negócios com Pardini que ocorreu em 2023.

Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento

Foram registrados na Companhia fluxos de caixa líquidos aplicados nas atividades de investimento no montante de R\$17,1 milhões, no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, em comparação com fluxos de caixa líquidos aplicados nas atividades de investimento de R\$1.384,5 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022. A redução de caixa gerado de R\$ 1.367 (um bilhão, trezentos e sessenta e sete milhões) é principalmente devida ao pagamento de empresas adquiridas e captação de debêntures.

Caixa líquido gerado (aplicado) nas atividades de financiamento

Foram registrados na Companhia fluxos de caixa líquidos aplicados nas atividades de financiamento no montante de R\$1.417,6 milhões, no exercício social encerrado em 31 de

dezembro de 2023, em comparação com fluxos de caixa líquidos aplicados nas atividades de financiamento de R\$380,9 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022. Este consumo de caixa é principalmente devido a 8ª emissão de debêntures em outubro de 2023, pagamento de juros sobre capital próprio e dividendos do período.

II. Os diretores devem comentar:

a. resultados das operações do emissor, em especial:

i. descrição de quaisquer componentes importantes da receita

Nossa receita de prestação de serviços é composta principalmente, pelos pagamentos que recebemos de operadoras de planos de saúde, laboratórios, hospitais, empresas e clientes particulares em decorrência dos nossos serviços de medicina diagnóstica, preventiva e terapêutica.

Unidades de Atendimento

São 558 unidades até dezembro de 2023, que correspondem a 70,5% da receita bruta do Grupo Fleury e estão distribuídas nos estados de São Paulo, Minas Gerias, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Rio Grande do Norte, Pernambuco, Bahia, Paraná, Maranhão, Espírito Santo, Goiás, Pará, Piauí e no Distrito Federal.

B2B

Relacionado a exames de média e alta complexidade para outros laboratórios, hospitais e clínicas em todo o Brasil, possibilitando-lhes a ampliação de sua gama de oferta com qualidade diagnóstica única representou 19,6% da receita bruta da Companhia.

Novos Elos e Plataforma de Saúde

A estratégia do Grupo Fleury inclui além da Medicina Diagnóstica a expansão para novos elos da cadeia de valor em medicina ('Novos Elos') e plataforma de saúde. Os novos elos contemplam Clínicas de especialidades completas, com oferta de serviços de Infusão de medicamentos, Oftalmologia, Ortopedia e Medicina Reprodutiva, além do nosso Day Clinic, com realização de cirurgias de baixa complexidade em diversas especialidades. Nossas plataformas de saúde são marketplaces voltado ao B2C e B2B, com portfólio de serviços envolvendo teleconsultas médicas, exames de medicina diagnóstica e procedimentos de baixa complexidade; soluções corporativas e atendimento primário presencial; soluções para médicos com consultório digital; educação médica; produtos e insumos. Essas iniciativas representaram 9,9% da Receita Bruta do Grupo em 2023, com crescimento de 67,6% em relação a 2022.

ii. fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais

Vide item 2.1, letra h.

b. variações relevantes das receitas atribuíveis a introdução de novos produtos e serviços, alterações de volumes e modificações de preços, taxas de câmbio e inflação

	2023	2022	2021
Inflação IPCA (%)	4,62	5,8	10,1

Inflação IGPM (%)	-3,18%	5,5	17,8
Taxa Selic (%)	11,75	12,75	9,25
Taxa de Câmbio (R\$/US\$)	4,85	5,22	5,58
Nº de beneficiários	50.963.835	50.409.611	48.902.740

O aumento de receita de prestação de serviços da Companhia nos últimos anos está diretamente relacionado a: (i) maior oferta de serviços tanto em Medicina Diagnóstica como em Novos Elos; (ii) aumento do volume total de exames em unidades de atendimento; (iii) alteração do mix de serviços, com incremento da participação de exames de maior complexidade, maiores preços e maior valor agregado (iv) realinhamento anual de preços de exames e (v) aquisições realizadas nos últimos anos. Os preços dos serviços prestados às operadoras de planos de saúde são renegociados anualmente, utilizando como base o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA). Nas negociações realizadas nos últimos quatro (4) anos, os preços ficaram, em média, inferior ao IPCA acumulados dos últimos 12 meses. Com relação aos volumes de exames realizados, em 2023 atingimos 243,5 milhões, aumento de 117,5%. Em 2022, o número de exames foi 111,9 milhões, 13,0% maior frente aos 99,1 milhões de exames realizados em 2021.

Comparação entre os exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022

Em 2023, a receita bruta do Grupo Fleury cresceu 44,9%, atingindo R\$ 6.961,3 milhões. O desempenho das linhas de negócio da Companhia pode ser verificado na tabela abaixo:

	2023 vs 2022
Unidades de Atendimento	30,2%
Marca Fleury	9,9%
Demais Marcas SP	38,3%
Marcas Rio de Janeiro	23,2%
Marcas Minas Gerais	4602,3%
Marcas Regionais	26,4%
B2B	119,2%
Novos Elos e Plataformas de Saúde	67,6%

Todas as marcas apresentaram crescimento no ano, reflexo da expansão de receita do atendimento móvel, forte retomada do volume de exames e a combinação de negócios. A marca Fleury apresentou expansão de 9,9% no ano. Demais marcas SP cresceram 38,3% no período. As marcas do Rio de Janeiro cresceram 23,2% em receita. As marcas de Minas Gerais cresceram 4602,3%, decorrente da combinação de negócios com o Pardini. Já as marcas regionais tiveram crescimento de 26,4% na receita bruta. As operações em B2B cresceram 119,2% em função da combinação de negócios. Por fim, a receita em plataformas e novos elos cresceram 67,9%, reflexo principalmente da boa execução de e pelo efeito esperado da aquisição (Retina Clinic em Abr/23).

c. Impactos relevantes da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor

Inflação

Os custos e despesas da Companhia são impactadas principalmente pela inflação. Parte significativa de nossos custos e despesas são afetados por reajustes de salários negociados junto aos sindicatos anualmente. Temos contratos com nossos fornecedores que são afetados pela variação do IPCA e do IGPM anualmente, dentre eles destacam-se aluguéis, serviços de limpeza e segurança e transporte.

Além disso, nossa receita de prestação de serviços é afetada pelos reajustes nos preços dos nossos contratos com nossas fontes pagadoras, cuja atualização é negociada anualmente com base no IPCA.

Câmbio

Sobre os impactos do câmbio, uma parcela pequena de nossos desembolsos decorre de custos e despesas com insumos que apresentam, em sua maioria, exposição direta ao dólar. Apesar da maioria dos nossos custos estarem denominadas em Reais, podemos ser impactados indiretamente pela variação do dólar, pois possuímos contratos com fornecedores de materiais e reagentes, equipamentos médicos e materiais, que importam parte dos materiais que fabricam. Os passivos em moeda estrangeira expostos ao risco cambial em 31 de dezembro de 2023 representam 0,02% do total do passivo circulante consolidado. O Grupo Fleury possui ativos em moeda estrangeira (saldo a receber de clientes), representando 0,25% do total de contas a receber consolidado em 31 de dezembro de 2023, que contribui para a redução de sua exposição perante o contas a pagar de fornecedores contratados em moeda estrangeira.

Além disso, possuímos alguns contratos de derivativos para proteção contra oscilação da taxa de câmbio na aquisição de serviços em moeda estrangeira. A Companhia apresentava a seguinte exposição líquida em 31 de dezembro de 2023 (US\$1.00 – R\$ 4,8413).

O Grupo Fleury mantém instrumentos derivativos para proteger as exposições de variação de moeda estrangeira de certos fornecedores de insumos. Os derivativos são reconhecidos pelo valor justo na data em que são celebrados e remensurados mensalmente.

Os efeitos no resultado são reconhecidos em receitas e/ou despesas financeiras.

O saldo patrimonial destes passivos em 31 de dezembro de 2023 é de R\$7.791, o derivativo líquido desta operação em 31 de dezembro de 2023 é de R\$ 134.

Não contratamos instrumentos financeiros derivativos para especulação no mercado financeiro. Mantemos controles internos que acreditamos serem adequados para controlar riscos associados aos nossos instrumentos financeiros derivativos e para assegurar o seu correto registro em nossas demonstrações financeiras.

Taxa de Juros

O resultado das nossas operações também está exposto às variações das taxas de juros. Contratamos Debêntures e financiamentos denominados em Reais, os quais são em sua maioria reajustados com base no CDI. Nossos outros empréstimos e financiamentos são reajustados com base na TJLP. Para mais informações sobre empréstimos e financiamentos vide item iv, e (níveis de endividamento e as características de tais dívidas):

III. Os diretores devem comentar:

- a. mudanças nas práticas contábeis que tenham resultado em efeitos significativos sobre as informações previstas nos campos 2.1 e 2.2.**

Não aplicável

b. opiniões modificadas e ênfases presentes no relatório do auditor

Não há nenhuma ressalva, assim como não há nenhum parágrafo de ênfase no parecer dos auditores.

IV. Os diretores devem comentar os efeitos relevantes que os eventos abaixo tenham causado ou se espera que venham a causar nas demonstrações financeiras do emissor e em seus resultados:

a. introdução ou alienação de segmento operacional

No ano de 2023, a Companhia continuou a expandir seus serviços para novos elos da cadeia de saúde, de modo a oferecer soluções mais integradas e efetivas para a gestão de saúde dos clientes. De modo a integrar todos os produtos e serviços de saúde do Grupo que vão além da Medicina Diagnóstica, a companhia conta agora com uma solução para cuidado integrado do indivíduo, protagonizando a geração de valor para toda a cadeia de saúde por meio de seu ecossistema de saúde integrado, preventivo e híbrido. Em 2023, realizamos aquisições de Retina Clínica, em abril.

b. constituição, aquisição ou alienação de participação societária c. eventos ou operações não usuais

Aquisição Instituto Hermes Pardini

Em 30 de Junho de 2022 a Companhia comunicou a reorganização societária envolvendo a combinação dos negócios e das bases acionárias de Fleury e do Instituto Hermes Pardini, através do Instrumento Particular de Protocolo de Justificação de Incorporação de Ações do Instituto Hermes Pardini pela Oxônia SP Participações S.A., seguida da Incorporação do Oxônia SP Participação S.A. pelo Fleury.

Hermes Pardini era uma sociedade anônima de capital aberto listada no segmento Novo Mercado da B3 S.A., localizada na cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, que tem por objetivo a prestação de serviços médicos, laboratoriais de pesquisas, análises clínicas e auxiliares de complementação diagnóstica e terapêutica, que incluem medicina de precisão e exames de imagem.

Em 14 de abril de 2023 o CADE aprovou a operação sem restrições, cumprindo as condições suspensivas da combinação de negócios, resultando em:

- (a) Aprovação de distribuição de dividendos no valor total de R\$273.225 pagos em 30 de maio de 2023;
- (b) Aprovação do valor do resgate por ação, pago em moeda corrente nacional, no montante de R\$45.984 em parcela única, no dia 12 de maio de 2023, para cada 1 ação ordinária de emissão do Hermes Pardini;
- (c) Aprovação no Termo de Fechamento da Relação de Substituição Final por Ação de 1,213542977 ação ordinária de emissão do Fleury para cada 1 ação ordinária do Hermes Pardini, já considerando todos os ajustes previstos no Protocolo e Justificação, observado o disposto no Termo de Fechamento.
- (d) Aprovação da data de 28 de abril de 2023 como a “Data da Consumação da Operação”, que foi a data de referência para definição dos acionistas do Hermes Pardini que

receberam as ações ordinárias de emissão do Fleury, o valor do resgate por ação e os dividendos pré-aprovados Pardini (conforme citado acima).

Em 28 de abril de 2023, o Fleury S.A. concluiu a aquisição de 100% do Instituto Hermes Pardini.

Ativos líquidos identificáveis adquiridos e Goodwill – Hermes Pardini

A estimativa de alocação do valor pago/contraprestação se baseou em uma avaliação do valor justo dos ativos líquidos adquiridos de Hermes Pardini em 28 de abril de 2023, data da obtenção do controle.

O valor justo dos ativos identificáveis adquiridos e dos passivos assumidos na combinação de negócios foram estimados utilizando o método de ajuste a valor presente e custo de reposição. As estimativas de valor justo utilizando a metodologia de fluxo de caixa descontado foram baseadas na taxa de desconto de 12,3% a.a.

Os ativos e passivos do Instituto Hermes Pardini, reconhecidos na data de aquisição do controle estão demonstrados a seguir:

Ativo	28/04/2023	Passivo	28/04/2023
Caixa e equivalentes de caixa	224.653	Fornecedores	250.918
Títulos e valores mobiliários	15.064	Empréstimos e financiamentos	435.453
Contas a receber (a)	448.564	Obrigações tributárias	17.663
Estoque	42.060	Obrigações trabalhistas	97.676
Impostos a recuperar	41.975	Arrendamento	355.904
Outros ativos	44.212	Parcelamentos tributários	17.929
Impostos diferidos	41.442	Contas a pagar aquisições de empresas	197.673
		Provisão para riscos judiciais	8.733
		Impostos diferidos	99.388
Imobilizado	337.663	Outros passivos	280.651
Intangível	942.255	Passivo	1.761.988
Direito de uso	326.098	Patrimônio líquido	701.998
Total ativo	2.463.986	Total passivo e patrimônio líquido	2.463.986

- (a) O saldo de contas a receber está líquido de perdas estimadas com glosas e inadimplência no valor de R\$17.886.

Estimativa da alocação do preço da contraprestação transferida:

Emissão de ações (quantidade)	153.924.773
Valor por ação (28/04/2023)	14,52
Valor pago por substituição de ações	2.234.987
Resgate de ações ordinárias – pago em dinheiro	45.985
Valor justo da transação	2.280.972
Patrimônio líquido	701.998
Mais valia imobilizado, líquido	95.856
Carteira de clientes – Lab-to-Lab	360.521
Mais valia intangível – Marcas	422.944
Provisão para riscos possíveis	(123.246)

Imposto diferido	(113.265)
Patrimônio líquido – valor justo	1.344.808
Goodwill na combinação de negócios (ágio)	936.164

Aquisição Retina Clinic

Em 04 de abril de 2023, o Fleury S.A. por meio de sua controlada direta, Fleury Centro de Procedimentos Médicos Avançados S.A (CPMA), concluiu a aquisição de 100% das quotas da Retina Clinic. A empresa foi adquirida pelo montante de R\$22.842, sendo R\$14.893 pagos à vista, R\$735 referente a ajustes de preço, R\$6.500 retidos para fins de indenizações e *earnout* de R\$713.

Ativos líquidos identificáveis adquiridos e *Goodwill* – Retina Clinic

Os ativos e passivos de Retina Clinic reconhecidos na data de aquisição estão demonstrados a seguir:

Ativo	31/03/2023	Passivo	31/03/2023
Caixa e equivalentes de caixa	1.234	Fornecedores	1.141
Contas a receber (a)	1.201	Empréstimos e financiamentos	160
Impostos a recuperar	13	Obrigações tributárias	630
Depósitos judiciais	1.530	Obrigações trabalhistas	361
Outros ativos	8	Arrendamento	6.305
Investimentos	137	Outros passivos	39
Imobilizado/Intangível	5.971	Passivo	8.636
Direito de uso	6.161	Patrimônio líquido	7.619
Total ativo	16.255	Total passivo e patrimônio líquido	16.255

(a) O saldo de contas a receber está líquido de perdas com glosas e inadimplência no valor de R\$448.

Estimativa da alocação do preço da contraprestação transferida:

Preço de aquisição	22.842
(-) Ajuste a valor presente	(790)
Preço de aquisição, ajustado	22.052
Patrimônio líquido	7.619
Mais valia imobilizado, líquido	2.797
Carteira de clientes	1.100
Mais valia intangível – Marca	4.040
Imposto diferido	(1.325)
Patrimônio líquido – valor justo	14.231
Goodwill na combinação de negócios (ágio)	7.821

c. Eventos ou operações não usuais

Não houve, durante o exercício social findo em 31 de dezembro de 2023 quaisquer eventos ou operações não usuais com relação à Companhia ou suas atividades que tenham causado ou se espera que venham causar efeito relevante nas demonstrações financeiras ou resultados da Companhia.

V. Caso o emissor tenha divulgado, no decorrer do último exercício social, ou deseje divulgar neste formulário medições não contábeis, como Lajida (lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização) ou Lajir (lucro antes de juros e imposto de renda), o emissor deve:

a. informar o valor das medições não contábeis

O lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização ("LAJIDA" ou "EBITDA") é uma medida não contábil e corresponde ao lucro líquido do exercício ou do período, conforme o caso, antes do imposto de renda e da contribuição social, do resultado financeiro, das despesas com depreciação e amortização, e da equivalência patrimonial.

O EBITDA não é uma medida reconhecida de acordo com as Práticas Contábeis Adotadas no Brasil, IFRS ou US GAAP e é calculado na forma de Resolução CVM 156. Adicionalmente, não possui um significado padrão e pode não ser comparável ao EBITDA preparado por outras empresas. O EBITDA apresenta limitações que podem prejudicar a sua utilização como medida de lucratividade, em razão de não considerar determinados custos decorrentes dos negócios do Grupo Fleury, que poderiam afetar de maneira significativa os lucros da Companhia, tais como despesas financeiras, tributos, depreciação, despesas de capital e outros encargos relacionados. Nos negócios da Companhia, o EBITDA é utilizado como medida do desempenho operacional.

	2022	2023	Δ
	Contábil	Contábil	
	R\$ MM	R\$ MM	%
Lucro Líquido	307,9	423,8	37,6%
(-) Resultado Financeiro	(329,6)	(384,6)	16,7%
(-) Imposto de Renda e Contribuição Social	(96,7)	(110,5)	14,3%
(+) Depreciação e Amortização de Ágio	455,5	675,4	48,3%
(-) Equivalência Patrimonial	(0,6)	(0,2)	(0,7)
(-) Minoritários	(0,8)	2,9	-456,5%
EBITDA	1.189,9	1.591,2	33,7%
Margem EBITDA	26,7%	24,6%	-207 bps

b. fazer as conciliações entre os valores divulgados e os valores das demonstrações financeiras auditadas

A reconciliação está no item a) acima.

c. explicar o motivo pelo qual entende que tal medição é mais apropriada para a correta compreensão da sua condição financeira e do resultado de suas operações

O LAJIDA/EBITDA mostram o lucro real a partir das atividades genuinamente ligadas ao nosso objeto social sendo usados internamente como medidas para avaliar produtividade e eficiência e demonstrando-se úteis para avaliar o desempenho econômico-financeiro da Companhia. Por esta razão, são apresentados pela Companhia como medições não contábeis mais apropriadas para a correta compreensão da sua condição financeira e do resultado de suas operações.

VI. Identificar e comentar qualquer evento subsequente às últimas demonstrações financeiras de encerramento de exercício social que as altere substancialmente

Em 28 de fevereiro de 2024, o Conselho de Administração de Fleury S.A. aprovou a distribuição de dividendos no valor de R\$80.751 (R\$ 0,15 por ação), com pagamento em 01 de abril de 2024.

VII. Os diretores devem comentar a destinação dos resultados sociais, indicando:

	2023
a. Regras sobre retenção de lucros	Além das reservas legais, o estatuto social da Companhia prevê que até 5% do lucro líquido do exercício pode ser destinado para a constituição da reserva legal, até que ela atinja os limites fixados em lei, e que o valor necessário pode ser destinado, quando for o caso, para a constituição da reserva para contingências, nos termos do art. 195 da Lei nº 6.404/76.
a.i Valores das retenções de lucros	Reserva legal: R\$21.188 milhões Reserva estatutária: R\$84.752 milhões
a.ii Percentuais em relação aos lucros totais declarados	Reserva legal: 5% Reserva estatutária: 20%
b. Regras sobre distribuição de dividendos	O estatuto social da Companhia previa que seriam distribuídos como dividendo mínimo obrigatório em cada exercício social o percentual mínimo previsto e ajustado nos termos da legislação aplicável, ou seja, pelo menos 25% do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos do artigo 202 da Lei 6.404, de 15 de dezembro de 1976.
c. Periodicidade das distribuições de dividendos	A prática de distribuição de dividendos segue a regra da Lei 6.404, de 15 de dezembro de 1976, ou seja, de distribuição anual, podendo também a Companhia, por deliberação do Conselho de Administração, levantar balanço semestral ou em períodos menores, inclusive mensais, para a distribuição de dividendos intermediários e/ou juros sobre o capital próprio com base nos lucros apurados nesse balanço, desde que o total dos dividendos pagos em cada semestre do exercício social não exceda o montante das reservas de capital de que trata o § 1º do artigo 182 da Lei das Sociedades por Ações. Os dividendos intermediários distribuídos nos termos deste artigo serão imputados ao dividendo mínimo obrigatório. Os dividendos não reclamados no prazo de 03 (três) anos, contados da data em que tenham sido postos à disposição dos acionistas, prescreverão em benefício da Companhia.

	2023
d. Eventuais restrições à distribuição de dividendos impostas por legislação ou regulamentação especial aplicável ao emissor, assim como contratos, decisões judiciais, administrativas ou arbitrais	Salvo pelo disposto na Lei das Sociedades por Ações, não há restrições quanto à distribuição de dividendos pela Companhia.
e. Se o emissor possui uma política de destinação de resultados formalmente aprovada, informando órgão responsável pela aprovação, data da aprovação e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado	A Companhia possui Política de Distribuição de Dividendos aprovada em 24/10/2018 pelo Conselho de Administração. Disponível na sede da Companhia e em seu site e RI: https://ri.fleury.com.br/governanca-corporativa/estatuto-codigos-politicas-e-regimentos-assembleias/

VIII. Os diretores devem descrever os itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras do emissor, indicando:

Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia não possuía ativos ou passivos que não estejam refletidos em seu balanço patrimonial.

a. os ativos e passivos detidos pelo emissor, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (off-balance sheet items):

Não aplicável.

i. carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade não tenha retido nem transferido substancialmente os riscos e benefícios da propriedade do ativo transferido, indicando respectivos passivos

Não há carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade não tenha retido nem transferido substancialmente os riscos e benefícios da propriedade do ativo transferido referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023.

ii. contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços

Não há contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços não evidenciados nos balanços patrimoniais da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023.

iii. contratos de construção não terminada

Não há contratos de construção não terminada não evidenciados nos balanços patrimoniais da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023.

iv. contratos de recebimentos futuros de financiamentos b. outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

Não há contratos de recebimentos futuros de financiamentos não evidenciados nos balanços patrimoniais da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023.

b. outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

Não há itens não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023.

IX. Em relação a cada um dos itens não evidenciados nas demonstrações financeiras indicados no item 2.8 do Formulário de Referência, os diretores devem comentar:

Não há outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia relativas ao exercício social encerrado referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023.

Comentários sobre itens não evidenciados nas demonstrações financeiras indicados no item 2.8:

a. como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor

Não há outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia relativas ao exercício social encerrado referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023.

b. natureza e o propósito da operação

Não há outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia relativas ao exercício social encerrado referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023.

c. natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação

Não há outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia relativas ao exercício social encerrado referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023.

X. Os diretores devem indicar e comentar os principais elementos do plano de negócios do emissor, explorando especificamente os seguintes tópicos:

a. investimentos, incluindo:

i. descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos

O CapEx (adições aos ativos imobilizado e intangível) totalizou R\$ 413,8 milhões em 2023, principalmente concentrado na contínua expansão da estratégia de digitalização e da melhoria de unidades e áreas técnicas e unidades existentes

	2022 Contábil	2023 Contábil	Δ
CAPEX Total	414,6	413,8	-0,2%
TI/Digital	149,9	200,7	33,9%
Renovação de Equipamentos Diagnósticos e Manutenção	76,2	101,4	33,1%
Novas Unidades, Expansão de Oferta em Unidades e Áreas Técnicas	188,5	111,7	-40,8%

ii. fontes de financiamento dos investimentos

A principal fonte de financiamento dos investimentos da Companhia provém de sua geração de caixa operacional. A Companhia ainda poderá avaliar alternativas complementares de fontes de financiamento por meio da contratação de empréstimos bancários, financiamentos junto a agências de fomento e do acesso aos mercados de capitais. Em 2023, a Companhia realizou a 8ª emissão de debêntures. O valor total foi de R\$ 500 milhões, em série única, com vencimento em outubro de 2028.

iii. desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos

Não aplicável, pois a Companhia não possui desinvestimentos relevantes em andamento ou previstos.

b. desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva do emissor

No ano de 2023 realizamos aquisições que fortaleceram tanto a Medicina Diagnóstica B2C e B2B, como Novos Elos (Retina Clinic em São Paulo) O grande destaque foi o anúncio da incorporação de ações do Instituto Hermes Pardini S.A. por Fleury S.A., finalizada em 28 de abril de 2023. A combinação de negócios entre Grupo Fleury e Grupo Pardini resultará em uma das maiores empresas de medicina diagnóstica do Brasil, com uma receita combinada de R\$ 6,9 bilhões¹ e EBITDA de R\$ 1,7 bilhão. A complementariedade de negócios e geográfica resultará em presença nacional com quase 500 unidades de atendimento, serviços de referência para mais de 6,6 mil laboratórios parceiros, 20,8 mil colaboradores, 4,3 mil médicos e 39 marcas. Conforme estimativa inicial, a união dos grupos cria oportunidades de captura de sinergias entre R\$ 160 e 190 milhões de EBITDA incremental por ano, após a implementação da integração.

Vale ressaltar também as expansões orgânicas – foram abertas 10 unidades de atendimento de medicina diagnóstica e 5 de Novos Elos. Reforçando nosso posicionamento de inovação, foram lançados mais de 600 novos produtos e serviços no ano, além da presença de 26 *startups* que já estão atuantes em nossas operações resultando em aumento de produtividade e diferenciação na prestação de serviços aos clientes. Reflexo das inovações, reduzimos nossos custos em mais R\$ 34 milhões no ano.

c. novos produtos e serviços, indicando:

i. descrição das pesquisas em andamento já divulgadas

Não aplicável, uma vez que atualmente não há pesquisas em andamento realizadas pela Companhia que já tenham sido divulgadas.

ii. montantes totais gastos pelo emissor em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, foi gasto R\$21,5 milhões na pesquisa e no desenvolvimento de novos produtos ou serviços.

iii. projetos em desenvolvimento já divulgados

Não aplicável, uma vez que atualmente não há projetos em desenvolvimento realizados pela Companhia que já tenham sido divulgadas.

iv. montantes totais gastos pelo emissor no desenvolvimento de novos produtos ou serviços

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, foi gasto R\$21 milhões na pesquisa e no desenvolvimento de novos produtos ou serviços.

d. oportunidades inseridas no plano de negócios do emissor relacionadas a questões ASG

Para o Grupo Fleury, a sustentabilidade possui um vínculo direto com a missão da empresa e é entendida como o gerenciamento integrado e balanceado dos conceitos de ASG (da sigla em inglês, ESG) – meio ambiente, social e governança – alinhados aos negócios e à estratégia da Companhia, sem deixar de lado o foco na excelência presente em seus serviços e processos. A agenda estratégica de sustentabilidade, revista a cada 3 anos, tem como objetivo alavancar o valor da sustentabilidade por meio de temas proprietários do mercado de saúde, selecionados em conjunto com os principais stakeholders com o intuito de gerar aprendizado organizacional, oportunidades de negócios, inovação e vantagem competitiva – conceitos estes já presentes na estratégia de negócios do Grupo Fleury.

A agenda endereça desafios atuais do mercado de saúde brasileiro, transformando-os em motivadores para criação de valor compartilhado entre os atores do sistema, e está baseada em seis grandes vertentes de atuação: Confiança dos Pacientes; Inovação e Transformação Digital; Ambientes de Trabalho Seguros, Diversos e Prósperos; Influência na Sociedade; Operação Ecoeficiente e Ética e Integridade. A agenda aprovada no início de 2023, baseada na dupla materialidade, traz novos temas a serem priorizados, como a ampliação do acesso à saúde e mudanças climáticas.

O Grupo Fleury mapeia, monitora e tem clareza das suas responsabilidades junto à sociedade, buscando estreitar seu relacionamento e minimizar possíveis impactos decorrentes da sua atuação por meio de diversos programas sociais e ambientais. Para endereçar os temas materiais da Cia, foi lançado, em 2021, o Projeto ESG, um projeto com duração inicial estipulada de 3 anos, com vistas ao aprimoramento das iniciativas de sustentabilidade do Grupo. Temas como redução do consumo de água, expansão da certificação integrada ISO9001/14001

(qualidade e meio ambiente), reforço das iniciativas do programa de Diversidade e Inclusão, ampliação do acesso à saúde, jornada de descarbonização e estratégias de inovação em ESG fazem parte do seu escopo no período. Duas frentes do projeto impactaram a Cia como um todo, a adoção de metas ESG no BSC Corporativo e seu respectivo desdobramento no PLR de todos os colaboradores, e a revisão do plano estratégico de ESG, a partir do desdobramento do planejamento estratégico da Cia, com a adoção de metas de longo prazo, como o compromisso do Grupo em se tornar uma empresa Net Zero.

Além disso, em junho de 2021, o Grupo realizou sua sexta emissão de debêntures, sendo que desta vez inovou com a adoção do formato SLB (Sustainability Linked Bonds), atrelando aos juros associados à emissão metas de caráter social e ambiental de longo prazo. Foram definidas duas metas, cujos indicadores são acompanhados mensalmente pela Cia:

- Redução da geração do índice de resíduos biológicos (Kg/exame) em 20% até dez/2025
- Proporcionar acesso à saúde à 1 milhão de pessoas das classes sociais C, D e E por meio de produtos e serviços da Cia até jun/2026.

Essa foi a primeira emissão do tipo de uma empresa de saúde no país, a segunda a varejo e a primeira a varejo com meta social. Ações voltadas ao desenvolvimento de novos produtos e serviços da plataforma Saúde iD, planos e cartões de descontos, avaliação de parcerias para ampliação da cobertura de atendimentos do SUS, melhorias na gestão de resíduos das unidades de atendimento e nas linhas de automação, assim como alterações metodológicas em exames realizadas na sede técnica em São Paulo fazem parte do plano de atingimento das metas definidas. O ano de 2022 marcou também o lançamento da marca de acesso Campana, em SP, e a reformulação da marca LAFE, no RJ, com vistas ao atingimento de pacientes das classes CDE. Essas marcas, alinhadas a outras linhas de negócio advindas da combinação de negócios com o Grupo Pardini em 2023, reforçam a estratégia ESG do Grupo para atendimento às classes CDE e ampliação do acesso à saúde.

Outras oportunidades relacionadas ao tema envolvem o desenvolvimento de novos testes ou a melhoria em metodologias diagnósticas relacionadas à novas doenças vinculadas ao aquecimento global e às mudanças climáticas, e a redução na linha de despesas relacionadas ao consumo de energia por meio à adoção de energia oriunda do mercado livre, além da diversificação da matriz energética do Grupo.

XI. Comentar sobre outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional e que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens desta seção

Todas as informações relevantes e pertinentes a este tópico foram divulgadas nos itens acima.

* * *

Anexo II

FLEURY S.A.

Companhia Aberta

CNPJ nº 60.840.055/0001-31

NIRE 35.300.197.534

PROPOSTA DE DESTINAÇÃO DO LUCRO LÍQUIDO E ORÇAMENTO DE CAPITAL

(nos termos do Anexo A da Resolução CVM n.º 81/22)

1. Informar o lucro líquido do exercício

R\$ 423.758.115,83

2. Informar o montante global e o valor por ação dos dividendos, incluindo dividendos antecipados e juros sobre capital próprio já declarados

Montante Global: R\$ 317.818.587,00 (R\$ 0,77669737082 por ação), sendo:

(i) Juros sobre capital próprio declarados em RCA realizada em 30 de agosto de 2023 e pagos em 31 de outubro de 2023: R\$ 92.530.235,00, correspondente ao valor por ação de R\$ 0,16922113206, imputados ao dividendo obrigatório relativo ao exercício de 2023;

(ii) Juros sobre capital próprio declarados em RCA realizada em 11 de dezembro de 2023 e pagos em 28 de dezembro de 2023: R\$ 144.751.877,00, correspondente ao valor por ação de R\$ 0,26557982563, imputados ao dividendo obrigatório relativo ao exercício de 2023; e

(iii) Dividendos declarados em RCA realizada em 07 de março de 2024 a serem pagos em 01 de abril de 2024: R\$ 80.536.475,00, correspondente ao valor por ação de R\$ 0,14761361742.

3. Informar o percentual do lucro líquido do exercício distribuído

O percentual do lucro líquido distribuído foi de 75,0%.

4. Informar o montante de global e o valor por ação de dividendos distribuídos com base em lucro de exercícios anteriores

Não aplicável.

5. Informar, deduzidos os dividendos antecipados e juros sobre capital próprio já declarados:

a. O valor bruto de dividendo e juros sobre capital próprio, de forma segregada, por ação de cada espécie e classe

b. A forma e o prazo de pagamento dos dividendos e juros sobre capital próprio

c. Eventual incidência de atualização e juros sobre os dividendos e juros sobre capital próprio

d. Data da declaração de pagamento dos dividendos e juros sobre capital próprio considerada para identificação dos acionistas que terão direito ao seu recebimento

Não aplicável. Não há proposta de distribuição adicional de dividendos ou juros sobre capital próprio com base no lucro líquido do exercício social de 2023.

6. Caso tenha havido declaração de dividendos ou juros sobre capital próprio com base em lucros apurados em balanços semestrais ou em períodos menores:

- a. Informar o montante dos dividendos ou juros sobre capital próprio já declarados**
- b. Informar a data dos respectivos pagamentos**

Não aplicável.

7. Fornecer tabela comparativa indicando os seguintes valores por ação de cada espécie e classe:

- a. Lucro líquido do exercício e dos 3 (três) exercícios anteriores**

Exercício	Lucro Líquido do exercício (R\$)	Lucro Líquido por ação ordinária (R\$)
2023	423.758.115,83	0,776697
2022	307.908.404,38	0,840352
2021	349.924.954,54	1,103732

- b. Dividendo e juro sobre capital próprio distribuído nos 3 (três) exercícios anteriores**

Exercício	Dividendos pagos (R\$)	Dividendos pagos por ação ordinária (R\$)	Juros sobre o Capital Próprio brutos pagos (R\$)	Juros sobre o Capital Próprio por ação ordinária (R\$)
2023	80.536.475,00	0,147613	92.530.235,00	0,169221
			144.751.877,00	0,265580
2022	ZERO	ZERO	107.898.426,21	0,294479
2021	225.037.665,80	0,709813	72.398.545,56	0,228359

8. Havendo destinação de lucros à reserva legal

- a. Identificar o montante destinado à reserva legal**

R\$ 21.187.905,79

- b. Detalhar a forma de cálculo da reserva legal**

5% sobre o lucro líquido limitada a 20% do capital social

9. Caso a companhia possua ações preferenciais com direito a dividendos fixos ou mínimos

- a. Descrever a forma de cálculos dos dividendos fixos ou mínimos**
- b. Informar se o lucro do exercício é suficiente para o pagamento integral dos dividendos fixos ou mínimos**
- c. Identificar se eventual parcela não paga é cumulativa**
- d. Identificar o valor global dos dividendos fixos ou mínimos a serem pagos a cada classe de ações preferenciais**
- e. Identificar os dividendos fixos ou mínimos a serem pagos por ação preferencial de cada classe**

Não aplicável. O capital social da Companhia é dividido apenas em ações ordinárias.

10. Em relação ao dividendo obrigatório

a. Descrever a forma de cálculo prevista no estatuto

Conforme previsto no Artigo 30, Parágrafo Primeiro, do Estatuto Social da Companhia, do resultado apurado no exercício serão feitas as deduções e provisões legais, além da participação dos empregados e administradores, se houver. Sobre o lucro líquido verificado, serão destacadas as quantias equivalentes às seguintes porcentagens:

(a) 5% (cinco por cento) para a constituição da reserva legal, até que se alcance o limite previsto em lei;

(b) 25% (vinte e cinco por cento) a ser distribuído como dividendo obrigatório, nos termos do art. 202 da Lei das Sociedades por Ações, pagável no prazo de 60 (sessenta) dias a contar da data de sua declaração, salvo deliberação em contrário da Assembleia Geral, devendo o pagamento ser efetuado no mesmo exercício em que for declarado; e

(c) o saldo do lucro, verificado após as distribuições acima previstas, terá a destinação proposta pela Diretoria, aprovada pelo Conselho de Administração e deliberada pela Assembleia Geral, podendo ser destinado até a sua totalidade à Reserva de Lucros Estatutária, visando o financiamento de aplicações adicionais de capital fixo e circulante, além da expansão e desenvolvimento das atividades que compõem o objeto social da Companhia e/ou de suas Controladas, até atingir o limite de 100% (cem por cento) do valor do capital social integralizado.

b. Informar se ele está sendo pago integralmente

Os juros sobre o capital próprio já declarados e pagos foram imputados ao dividendo obrigatório relativo ao exercício de 2023 e perfazem percentual superior ao mínimo obrigatório pelo Artigo 30 do Estatuto Social da Companhia.

c. Informar o montante eventualmente retido

Não há proposta para a retenção do dividendo mínimo obrigatório.

11. Havendo retenção do dividendo obrigatório devido à situação financeira da companhia

a. Informar o montante da retenção

b. Descrever, pormenorizadamente, a situação financeira da companhia, abordando, inclusive, aspectos relacionados à análise de liquidez, ao capital de giro e fluxos de caixa positivos

c. Justificar a retenção dos dividendos

Não aplicável.

12. Havendo destinação de resultado para reserva de contingências

a. Identificar o montante destinado à reserva

b. Identificar a perda considerada provável e sua causa

c. Explicar por que a perda foi considerada provável

d. Justificar a constituição da reserva

Não aplicável.

13. Havendo destinação de resultado para reserva de lucros a realizar

a. Informar o montante destinado à reserva de lucros a realizar

b. Informar a natureza dos lucros não-realizados que deram origem à reserva

Não aplicável.

14. Havendo destinação de resultado para reservas estatutárias

a. Descrever as cláusulas estatutárias que estabelecem a reserva

Vide comentários ao item 10(a) acima.

b. Identificar o montante destinado à reserva

Propõe-se a destinação do montante de R\$ 84.751.623,04 para a Reserva de Lucros Estatutária

c. Descrever como o montante foi calculado

Destinação calculada a partir do saldo do lucro líquido do exercício remanescente após as propostas de destinação para fins de retenção na forma da lei e distribuição para os acionistas da Companhia.

15. Havendo retenção de lucros prevista em orçamento de capital

a. Identificar o montante da retenção

b. Fornecer cópia do orçamento de capital

Não aplicável.

16. Havendo destinação de resultado para a reserva de incentivos fiscais

a. Informar o montante destinado à reserva

b. Explicar a natureza da destinação

Não aplicável

* * *

Anexo III

FLEURY S.A.

Companhia Aberta

CNPJ nº 60.840.055/0001-31

NIRE 35.300.197.534

REMUNERAÇÃO DOS ADMINISTRADORES

(na forma do item 8 do Formulário de Referência da Resolução CVM n.º 80/22)

8.1. Descrever a política ou prática de remuneração do conselho de administração, da diretoria estatutária e não estatutária, do conselho fiscal, dos comitês estatutários e dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, abordando os seguintes aspectos:

a. Objetivos da política ou prática de remuneração, informando se a política de remuneração foi formalmente aprovada, órgão responsável por sua aprovação, data da aprovação e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado

A Política de Remuneração dos Administradores foi aprovada pelo Conselho de Administração em 21/03/2018. O objetivo da Política é recompensar o desempenho de cada profissional na gestão dos interesses da Companhia de acordo com suas atribuições e responsabilidades, bem como de acordo com o mercado de trabalho; ainda, incentivar o atingimento de resultados de cada profissional em suas funções, reter e atrair profissionais qualificados garantindo o desenvolvimento e crescimento da Companhia e alinhar os objetivos individuais ao alcance dos objetivos estratégicos. A política está disponível no site de Relações com Investidores da Companhia (www.fleury.com.br/ri) e no site da CVM (www.cvm.gov.br).

b. Práticas e procedimentos adotados pelo conselho de administração para definir a remuneração individual do conselho de administração e da diretoria, indicando:

i. Os órgãos e comitês do emissor que participam do processo decisório, identificando de que forma participam:

Participam do processo decisório o Comitê de Cultura e Pessoas, acompanhando a evolução da organização frente a desafios estratégicos para os negócios e a gestão, avaliando políticas salariais e programas de desenvolvimento do quadro funcional e propondo diretrizes e critérios para programas de remuneração variável, sendo de competência do Conselho de Administração a aprovação da proposta final.

ii. Critérios e metodologia utilizada para a fixação da remuneração individual, indicando se há a utilização de estudos para a verificação das práticas de mercado, e, em caso positivo, os critérios de comparação e a abrangência desses estudos:

A remuneração individual da Diretoria Estatutária e Conselho de Administração é fixada com base em resultados de pesquisas e práticas de mercado com empresas participantes comparáveis à Companhia nos seguintes critérios: capital aberto, número de empregados, faturamento, etc.

iii. Com que frequência e de que forma o conselho de administração avalia a adequação da política de remuneração do emissor:

As práticas e políticas de remuneração da Companhia são avaliadas anualmente pelo seu Comitê de Remuneração não estatutário, em relação às práticas de mercado a fim de identificar a necessidade de adequação, cabendo ao Comitê propor ao Conselho de Administração os ajustes e revisões necessários.

c. Composição da remuneração, indicando:

(i) Descrição dos diversos elementos que compõem a remuneração e seus objetivos:

	CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	CONSELHO FISCAL	DIRETORIA ESTATUTÁRIA
Pró-labore/Honorários	Remuneração fixa mensal. O adicional por participação em comitês é incorporado à remuneração fixa e não varia por número de reuniões. Suplentes não são remunerados.	Remuneração fixa mensal.	Remuneração fixa mensal.
Benefícios Diretos, Indiretos e pós emprego.	Não são elegíveis.	Não são elegíveis.	Assistência médica, odontológica, vale alimentação e refeição, seguro de vida e previdência privada. Também são concedidos telefone celular, veículo e combustível.
Remuneração Variável de Curto Prazo (Bônus e PLR).	Não são elegíveis.	Não são elegíveis.	Está alinhada à estratégia da Companhia e com requisitos regulatórios, tais como: a) desempenho da Companhia; b) parâmetros de desempenho individual.

Remuneração Variável de Longo Prazo.	Não são elegíveis.	Não são elegíveis.	São estabelecidos pelo Conselho de Administração, observado o capital autorizado e dentro do montante global de remuneração determinado em AGE.
---	--------------------	--------------------	---

- **Como a política ou prática de remuneração se alinha aos interesses da Companhia de curto, médio e longo prazo:**

A Companhia mantém uma política de remuneração variável baseada em metas individuais e corporativas, estabelecendo incentivos de curto e longo prazo, atrelando os interesses dos administradores aos interesses da Companhia, de forma que seus esforços para que a Companhia atinja bons resultados sejam devidamente recompensados, na proporção de tais resultados.

- **Em relação aos 3 últimos exercícios sociais, a proporção de cada elemento na remuneração total:**

	2023	2022	2021
CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO E COMITÊS	Pró-Labore: 100%	Pró-Labore: 100%	Pró-Labore: 100%
DIRETORIA ESTATUTÁRIA	Pró- Labore: 28,1% Rem. Variável (1): 33,7% Plano de Ações: 24,3% Benefícios, diretos, indiretos e pós emprego: 4% Encargos: 9,8% Cessação do cargo(2): 0%	Pró- Labore: 28,0% Rem. Variável (1): 28,4% Plano de Ações: 28,4% Benefícios, diretos, indiretos e pós emprego: 4,5% Encargos: 8,4% Cessação do cargo (2): 2,3%	Pró- Labore: 25,3% Rem. Variável (1): 23,6% Plano de Ações: 16,4% Benefícios, diretos, indiretos e pós emprego: 3,4% Encargos: 5,6% Cessação do cargo (2): 25,7%

Notas: (1) Remuneração Variável de Curto Prazo é composta pelo Programa de Participação nos Lucros e Resultados e Bônus; (2) Benefício de cessação do cargo refere-se ao valor pago a título de indenização previsto na cláusula de “Não-Concorrência” dos Contratos de Diretores Estatutários.

- **Metodologia de Cálculo e de Reajuste:**

	CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO E COMITÊS	CONSELHO FISCAL	DIRETORIA ESTATUTÁRIA
Metodologia de cálculo e de reajuste	Pró-Labore: Reajuste baseado em pesquisas	Pró-Labore: Reajuste baseado	Pró-Labore: Reajuste baseado em pesquisas

de cada um dos elementos da remuneração.	de mercado e por recomendação do Comitê de Remuneração e aprovação do Conselho de Administração.	em pesquisas de mercado e por recomendação do Comitê de Remuneração e aprovação do Conselho de Administração.	de mercado e por recomendação do Comitê de Remuneração e aprovação do Conselho de Administração. Rem. Variável: Cálculo do PLR considera a soma dos atingimentos das metas de BSC Corporativo e Quadro de metas específicas de acordo com a área de atuação e o Bônus prevê o atingimento de projetos estruturantes. Benefícios: De acordo com os resultados das pesquisas de mercado. Plano de Opções: Distribuição de opções ou ações realizada por recomendação do Comitê de Remuneração e aprovação do Conselho de Administração.
--	--	---	---

- principais indicadores de desempenho nele levados em consideração, inclusive, se for o caso, indicadores ligados a questões ASG

O pró-labore mensal não está baseado em desempenho individual do administrador, mas sim em práticas de mercado. Apenas a remuneração variável referente ao PLR e Bônus são baseados em desempenho.

O Programa de Participação nos Lucros (PLR) incentiva o resultado de curto prazo (ano corrente) e é composto por dois quadros de metas:

BSC Corporativo	Quadro de Metas específico	Total
50%	50%	100%

O BSC é composto de quatro perspectivas, e 9 indicadores, com diferentes pesos, conforme abaixo:

PERSPECTIVA	INDICADORES	PESOS
CRESCIMENTO & RENTABILIDADE	Receita Líquida Grupo – R\$ (MM)	20,0%
	Margem EBITDA (%)	20,0%
	ROIC (%)	10,0%
CLIENTES	Clientes Únicos (números de clientes)	10,0%
	Pesquisa de Satisfação de Clientes (NPS ¹) + ACSI ² (%)	20,0%
PESSOAS	Taxa de Desligamento Iniciativa Colaborador (%)	10,0%
ESG	Índice de Geração de Resíduos Biológicos	3,3%
	Número de beneficiários assistidos nas classes C, D e E	3,3%
	Taxa de adesão Cesta de treinamentos obrigatórios	3,3%

¹ NPS: Net Promoter Score ²ACSI: Índice Americano de Satisfação do Cliente

Para pagamento do PLR é necessário o atingimento do gatilho mínimo (determinado % do Orçamento) do valor de EBITDA e Receita Líquida. O bônus estimula a entrega de projetos estratégicos estruturantes e habilitadores de futuro. O pagamento do Programa de Participação nos Lucros (PLR) e Bônus é anual.

O alinhamento com ESG é destacado com peso mínimo obrigatório de 10% relacionado ao tema para a alta liderança.

(ii) Razões que justificam a composição da remuneração:

O objetivo da política adotada é remunerar os profissionais da Companhia de acordo com as práticas de mercado, responsabilidades dos seus respectivos cargos, desempenho, metas alcançadas e nível de competitividade. A fim de atrair e reter profissionais qualificados que possam contribuir para o crescimento, sucesso e perpetuidade da Companhia.

	CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO E COMITÊS	CONSELHO FISCAL	DIRETORIA ESTATUTÁRIA
Razões que justificam a composição da remuneração.	A remuneração dos membros do Conselho de Administração é 100% fixa conforme item (i).	A remuneração dos membros do Conselho Fiscal é 100% fixa conforme item (i).	Garantir o equilíbrio entre o curto e longo prazo alinhados aos interesses dos executivos e acionistas.

(iii) Existência de membros não remunerados pelo emissor e a razão para esse fato:

	CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO E COMITÊS	CONSELHO FISCAL	DIRETORIA ESTATUTÁRIA
Existência de membros não remunerados pelo emissor e a razão para esse fato.	Não aplicável.	Não aplicável.	Não aplicável.

d. existência de remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos

Não aplicável.

e. existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário do emissor

Não aplicável.

8.2. Em relação à remuneração reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal:

Remuneração Total Exercício Social encerrado 2023				
	CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	DIRETORIA ESTATUTÁRIA	CONSELHO FISCAL	TOTAL
Nº total de membros	9,75	3,58	0,75	14
Nº total de membros remunerados	9,75	3,58	0,75	14
(i) Remuneração fixa anual:				-
Pró-Labore	8.805.000	7.085.423	64.681	15.955.104
Benefícios diretos e indiretos	-	814.856	-	814.856
Remuneração por participação em co	-	-	-	-
Outros (encargos sociais)	1.761.000	2.483.600	12.936	4.257.536
				-
(ii) Remuneração variável:				-
Bônus	-	4.710.193	-	4.710.193
Participação nos resultados	-	3.804.098	-	3.804.098
remuneração por participação em re	-	-	-	-
comissões	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-
				-
(iii) Benefícios pós-emprego	-	198.844	-	198.844
(iv) Benefícios motivados pela cessação	-	-	-	-
(v) Remuneração baseada em açõe	-	6.136.383	-	6.136.383
Observações				-
				-
Total da Remuneração	10.566.000	25.233.397	77.617	34.171.723

Nota 1: Foram considerados apenas os membros efetivos, pois os suplentes não recebem remuneração.

Remuneração Total Exercício Social encerrado 2022				
	CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	DIRETORIA ESTATUTÁRIA	CONSELHO FISCAL	TOTAL
Nº total de membros	10,00	3,75	3,00	17
Nº total de membros remunerados	10,00	3,75	3,00	17
(i) Remuneração fixa anual:				-
Pró-Labore	9.000.000	6.066.981	258.725	15.325.706
Benefícios diretos e indiretos	-	818.847	-	818.847
Remuneração por participação em co	-	-	-	-
Outros (encargos sociais)	1.800.000	1.809.949	51.745	3.661.694
				-
(ii) Remuneração variável:				-
Bônus	-	2.700.409	-	2.700.409
Participação nos resultados	-	3.433.659	-	3.433.659
remuneração por participação em re	-	-	-	-
comissões	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-
				-
(iii) Benefícios pós-emprego	-	164.165	-	164.165
(iv) Benefícios motivados pela cessação	-	499.180	-	499.180
(v) Remuneração baseada em açõe	-	6.139.338	-	6.139.338
Observações				-
				-
Total da Remuneração	10.800.000	21.632.528	310.470	32.742.998

Nota 1: Foram considerados apenas os membros efetivos, pois os suplentes não recebem remuneração.

Remuneração Total Exercício Social encerrado 2021				
	CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	DIRETORIA ESTATUTÁRIA	CONSELHO FISCAL	TOTAL
Nº total de membros	10,00	4,75	3,00	17,75
Nº total de membros remunerados	10,00	4,75	3,00	17,75
(i) Remuneração fixa anual:				
Pró-Labore	6.691.296	6.586.256	258.725	13.536.277
Benefícios diretos e indiretos	-	747.017	-	747.017
Remuneração por participação em co	-	-	-	-
Outros (encargos sociais)	1.338.259	1.450.090	51.745	2.840.094
				-
(ii) Remuneração variável:				-
Bônus	-	2.771.947	-	2.771.947
Participação nos resultados²	-	3.360.464	-	3.360.464
remuneração por participação em re	-	-	-	-
comissões	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-
				-
(iii) Benefícios pós-emprego	-	138.594	-	138.594
(iv) Benefícios motivados pela cessação	-	6.691.583	-	6.691.583
(v) Remuneração baseada em açõe	-	4.255.083	-	4.255.083
Observações				-
				-
Total da Remuneração	8.029.555	26.001.034	310.470	34.341.059

Nota 1: Foram considerados apenas os membros efetivos, pois os suplentes não recebem remuneração.

Nota 2: No ano de 2020, não houve pagamento de PLR.

Remuneração Total prevista para o Exercício Social de 2024				
	CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	DIRETORIA ESTATUTÁRIA	CONSELHO FISCAL	TOTAL
Nº total de membros	10,00	4,67	-	14,67
Nº total de membros remunerados	10,00	4,67	-	14,67
(i) Remuneração fixa anual:				-
Pró-Labore	9.000.000	9.938.728	-	18.938.728
Benefícios diretos e indiretos	-	705.287	-	705.287
Remuneração por participação em co	-	-	-	-
Outros (encargos sociais)	1.800.000	3.683.139	-	5.483.139
				-
(ii) Remuneração variável:				-
Bônus	-	6.614.113	-	6.614.113
Participação nos resultados	-	3.712.850	-	3.712.850
remuneração por participação em rev	-	-	-	-
comissões	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-
				-
(iii) Benefícios pós-emprego	-	288.304	-	288.304
(iv) Benefícios motivados pela cessação	-	-	-	-
(v) Remuneração baseada em ação	-	8.608.537	-	8.608.537
Observações				-
				-
Total da Remuneração	10.800.000	33.550.958	0	44.350.958

8.3. Em relação à remuneração variável dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

Exercício Social de 2023 (R\$ em milhares)				
	Conselho de Administração ¹	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Número de membros	9,75	3,58	0,75	14,08
Numero de Membros Remunerados	9,75	3,58	0,75	14,08
Bônus (em R\$)				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	0	-	0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração ²	-	5.083	-	5.083
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas sejam atingidas	-	4.631	-	-
Valor efetivamente reconhecido no resultado ³	-	4.710	-	4.710
Participação no resultado (em R\$)				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	0	-	0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração ²	-	4.041	-	4.041
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	-	3.781	-	3.781
Valor efetivamente reconhecido no resultado	-	3.804	-	3.804

¹ Conselho de Administração não recebe remuneração variável.

² Valor máximo considera atingimento de 120%.

Exercício Social de 2022 (R\$ em milhares)				
	Conselho de Administração ¹	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Número de membros	10,00	3,75	3,00	16,75
Numero de Membros Remunerados	10,00	3,75	3,00	16,75
Bônus (em R\$)				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	0	-	0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração ²	-	2.343	-	2.343
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas sejam atingidas	-	1.952	-	1.952
Valor efetivamente reconhecido no resultado ³	-	1.576	-	-
Participação no resultado (em R\$)				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	0	-	0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração ²	-	3.441	-	3.441
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	-	3.214	-	3.214
Valor efetivamente reconhecido no resultado	-	3.434	-	-

¹ Conselho de Administração não recebe remuneração variável.

² Valor máximo considera atingimento de 120%.

Exercício Social de 2021 (R\$ em milhares)				
	Conselho de Administração ¹	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Número de membros	10,00	4,75	3,00	17,75
Numero de Membros Remunerados	10,00	4,75	3,00	17,75
Bônus (em R\$)				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	0	-	0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração ²	-	2079	-	2.079
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas sejam atingidas	-	1732	-	1.732
Valor efetivamente reconhecido no resultado ³	-	2772	-	-
Participação no resultado (em R\$)				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	0	-	0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração ²	-	3500	-	3.500
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	-	2917	-	2.917
Valor efetivamente reconhecido no resultado	-	3360	-	-

¹ Conselho de Administração não recebe remuneração variável.

² Valor máximo considera atingimento de 120%.

Exercício Social de 2024 (Previsão) (R\$ em milhares)				
	Conselho de Administração¹	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Número de membros	10,00	4,67	0,00	14,67
Numero de Membros Remunerados	10,00	4,67	0,00	14,67
Bônus (em R\$)				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	0	-	0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração ²	-	6.614	-	6.614
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas sejam atingidas	-	4.794	-	4.794
Valor efetivamente reconhecido no resultado	-	-	-	-
Participação no resultado (em R\$)				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	0	-	0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração ²	-	3.713	-	3.713
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	-	3.094	-	3.094
Valor efetivamente reconhecido no resultado	-	-	-	-

8.4. Em relação ao plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, em vigor no último exercício social e previsto para o exercício social corrente, descrever:

a. Termos e condições gerais

Plano de Opções de Compra aprovado em 2016:

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 25 de julho de 2016, foi aprovado o Plano de Opções de Compra de Ações do ano fiscal de 2016 da Companhia e, em reunião de Conselho de Administração, realizada em 27 de julho de 2016, foi aprovado o “Programa de Opções de Compra de Ações da Companhia”, bem como seu respectivo regulamento.

As condições gerais de outorga de opções e decisões relativas aos participantes e Plano de 2016 estão descritas abaixo:

A outorga de opções é realizada mediante a celebração entre a Companhia e cada um dos participantes de Instrumento Particular de Outorga de Opção de Compra de Ações (“Contrato de Opção”).

O preço por ação para o exercício da Opção (“Preço do Exercício”) é fixado de acordo com a média dos preços da ação no fechamento dos últimos 90 (noventa) pregões que antecedem a data da reunião do Conselho de Administração que deliberou sobre a aprovação do Plano.

O exercício total da Opção pelos beneficiários poderá ser realizado em, no mínimo 06 (seis) anos a contar da data de assinatura do respectivo Contrato de Adesão (“Período de Carência”), em parcelas assim definidas: 12,5% (doze e meio por cento) do total das ações objeto da Opção serão exercíveis a partir do final do 24º mês contado da assinatura do respectivo Contrato de Adesão entre a Companhia e o Beneficiário; 25% (vinte e cinco por cento) do total das ações objeto da Opção a partir do final do 36º mês contado da assinatura do respectivo Contrato de Adesão entre a Companhia e o Beneficiário; 25% (vinte e cinco por cento) do total das ações objeto da Opção a partir do 48º mês contado da assinatura do respectivo Contrato de Adesão entre a Companhia e o Beneficiário; 25% (vinte e cinco por cento) do total das ações objeto da Opção a partir do 60º mês contado da assinatura do respectivo Contrato de Adesão entre a

Companhia e o Beneficiário; 12,5% (doze e meio por cento) do total das ações objeto da Opção a partir do final do 72º mês contado da assinatura do respectivo Contrato de Adesão entre a Companhia e o Beneficiário.

O Beneficiário terá o prazo de até 02 (dois) anos, contados da data em que cada porção da Opção puder ser exercida, para efetivar o exercício ("Período de Vigência"), a menos que o Conselho de Administração estabeleça de outra forma. O Beneficiário perderá todos os direitos sobre as porções da Opção que não tenham sido exercidas dentro do Período de Vigência.

Após o exercício de cada porção da Opção e subscrição das respectivas ações, o Beneficiário titular de tais ações somente poderá aliená-las ou por qualquer outra forma e a qualquer título as transferir, depois de decorridos 06 (seis) meses da data da respectiva subscrição ("Período de Restrição").

A Companhia poderá, a qualquer momento, mediante decisão do Conselho de Administração, resgatar as ações que forem alienadas ou transferidas em inobservância ao Período de Restrição acima descrito, mediante pagamento do respectivo Preço do Exercício, sem correção monetária, utilizando-se, para tanto, de lucros e/ou reservas.

Durante o Período de Restrição, a Companhia poderá, a qualquer tempo, mediante decisão do Conselho de Administração, resgatar as Ações do Beneficiário, mediante pagamento do respectivo Preço de Exercício, sem juros ou correção monetária, utilizando-se, para tanto, de lucros e/ou reservas, nas seguintes hipóteses: a) Desligamento do Beneficiário por justo motivo, antes de encerrado o Período de restrição; b) Descumprimento da obrigação de não concorrência, no caso de Beneficiários que tiverem firmado Acordo de Não Concorrência com a Companhia.

Por deliberação do Conselho de Administração, serão determinados nos Regulamentos as consequências e procedimentos relativos à manutenção ou perda de direitos à Opção nos casos de (i) desligamento, (ii) falecimento, (iii) invalidez permanente, (iv) aposentadoria dos Beneficiários.

Este Plano não impedirá a Companhia de se envolver em operações de reorganização societária, tais como transformação, incorporação, fusão e cisão. O Conselho de Administração poderá, a seu critério, determinar, sem prejuízo de outras medidas: (a) a substituição das ações objeto da Opção por ações da sociedade sucessora da Companhia; e ou (b) a antecipação do prazo de carência para o exercício da Opção, de forma a assegurar a inclusão das ações na operação em questão.

Plano de Ações Diferidas aprovado em 2019:

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 05 de dezembro de 2019, foi aprovado o novo plano de ações diferidas do Grupo Fleury, e, em reunião de Conselho de Administração, realizada em 26 de novembro de 2020, foi aprovado o "Programa de Ações Diferidas", que poderá ser exercida por seus beneficiários de acordo com os termos e condições da outorga.

O plano estabelece as condições gerais de outorga de ações de emissão da Companhia a seus colaboradores ou de outras sociedades sob o seu controle, devidamente eleitos pelo Conselho de Administração.

O plano prevê a transferência de ações aos membros da diretoria respeitando as quantidades definidas pelas condições de definidas em contrato de outorga de ações diferidas.

As ações outorgadas no âmbito do plano não poderão ultrapassar o limite de 1,2% do total de ações do capital social subscrito e integralizado da Companhia na data de aprovação do plano.

A outorga de ações é realizada mediante a celebração entre a Companhia e cada um dos participantes do “Contrato de Ações Diferidas”.

O plano prevê a outorgas anuais a partir de 2020 e em cada outorga serão definidas as quantidades de ações destinadas a cada beneficiário com base nas regras previstas no plano. Após o período de vesting, a empresa irá transferir a titularidade das ações aos beneficiários. O plano terá vesting de 4 anos e será dividido em 4 parcelas anuais proporcionalizadas (20%/20%/20%/40%), ou seja, a cada ano será transferida a titularidade de uma porção das ações outorgadas.

Como trata-se de um plano de concessão de ações, não se aplicam regras relacionadas a preço de exercício, período de vigência e período de restrição.

O Conselho de Administração ou a Diretoria poderá, a seu exclusivo critério dentro das respectivas competências, convidar Beneficiários deste Plano a receber Ações Extraordinárias, nos termos e condições deste Plano, observados os períodos cumulativos de Vesting e Lock-up.

Por deliberação do Conselho de Administração, serão determinados nos Regulamentos as consequências e procedimentos relativos à manutenção ou perda de direitos às ações nos casos de (i) desligamento, (ii) falecimento, (iii) invalidez permanente, (iv) aposentadoria dos Beneficiários.

Este plano não impedirá a Companhia de se envolver em operações de reorganização societária, tais como transformação, incorporação, fusão e cisão.

b. Data de aprovação e órgão responsável

Plano de Opção de Compra aprovado em 2016:

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 25 de julho de 2016, foi aprovado o Plano de Opções de Compra de Ações do ano fiscal de 2016 da Companhia e, em reunião de Conselho de Administração, realizada em 27 de julho de 2016, foi aprovado o “Programa de Opções de Compra de Ações da Companhia”, bem como seu respectivo regulamento.

Plano de Ações Diferidas aprovado em 2019:

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 05 de dezembro de 2019, foi aprovado o novo plano de ações diferidas do Grupo Fleury, e, em reunião de Conselho de Administração, realizada em 26 de novembro de 2020, foi aprovado o “Programa de Ações Diferidas”.

c. Número máximo de ações abrangidas

Plano de Opção de Compra aprovado em 2016:

Nos termos da cláusula 4.1. as ações outorgadas no âmbito do plano não poderão ultrapassar, durante o período de vigência do plano, o limite de 2,5% do total de ações do capital social subscrito e integralizado da Companhia na data de aprovação do plano.

Plano de Ações Diferidas aprovado em 2019:

As ações outorgadas no âmbito do plano não poderão ultrapassar o limite de 1,2% do total de ações do capital social subscrito e integralizado da Companhia na data de aprovação do plano.

d. Número máximo de opções a serem outorgadas

Considerando que para os dois planos de opção vigentes cada opção equivale a uma ação o número máximo de opções passíveis de serem outorgadas equivale ao número máximo de ações que representam o percentual do capital social informado no item acima.

e. Condições de aquisição de ações

Plano de Opção de Compra aprovado em 2016:

O exercício total da Opção pelos beneficiários poderá ser realizado em, no mínimo 06 (seis) anos a contar da data de assinatura do respectivo Contrato de Adesão ("Período de Carência"), em parcelas assim definidas: 12,5% (doze e meio por cento) do total das ações objeto da Opção serão exercíveis a partir do final do 24º mês contado da assinatura do respectivo Contrato de Adesão entre a Companhia e o Beneficiário; 25% (vinte e cinco por cento) do total das ações objeto da Opção a partir do final do 36º mês contado da assinatura do respectivo Contrato de Adesão entre a Companhia e o Beneficiário; 25% (vinte e cinco por cento) do total das ações objeto da Opção a partir do 48º mês contado da assinatura do respectivo Contrato de Adesão entre a Companhia e o Beneficiário; 25% (vinte e cinco por cento) do total das ações objeto da Opção a partir do 60º mês contado da assinatura do respectivo Contrato de Adesão entre a Companhia e o Beneficiário; 12,5% (doze e meio por cento) do total das ações objeto da Opção a partir do final do 72º mês contado da assinatura do respectivo Contrato de Adesão entre a Companhia e o Beneficiário.

O exercício de cada porção de Opções se dará mediante envio de notificação formal pelo Beneficiário informando sobre seu desejo de exercício, respeitados o cronograma no Regulamento, e o "Período de Vigência", nos termos do cronograma e procedimentos a serem divulgados pelo Conselho de Administração.

O exercício da Opção somente poderá ocorrer desde que se verifique a continuidade do vínculo do Beneficiário com a Companhia, até a data do efetivo exercício da Opção, observadas as disposições constantes nas cláusulas 4 e 6 do Contrato de Adesão, bem como condições constantes do Regulamento do Programa.

A aquisição das ações objeto da Opção exercida por cada Beneficiário deverá ser realizada mediante pagamento, em uma única parcela, no prazo de até 10 dias do ato de subscrição das ações, em moeda corrente nacional, por intermédio de utilização de recurso próprio de cada Beneficiário.

As ações objeto da Opção, subscritas ou adquiridas nos termos deste Contrato de Adesão e Regulamento do Programa assegurarão aos seus titulares os mesmos direitos e vantagens das ações ordinárias detidas pelos demais acionistas da Companhia.

O Beneficiário não terá qualquer direito na qualidade de acionista da Companhia (inclusive o direito de receber dividendos), com relação a quaisquer ações abrangidas pela Opção, até que essas ações tenham sido totalmente subscritas/adquiridas e integralizadas/pagas pelo Beneficiário.

Nenhuma ação será entregue ao Beneficiário em decorrência do exercício de sua Opção a não ser que todas as exigências legais e regulamentares tenham sido integralmente cumpridas pelo Beneficiário.

Até o efetivo exercício da Opção, é vedado ao Beneficiário a alienação, ou a constituição de quaisquer ônus que recaiam sobre as Opções.

Plano de Ações Diferidas aprovado em 2019:

Considerando que, no âmbito do Plano de Ações Diferidas, as ações são concedidas aos Beneficiários e efetivamente transferidas, observados os prazos de carência estabelecidos nos Programas de Ações e as condições previamente estabelecidas em contrato, não há regras de aquisição de ações.

f. Critérios para fixação do preço de aquisição ou exercício

Plano de Opção de Compra aprovado em 2016:

Nos termos da cláusula 6ª do plano, o preço das ações a serem subscritas ou adquiridas pelos Beneficiários em decorrência do exercício da Opção será fixado de acordo com a média dos preços da ação no fechamento dos últimos 90 (noventa) pregões que antecederem a data da reunião do Conselho de Administração que deliberar sobre a respectiva outorga com aprovação do Regulamento.

Plano de Ações Diferidas aprovado em 2019:

O instrumento de incentivo de longo prazo ocorre por meio da concessão de ações, não há fixação do preço de aquisição ou exercício.

g. Critérios para fixação do prazo de aquisição ou exercício

Plano de Opção de Compra aprovado em 2016:

O prazo de exercício é fixado pelo Plano de Opção de Compra aprovado pela Assembleia Geral, ficando estabelecido que o Beneficiário terá o prazo de 2 (dois) anos, contados da data em que cada porção da Opção puder ser exercida, para efetivar o exercício, salvo deliberação do Conselho de Administração contrária. O Beneficiário perderá todos os direitos sobre as porções da Opção que não tenham sido exercidas dentro do período de vigência.

Plano de Ações Diferidas aprovado em 2019:

Como já mencionado em itens anteriores, as ações são transferidas aos Beneficiários, desde que cumpridas as condições estabelecidas no Plano de Ações Diferidas, no Programa de Ações Diferidas e em cada contrato individual, de modo que não há exercício.

h. Forma de liquidação

Plano de Opção de Compra aprovado em 2016:

No plano de opções de compra aprovado em 2016 a aquisição das ações objeto da Opção exercida por cada Beneficiário deverá ser realizada mediante pagamento, em uma única parcela, no prazo de até 10 dias do ato de subscrição das ações, em moeda corrente nacional, por intermédio de utilização de recurso próprio de cada Beneficiário.

Plano de Ações Diferidas aprovado em 2019:

No âmbito do Plano de Ações Diferidas, as ações serão transferidas aos Beneficiários de acordo com os lotes e nos períodos fixados em cada contrato individual, desde que cumpridas as condições estabelecidas no Plano de Ações Diferidas, no Programa de Ações Diferidas e em cada contrato individual.

O Beneficiário receberá as Ações correspondentes às Ações Maduras (tanto em relação a Ações Diferidas como Ações Extraordinárias, conforme o caso) no prazo de até 60 (sessenta dias), a partir da data de Vesting de cada uma

i. Restrições à transferência das ações

Plano de Opção de Compra aprovado em 2016:

Após o exercício de cada porção da Opção e ações subscrição das respectivas ações, o Beneficiário titular de tais ações somente poderá aliená-las ou por qualquer outra forma e a qualquer título as transferir, depois de decorridos 06 (seis) meses da data da respectiva subscrição ("Período de Restrição").

A Companhia poderá, a qualquer momento, mediante decisão do Conselho de Administração, resgatar as ações que forem alienadas ou transferidas em inobservância ao "Período de Restrição" acima descrito, mediante pagamento do respectivo Preço do Exercício, sem correção monetária, utilizando-se, para tanto, de lucros e/ou reservas.

Durante o Período de Restrição, a Companhia poderá, a qualquer tempo, mediante decisão do Conselho de Administração, resgatar as Ações do Beneficiário, mediante pagamento do respectivo Preço de Exercício, sem juros ou correção monetária, utilizando-se, para tanto, de lucros e/ou reservas, nas seguintes hipóteses: a) Desligamento do Beneficiário por justo motivo, antes de encerrado o Período de restrição; b) Descumprimento da obrigação de não concorrência, no caso de Beneficiários que tiverem firmado Acordo de Não Concorrência com a Companhia.

Plano de Ações Diferidas aprovado em 2019:

O Conselho de Administração ou a Diretoria poderá, a seu exclusivo critério dentro das respectivas competências, convidar Beneficiários do Plano de Ações Diferidas a receber Ações Extraordinárias, nos termos e condições do Plano de Ações Diferidas, observados os períodos cumulativos de Vesting e Lock-up descritos abaixo.

Caso o Beneficiário seja oferecido e aceite a outorga de Ações Extraordinárias, ele deverá firmar um novo Contrato de Outorga (ou um aditamento ao Contrato de Outorga original, conforme definido pelo Conselho de Administração ou pela Diretoria) contendo as condições aplicáveis à outorga de Ações Extraordinárias, incluindo a sua Data de Outorga.

A outorga de Ações Extraordinárias poderá ser realizada anualmente, a critério do Conselho de Administração ou da Diretoria, dentro das competências estabelecidas no Plano de Ações Diferidas e de acordo com o procedimento previsto na Cláusula 3.2 do Plano de Ações Diferidas, no mesmo período em que uma parcela se tornar madura. Como condição para o recebimento de uma Ação Extraordinária, o Beneficiário deverá concordar expressamente em:

(i) ao receber a correspondente parcela das Ações Maduras, comprometer-se a não alienar, alugar, empenhar, oferecer em garantia ou transferir de qualquer outra forma tais Ações recebidas, durante o período de lock-up (“Ações Bloqueadas”); e

(ii) autorizar o bloqueio para negociação das Ações Bloqueadas nos livros da instituição depositária das ações escriturais da Companhia durante o Lock-up.

O Vesting da Ação Extraordinária estará condicionado ao decurso cumulativo: (i) do prazo de Lock-up das Ações Bloqueadas; (ii) do período de 1 (um) ano contado da outorga da Ação Extraordinária; e (iii) das outras condições que o Conselho de Administração e/ou a Diretoria venham a determinar.

Cumpridas as condições para o Vesting das Ações Extraordinárias, o Beneficiário adquirirá o direito de (i) receber as Ações correspondentes às Ações Extraordinárias que se tornarem Ações Maduras; e (ii) ter as Ações Bloqueadas devidamente desbloqueadas.

j. Critérios e eventos que, quando verificados, ocasionarão a suspensão, alteração ou extinção do plano

Plano de Opção de Compra aprovado em 2016:

O plano entrou em vigor na data de sua aprovação pela Assembleia Geral da Companhia e expirará (i) pelo decurso do prazo que permita o exercício integral das opções outorgadas no âmbito deste Plano; (ii) por decisão da Assembleia Geral ou do Conselho de Administração da Companhia; ou (iii) pela dissolução ou liquidação da Companhia, o que ocorrer primeiro.

A extinção do plano por deliberação da Assembleia Geral ou do Conselho de Administração da Companhia não afetará a eficácia das opções então em vigor anteriormente outorgadas (salvo se diversamente acordado por escrito com o respectivo Participante), tampouco a eficácia e validade das restrições à negociação com as opções, as Ações e/ou ao direito de preferência instituído neste Plano.

Plano de Ações Diferidas aprovado em 2019:

A outorga das Ações Diferidas ou Ações Extraordinárias nos termos do Plano de Ações Diferidas não impedirá a Companhia de se envolver em operações de reorganização societária, tais como transformação, incorporação, fusão, cisão e incorporação de ações.

O Conselho de Administração da Companhia e as sociedades envolvidas em tais operações poderão, a seu critério, determinar, sem prejuízo de outras medidas que decidirem por equidade, a substituição das Ações Diferidas ou Ações Extraordinárias por direitos similares da sociedade sucessora da Companhia, com os ajustes apropriados na quantidade de Ações Diferidas ou Ações Extraordinárias.

Salvo se de outra forma definido pelo Conselho de Administração, a alteração da composição societária da Companhia ou seu envolvimento em operações de reorganização societária, inclusive em razão de alterações de controle ou ofertas públicas, não impactará os prazos normais de Vesting e os demais termos e condições das outorgas de Ações Diferidas ou Ações Extraordinárias no âmbito do Plano de Ações Diferidas.

k. efeitos da saída do administrador dos órgãos do emissor sobre seus direitos previstos no plano de remuneração baseado em ações

Plano de Opção de Compra aprovado em 2016:

Em caso de Desligamento sem justa causa do Participante, por iniciativa do Participante ou da Companhia, o Participante perderá, de pleno direito, independentemente de aviso prévio ou indenização, todas as Opções que lhe tenham sido concedidas e que ainda não sejam exercíveis na data do Desligamento, o Participante poderá exercer as Opções que forem exercíveis na data do Desligamento, exclusivamente no prazo de 30 (trinta) dias contados do anúncio do Desligamento, mediante entrega de comunicação por escrito.

Na hipótese de Desligamento do Participante ter ocorrido por iniciativa da Companhia e tiver sido fundado em justa causa, conforme conceito definido na Consolidação das Leis do Trabalho ("CLT"), o Participante perderá, de pleno direito, independentemente de aviso prévio ou indenização, todas as Opções que lhe tenham sido concedidas, exercíveis ou não, na data do Desligamento.

As Opções outorgadas nos termos deste Plano voltarão a estar disponíveis para outorga a outros Participantes, nos termos deste Plano nas hipóteses de Desligamento do Participante da Companhia.

Para fins do Plano, "Desligamento" significa qualquer ato ou fato, justificado ou não, que ponha fim à relação jurídica do Participante com a Companhia, abrangendo, dentre outros, as hipóteses de destituição, substituição ou não reeleição como administrador e rescisão de contrato de trabalho, a qualquer título.

O conceito de Desligamento não abrange as hipóteses de:

(a) alteração da relação jurídica do Participante com a Companhia, contanto que, após a referida alteração, o Participante ainda seja considerado como elegível ao Plano, conforme definidos no item 3 dos Planos ora referidos, cabendo ao Conselho de Administração, se julgado necessário, manifestar-se a respeito da manutenção, ou não, da qualidade do Participante após a referida alteração;

(b) aposentadoria.

Plano de Ações Diferidas aprovado em 2019:

Em caso de Desligamento sem justa causa do Beneficiário, por iniciativa do Beneficiário, o Beneficiário perderá, de pleno direito, independentemente de aviso prévio ou indenização, todas as ações que lhe tenham sido outorgadas e que não lhe foram transferidas na data do Desligamento.

Em caso de Desligamento sem justa causa do Beneficiário, por iniciativa da Companhia, o Beneficiário terá direito ao recebimento das ações outorgadas proporcional ao tempo trabalhado e somente após o término do ciclo de vesting.

Na hipótese de Desligamento do Beneficiário ter ocorrido por iniciativa da Companhia e tiver sido fundado em justa causa, conforme conceito definido na Consolidação das Leis do Trabalho ("CLT"), o Participante perderá, de pleno direito, independentemente de aviso prévio ou indenização, todas as ações outorgadas que lhe tenham sido concedidas na data do Desligamento.

Para fins do Plano, “Desligamento” significa qualquer ato ou fato, justificado ou não, que ponha fim à relação jurídica do Beneficiário com a Companhia, abrangendo, dentre outros, as hipóteses de destituição, substituição ou não reeleição como administrador e rescisão de contrato de trabalho, a qualquer título.

8.5. Em relação à remuneração baseada em ações reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária.

Plano de Opção de Compra aprovado em 2016:

Em Assembleia Geral Extraordinária (“AGE”), realizada no dia 26 de junho de 2017, foi aprovado por unanimidade de votos o desdobramento das ações ordinárias de emissão da Companhia, na proporção de 2 (duas) ações para cada 01 (uma) ação existente, resultando em um aumento de 100% do número das ações. Desta forma, as outorgas de opções de compra de ações antes desta data não consideram o desdobramento de ações.

Remuneração baseada em ações - exercício social encerrado em 31/12/2023				
Órgão				
Nº Total de Membros	4	4	4	4
Nº de membros remunerados	2	0	0	1
Outorga de opções de compras de ações	1ª Outorga Novo Programa	2ª Outorga Novo Programa	4ª Outorga Novo Programa	6ª Outorga Novo Programa
Data de outorga	27/07/2016	03/05/2017	15/12/2017	10/05/2018
Preço médio ponderado de exercício:				
(a) Das opções em aberto no início do exercício social	8,74	20,22	28,86	27,66
(b) Das opções perdidas durante o exercício social	-	-	-	-
(c) Das opções exercidas durante o exercício social	8,74	20,22	28,86	27,66
(d) Das opções expiradas durante o exercício social	-	-	-	-
Valor justo das opções na data da outorga	8,87	16,10	6,96	6,86
Diluição potencial no caso do exercício de todas as opções outorgadas	0,22%	0,06%	0,07%	0,05%

Remuneração baseada em ações - exercício social encerrado em 31/12/2022				
Órgão				
Nº Total de Membros	4	4	4	4
Nº de membros remunerados	3	0	0	1
Outorga de opções de compras de ações	1ª Outorga Novo Programa	2ª Outorga Novo Programa	4ª Outorga Novo Programa	6ª Outorga Novo Programa
Data de outorga	27/07/2016	03/05/2017	15/12/2017	10/05/2018
Preço médio ponderado de exercício:				
(a) Das opções em aberto no início do exercício social	8,74	20,22	28,86	27,66
(b) Das opções perdidas durante o exercício social	-	-	-	-
(c) Das opções exercidas durante o exercício social	8,74	20,22	28,86	27,66
(d) Das opções expiradas durante o exercício social	-	-	-	27,66
Valor justo das opções na data da outorga	8,87	16,10	6,96	6,86
Diluição potencial no caso do exercício de todas as opções outorgadas	0,22%	0,06%	0,07%	0,05%

Remuneração baseada em ações - exercício social encerrado em 31/12/2021				
Órgão				
Nº Total de Membros	6	6	6	6
Nº de membros remunerados	5	1	1	1
Outorga de opções de compras de ações	1ª Outorga Novo Programa	2ª Outorga Novo Programa	4ª Outorga Novo Programa	6ª Outorga Novo Programa
Data de outorga	27/07/2016	03/05/2017	15/12/2017	10/05/2018
Preço médio ponderado de exercício:				
(a) Das opções em aberto no início do exercício social	8,74	20,22	28,86	27,66
(b) Das opções perdidas durante o exercício social	-	-	-	-
(c) Das opções exercidas durante o exercício social	8,74	20,22	28,86	27,66
(d) Das opções expiradas durante o exercício social	-	-	-	-
Valor justo das opções na data da outorga	8,87	16,10	6,96	6,86
Diluição potencial no caso do exercício de todas as opções outorgadas	0,22%	0,06%	0,07%	0,05%

Remuneração baseada em ações prevista para o exercício social corrente (2024)				
Orgão				
Nº Total de Membros	5	5	5	5
Nº de membros remunerados	3	0	0	1
Outorga de opções de compras de ações	1ª Outorga Novo Programa	2ª Outorga Novo Programa	4ª Outorga Novo Programa	6ª Outorga Novo Programa
Data de outorga	27/07/2016	03/05/2017	15/12/2017	10/05/2018
Preço médio ponderado de exercício:				
(a) Das opções em aberto no início do exercício social	8,74	20,22	28,86	27,66
(b) Das opções perdidas durante o exercício social	-	-	-	-
(c) Das opções exercidas durante o exercício social	8,74	20,22	28,86	27,66
(d) Das opções expiradas durante o exercício social	-	-	-	-
Valor justo das opções na data da outorga	8,87	16,10	6,96	6,86
Diluição potencial no caso do exercício de todas as opções outorgadas	0,22%	0,06%	0,07%	0,05%

Plano de Ações Diferidas aprovado em 2019:

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 05 de dezembro de 2019, foi aprovado o novo plano de ações diferidas do Grupo Fleury, e, em reunião de Conselho de Administração, realizada em 26 de novembro de 2020, foi aprovado o “Programa de Ações Diferidas”, que poderá ser exercida por seus beneficiários de acordo com os termos e condições da outorga.

Remuneração baseada em ações – exercício social encerrado em 31/12/2023							
Orgão	Diretoria Estatutária						
Nº Total de Membros	4	4	4	4	4	4	4
Nº de membros remunerados	2	2	3	3	3	3	4
Outorga de opções de compras de ações	1ª Outorga – Ações Diferidas	1ª Outorga – Ações Extraordinárias	2ª Outorga – Ações Diferidas	2ª Outorga – Ações Extraordinárias	3ª Outorga – Ações Diferidas	3ª Outorga – Ações Extraordinárias	4ª Outorga – Ações Diferidas
Data de outorga	26/11/2020	01/03/2021	30/08/2021	01/02/2022	01/08/2022	01/02/2023	10/08/2023
Preço médio ponderado de exercício:							
(a) Das opções em aberto no início do exercício social	26,91	27,31	25,37	19,46	15,32	16,88	15,42
(b) Das opções perdidas durante o exercício social	-	-	-	-	-	-	-
(c) Das opções exercidas durante o exercício social	-	-	-	-	-	-	-
(d) Das opções expiradas durante o exercício social	-	-	-	-	-	-	-
Valor justo das opções na data da outorga	26,91	27,31	25,37	19,46	15,32	16,88	15,42
Diluição potencial no caso do exercício de todas as ações outorgadas	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%

Remuneração baseada em ações prevista para o exercício social corrente (2022)					
Orgão	Diretoria Estatutária	Diretoria Estatutária	Diretoria Estatutária	Diretoria Estatutária	Diretoria Estatutária
Nº Total de Membros	4	4	4	4	4
Nº de membros remunerados	3	3	4	4	3
Outorga de opções de compras de ações	1ª Outorga – Ações Diferidas	1ª Outorga – Ações Extraordinárias	2ª Outorga – Ações Diferidas	2ª Outorga – Ações Extraordinárias	3ª Outorga – Ações Diferidas
Data de outorga	26/11/2020	01/03/2021	30/08/2021	01/02/2022	01/08/2022
Preço médio ponderado de exercício:					
(a) Das opções em aberto no início do exercício social	26,91	27,31	25,37	19,46	15,32
(b) Das opções perdidas durante o exercício social	-	-	-	-	-
(c) Das opções exercidas durante o exercício social	-	-	-	-	-
(d) Das opções expiradas durante o exercício social	-	-	-	-	-
Valor justo das opções na data da outorga	26,91	27,31	25,37	19,46	15,32
Diluição potencial no caso do exercício de todas as ações outorgadas	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%

Remuneração baseada em ações – exercício social encerrado em 31/12/2021			
Orgão	Diretoria Estatutária	Diretoria Estatutária	Diretoria Estatutária
Nº Total de Membros	6	6	6
Nº de membros remunerados	6	5	6
Outorga de opções de compras de ações	1ª Outorga – Ações Diferidas	1ª Outorga – Ações Extraordinárias	2ª Outorga – Ações Diferidas
Data de outorga	26/11/2020	01/03/2021	30/08/2021
Preço médio ponderado de exercício:			
(a) Das opções em aberto no início do exercício social	26,91	27,31	25,37
(b) Das opções perdidas durante o exercício social	-	-	-
(c) Das opções exercidas durante o exercício social	-	-	-
(d) Das opções expiradas durante o exercício social	-	-	-
Valor justo das opções na data da outorga	26,91	27,31	25,37
Diluição potencial no caso do exercício de todas as ações outorgadas	0,00%	0,00%	0,00%

Remuneração baseada em ações prevista para o exercício social corrente (2024)									
Orgão	Diretoria Estatutária								
Nº Total de Membros	5	5	5	5	5	5	5	5	5
Nº de membros remunerados	3	3	4	4	4	4	5	5	5
Outorga de opções de compras de ações	1ª Outorga – Ações Diferidas	1ª Outorga – Ações Extraordinárias	2ª Outorga – Ações Diferidas	2ª Outorga – Ações Extraordinárias	3ª Outorga – Ações Diferidas	3ª Outorga – Ações Extraordinárias	4ª Outorga – Ações Diferidas	4ª Outorga – Ações Extraordinárias	5ª Outorga – Ações Diferidas
Data de outorga	26/11/2020	01/03/2021	30/08/2021	01/02/2022	01/08/2022	01/02/2023	10/08/2023	01/02/2024	01/08/2024
Preço médio ponderado de exercício:									
(a) Das opções em aberto no início do exercício social	26,91	27,31	25,37	19,46	15,32	16,88	15,42	16,42	16,77
(b) Das opções perdidas durante o exercício social	-	-	-	-	-	-	-	-	-
(c) Das opções exercidas durante o exercício social	-	-	-	-	-	-	-	-	-
(d) Das opções expiradas durante o exercício social	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Valor justo das opções na data da outorga	26,91	27,31	25,37	19,46	15,32	16,88	15,42	16,42	16,77
Diluição potencial no caso do exercício de todas as ações outorgadas	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%

8.6. Em relação à cada outorga de opções de compra de ações realizada nos 3 últimos exercícios sociais e previstas para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária.

Plano de Opção de Compra aprovado em 2016:

Em Assembleia Geral Extraordinária (“AGE”), realizada no dia 26 de junho de 2017, foi aprovado por unanimidade de votos o desdobramento das ações ordinárias de emissão da Companhia, na proporção de 2 (duas) ações para cada 01 (uma) ação existente, resultando em um aumento de 100% do número das ações. Desta forma, as outorgas de opções de compra de ações antes desta data não consideram o desdobramento de ações.

Remuneração baseada em ações - exercício social encerrado em 31/12/2023				
Orgão				
Nº Total de Membros	4	4	4	4
Nº de membros remunerados	2	0	0	1
Outorga de opções de compras de ações	1ª Outorga Novo Programa	2ª Outorga Novo Programa	4ª Outorga Novo Programa	6ª Outorga Novo Programa
Data de outorga	27/07/2016	03/05/2017	15/12/2017	10/05/2018
Quantidade de opções outorgadas	205.882	-	-	168.000
Prazo para que as opções se tornem exercíveis	até 12,5% após 2 anos, até 37,5% após 3 anos; até 62,5% após 4 anos, até 87,5% após 5 anos e 100% com 6 anos.	até 12,5% após 2 anos; até 37,5% após 3 anos; até 62,5% após 4 anos, até 87,5% após 5 anos e 100% com 6 anos.	até 12,5% após 2 anos, até 37,5% após 3 anos; até 62,5% após 4 anos, até 87,5% após 5 anos e 100% com 6 anos.	até 12,5% após 2 anos, até 37,5% após 3 anos; até 62,5% após 4 anos, até 87,5% após 5 anos e 100% com 6 anos.
Prazo máximo para exercício das opções	2 anos após o exercício de cada porção da entrega	2 anos após o exercício de cada porção da entrega	2 anos após o exercício de cada porção da entrega	2 anos após o exercício de cada porção da entrega
Prazo de restrição à transferência das ações	6 meses	6 meses	6 meses	6 meses
Valor justo das opções na data da outorga	8,87	16,10	6,96	6,86
Multiplicação da quantidade de ações outorgadas pelo valor justo das opções na data da outorga	1.825.144	-	-	1.152.480

Remuneração baseada em ações - exercício social encerrado em 31/12/2022				
Orgão				
Nº Total de Membros	4	4	4	4
Nº de membros remunerados	3	0	0	1
Outorga de opções de compras de ações	1ª Outorga Novo Programa	2ª Outorga Novo Programa	4ª Outorga Novo Programa	6ª Outorga Novo Programa
Data de outorga	27/07/2016	03/05/2017	15/12/2017	10/05/2018
Quantidade de opções outorgadas	352.941	-	-	168.000
Prazo para que as opções se tornem exercíveis	até 12,5% após 2 anos, até 37,5% após 3 anos; até 62,5% após 4 anos, até 87,5% após 5 anos e 100% com 6 anos.	até 12,5% após 2 anos; até 37,5% após 3 anos; até 62,5% após 4 anos, até 87,5% após 5 anos e 100% com 6 anos.	até 12,5% após 2 anos, até 37,5% após 3 anos; até 62,5% após 4 anos, até 87,5% após 5 anos e 100% com 6 anos.	até 12,5% após 2 anos, até 37,5% após 3 anos; até 62,5% após 4 anos, até 87,5% após 5 anos e 100% com 6 anos.
Prazo máximo para exercício das opções	2 anos após o exercício de cada porção da entrega	2 anos após o exercício de cada porção da entrega	2 anos após o exercício de cada porção da entrega	2 anos após o exercício de cada porção da entrega
Prazo de restrição à transferência das ações	6 meses	6 meses	6 meses	6 meses
Valor justo das opções na data da outorga	8,87	16,10	6,96	6,86
Multiplicação da quantidade de ações outorgadas pelo valor justo das opções na data da outorga	3.128.822	-	-	1.152.480

Remuneração baseada em ações - exercício social encerrado em 31/12/2021				
Orgão				
Nº Total de Membros	6	6	6	6
Nº de membros remunerados	5	1	1	1
Outorga de opções de compras de ações	1ª Outorga Novo Programa	2ª Outorga Novo Programa	4ª Outorga Novo Programa	6ª Outorga Novo Programa
Data de outorga	27/07/2016	03/05/2017	15/12/2017	10/05/2018
Quantidade de opções outorgadas	682.352	175.000	235.000	168.000
Prazo para que as opções se tornem exercíveis	até 12,5% após 2 anos, até 37,5% após 3 anos; até 62,5% após 4 anos, até 87,5% após 5 anos e 100% com 6 anos.	até 12,5% após 2 anos, até 37,5% após 3 anos; até 62,5% após 4 anos, até 87,5% após 5 anos e 100% com 6 anos.	até 12,5% após 2 anos, até 37,5% após 3 anos; até 62,5% após 4 anos, até 87,5% após 5 anos e 100% com 6 anos.	até 12,5% após 2 anos, até 37,5% após 3 anos; até 62,5% após 4 anos, até 87,5% após 5 anos e 100% com 6 anos.
Prazo máximo para exercício das opções	2 anos após o exercício de cada porção da entrega	2 anos após o exercício de cada porção da entrega	2 anos após o exercício de cada porção da entrega	2 anos após o exercício de cada porção da entrega
Prazo de restrição à transferência das ações	6 meses	6 meses	6 meses	6 meses
Valor justo das opções na data da outorga	8,87	16,10	6,96	6,86
Multiplicação da quantidade de ações outorgadas pelo valor justo das opções na data da outorga	6.049.050	2.817.500	1.635.600	1.152.480

Remuneração baseada em ações prevista para o exercício social corrente (2024)				
Orgão				
Nº Total de Membros	5	5	5	5
Nº de membros remunerados	3	0	0	1
Outorga de opções de compras de ações	1ª Outorga Novo Programa	2ª Outorga Novo Programa	4ª Outorga Novo Programa	6ª Outorga Novo Programa
Data de outorga	27/07/2016	03/05/2017	15/12/2017	10/05/2018
Quantidade de opções outorgadas	453.000	-	-	168.000
Prazo para que as opções se tornem exercíveis	até 12,5% após 2 anos, até 37,5% após 3 anos; até 62,5% após 4 anos, até 87,5% após 5 anos e 100% com 6 anos.	até 12,5% após 2 anos, até 37,5% após 3 anos; até 62,5% após 4 anos, até 87,5% após 5 anos e 100% com 6 anos.	até 12,5% após 2 anos, até 37,5% após 3 anos; até 62,5% após 4 anos, até 87,5% após 5 anos e 100% com 6 anos.	até 12,5% após 2 anos, até 37,5% após 3 anos; até 62,5% após 4 anos, até 87,5% após 5 anos e 100% com 6 anos.
Prazo máximo para exercício das opções	2 anos após o exercício de cada porção da entrega	2 anos após o exercício de cada porção da entrega	2 anos após o exercício de cada porção da entrega	2 anos após o exercício de cada porção da entrega
Prazo de restrição à transferência das ações	6 meses	6 meses	6 meses	6 meses
Valor justo das opções na data da outorga	8,87	16,10	6,96	6,86
Multiplicação da quantidade de ações outorgadas pelo valor justo das opções na data da outorga	4.015.845	-	-	1.152.480

Plano de Ações Diferidas aprovado em 2019:

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 05 de dezembro de 2019, foi aprovado o novo plano de ações diferidas do Grupo Fleury, e, em reunião de Conselho de Administração, realizada em 26 de novembro de 2020, foi aprovado o “Programa de Ações Diferidas”, que poderá ser exercida por seus beneficiários de acordo com os termos e condições da outorga.

Remuneração baseada em ações - exercício social encerrado em 31/12/2023							
Orgão	Diretoria Estatutária						
Nº Total de Membros	4	4	4	4	4	4	4
Nº de membros remunerados	2	2	3	3	3	3	4
Outorga de opções de compras de ações	1ª Outorga - Ações Diferidas	1ª Outorga - Ações Extraordinárias	2ª Outorga - Ações Diferidas	2ª Outorga - Ações Extraordinárias	3ª Outorga - Ações Diferidas	3ª Outorga - Ações Extraordinárias	4ª Outorga - Ações Diferidas
Data de outorga	26/11/2020	01/03/2021	30/08/2021	01/02/2022	01/08/2022	01/02/2023	01/08/2023
Quantidade de opções outorgadas	86.011	26.710	204.443	103.129	378.213	100.004	520.889
Prazo para que as opções se tornem exercíveis	20% em Mar/2021; 20% em Mar/2022; 20% em Mar/2023; 40% em Mar/2024.	100% em Mar/2022	20% em Fev/2022; 20% em Fev/2023; 20% em Fev/2024; 40% em Fev/2025.	100% em Fev/2023	20% em Fev/2023; 20% em Fev/2024; 20% em Fev/2025; 40% em Fev/2026.	100% em Fev/2023	20% em Fev/2024; 20% em Fev/2025; 20% em Fev/2026; 40% em Fev/2027.
Prazo máximo para exercício das opções	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
Prazo de restrição à transferência das ações	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
Valor justo das opções na data da outorga	26,91	27,31	25,37	19,46	15,32	16,88	15,44
Multiplicação da quantidade de ações outorgadas pelo valor justo das opções na data da outorga	2.314.470	729.515	5.186.265	2.007.085	5.792.836	1.687.645	8.043.742

Remuneração baseada em ações prevista para o exercício social corrente (2022)					
Órgão	Diretoria Estatutária	Diretoria Estatutária	Diretoria Estatutária	Diretoria Estatutária	Diretoria Estatutária
Nº Total de Membros	4	4	4	4	4
Nº de membros remunerados	3	3	4	4	3
Outorga de opções de compras de ações	1ª Outorga - Ações Diferidas	1ª Outorga - Ações Extraordinárias	2ª Outorga - Ações Diferidas	2ª Outorga - Ações Extraordinárias	3ª Outorga - Ações Diferidas
Data de outorga	26/11/2020	01/03/2021	30/08/2021	01/02/2022	01/08/2022
Quantidade de opções outorgadas	124.926	34.493	244.828	119.283	378.213
Prazo para que as opções se tornem exercíveis	20% em Mar/2021; 20% em Mar/2022; 20% em Mar/2023; 40% em Mar/2024.	100% em Mar/2022	20% em Fev/2022; 20% em Fev/2023; 20% em Fev/2024; 40% em Fev/2025.	100% em Fev/2023	20% em Fev/2023; 20% em Fev/2024; 20% em Fev/2025; 40% em Fev/2026.
Prazo máximo para exercício das opções	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
Prazo de restrição à transferência das ações	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
Valor justo das opções na data da outorga	26,91	27,31	25,37	19,46	15,32
Multiplicação da quantidade de ações outorgadas pelo valor justo das opções na data da outorga	3.361.634	942.088	6.210.742	2.321.472	5.792.836

Remuneração baseada em ações - exercício social encerrado em 31/12/2021			
Órgão	Diretoria Estatutária	Diretoria Estatutária	Diretoria Estatutária
Nº Total de Membros	6	6	6
Nº de membros remunerados	6	5	6
Outorga de opções de compras de ações	1ª Outorga - Ações Diferidas	1ª Outorga - Ações Extraordinárias	2ª Outorga - Ações Diferidas
Data de outorga	26/11/2020	01/03/2021	30/08/2021
Quantidade de opções outorgadas	298.542	62.520	244.828
Prazo para que as opções se tornem exercíveis	20% em Mar/2021; 20% em Mar/2022; 20% em Mar/2023; 40% em Mar/2024.	100% em Mar/2022	20% em Mar/2022; 20% em Mar/2023; 20% em Mar/2024; 40% em Mar/2025.
Prazo máximo para exercício das opções	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
Prazo de restrição à transferência das ações	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
Valor justo das opções na data da outorga	26,91	27,31	25,37
Multiplicação da quantidade de ações outorgadas pelo valor justo das opções na data da outorga	8.033.467	1.707.569	6.210.742

Remuneração baseada em ações prevista para o exercício social corrente (2024)										
Órgão	Diretoria Estatutária									
Nº Total de Membros	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5
Nº de membros remunerados	3	3	4	4	4	4	5	5	5	5
Outorga de opções de compras de ações	1ª Outorga - Ações Diferidas	1ª Outorga - Ações Extraordinárias	2ª Outorga - Ações Diferidas	2ª Outorga - Ações Extraordinárias	3ª Outorga - Ações Diferidas	3ª Outorga - Ações Extraordinárias	4ª Outorga - Ações Diferidas	4ª Outorga - Ações Extraordinárias	5ª Outorga - Ações Diferidas	5ª Outorga - Ações Extraordinárias
Data de outorga	26/11/2020	01/03/2021	30/08/2021	01/02/2022	01/08/2022	01/02/2023	01/08/2023	01/02/2024	01/08/2024	01/02/2025
Quantidade de opções outorgadas	95.198	28.547	225.894	120.289	424.187	115.567	572.203	290.435	572.203	572.203
Prazo para que as opções se tornem exercíveis	20% em Mar/2021; 20% em Mar/2022; 20% em Mar/2023; 40% em Mar/2024.	100% em Mar/2022	20% em Fev/2022; 20% em Fev/2023; 20% em Fev/2024; 40% em Fev/2025.	100% em Fev/2023	20% em Fev/2023; 20% em Fev/2024; 20% em Fev/2025; 40% em Fev/2026.	100% em Fev/2023	20% em Fev/2024; 20% em Fev/2025; 20% em Fev/2026; 40% em Fev/2027.	100% em Fev/2025	20% em Fev/2025; 20% em Fev/2026; 20% em Fev/2027; 40% em Fev/2028.	20% em Fev/2025; 20% em Fev/2026; 20% em Fev/2027; 40% em Fev/2028.
Prazo máximo para exercício das opções	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
Prazo de restrição à transferência das ações	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
Valor justo das opções na data da outorga	26,91	27,31	25,37	19,46	15,32	16,88	15,44	16,42	16,77	16,77
Multiplicação da quantidade de ações outorgadas pelo valor justo das opções na data da outorga	2.561.683	779.688	5.730.429	2.341.051	6.496.989	1.950.283	8.836.149	4.768.943	9.596.734	9.596.734

8.7. Em relação às opções em aberto do conselho de administração e da diretoria estatutária ao final do último exercício social.

Os membros do Conselho de Administração não recebem remuneração baseada em ações. Abaixo, as informações relacionadas à diretoria estatutária.

As outorgas em aberto de opções de compra de ações apresentadas na tabela abaixo, consideram o desdobramento de ações ordinárias da Companhia aprovado em AGE, realizada em 26 de junho de 2017, na proporção de 2 (duas) ações para cada 01 (uma) ação existente.

Opções em aberto ao final do exercício social encerrado em 31/12/2023				
	1ª Outorga Novo Programa	2ª Outorga Novo Programa	4ª Outorga Novo Programa	6ª Outorga Novo Programa
Nº de membros	4	4	4	4
Nº de membros remunerados	3	0	0	1
Opções ainda não exercíveis				
Quantidade	-	-	-	21.000
Data em que se tornarão exercíveis	até 12,5% após 2 anos, até 37,5% após 3 anos; até 62,5% após 4 anos, até 87,5% após 5 anos e 100% com 6 anos.	até 12,5% após 2 anos, até 37,5% após 3 anos; até 62,5% após 4 anos, até 87,5% após 5 anos e 100% com 6 anos.	até 12,5% após 2 anos, até 37,5% após 3 anos; até 62,5% após 4 anos, até 87,5% após 5 anos e 100% com 6 anos.	até 12,5% após 2 anos, até 37,5% após 3 anos; até 62,5% após 4 anos, até 87,5% após 5 anos e 100% com 6 anos.
Prazo máximo para exercício das opções	2 anos após o exercício de cada porção da entrega	2 anos após o exercício de cada porção da entrega	2 anos após o exercício de cada porção da entrega	2 anos após o exercício de cada porção da entrega
Prazo de restrição à transferência das ações	6 meses	6 meses	6 meses	6 meses
Preço médio ponderado de exercício	8,74	20,22	28,86	27,66
Valor justo das opções no último dia do exercício social	8,87	16,10	6,96	6,86
Opções exercíveis				
Quantidade	-	-	-	126.000
Prazo máximo para exercício das opções	2023	2024	2024	2025
Prazo de restrição à transferência das ações	6 meses	6 meses	6 meses	7 meses
Preço médio ponderado de exercício	8,74	20,22	28,86	27,66
Valor justo das opções no último dia do exercício social	4,43	16,10	6,96	6,86
Valor justo do total das opções no último dia do exercício social	-	-	-	864.360,00

8.8. Em relação às opções exercidas e ações entregues relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, nos 3 últimos exercícios sociais:

Os membros do Conselho de Administração não recebem remuneração baseada em ações. Abaixo, as informações relacionadas à diretoria estatutária.

Opções exercidas - exercício social encerrado em 31/12/2023				
	1ª Outorga Novo Programa	2ª Outorga Novo Programa	3ª Outorga Novo Programa	6ª Outorga Novo Programa
Nº de membros	4	4	4	4
Nº de membros remunerados	3	0	0	1
Opções exercidas				
Número de ações	-	-	-	-
Preço médio ponderado de exercício	-	-	-	-
Diferença entre o valor de exercício e o valor de mercado das ações relativas às opções exercidas	-	-	-	-
Ações Entregues				
Número de ações	-	-	-	-
Preço médio ponderado de exercício	-	-	-	-
Preço médio ponderado de mercado	-	-	-	-
Multiplicação do total das opções exercidas pela diferença entre o preço médio ponderado de exercício e o preço médio ponderado de mercado das ações relativas às opções exercidas	-	-	-	-

Opções exercidas - exercício social encerrado em 31/12/2022				
	1ª Outorga Novo Programa	2ª Outorga Novo Programa	3ª Outorga Novo Programa	6ª Outorga Novo Programa
Nº de membros	4	4	4	4
Nº de membros remunerados	3	0	0	1
Opções exercidas				
Número de ações	88.230	-	-	-
Preço médio ponderado de exercício	8,74	-	-	-
Diferença entre o valor de exercício e o valor de mercado das ações relativas às opções exercidas	6,89	-	-	-
Ações Entregues				
Número de ações	88.230	-	-	-
Preço médio ponderado de exercício	8,74	-	-	-
Preço médio ponderado de mercado	15,63	-	-	-
Multiplicação do total das opções exercidas pela diferença entre o preço médio ponderado de exercício e o preço médio ponderado de mercado das ações relativas às opções exercidas	607.904,70	-	-	-

Opções exercidas - exercício social encerrado em 31/12/2021					
	1ª Outorga Novo Programa	2ª Outorga Novo Programa	3ª Outorga Novo Programa	4ª Outorga Novo Programa	6ª Outorga Novo Programa
Nº de membros	8	2	1	1	1
Nº de membros remunerados	7	2	1	1	1
Opções exercidas					
Número de ações	341.178	-	-	-	-
Preço médio ponderado de exercício	8,74	-	-	-	-
Diferença entre o valor de exercício e o valor de mercado das ações relativas às opções exercidas	15,16	-	-	-	-
Ações Entregues					
Número de ações	341.178	-	-	-	-
Preço médio ponderado de exercício	8,74	-	-	-	-
Preço médio ponderado de mercado	23,90				
Multiplicação do total das opções exercidas pela diferença entre o preço médio ponderado de exercício e o preço médio ponderado de mercado das ações relativas às opções exercidas	5.172.258,48	-	-	-	-

8.9. Em relação à remuneração baseada em ações, sob a forma de ações a serem entregues diretamente aos beneficiários, reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária.

Plano de Opção de Compra aprovado em 2016:

Em Assembleia Geral Extraordinária (“AGE”), realizada no dia 26 de junho de 2017, foi aprovado por unanimidade de votos o desdobramento das ações ordinárias de emissão da Companhia, na proporção de 2 (duas) ações para cada 01 (uma) ação existente, resultando em um aumento de 100% do número das ações. Desta forma, as outorgas de opções de compra de ações antes desta data não consideram o desdobramento de ações.

Remuneração baseada em ações - exercício social encerrado em 31/12/2023				
Orgão				
Nº Total de Membros	4	4	4	4
Nº de membros remunerados	2	0	0	1
Outorga de opções de compras de ações	1ª Outorga Novo Programa	2ª Outorga Novo Programa	4ª Outorga Novo Programa	6ª Outorga Novo Programa
Data de outorga	27/07/2016	03/05/2017	15/12/2017	10/05/2018
Diluição potencial no caso do exercício de todas as opções outorgadas	0,22%	0,06%	0,07%	0,05%

Remuneração baseada em ações - exercício social encerrado em 31/12/2022				
Orgão				
Nº Total de Membros	4	4	4	4
Nº de membros remunerados	3	0	0	1
Outorga de opções de compras de ações	1ª Outorga Novo Programa	2ª Outorga Novo Programa	4ª Outorga Novo Programa	6ª Outorga Novo Programa
Data de outorga	27/07/2016	03/05/2017	15/12/2017	10/05/2018
Diluição potencial no caso do exercício de todas as opções outorgadas	0,22%	0,06%	0,07%	0,05%

Remuneração baseada em ações - exercício social encerrado em 31/12/2021				
Orgão				
Nº Total de Membros	6	6	6	6
Nº de membros remunerados	5	1	1	1
Outorga de opções de compras de ações	1ª Outorga Novo Programa	2ª Outorga Novo Programa	4ª Outorga Novo Programa	6ª Outorga Novo Programa
Data de outorga	27/07/2016	03/05/2017	15/12/2017	10/05/2018
Diluição potencial no caso do exercício de todas as opções outorgadas	0,22%	0,06%	0,07%	0,05%

Remuneração baseada em ações prevista para o exercício social corrente (2024)				
Orgão				
Nº Total de Membros	5	5	5	5
Nº de membros remunerados	3	0	0	1
Outorga de opções de compras de ações	1ª Outorga Novo Programa	2ª Outorga Novo Programa	4ª Outorga Novo Programa	6ª Outorga Novo Programa
Data de outorga	27/07/2016	03/05/2017	15/12/2017	10/05/2018
Diluição potencial no caso do exercício de todas as opções outorgadas	0,22%	0,06%	0,07%	0,05%

Plano de Ações Diferidas aprovado em 2019:

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 05 de dezembro de 2019, foi aprovado o novo plano de ações diferidas do Grupo Fleury, e, em reunião de Conselho de Administração, realizada em 26 de novembro de 2020, foi aprovado o “Programa de Ações Diferidas”, que poderá ser exercida por seus beneficiários de acordo com os termos e condições da outorga.

Remuneração baseada em ações - exercício social encerrado em 31/12/2023							
Órgão	Diretoria Estatutária						
Nº Total de Membros	4	4	4	4	4	4	4
Nº de membros remunerados	2	2	3	3	3	3	4
Outorga de opções de compras de ações	1ª Outorga - Ações Diferidas	1ª Outorga - Ações Extraordinárias	2ª Outorga - Ações Diferidas	2ª Outorga - Ações Extraordinárias	3ª Outorga - Ações Diferidas	3ª Outorga - Ações Extraordinárias	4ª Outorga - Ações Diferidas
Data de outorga	26/11/2020	01/03/2021	30/08/2021	01/02/2022	01/08/2022	01/02/2023	01/08/2023
Diluição potencial no caso do exercício de todas as ações outorgadas	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%

Remuneração baseada em ações prevista para o exercício social corrente (2022)					
Órgão	Diretoria Estatutária	Diretoria Estatutária	Diretoria Estatutária	Diretoria Estatutária	Diretoria Estatutária
Nº Total de Membros	4	4	4	4	4
Nº de membros remunerados	3	3	4	4	3
Outorga de opções de compras de ações	1ª Outorga - Ações Diferidas	1ª Outorga - Ações Extraordinárias	2ª Outorga - Ações Diferidas	2ª Outorga - Ações Extraordinárias	3ª Outorga - Ações Diferidas
Data de outorga	26/11/2020	01/03/2021	30/08/2021	01/02/2022	01/08/2022
Diluição potencial no caso do exercício de todas as ações outorgadas	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%

Remuneração baseada em ações - exercício social encerrado em 31/12/2021			
Órgão	Diretoria Estatutária	Diretoria Estatutária	Diretoria Estatutária
Nº Total de Membros	6	6	6
Nº de membros remunerados	6	5	6
Outorga de opções de compras de ações	1ª Outorga - Ações Diferidas	1ª Outorga - Ações Extraordinárias	2ª Outorga - Ações Diferidas
Data de outorga	26/11/2020	01/03/2021	30/08/2021
Diluição potencial no caso do exercício de todas as ações outorgadas	0,00%	0,00%	0,00%

Remuneração baseada em ações prevista para o exercício social corrente (2024)									
Órgão	Diretoria Estatutária								
Nº Total de Membros	5	5	5	5	5	5	5	5	5
Nº de membros remunerados	3	3	4	4	4	4	5	5	5
Outorga de opções de compras de ações	1ª Outorga - Ações Diferidas	1ª Outorga - Ações Extraordinárias	2ª Outorga - Ações Diferidas	2ª Outorga - Ações Extraordinárias	3ª Outorga - Ações Diferidas	3ª Outorga - Ações Extraordinárias	4ª Outorga - Ações Diferidas	4ª Outorga - Ações Extraordinárias	5ª Outorga - Ações Diferidas
Data de outorga	26/11/2020	01/03/2021	30/08/2021	01/02/2022	01/08/2022	01/02/2023	01/08/2023	01/02/2024	01/08/2024
Diluição potencial no caso do exercício de todas as ações outorgadas	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%

8.10. Em relação à cada outorga de ações realizada nos 3 últimos exercícios sociais e previstas para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária.

Plano de Opção de Compra aprovado em 2016:

Em Assembleia Geral Extraordinária (“AGE”), realizada no dia 26 de junho de 2017, foi aprovado por unanimidade de votos o desdobramento das ações ordinárias de emissão da Companhia, na proporção de 2 (duas) ações para cada 01 (uma) ação existente, resultando em um aumento de 100% do número das ações. Desta forma, as outorgas de opções de compra de ações antes desta data não consideram o desdobramento de ações.

Remuneração baseada em ações - exercício social encerrado em 31/12/2023				
Órgão	4	4	4	4
Nº Total de Membros	4	4	4	4
Nº de membros remunerados	2	0	0	1
Outorga de opções de compras de ações	1ª Outorga Novo Programa	2ª Outorga Novo Programa	4ª Outorga Novo Programa	6ª Outorga Novo Programa
Data de outorga	27/07/2016	03/05/2017	15/12/2017	10/05/2018
Quantidade de opções outorgadas	205.882	-	-	168.000
Prazo para que as opções se tornem exercíveis	até 12,5% após 2 anos, até 37,5% após 3 anos; até 62,5% após 4 anos, até 87,5% após 5 anos e 100% com 6 anos.	até 12,5% após 2 anos, até 37,5% após 3 anos; até 62,5% após 4 anos, até 87,5% após 5 anos e 100% com 6 anos.	até 12,5% após 2 anos, até 37,5% após 3 anos; até 62,5% após 4 anos, até 87,5% após 5 anos e 100% com 6 anos.	até 12,5% após 2 anos, até 37,5% após 3 anos; até 62,5% após 4 anos, até 87,5% após 5 anos e 100% com 6 anos.
Prazo máximo para exercício das opções	2 anos após o exercício de cada porção da entrega	2 anos após o exercício de cada porção da entrega	2 anos após o exercício de cada porção da entrega	2 anos após o exercício de cada porção da entrega
Prazo de restrição à transferência das ações	6 meses	6 meses	6 meses	6 meses
Valor justo das opções na data da outorga	8,87	16,10	6,96	6,86
Multiplicação da quantidade de ações outorgadas pelo valor justo das opções na data da outorga	1.825.144	-	-	1.152.480

Remuneração baseada em ações - exercício social encerrado em 31/12/2022				
Orgão				
Nº Total de Membros	4	4	4	4
Nº de membros remunerados	3	0	0	1
Outorga de opções de compras de ações	1ª Outorga Novo Programa	2ª Outorga Novo Programa	4ª Outorga Novo Programa	6ª Outorga Novo Programa
Data de outorga	27/07/2016	03/05/2017	15/12/2017	10/05/2018
Quantidade de opções outorgadas	352.941	-	-	168.000
Prazo para que as opções se tornem exercíveis	até 12,5% após 2 anos, até 37,5% após 3 anos; até 62,5% após 4 anos, até 87,5% após 5 anos e 100% com 6 anos.	até 12,5% após 2 anos, até 37,5% após 3 anos; até 62,5% após 4 anos, até 87,5% após 5 anos e 100% com 6 anos.	até 12,5% após 2 anos, até 37,5% após 3 anos; até 62,5% após 4 anos, até 87,5% após 5 anos e 100% com 6 anos.	até 12,5% após 2 anos, até 37,5% após 3 anos; até 62,5% após 4 anos, até 87,5% após 5 anos e 100% com 6 anos.
Prazo máximo para exercício das opções	2 anos após o exercício de cada porção da entrega	2 anos após o exercício de cada porção da entrega	2 anos após o exercício de cada porção da entrega	2 anos após o exercício de cada porção da entrega
Prazo de restrição à transferência das ações	6 meses	6 meses	6 meses	6 meses
Valor justo das opções na data da outorga	8,87	16,10	6,96	6,86
Multiplicação da quantidade de ações outorgadas pelo valor justo das opções na data da outorga	3.128.822	-	-	1.152.480

Remuneração baseada em ações - exercício social encerrado em 31/12/2021				
Orgão				
Nº Total de Membros	6	6	6	6
Nº de membros remunerados	5	1	1	1
Outorga de opções de compras de ações	1ª Outorga Novo Programa	2ª Outorga Novo Programa	4ª Outorga Novo Programa	6ª Outorga Novo Programa
Data de outorga	27/07/2016	03/05/2017	15/12/2017	10/05/2018
Quantidade de opções outorgadas	682.352	175.000	235.000	168.000
Prazo para que as opções se tornem exercíveis	até 12,5% após 2 anos, até 37,5% após 3 anos; até 62,5% após 4 anos, até 87,5% após 5 anos e 100% com 6 anos.	até 12,5% após 2 anos, até 37,5% após 3 anos; até 62,5% após 4 anos, até 87,5% após 5 anos e 100% com 6 anos.	até 12,5% após 2 anos, até 37,5% após 3 anos; até 62,5% após 4 anos, até 87,5% após 5 anos e 100% com 6 anos.	até 12,5% após 2 anos, até 37,5% após 3 anos; até 62,5% após 4 anos, até 87,5% após 5 anos e 100% com 6 anos.
Prazo máximo para exercício das opções	2 anos após o exercício de cada porção da entrega	2 anos após o exercício de cada porção da entrega	2 anos após o exercício de cada porção da entrega	2 anos após o exercício de cada porção da entrega
Prazo de restrição à transferência das ações	6 meses	6 meses	6 meses	6 meses
Valor justo das opções na data da outorga	8,87	16,10	6,96	6,86
Multiplicação da quantidade de ações outorgadas pelo valor justo das opções na data da outorga	6.049.050	2.817.500	1.635.600	1.152.480

Remuneração baseada em ações prevista para o exercício social corrente (2024)				
Orgão				
Nº Total de Membros	5	5	5	5
Nº de membros remunerados	3	0	0	1
Outorga de opções de compras de ações	1ª Outorga Novo Programa	2ª Outorga Novo Programa	4ª Outorga Novo Programa	6ª Outorga Novo Programa
Data de outorga	27/07/2016	03/05/2017	15/12/2017	10/05/2018
Quantidade de opções outorgadas	453.000	-	-	168.000
Prazo para que as opções se tornem exercíveis	até 12,5% após 2 anos, até 37,5% após 3 anos; até 62,5% após 4 anos, até 87,5% após 5 anos e 100% com 6 anos.	até 12,5% após 2 anos, até 37,5% após 3 anos; até 62,5% após 4 anos, até 87,5% após 5 anos e 100% com 6 anos.	até 12,5% após 2 anos, até 37,5% após 3 anos; até 62,5% após 4 anos, até 87,5% após 5 anos e 100% com 6 anos.	até 12,5% após 2 anos, até 37,5% após 3 anos; até 62,5% após 4 anos, até 87,5% após 5 anos e 100% com 6 anos.
Prazo máximo para exercício das opções	2 anos após o exercício de cada porção da entrega	2 anos após o exercício de cada porção da entrega	2 anos após o exercício de cada porção da entrega	2 anos após o exercício de cada porção da entrega
Prazo de restrição à transferência das ações	6 meses	6 meses	6 meses	6 meses
Valor justo das opções na data da outorga	8,87	16,10	6,96	6,86
Multiplicação da quantidade de ações outorgadas pelo valor justo das opções na data da outorga	4.015.845	-	-	1.152.480

Plano de Ações Diferidas aprovado em 2019:

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 05 de dezembro de 2019, foi aprovado o novo plano de ações diferidas do Grupo Fleury, e, em reunião de Conselho de Administração, realizada em 26 de novembro de 2020, foi aprovado o “Programa de Ações Diferidas”, que poderá ser exercida por seus beneficiários de acordo com os termos e condições da outorga.

Remuneração baseada em ações - exercício social encerrado em 31/12/2023							
Órgão	Diretoria Estatutária						
Nº Total de Membros	4	4	4	4	4	4	4
Nº de membros remunerados	2	2	3	3	3	3	4
Outorga de opções de compras de ações	1ª Outorga - Ações Diferidas	1ª Outorga - Ações Extraordinárias	2ª Outorga - Ações Diferidas	2ª Outorga - Ações Extraordinárias	3ª Outorga - Ações Diferidas	3ª Outorga - Ações Extraordinárias	4ª Outorga - Ações Diferidas
Data de outorga	26/11/2020	01/03/2021	30/08/2021	01/02/2022	01/08/2022	01/02/2023	01/08/2023
Quantidade de opções outorgadas	86.011	26.710	204.443	103.129	378.213	100.004	520.889
Prazo para que as opções se tornem exercíveis	20% em Mar/2021; 20% em Mar/2022; 20% em Mar/2023; 40% em Mar/2024.	100% em Mar/2022	20% em Fev/2022; 20% em Fev/2023; 20% em Fev/2024; 40% em Fev/2025.	100% em Fev/2023	20% em Fev/2023; 20% em Fev/2024; 20% em Fev/2025; 40% em Fev/2026.	100% em Fev/2023	100% em Fev/2023
Prazo máximo para exercício das opções	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
Prazo de restrição à transferência das ações	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
Valor justo das opções na data da outorga	26,91	27,31	25,37	19,46	15,32	16,88	15,42
Multiplicação da quantidade de ações outorgadas pelo valor justo das opções na data da outorga	2.314.470	729.515	5.186.265	2.007.085	5.792.836	1.687.645	8.033.092

Remuneração baseada em ações prevista para o exercício social corrente (2022)					
Órgão	Diretoria Estatutária	Diretoria Estatutária	Diretoria Estatutária	Diretoria Estatutária	Diretoria Estatutária
Nº Total de Membros	4	4	4	4	4
Nº de membros remunerados	3	3	4	4	3
Outorga de opções de compras de ações	1ª Outorga - Ações Diferidas	1ª Outorga - Ações Extraordinárias	2ª Outorga - Ações Diferidas	2ª Outorga - Ações Extraordinárias	3ª Outorga - Ações Diferidas
Data de outorga	26/11/2020	01/03/2021	30/08/2021	01/02/2022	01/08/2022
Quantidade de opções outorgadas	124.926	34.493	244.828	119.283	378.213
Prazo para que as opções se tornem exercíveis	20% em Mar/2021; 20% em Mar/2022; 20% em Mar/2023; 40% em Mar/2024.	100% em Mar/2022	20% em Fev/2022; 20% em Fev/2023; 20% em Fev/2024; 40% em Fev/2025.	100% em Fev/2023	20% em Fev/2023; 20% em Fev/2024; 20% em Fev/2025; 40% em Fev/2026.
Prazo máximo para exercício das opções	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
Prazo de restrição à transferência das ações	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
Valor justo das opções na data da outorga	26,91	27,31	25,37	19,46	15,32
Multiplicação da quantidade de ações outorgadas pelo valor justo das opções na data da outorga	3.361.634	942.088	6.210.742	2.321.472	5.792.836

Remuneração baseada em ações - exercício social encerrado em 31/12/2021			
Órgão	Diretoria Estatutária	Diretoria Estatutária	Diretoria Estatutária
Nº Total de Membros	6	6	6
Nº de membros remunerados	6	5	6
Outorga de opções de compras de ações	1ª Outorga - Ações Diferidas	1ª Outorga - Ações Extraordinárias	2ª Outorga - Ações Diferidas
Data de outorga	26/11/2020	01/03/2021	30/08/2021
Quantidade de opções outorgadas	298.542	62.520	244.828
Prazo para que as opções se tornem exercíveis	20% em Mar/2021; 20% em Mar/2022; 20% em Mar/2023; 40% em Mar/2024.	100% em Mar/2022	20% em Mar/2022; 20% em Mar/2023; 20% em Mar/2024; 40% em Mar/2025.
Prazo máximo para exercício das opções	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
Prazo de restrição à transferência das ações	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
Valor justo das opções na data da outorga	26,91	27,31	25,37
Multiplicação da quantidade de ações outorgadas pelo valor justo das opções na data da outorga	8.033.467	1.707.569	6.210.742

Remuneração baseada em ações prevista para o exercício social corrente (2024)									
Órgão	Diretoria Estatutária								
Nº Total de Membros	5	5	5	5	5	5	5	5	5
Nº de membros remunerados	3	3	4	4	4	4	5	5	5
Outorga de opções de compras de ações	1ª Outorga - Ações Diferidas	1ª Outorga - Ações Extraordinárias	2ª Outorga - Ações Diferidas	2ª Outorga - Ações Extraordinárias	3ª Outorga - Ações Diferidas	3ª Outorga - Ações Extraordinárias	4ª Outorga - Ações Diferidas	4ª Outorga - Ações Extraordinárias	5ª Outorga - Ações Diferidas
Data de outorga	26/11/2020	01/03/2021	30/08/2021	01/02/2022	01/08/2022	01/02/2023	01/08/2023	01/02/2024	01/08/2024
Quantidade de opções outorgadas	95.198	28.547	225.894	120.289	424.187	115.567	572.203	290.435	572.203
Prazo para que as opções se tornem exercíveis	20% em Mar/2021; 20% em Mar/2022; 20% em Mar/2023; 40% em Mar/2024.	100% em Mar/2022	20% em Fev/2022; 20% em Fev/2023; 20% em Fev/2024; 40% em Fev/2025.	100% em Fev/2023	20% em Fev/2023; 20% em Fev/2024; 20% em Fev/2025; 40% em Fev/2026.	100% em Fev/2023	20% em Fev/2024; 20% em Fev/2025; 20% em Fev/2026; 40% em Fev/2027.	100% em Fev/2025	20% em Fev/2025; 20% em Fev/2026; 20% em Fev/2027; 40% em Fev/2028.
Prazo máximo para exercício das opções	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
Prazo de restrição à transferência das ações	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
Valor justo das opções na data da outorga	26,91	27,31	25,37	19,46	15,32	16,88	15,42	16,42	16,77
Multiplicação da quantidade de ações outorgadas pelo valor justo das opções na data da outorga	2.561.683	779.688	5.730.429	2.341.051	6.496.989	1.950.283	8.824.451	4.768.943	9.596.734

8.11. Em relação às opções exercidas e ações entregues relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, nos 3 últimos exercícios sociais:

Os membros do Conselho de Administração não recebem remuneração baseada em ações. Abaixo, as informações relacionadas à diretoria estatutária.

Opções exercidas - exercício social encerrado em 31/12/2023					
	1º Outorga Novo Programa	2º Outorga Novo Programa	3º Outorga Novo Programa	4º Outorga Novo Programa	6º Outorga Novo Programa
Nº de membros	4	4	4	4	4
Nº de membros remunerados	3	0	0	0	1
Opções exercidas					
Número de ações	-	-	-	-	-
Preço médio ponderado de exercício	-	-	-	-	-
Diferença entre o valor de exercício e o valor de mercado das ações relativas às opções exercidas	-	-	-	-	-
Ações Entregues					
Número de ações	-	-	-	-	-
Preço médio ponderado de exercício	-	-	-	-	-
Preço médio ponderado de mercado	-	-	-	-	-
Diferença entre o valor de aquisição e o valor de mercado das ações adquiridas	-	-	-	-	-
Multiplicação do total das opções exercidas pela diferença entre o preço médio ponderado de exercício e o preço médio ponderado de mercado das ações relativas às opções exercidas	-	-	-	-	-

Opções exercidas - exercício social encerrado em 31/12/2022					
	1º Outorga Novo Programa	2º Outorga Novo Programa	3º Outorga Novo Programa	4º Outorga Novo Programa	6º Outorga Novo Programa
Nº de membros	4	4	4	4	4
Nº de membros remunerados	3	0	0	0	1
Opções exercidas					
Número de ações	88.230	-	-	-	-
Preço médio ponderado de exercício	8,74	-	-	-	-
Diferença entre o valor de exercício e o valor de mercado das ações relativas às opções exercidas	6,89	-	-	-	-
Ações Entregues					
Número de ações	88.230	-	-	-	-
Preço médio ponderado de exercício	8,74	-	-	-	-
Preço médio ponderado de mercado	15,63	-	-	-	-
Diferença entre o valor de aquisição e o valor de mercado das ações adquiridas	6,89	-	-	-	-
Multiplicação do total das opções exercidas pela diferença entre o preço médio ponderado de exercício e o preço médio ponderado de mercado das ações relativas às opções exercidas	607.904,70	-	-	-	-

Opções exercidas - exercício social encerrado em 31/12/2021					
	1º Outorga Novo Programa	2º Outorga Novo Programa	3º Outorga Novo Programa	4º Outorga Novo Programa	6º Outorga Novo Programa
Nº de membros	8	2	1	1	1
Nº de membros remunerados	7	2	1	1	1
Opções exercidas					
Número de ações	341.178	-	-	-	-
Preço médio ponderado de exercício	8,74	-	-	-	-
Diferença entre o valor de exercício e o valor de mercado das ações relativas às opções exercidas	15,16	-	-	-	-
Ações Entregues					
Número de ações	341.178	-	-	-	-
Preço médio ponderado de exercício	8,74	-	-	-	-
Diferença entre o valor de aquisição e o valor de mercado das ações adquiridas	15,16	-	-	-	-
Multiplicação do total das opções exercidas pela diferença entre o preço médio ponderado de exercício e o preço médio ponderado de mercado das ações relativas às opções exercidas	5.172.258,48	-	-	-	-

8.12. Descrição sumária das informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens 8.5 a 8.11, tal como a explicação do método de precificação do valor das ações e das opções:

a. Modelo de precificação:

O modelo de precificação é baseado no modelo de Crescimento Esperado (“Expected Growth”), no qual o valor de venda da ação é estimado com premissas de valorização mínima da ação,

que por sua vez é definida a partir de parâmetros de previsão de crescimento e plano de negócios.

A quantidade de opções cedidas aos participantes é definida em outorgas anuais e será atrelada à remuneração alvo prevista para cada participante. A remuneração alvo será atingida apenas se as previsões de valorização mínimas da ação se cumprirem.

Para o plano de 2016 o preço de exercício foi fixado de acordo com a média dos preços da ação no fechamento dos últimos 90 (noventa) pregões que antecederem a data da reunião do Conselho de Administração que deliberar sobre a respectiva outorga com aprovação do Regulamento.

b. Dados e premissas utilizadas no modelo de precificação, incluindo o preço médio ponderado das ações, preço de exercício, volatilidade esperada, prazo de vida da opção, dividendos esperados e a taxa de juros livre de risco:

O preço de exercício das opções foi baseado na média ponderada dos pregões do mês imediatamente anterior à assinatura do contrato de opção. Excepcionalmente para a primeira outorga, o preço de exercício das opções foi equivalente ao preço por ação estabelecido no âmbito da primeira oferta pública primária de ações ordinárias de emissão da Companhia ("IPO"). A quantidade de opções cedidas corresponde à remuneração alvo para cada participante e cenários de valorização da ação previstos inicialmente entre 15% a 25% ao ano.

Os participantes terão o prazo máximo de 6 anos para exercer as opções, contados da data de outorga das opções.

Neste modelo ("Expected Growth"), não foi necessário estimar volatilidade ou taxa de juros livre de risco dado que estes fatores de risco já estão contemplados na estimativa de valorização da ação.

c. Método utilizado e as premissas assumidas para incorporar os efeitos esperados de exercício antecipado:

Não há previsão de exercício antecipado das opções.

d. Forma de determinação da volatilidade esperada:

Não é aplicável, dado que os preços de exercício foram determinados por metas definidas pelo Conselho de Administração.

e. Se alguma outra característica da opção foi incorporada na mensuração de seu valor justo:

Não aplicável.

8.13. Informar a quantidade de ações, cotas e outros valores mobiliários conversíveis em ações ou cotas, emitidos, no Brasil ou no exterior, pelo emissor, seus controladores diretos ou indiretos, sociedades controladas ou sob controle comum, que sejam detidas por membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão.

Ações emitidas por Fleury S.A.		
Acionista	Ações	(%)
Conselho de Administração	120.596.728	22,04%
Diretoria	1.017.118	0,19%
Conselho Fiscal	0	0,00%
Total	121.613.846	22,23%

Ações emitidas por Fleury S.A. através de cotas indiretamente detidas		
Acionista	Ações	(%)
Conselho de Administração	0	0,00%
Diretoria	0	0,00%
Conselho Fiscal	0	0,00%
Total	0	0,00%

Ações emitidas por sociedades controladas por Fleury S.A. - Fleury Centro de Procedimentos Médicos		
Acionista	Ações	(%)
Conselho de Administração	0	0,00%
Diretoria	0	0,00%
Conselho Fiscal	0	0,00%
Total	0	0,00%

Ações emitidas por sociedades controladas por Fleury S.A. - Papaiz Associados		
Acionista	Ações	(%)
Conselho de Administração	0	0,00%
Diretoria	0	0,00%
Conselho Fiscal	0	0,00%
Total	0	0,00%

8.14. Em relação aos planos de previdência em vigor conferidos aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários:

A Companhia não possui planos de previdência em vigor para os membros do Conselho de Administração. Para os Diretores Estatutários, o Grupo Fleury oferece o Programa de Previdência Poupança Incentivada. O colaborador poderá contribuir com um percentual entre 1% a 5% de seu Salário Base Mensal, denominada Contribuição Básica Participante. Esta contribuição será descontada em folha de pagamento 12 vezes por ano, sendo seu valor mínimo de R\$ 20,00.

Além da Contribuição Básica Participante, o colaborador poderá realizar Contribuições Voluntárias mensalmente, por meio de desconto em folha de pagamento, em um percentual de seu salário de participação, respeitando o valor mínimo de R\$20,00.

O Grupo Fleury irá contribuir com a chamada Contribuição Básica Empresa, que será efetuada mensalmente de acordo com seu Tempo de Participação no Programa, conforme a tabela a seguir:

Tempo de Participação no Programa (anos completos)	Contrapartida do Grupo Fleury sobre a Contribuição Básica Participante
Até 4 anos e 11 meses	50%
De 5 anos a 9 anos e 11 meses	75%
A partir de 10 anos	100%

Órgão	Diretoria Estatutária
--------------	------------------------------

Número de membros	4,67
Número de membros remunerados¹	4,67
Nome do Plano	Programa de Previdência Poupança Incentivada
Quantidade de administradores que reúnem condições para se aposentar	0
Condições para se aposentar antecipadamente	De acordo com a cláusula 5 – Do PGBL, dos Benefícios e sua Concessão - item 5.7 – O Participante será elegível ao recebimento do Benefício, fazendo jus a 100% (cem por cento) do saldo da Provisão Total do Participante, quando preencher, concomitantemente, as seguintes condições: a) ter, no mínimo, 55 (cinquenta e cinco) anos de idade; b) ter, no mínimo, 10 (dez) anos de contribuição ao Plano; e c) término do vínculo empregatício com a INSTITUIDORA. – item 5.7.1 – O Participante será elegível antecipadamente ao recebimento do Benefício, fazendo jus a 100% (cem por cento) do saldo da Provisão Total do Participante, quando preencher, concomitantemente, as seguintes condições: a) ter, no mínimo, 50 (cinquenta) anos de idade; b) ter, no mínimo, 5 (cinco) anos de contribuição ao Plano; e c) término do vínculo empregatício com a INSTITUIDORA.
Valor acumulado atualizado das contribuições acumuladas até o encerramento do último exercício social, descontada a parcela relativa às contribuições feitas diretamente pelos administradores	3.006.923
Valor total acumulado das contribuições realizadas durante o último exercício social, descontada a parcela relativa às contribuições feitas diretamente pelos administradores	294.858
Possibilidade de resgate antecipado e condições	De acordo com a cláusula 7 – Resgate e Portabilidade – item 7.1 – O Participante poderá, a partir do 60º (sexagésimo) dia contado de sua inscrição do PGBL, resgatar ou portar, total ou parcialmente, o saldo da Provisão do Participante – Parte Participante Mensal e da Provisão do Participante – Parte Participante Voluntária – item 7.2 – O intervalo mínimo entre pedidos de resgate ou portabilidade de um mesmo Participante será de 60 (sessenta) dias, contados a partir da data de registro do último pedido.

Nota 1: 1 Diretor não aderiu a Previdência Privada.

8.15. Em forma de tabela, indicar, para os 3 últimos exercícios sociais, em relação ao conselho de administração, à diretoria estatutária e ao conselho fiscal:

	CONSELHO FISCAL			CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO			DIRETORIA ESTATUTÁRIA		
	2021	2022	2023	2021	2022	2023	2021	2022	2023
Número de membros	3,00	3,00	0,75	10,00	10,00	9,75	4,75	3,75	3,58
Números de membros remunerados	3,00	3,00	0,75	10,00	10,00	9,75	4,75	3,75	3,58
Valor da maior remuneração individual (em R\$)	103.490	103.490	-	1.494.480	2.160.000	2.160.000	6.506.169	8.054.426	11.340.540
Valor da menor remuneração individual (em R\$) ¹	103.490	103.490	-	688.378	936.000	936.000	1.692.714	3.562.433	4.764.131
Valor médio de remuneração individual (em R\$)	103.490	103.490	-	834.728	1.080.000	1.141.714	3.948.024	5.671.755	7.110.631

Nota (1): Foram excluídos dos cálculos de remuneração mínima os administradores que exerceram o cargo por menos de 12 meses.

8.16. Descrever arranjos contratuais, apólices de seguros ou outros instrumentos que estruturam mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria e quais as consequências financeiras para a Companhia.

A Companhia de acordo com a cláusula 9ª (nona) dos Contratos de Mandato de Estatutário firmados com seus diretores dispõe que caberá exclusivamente à Companhia decidir sobre a exigência de cumprimento da obrigação de Não-Concorrência após o término do contrato, mediante envio de notificação que definirá o prazo de vigência da obrigação de Não-Concorrência, observado o mínimo de 6 (seis) e máximo de 12 (doze) meses.

Em caso de obrigação de Não-Concorrência após o término do contrato a Companhia pagará a título de indenização, por quantos meses durar a vigência da obrigação, a soma de: (i) o valor correspondente à parcela fixa da remuneração mensal de pró-labore; (ii) de 50% a 70% do PLR e Bônus Executivo correspondente ao período mínimo e máximo de meses de Não-Concorrência previsto, ficando excluídas desta indenização quaisquer outras rubricas não mencionadas, tais como: prêmios, benefícios, abonos, gratificações, opções de ações, etc.

Caso o Diretor Estatutário, na vigência da obrigação de Não-Concorrência após o término do contrato, iniciar qualquer tipo de ocupação profissional em setor não concorrente, a Companhia poderá suspender o pagamento das parcelas mensais da indenização enquanto durar o trabalho, tendo em vista a cessação do dano gerado pela limitação parcial ao exercício do trabalho. A suspensão do pagamento não interrompe e não suspende o prazo de vigência da obrigação de não-concorrência.

8.17. Em relação aos 3 últimos exercícios sociais e à previsão para o exercício social corrente, indicar o percentual da remuneração total de cada órgão reconhecida no resultado da Companhia referente a membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores, diretos ou indiretos, conforme definido pelas regras contábeis que tratam desse assunto.

Nos últimos 3 (três) exercícios sociais (2023, 2022 e 2021) o percentual da remuneração total de cada órgão reconhecida no resultado da Companhia que sejam partes relacionadas aos controladores, diretos ou indiretos foi igual a 0% (zero por cento).

8.18. Em relação aos 3 últimos exercícios sociais e à previsão para o exercício social corrente, indicar os valores reconhecidos no resultado da Companhia como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão, por qualquer razão que não a função que ocupam, como por exemplo, comissões e serviços de consultoria ou assessoria prestados.

Não houve pagamento de remuneração para membros do Conselho de Administração ou da Diretoria Estatutária ou do Conselho Fiscal por qualquer razão que não a função que ocupam.

8.19. Em relação aos 3 últimos exercícios sociais e à previsão para o exercício social corrente, indicar os valores reconhecidos no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas da Companhia, como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal da Companhia, agrupados por órgão, especificando a que título tais valores foram atribuídos a tais indivíduos.

Não houve pagamento de remuneração para membros do Conselho de Administração ou da Diretoria Estatutária ou do Conselho Fiscal reconhecidos no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas da Companhia.

8.20. Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes.

Não existem outras informações que a Companhia considere relevantes.

* * *

Anexo IV

PLANO DE AÇÕES DIFERIDAS DO FLEURY S.A.

Este Plano de Ações Diferidas do **FLEURY S.A.** ("**Companhia**"), aprovado pela Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária da Companhia realizada em 26 de abril de 2024 ("**Plano**"), estabelece as condições gerais do incentivo de longo prazo por meio da outorga de Ações Diferidas e, conforme aplicável, Ações Extraordinárias aos Beneficiários, conforme adiante definido, com o objetivo de atraí-los, motivá-los e retê-los, bem como alinhar seus interesses aos interesses da Companhia e seus acionistas.

1. Glossário

- 1.1. "**Ação**" significa uma ação ordinária (B3: FLRY3) de emissão da Companhia.
- 1.2. "**Ação Diferida**" significa o direito a receber uma Ação em determinada data futura, condicionado ao cumprimento do *Vesting* previsto na Cláusula 8.1 deste Plano e sujeitos aos demais termos que venham a ser definidos pelo Conselho de Administração ou pela Diretoria da Companhia dentro das competências previstas no Plano.
- 1.3. "**Ação Extraordinária**" significa o direito, conferido a critério do Conselho de Administração ou da Diretoria, ao recebimento de uma Ação em determinada data futura, sujeito ao cumprimento das regras do Capítulo 9 abaixo e demais termos que venham a ser definidos pelo Conselho de Administração ou pela Diretoria da Companhia dentro das competências previstas no Plano.
- 1.4. "**Ações Bloqueadas**" significam, conforme a Cláusula 9.3(ii) abaixo, Ações da Companhia que se encontram bloqueadas para alienação, aluguel, oneração ou qualquer outra forma de negociação durante o prazo de Lock-up.
- 1.5. "**Ações Maduras**" significam as Ações Diferidas, ou Ações Extraordinárias, conforme o caso, que tenham cumprido os requisitos de *Vesting* mas que ainda não tenham sido liquidadas em Ações da Companhia.
- 1.6. "**Beneficiários**" significam as pessoas elegíveis a participar do Plano conforme a Cláusula 4.1 que efetivamente recebam outorgas de Ações Diferidas e/ou Ações Extraordinárias nos termos do Plano.
- 1.7. "**Data de Outorga**" significa a data em que houver a outorga das Ações Diferidas e/ou Ações Extraordinárias ao Beneficiário, e que será a data de início do prazo de *Vesting* da respectiva outorga.
- 1.8. "**Lock-up**" significa o período de 1 (ano), contado a partir do momento em que as Ações recebidas pelo Beneficiário se tornarem Ações Bloqueadas.

1.9. “Vesting” ou “tornar-se Madura” significa a aquisição do direito ao recebimento de Ações em relação a uma outorga de Ações Diferidas e/ou Ações Extraordinárias, após o decurso do prazo e demais condições aplicáveis.

2. Ação Diferida e Ação Extraordinária

2.1. Cada Ação Diferida confere ao seu titular o direito ao recebimento de 1 (uma) Ação, estritamente nos termos e condições estabelecidos neste Plano.

2.2. Cada Ação Extraordinária, caso conferida, atribui ao seu titular o direito ao recebimento de 1 (uma) Ação, sendo certo que poderão ser conferidas até 5 (cinco) Ações Extraordinárias para cada 1 (uma) Ação Diferida na respectiva Data de Outorga, estritamente nos termos e condições estabelecidos neste Plano.

2.3. Para liquidação das Ações Diferidas e das Ações Extraordinárias, a Companhia poderá, nos termos da legislação aplicável, transferir ao Beneficiário Ações mantidas em tesouraria. Excepcionalmente, em determinadas situações a serem avaliada pelo Conselho de Administração, o pagamento referente às Ações Diferidas e às Ações Extraordinárias poderá ser feito em dinheiro, conforme o valor de mercado da Ação na data do pagamento.

2.4. As Ações Diferidas e as Ações Extraordinárias não farão jus aos dividendos, juros sobre o capital próprio e demais proventos declarados pela Companhia até que ocorra o seu *Vesting* e liquidação, com a transferência da titularidade efetiva de Ações aos Beneficiários.

2.5. As Ações Diferidas e as Ações Extraordinárias não conferem quaisquer direitos de acionista da Companhia até a sua liquidação e efetivo recebimento de Ações pelo Beneficiário.

3. Administração

3.1. O Plano será administrado pelo Conselho de Administração e pela Diretoria da Companhia, dispondo de amplos poderes dentro de suas competências para tomar todas as medidas necessárias e adequadas para a execução do Plano.

3.2. O Conselho de Administração poderá aprovar, anualmente ou em outra periodicidade, Programas de Ações Diferidas (“Programas”), nos quais serão definidos: (i) os Beneficiários, observado o disposto nas Cláusulas 4.1. a 4.3. abaixo; (ii) o número de Ações Diferidas objeto de outorgas; (iii) a distribuição das Ações Diferidas entre os Beneficiários; (iv) a data de vigência; (v) a divisão da outorga em lotes, caso aplicável, nos termos da Cláusula 8.1 abaixo; e (vi) as demais regras específicas de cada Programa, observados os termos e condições gerais estabelecidos neste Plano.

3.2.1. O Diretor Presidente da Companhia submeterá ao Conselho, para fins de aprovação de um Programa, a recomendação quanto aos Beneficiários e demais características das outorgas a serem conferidas, conforme indicadas na Cláusula 3.2 acima, exceto com relação à sua própria eventual participação no Programa e respectivos termos, que serão de competência do Conselho de Administração.

3.2.2. O Conselho de Administração poderá pré-aprovar outorgas de Ações Diferidas vinculadas a determinados cargos, a serem efetivamente conferidas pelo Conselho de Administração e/ou pela Diretoria em caso de preenchimento e/ou substituição dos referidos cargos.

3.2.3. Os Programas poderão ainda conter autorização ao Diretor Presidente para, dentro dos limites aprovados pelo Conselho de Administração, definir os Beneficiários e demais condições das outorgas conforme a Cláusula 3.2.

3.3. O Conselho de Administração e/ou a Diretoria poderá agregar novos Beneficiários aos Programas em curso, de acordo com os seus termos, bem como tratar de forma diferenciada administradores, executivos e empregados da Companhia, não estando obrigados, por qualquer regra de isonomia, equiparação ou equidade, a estender a todos as condições que entenda aplicável somente a algum ou alguns.

3.4. No exercício de suas atribuições, o Conselho de Administração e a Diretoria estarão sujeitos aos limites e condições estabelecidos no presente Plano e na legislação aplicável, e deverão respeitar as diretrizes da Assembleia Geral de Acionistas.

4. Elegibilidade

4.1. São elegíveis ao Plano o Diretor Presidente, Diretores Executivos e demais Diretores não estatutários, a critério do Conselho de Administração e/ou da Diretoria.

4.2. Em cada Programa, o Conselho de Administração indicará, a seu exclusivo critério, dentre os elegíveis, aqueles que poderão se tornar Beneficiários, bem como as características de eventual outorga de Ações Diferidas, conforme a Cláusula 3.2 acima e seus subitens. A indicação de um Beneficiário para um determinado Programa não garante sua indicação como Beneficiário em qualquer outro Programa futuro.

4.3. A adesão a cada Programa é voluntária, e a pessoa indicada a se tornar um Beneficiário, se tiver interesse em participar de determinado Programa, deverá firmar o competente Termo de Adesão, no prazo fixado em cada Programa.

5. Contrato e Natureza Jurídica

5.1. Os termos e as condições de cada Ação Diferida e/ou Ação Extraordinária serão estabelecidos em um Contrato de Outorga a ser celebrado entre a Companhia e cada Beneficiário.

5.2. O Contrato de Outorga determinará o número de Ações Diferidas a serem outorgadas ao Beneficiário e, conforme o caso, o número de Ações Extraordinárias, e observará a legislação tributária, previdenciária e trabalhista aplicável.

5.3. As Ações Diferidas e Ações Extraordinárias são pessoais e intransferíveis, não podendo o Beneficiário, em hipótese alguma, ceder, transferir, empenhar ou de qualquer modo alienar a quaisquer terceiros tais Ações Diferidas e/ou Ações Extraordinárias, nem os direitos e obrigações a elas inerentes, ressalvadas as exceções previstas na Cláusula 15 (Morte ou Invalidez Permanente).

5.4. Conforme permitido pela legislação aplicável, o Contrato de Outorga estabelecerá que eventuais disputas ou discussões envolvendo este Plano, os Programas, o Contrato de Outorga e a outorga de Ações Diferidas ou Ações Extraordinárias seja resolvido por meio de arbitragem.

6. Limite Máximo de Outorga

6.1. O Plano estará limitado a uma quantidade máxima de até 1,2% (um vírgula dois por cento) do total de Ações da Companhia na data da aprovação do Plano, abrangendo outorgas de Ações Diferidas e Ações Extraordinárias.

7. Grupamento, Desdobramento ou Bonificação

7.1. Na hipótese de grupamento, desdobramento, bonificação ou qualquer provento em novas ações, a liquidação das Ações Diferidas e Ações Extraordinárias será feita com títulos “EX”, ajustando-se a quantidade de Ações objeto de cada Ação Diferida ou Ação Extraordinária proporcionalmente ao percentual do grupamento, desdobramento, bonificação ou outro provento em novas ações. Em caso de fração de Ações, o número de Ações a serem entregues será arredondado para o número inteiro de Ações imediatamente superior.

7.2. O Conselho de Administração poderá promover ajustes adicionais aos termos e condições das Ações Diferidas ou Ações Extraordinárias em aberto, se necessário, em função de modificações na estrutura acionária da Companhia, e tal decisão será definitiva e obrigatória.

8. Prazo para que as Ações Diferidas se Tornem Maduras

8.1. O *Vesting* de uma outorga de Ações Diferidas ocorrerá em até 5 (cinco) parcelas, conforme as periodicidades aprovadas em cada Programa.

8.1.1. A primeira Parcela terá o seu *Vesting* em até 1 (um) ano a contar da Data de Outorga, conforme definido pelo Conselho de Administração.

8.1.2. As demais parcelas terão o seu *Vesting* a cada aniversário contado a partir do *Vesting* da Parcela anterior.

8.2. O Conselho de Administração poderá, a seu exclusivo critério, alterar as regras de *Vesting* das Ações Diferidas aplicáveis a cada Programa, observadas as limitações previstas neste Plano. Tais alterações poderão ser feitas durante a vigência dos Programas, desde que em benefício dos Beneficiários.

9. Ação Extraordinária e Lock-up

9.1. O Conselho de Administração ou a Diretoria poderá, a seu exclusivo critério dentro das respectivas competências, convidar Beneficiários deste Plano a receber Ações Extraordinárias, nos termos e condições deste Plano, observados os períodos cumulativos de *Vesting* e Lock-up descritos abaixo.

9.2. Caso o Beneficiário seja oferecido e aceite a outorga de Ações Extraordinárias, ele deverá firmar um novo Contrato de Outorga (ou um aditamento ao Contrato de Outorga original, conforme definido pelo Conselho de Administração ou pela Diretoria) contendo as condições aplicáveis à outorga de Ações Extraordinárias, incluindo a sua Data de Outorga.

9.3. A outorga de Ações Extraordinárias poderá ser realizada anualmente, a critério do Conselho de Administração ou da Diretoria, dentro das competências estabelecidas neste Plano e de acordo com o procedimento previsto na Cláusula 3.2, no mesmo período em que uma Parcela se tornar Madura. Como condição para o recebimento de uma Ação Extraordinária, o Beneficiário deverá concordar expressamente em:

(i) ao receber a correspondente Parcela das Ações Maduras, comprometer-se a não alienar, alugar, empenhar, oferecer em garantia ou transferir de qualquer outra forma tais Ações recebidas, durante o período de Lock- up ("Ações Bloqueadas"); e

(ii) autorizar o bloqueio para negociação das Ações Bloqueadas nos livros da instituição depositária das ações escriturais da Companhia durante o Lock-up.

9.4. O *Vesting* da Ação Extraordinária estará condicionado ao decurso cumulativo: (i) do prazo de Lock-up das Ações Bloqueadas; (ii) do período de 1 (um) ano contado da outorga da Ação Extraordinária; e (iii) das outras condições que o Conselho de Administração e/ou a Diretoria venham a determinar.

9.5. Cumpridas as condições para o *Vesting* das Ações Extraordinárias, o Beneficiário adquirirá o direito de (i) receber as Ações correspondentes às Ações Extraordinárias que se tornarem Ações Maduras; e (ii) ter as Ações Bloqueadas devidamente desbloqueadas.

9.5.1. Qualquer forma de negociação não permitida das Ações Bloqueadas antes do final do prazo de Lock-up e seu correspondente desbloqueio implicará a renúncia automática e extinção integral das Ações Extraordinárias, de pleno direito, independentemente de aviso prévio ou indenização.

10. Prazo para entrega de Ações Maduras e Ações Extraordinárias que se tornem Maduras

10.1. O Beneficiário receberá as Ações correspondentes às Ações Maduras (tanto em relação a Ações Diferidas como Ações Extraordinárias, conforme o caso) no prazo de até 60 (sessenta dias), a partir da data de *Vesting* de cada uma, ressalvado o disposto na Cláusula 10.2 abaixo.

10.2. O Diretor de Relações com Investidores poderá a qualquer tempo interromper ou suspender o prazo para entrega de Ações referentes às Ações Maduras, caso tal prazo coincida com períodos de vedação à negociação com valores mobiliários de emissão da Companhia e/ou tais períodos representem um impedimento legal ou dificultem a capacidade da Companhia entregar as Ações aos Beneficiários dentro do prazo previsto.

11. Reorganizações e Outras Operações Societárias

11.1. A outorga das Ações Diferidas ou Ações Extraordinárias nos termos do Plano não impedirá a Companhia de se envolver em operações de reorganização societária, tais como transformação, incorporação, fusão, cisão e incorporação de ações.

11.2. O Conselho de Administração da Companhia em tais operações de reorganização societária poderá, a seu critério, determinar, sem prejuízo de outras medidas que decidir, a substituição das Ações Diferidas ou Ações Extraordinárias por direitos similares da sociedade sucessora da Companhia, com os ajustes apropriados na quantidade de Ações Diferidas ou Ações Extraordinárias.

11.3. Salvo se de outra forma definido pelo Conselho de Administração na forma deste Plano, a alteração da composição societária da Companhia ou seu envolvimento em operações de reorganização societária, inclusive em razão de alterações de controle ou ofertas públicas, não impactará os prazos normais de *Vesting* e os demais termos e condições das outorgas de Ações Diferidas e/ou Ações Extraordinárias no âmbito deste Plano.

12. Não Interferência na Relação de Emprego ou Mandato

12.1. Nenhuma disposição deste Plano poderá ser interpretada como constituição de direitos aos Beneficiários empregados, além daqueles previstos neste Plano, e nem conferirá direitos aos Beneficiários relativos à garantia de permanência como empregado ou administrador ou interferirá de qualquer modo com o direito da Companhia, sujeito às condições legais e àquelas do contrato de trabalho, de rescindir a qualquer tempo o relacionamento com o Beneficiário.

12.2. Nenhuma disposição deste Plano poderá ser interpretada como constituição de quaisquer direitos aos Beneficiários além daqueles previstos neste Plano, e nem conferirá direito estatutário e/ou direito de permanência até o término do seu mandato ou contrato de trabalho, ou interferirá de qualquer modo no direito da Companhia de destituí-lo ou desligá-lo, nem assegurará o direito à sua reeleição para o cargo.

13. Desligamento Voluntário ou por Justa Causa

13.1. Em caso de Desligamento Voluntário ou por Justa Causa, o Beneficiário terá o direito de receber as Ações Maduras (sejam Ações Diferidas ou Ações Extraordinárias) no prazo previsto na Cláusula 10.1 acima. Todas as Ações Diferidas ainda não Maduras, bem como as Ações Extraordinárias ainda não Maduras, restarão automaticamente extintas, de pleno direito, independentemente de aviso prévio ou indenização.

13.1.1. Para fins deste Plano, o termo “Desligamento Voluntário” significa o término da relação jurídica do Beneficiário com a Companhia nas hipóteses de desligamento voluntário, pedido de demissão, aposentadoria voluntária e renúncia ao cargo, substituição ou não reeleição como diretor.

13.1.2. Para fins do presente Plano, o termo “Desligamento por Justa Causa” significa o término da relação jurídica do Beneficiário com a Companhia por justa causa, nas hipóteses previstas na Consolidação das Leis do Trabalho, conforme redação em vigor à época, no caso dos Beneficiários que sejam empregados e, no caso dos Beneficiários que sejam diretores estatutários na Companhia ou qualquer subsidiária, as seguintes hipóteses: (a) desídia do Beneficiário no exercício das atribuições decorrentes do seu mandato de administrador; (b) condenação penal relacionada a crimes dolosos; (c) a prática, pelo Beneficiário, de atos desonestos ou fraudulentos contra a Companhia; (d) qualquer ato ou omissão decorrente de dolo ou culpa do Beneficiário e que seja prejudicial aos negócios, imagem, ou situação financeira da Companhia, desde que devidamente comprovado; (e) violação significativa do instrumento que regule o exercício do mandato de administrador estatutário; (f) descumprimento do Estatuto Social, Código de Ética e demais políticas da Companhia e disposições societárias aplicáveis ao Beneficiário; e (g) descumprimento das obrigações previstas na Lei nº. 6.404/1976, conforme alterada, aplicável aos administradores de sociedades anônimas, incluindo, mas não se limitando àquelas previstas nos artigos 153 a 157 da referida Lei.

14. Desligamento sem Justa Causa

14.1. Em caso de Desligamento sem Justa Causa, o Beneficiário terá o direito de receber (i) todas as Ações Maduras (sejam Ações Diferidas ou Ações Extraordinárias), no prazo previsto na Cláusula 10.1; e (ii) um número *pro rata* de Ações Diferidas e Ações Extraordinárias que não estejam Maduras, proporcional ao prazo de *Vesting* decorrido com relação à Parcela em curso, no prazo previsto na Cláusula 10.1.

14.1.1. Para fins deste Plano, o termo “Desligamento sem Justa Causa” significa o término da relação jurídica do Beneficiário com a Companhia nas hipóteses que não constituam Desligamento Voluntário e/ou Desligamento por Justa Causa.

14.2. Sem prejuízo do disposto na Cláusula 14.1, o Conselho de Administração ou a Diretoria poderá, a seu exclusivo critério e dentro das competências estabelecidas neste Plano, (i) conferir o tratamento da Cláusula 14.1 a determinado Beneficiário que se desligue em condições diversas, (ii) acelerar os prazos de *Vesting*; e/ou (iii) estabelecer que o Beneficiário poderá manter um número de Ações *Diferidas* ou Ações Extraordinárias superior ao *pro rata*, podendo também estabelecer condições adicionais para a concessão de tal direito.

15. Morte ou Invalidez Permanente

15.1. No caso de morte ou invalidez permanente do Beneficiário, o *Vesting* será antecipado e o Beneficiário fará jus a 100% (cem por cento) das Ações Diferidas e Ações Extraordinárias.

15.1.1. Salvo determinação em contrário do Conselho de Administração, a liquidação de Ações Diferidas e Ações Extraordinárias em caso de morte ou invalidez permanente será feita em dinheiro, em até 60 (sessenta) dias contados da data da morte ou invalidez permanente. A Companhia realizará o pagamento aos herdeiros, sucessores e/ou cônjuges meeiros do Beneficiário ou, a seu exclusivo critério, depositará o valor correspondente em conta bancária vinculada, pendente conclusão de eventuais procedimentos de inventário e/ou sucessão.

16. Prazo de Vigência do Plano

16.1. O Plano entrará em vigor imediatamente após a sua aprovação pela Assembleia Geral Extraordinária da Companhia e poderá ser extinto, suspenso ou alterado, a qualquer tempo, por decisão da Assembleia Geral. O término de vigência do Plano não afetará a validade e eficácia das Ações Diferidas ou Ações Extraordinárias ainda em aberto concedidas com base nele.

17. Disposições Gerais

17.1. A Companhia reduzirá o número de Ações a serem entregues ao Beneficiário resultante do *Vesting* de Ações Maduras de modo a arcar com eventuais tributos incidentes sobre as Ações cujo recolhimento seja de responsabilidade da Companhia, entregando ao Beneficiário um número de Ações já líquido de eventuais tributos.

17.2. Qualquer Ação Diferida ou Ação Extraordinária outorgada fica sujeita a todos os termos e condições aqui estabelecidos, termos e condições estes que prevalecerão em caso de inconsistência a respeito de disposições de qualquer contrato ou documento mencionado neste instrumento.

17.3. Os casos omissos serão regulados pelo Conselho de Administração ou pela Diretoria, dentro de suas competências estabelecidas nesse Plano.

17.4. Qualquer alteração legal significativa no tocante à legislação, regulamentação ou jurisprudência de mercado de capitais, tributária, previdenciária ou trabalhista aplicáveis a planos de incentivo de longo prazo, poderá levar à revisão parcial ou integral do Plano, ou mesmo sua suspensão, a critério do Conselho de Administração.

17.5. O Conselho de Administração, no interesse da Companhia, poderá rever e ajustar as condições de cada Programa, desde que não altere o limite máximo de Ações previsto na Cláusula 6.1 do Plano.

17.6. O Conselho de Administração poderá ainda estabelecer tratamento particular para casos e situações especiais durante a vigência do Plano, desde que não sejam prejudicados os direitos já concedidos aos Beneficiários. Tal tratamento particular não constituirá precedente invocável por outros Beneficiários.

* * *

Anexo V

FLEURY S.A.

Companhia Aberta

CNPJ nº 60.840.055/0001-31

NIRE 35.300.197.534

INFORMAÇÕES INDICADAS NO ANEXO B DA RESOLUÇÃO CVM N.º 81/22

1. Fornecer cópia do plano proposto

O Plano de Ações Diferidas do Fleury S.A. ("Companhia"), a ser submetido à aprovação da Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária a se realizar em 26 de abril de 2024 ("Plano"), encontra-se no Anexo IV à presente Proposta da Administração.

2. Informar as principais características do plano proposto, identificando:

a. Potenciais beneficiários

Serão elegíveis ao Plano o Diretor Presidente, Diretores Executivos e demais Diretores não estatutários, a critério do Conselho de Administração e/ou da Diretoria ("Beneficiários").

b. Número máximo de opções a serem outorgadas

Vide item 2.c abaixo, considerando que o Plano envolve a outorga de ações diferidas.

c. Número máximo de ações abrangidas pelo plano

Poderão ser entregues aos Beneficiários a quantidade máxima de até 1,2% (um vírgula dois por cento) do total de ações da Companhia na data da aprovação do Plano, abrangendo outorgas de Ações Diferidas e Ações Extraordinárias (definidas abaixo).

d. Condições de aquisição

Ações Diferidas

O Conselho de Administração poderá aprovar, anualmente ou em outra periodicidade, Programas de Ações Diferidas ("Programas"), nos quais serão definidos: (i) os Beneficiários; (ii) o número de Ações Diferidas outorgadas; (iii) a distribuição das Ações Diferidas entre os Beneficiários; (iv) a data de vigência; (v) a divisão da outorga em lotes, caso aplicável; e (vi) as demais regras específicas de cada Programa, observados os termos e condições gerais estabelecidos no Plano.

Uma "Ação Diferida" significa o direito a receber uma Ação em determinada data futura, condicionado ao cumprimento do período de aquisição do direito ao recebimento de Ações em relação a uma outorga de Ações Diferidas e/ou Ações Extraordinárias ("Vesting" ou "tornar-se Madura"), previsto no item f abaixo, e sujeito aos demais termos que venham a ser definidos pelo Conselho de Administração ou pela Diretoria da Companhia dentro das competências previstas no Plano. Cada Ação Diferida confere ao seu titular o direito ao recebimento de 1 (uma) Ação, estritamente nos termos e condições estabelecidos no Plano.

Uma "Ação" significa uma ação ordinária (BM&B3: FLRY3) de emissão da Companhia.

O Diretor Presidente da Companhia submeterá ao Conselho de Administração, para fins de aprovação de um Programa, a recomendação quanto aos Beneficiários e demais características das outorgas a serem conferidas, exceto com relação à sua própria eventual participação no Programa e respectivos termos, que serão de competência do Conselho de Administração.

O Conselho de Administração poderá pré-aprovar outorgas de Ações Diferidas vinculadas a determinados cargos, a serem efetivamente conferidas pelo Conselho de Administração e/ou pela Diretoria em caso de preenchimento e/ou substituição dos referidos cargos.

Os Programas poderão ainda conter autorização ao Diretor Presidente para, dentro dos limites aprovados pelo Conselho de Administração, definir os Beneficiários e demais condições das outorgas.

O Conselho de Administração e/ou a Diretoria poderá agregar novos Beneficiários aos Programas em curso, de acordo com os seus termos, bem como tratar de forma diferenciada administradores, executivos e empregados da Companhia, não estando obrigados, por qualquer regra de isonomia, equiparação ou equidade, a estender a todos as condições que entenda aplicável somente a algum ou alguns.

Ações Extraordinárias

O Conselho de Administração ou a Diretoria poderá, a seu exclusivo critério dentro das respectivas competências, convidar Beneficiários do Plano a receber Ações Extraordinárias, nos termos e condições do Plano, observados os períodos cumulativos de *Vesting* e Lock-up descritos abaixo.

Uma “Ação Extraordinária” significa o direito, conferido a critério do Conselho de Administração ou da Diretoria, ao recebimento de uma Ação em determinada data futura, sujeito ao cumprimento das regras do Plano. Cada Ação Extraordinária, caso conferida, atribui ao seu titular o direito ao recebimento de 1 (uma) Ação, sendo certo que poderão ser conferidas até 5 (cinco) Ações Extraordinárias para cada 1 (uma) Ação Diferida na respectiva Data de Outorga, estritamente nos termos e condições estabelecidos no Plano.

Caso o Beneficiário seja oferecido e aceite a outorga de Ações Extraordinárias, ele deverá firmar um novo Contrato de Outorga (ou um aditamento ao Contrato de Outorga original, conforme definido pelo Conselho de Administração ou pela Diretoria) contendo as condições aplicáveis à outorga de Ações Extraordinárias, incluindo a sua Data de Outorga.

A outorga de Ações Extraordinárias poderá ser realizada anualmente, a critério do Conselho de Administração ou da Diretoria, dentro das competências estabelecidas no Plano e conforme o procedimento previsto para as Ações Diferidas, no mesmo período em que uma Parcela se tornar Madura. Como condição para o recebimento de uma Ação Extraordinária, o Beneficiário deverá concordar expressamente em:

- (iii) ao receber a correspondente Parcela das Ações Maduras, comprometer-se a não alienar, alugar, empenhar, oferecer em garantia ou transferir de qualquer outra forma tais Ações recebidas, durante o período de Lock-up (“Ações Bloqueadas”); e

- (iv) autorizar o bloqueio para negociação das Ações Bloqueadas nos livros da instituição depositária das ações escriturais da Companhia durante o período de 1 (um) ano, contado a partir do momento em que as Ações recebidas pelo Beneficiário se tornarem Ações Bloqueadas (“Lock-up”).

e. Critérios pormenorizados para fixação do preço de exercício

O recebimento de uma outorga de Ações Diferidas ou Ações Extraordinárias e o recebimento de Ações referentes a tais outorgas, caso cumpridos os requisitos de *Vesting*, não terão custo para o Beneficiário.

f. Critérios para fixação do prazo de exercício

Ações Diferidas

O *Vesting* de uma outorga de Ações Diferidas ocorrerá em até 5 (cinco) parcelas, conforme as periodicidades aprovadas em cada programa (“Parcelas”).

A primeira Parcela terá o seu *Vesting* em até 1 (um) ano a contar da Data de Outorga, conforme definido pelo Conselho de Administração.

As demais parcelas terão o seu *Vesting* a cada aniversário contado a partir do *Vesting* da Parcela anterior.

O Conselho de Administração poderá, a seu exclusivo critério, alterar as regras de *Vesting* das Ações Diferidas aplicáveis a cada Programa. Tais alterações poderão ser feitas durante a vigência dos Programas, desde que em benefício dos Beneficiários.

Ações Extraordinárias

O *Vesting* da Ação Extraordinária estará condicionado ao decurso cumulativo: (i) do prazo de Lock-up das Ações Bloqueadas; (ii) do período de 1 (um) ano contado da outorga da Ação Extraordinária; e (iii) das outras condições que o Conselho de Administração e/ou a Diretoria venham a determinar.

Cumpridas as condições para o *Vesting* das Ações Extraordinárias, o Beneficiário adquirirá o direito de (i) receber as Ações correspondentes às Ações Extraordinárias que se tornarem Maduras; e (ii) ter as Ações Bloqueadas devidamente desbloqueadas.

g. Forma de liquidação de opções

Para liquidação das Ações Diferidas e das Ações Extraordinárias, a Companhia poderá, nos termos da legislação aplicável, transferir ao Beneficiário Ações mantidas em tesouraria. Excepcionalmente, em determinadas situações a serem avaliada pelo Conselho de Administração, o pagamento referente às Ações Diferidas e às Ações Extraordinárias poderá ser feito em dinheiro, conforme o valor de mercado da Ação na data do pagamento.

h. Critérios e eventos que, quando verificados, ocasionarão a suspensão, alteração ou extinção do plano

O Plano será administrado pelo Conselho de Administração e Diretoria da Companhia, dispondo ambos de amplos poderes para, dentro de suas competências, tomar medidas necessárias e adequadas para a execução do Plano.

O Conselho de Administração da Companhia em operações de reorganização societária poderá, a seu critério, determinar, sem prejuízo de outras medidas que decidir, a substituição das Ações Diferidas ou Ações Extraordinárias por direitos similares da sociedade sucessora da Companhia, com os ajustes apropriados na quantidade de Ações Diferidas ou Ações Extraordinárias.

Qualquer alteração legal significativa no tocante à legislação, regulamentação ou jurisprudência de mercado de capitais, tributária, previdenciária ou trabalhista aplicáveis a planos de incentivo de longo prazo, poderá levar à revisão parcial ou integral do Plano, ou mesmo sua suspensão, a critério do Conselho de Administração.

3. Justificar o plano proposto, explicando:

a. Os principais objetivos do plano

O Plano tem por objetivo a manutenção e motivação de seus Beneficiários, oferecendo-lhes um incentivo adicional ao conferir a possibilidade de se tornarem acionistas da Companhia, bem como alinhar os seus interesses aos interesses da Companhia e seus acionistas.

b. A forma como o plano contribui para esses objetivos

Esse formato permitirá um melhor desempenho da Companhia uma vez que proporcionará um equilíbrio entre a busca pelo atingimento de resultados a curto prazo e a dedicação dos Beneficiários transformações para o longo prazo. Atinge-se, ainda, por meio deste modelo, o compartilhamento dos riscos e dos ganhos da Companhia, por meio da valorização das Ações recebidas no âmbito do Plano.

c. Como o plano se insere na política de remuneração da companhia

O Plano faz parte da estratégia de compensação total dos executivos da Companhia, com o compromisso destes na geração de valor à Companhia e aos acionistas. Além disso, equilibra a parcela variável de remuneração dos Beneficiários ao complementar os bônus já existentes e focados nas entregas de curto prazo.

d. Como o plano alinha os interesses dos beneficiários e da companhia a curto, médio e longo prazo

O Plano alinha os interesses de seus Beneficiários e da Companhia pois visa oferecer a tais Beneficiários a possibilidade de se tornarem acionistas da Companhia, nos termos e condições previstos no Plano. Dessa forma, os Beneficiários serão estimulados a alcançar um melhor desempenho individual, contribuindo para melhorar os resultados da Companhia e seu desempenho no curto, médio e longo prazo.

4. Estimar as despesas da companhia decorrentes do plano, conforme as regras contábeis que tratam desse assunto

A Companhia estima que as despesas decorrentes do Plano, incluindo Ações Diferidas e Ações Extraordinárias, representarão, para cada Programa anual, o montante aproximado de R\$ 35.000.000,00 (trinta e cinco milhões de reais), reconhecidos ao longo dos 5 (cinco) anos da outorga até o decurso da totalidade do prazo de *Vesting* das outorgas, em conformidade com o Plano.

Consideram-se como principais premissas para essa estimativa, sem prejuízo dos limites estabelecidos na aprovação do Plano: (i) a estratégia de remuneração de longo prazo competitiva; e (ii) as taxas de juros livres de risco, volatilidade da Ação e valor de face da Ação.

Anexo VI

PROPOSTA DE ALTERAÇÃO DO ESTATUTO SOCIAL

(na forma do artigo 12 da Resolução CVM n.º 81/22)

Em cumprimento ao artigo 12 da Resolução CVM n.º 81/22, o Fleury S.A. (“Companhia”) apresenta, abaixo, **(a)** o relatório detalhando a origem e justificativa das alterações propostas e analisando os seus efeitos jurídicos e econômicos; e **(b)** cópia do estatuto social contendo, em destaque, as alterações propostas.

(a) Relatório detalhando a origem e justificativa das alterações propostas e analisando os seus efeitos jurídicos e econômicos:

Redação Atual	Redação proposta	Justificativa e efeitos jurídicos e econômicos
Artigo 5º – O capital social da Companhia é de R\$ 1.743.887.001,03 (um bilhão, setecentos e quarenta e três milhões, oitocentos e oitenta e sete mil e um reais e três centavos), totalmente subscrito e integralizado, dividido em 367.204.451 (trezentas e sessenta e sete milhões, duzentos e quatro mil e quatrocentos e cinquenta e um) ações ordinárias, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal.	Artigo 5º – O capital social da Companhia é de R\$ 2.762.949.636,54 (dois bilhões, setecentos e sessenta e dois milhões, novecentos e quarenta e nove mil, seiscentos e trinta e seis reais e cinquenta e quatro centavos) 1.743.887.001,03 (um bilhão, setecentos e quarenta e três milhões, oitocentos e oitenta e sete mil e um reais e três centavos) , totalmente subscrito e integralizado, dividido em 547.191.026 (quinhentas e quarenta e sete milhões, cento e noventa e uma mil e vinte e seis) 367.204.451 (trezentas e sessenta e sete milhões, duzentos e quatro mil e quatrocentos e cinquenta e um) ações ordinárias, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal.	Alteração do caput do Artigo 5º do Estatuto Social da Companhia, de modo a contemplar (i) o aumento de capital aprovado pelo Conselho de Administração, dentro do limite do capital autorizado, em reunião realizada em 6 de junho de 2023, mediante a emissão de 26.056.461 (vinte e seis milhões, cinquenta e seis mil e quatrocentas e sessenta e uma) novas ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal, pelo valor total de R\$170.000.000,00 (cento e setenta milhões de reais), mediante a capitalização de parte da reservas; (ii) o aumento de capital aprovado pelo Conselho de Administração, dentro do limite do capital autorizado, em reunião realizada em 05 de setembro de 2023, mediante a emissão de 5.341 (cinco mil, trezentas e quarenta e uma) novas ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal, pelo preço total de R\$ 46.680,34 (quarenta e seis mil, seiscentos e oitenta reais e trinta e quatro centavos), em decorrência do exercício das opções outorgadas no âmbito do Plano de Opção de Compra de Ações do Exercício 2016 da Companhia aprovado em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 27 de julho de 2016; e (iii) o aumento de capital aprovado pela Assembleia Geral

		Extraordinária realizada em 18 de agosto de 2022, mediante da emissão de 153.924.773 (cento e cinquenta e três milhões e novecentos e vinte e quatro mil e setecentos e setenta e três) novas ações ordinárias, pelo valor total de integralização de R\$ 2.161.103.813,48 (dois bilhões e cento e sessenta e um milhões e cento e três mil e oitocentos e treze reais e quarenta e oito centavos), do qual (a) R\$ 849.015.955,17 (oitocentos e quarenta e nove milhões e quinze mil e novecentos e cinquenta e cinco reais e dezessete centavos) foi destinada à conta de capital social da Companhia; e (ii) o restante, no valor de R\$ 1.312.087.858,31 (um bilhão e trezentos e doze milhões e oitenta e sete mil e oitocentos e cinquenta e oito reais e trinta e um centavos) foi destinado à reserva de capital da Companhia, em decorrência da consumação da operação de combinação de negócios entre a Companhia e o Instituto Hermes Pardini S.A., na data de 13 de abril de 2023, conforme Reunião do Conselho de Administração realizada em 31 de maio de 2023.
--	--	--

(b) Cópia do estatuto social contendo, em destaque, as alterações propostas

ESTATUTO SOCIAL DE FLEURY S.A.

**CAPÍTULO I
DA DENOMINAÇÃO, SEDE, OBJETO E DURAÇÃO**

Artigo 1º – O Fleury S.A. (“Companhia”) é uma sociedade por ações de capital autorizado, regida pelas disposições legais aplicáveis, em especial a Lei 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada (“Lei das Sociedades por Ações”), pelos usos do comércio e por este Estatuto Social.

Parágrafo Primeiro. Com o ingresso da Companhia no Novo Mercado da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (“B3”), sujeitam-se a Companhia, seus acionistas, incluindo acionistas controladores, administradores e membros do Conselho Fiscal, quando instalado, às disposições do Regulamento do Novo Mercado.

Parágrafo Segundo - As disposições do Regulamento do Novo Mercado prevalecerão sobre as disposições estatutárias, nas hipóteses de prejuízo aos direitos dos destinatários das ofertas públicas previstas neste Estatuto.

Artigo 2º – A Companhia tem sua sede e foro na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, e poderá abrir e encerrar filiais, sucursais, agências, escritórios e depósitos em qualquer localidade do território nacional ou no exterior, conforme deliberação da Diretoria Executiva.

Artigo 3º - A Companhia tem por objeto social:

- I. Prestação de serviços auxiliares de apoio diagnóstico (SAD) a pacientes particulares ou através de empresas conveniadas, companhias seguradoras, entidades de assistência médico-hospitalar, outras modalidades de custeio da saúde, incluindo análises clínicas e vacinação, diretamente, ou em caráter suplementar, por intermédio de laboratórios contratados, bem como outros serviços auxiliares de apoio diagnóstico (SAD), exclusivamente através de empresas médicas especializadas, como, por exemplo, nas áreas de a) citologia e anatomia patológica; b) diagnóstico por imagem e métodos gráficos; e c) medicina nuclear;
- II. Prestação de serviços médicos e ambulatoriais com abrangência para consultas médicas, presenciais ou a distância, procedimentos ambulatoriais, procedimentos ambulatoriais com recursos para realização de procedimentos cirúrgicos e exames complementares e administração de medicamentos para pacientes particulares ou através de empresas conveniadas, companhias seguradoras, entidades de assistência médico-hospitalar ou outras modalidades de custeio da saúde;
- III. Exploração de atividades relativas a: (a) realização de exames em alimentos e substâncias para fins de avaliar riscos ao ser humano; (b) importação, para uso próprio, de equipamentos médico-hospitalares, conjuntos para diagnósticos e correlatos em geral; (c) elaboração, edição, publicação e distribuição de jornais, livros, revistas, periódicos e outros veículos de comunicação escrita, destinados à divulgação científica ou das atividades compreendidas no âmbito de atuação da Companhia; (d) outorga e administração de franquia empresarial, compreendendo fundo de propaganda e divulgação, treinamento e seleção de mão de obra, indicação de fornecedores de equipamentos e material de pesquisa, entre outros; (e) serviços de consultoria, assessoria, cursos e palestras na área da saúde, bem como a prestação de serviços que visem a promoção de saúde e a gestão de doenças crônicas; (f) atividades de serviços de complementação diagnóstica e terapêutica; (g) curso de aprendizagem e treinamento gerencial

presencial e à distância, somente na área médica; (h) serviços de campo de aperfeiçoamento de médicos, enfermeiros e outros profissionais relacionados a essas atividades e proporcionar meios para a pesquisa e investigação científica; (i) atividades de consultoria em gestão empresarial, somente na área médica; (j) manutenção e reparação de aparelhos eletromédicos e eletroterapêuticos e equipamentos de irradiação; (k) atividade médica ambulatorial com recursos para realização de exames complementares; (l) atividade de pesquisas clínicas, relacionadas à pesquisa e desenvolvimento experimental em ciências físicas e naturais, somente na área médica; (m) pesquisa e desenvolvimento científico e tecnologia na área da medicina; (n) atividade de psicologia e psicanálise, em conjunto com a área médica; (o) atividade de profissionais de nutrição, em conjunto com a área médica; (p) atividade de reabilitação (incluindo, mas não se limitando, a procedimentos fisioterápicos, osteopatia, terapia ocupacional e preparação física); (q) atividade de enfermagem, em conjunto com a área médica; (r) atividades de higienização e esterilização de materiais; e (s) serviços de reprodução humana assistida.

IV. Prestação de assistência hospitalar;

V. Prestação de serviços de cuidados integrados ao paciente por meio de assistência médica e paramédica domiciliar e atividades de consultoria para apoio à gestão de saúde, somente na área médica;

VI. Prestação a terceiros de serviços que importem na utilização da capacidade disponível do seu cabedal, representado por conhecimentos, técnicas, equipamentos, máquinas e demais meios de realização de suas atividades; e

VII. Participação em outras sociedades, empresárias ou não empresárias, em conjunto com a medicina, na qualidade de sócia, quotista ou acionista.

Parágrafo Primeiro - As atividades realizadas pela Companhia têm por objetivo a criação de condições adequadas para o bom desempenho da profissão médica, além de pugnar pela pesquisa e estudos, visando ao progresso científico da medicina.

Artigo 4º – O prazo de duração da Companhia é indeterminado.

CAPÍTULO II DO CAPITAL SOCIAL E DAS AÇÕES

Artigo 5º – O capital social da Companhia é de R\$ 2.762.949.636,54 (dois bilhões, setecentos e sessenta e dois milhões, novecentos e quarenta e nove mil, seiscentos e trinta e seis reais e cinquenta e quatro centavos) ~~1.743.887.001,03 (um bilhão, setecentos e quarenta e três milhões, oitocentos e oitenta e sete mil e um reais e três centavos)~~, totalmente subscrito e integralizado, dividido em 547.191.026 (quinhentas e quarenta e sete milhões, cento e noventa e uma mil e vinte e seis) ~~367.204.451 (trezentas e sessenta e sete milhões, duzentos e quatro mil e quatrocentos e cinquenta e um)~~ ações ordinárias, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal.

Parágrafo Primeiro – O capital social da Companhia será representado exclusivamente por ações ordinárias.

Parágrafo Segundo – As ações representativas do capital social são indivisíveis em relação à Companhia, e cada ação ordinária confere a seu titular o direito a um voto nas Assembleias Gerais da Companhia. Quando uma ação pertencer a mais de uma pessoa, os direitos a ela conferidos serão exercidos pelo representante do condomínio.

Parágrafo Terceiro – Todas as ações da Companhia são escriturais e serão mantidas em conta de depósito, em nome de seus titulares, em instituição financeira autorizada pela Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) com quem a Companhia mantenha contrato de custódia em vigor, sem emissão de certificados. A instituição depositária poderá cobrar dos acionistas o custo do

serviço de transferência e averbação de propriedade das ações escriturais, assim como o custo dos serviços relativos às ações custodiadas, observados os limites máximos fixados pela CVM.

Parágrafo Quarto – Fica vedada a emissão pela Companhia de ações preferenciais ou partes beneficiárias.

Parágrafo Quinto – As ações da Companhia não poderão ser gravadas com ônus, caucionadas ou oferecidas em garantia sem a expressa concordância de acionistas representando a maioria do capital social com direito a voto.

Parágrafo Sexto – A Companhia poderá, por deliberação do Conselho de Administração, adquirir as próprias ações para permanência em tesouraria e posterior alienação ou cancelamento, até o montante do saldo de lucro e de reservas, exceto a reserva legal, sem diminuição do capital social, observadas as disposições legais e regulamentares aplicáveis.

Parágrafo Sétimo – A não ser pelas hipóteses previstas nos Parágrafos Segundo e Terceiro do Artigo 6º, os acionistas terão direito de preferência, na proporção de suas respectivas participações, na subscrição de ações, debêntures conversíveis em ações ou bônus de subscrição de emissão da Companhia, que poderá ser exercido no prazo legal de 30 (trinta) dias.

Artigo 6º – A Companhia está autorizada a aumentar seu capital social, independentemente de reforma estatutária, mediante deliberação do Conselho de Administração, que fixará as condições de subscrição, integralização e colocação das ações a serem emitidas, até que a cifra do capital social alcance o limite de R\$ 4.000.000.000,00 (quatro bilhões de reais).

Parágrafo Primeiro – O limite do capital autorizado da Companhia somente poderá ser modificado por deliberação da Assembleia Geral, ouvido o Conselho Fiscal, caso instalado.

Parágrafo Segundo – A Companhia, dentro do limite do capital autorizado e de acordo com o plano aprovado pela Assembleia Geral, poderá outorgar opção de compra ou subscrição de ações, sem direito de preferência para os acionistas, em favor dos administradores e/ou empregados da Companhia ou de suas controladas.

Parágrafo Terceiro – A critério do Conselho de Administração, poderá ser excluído o direito de preferência ou reduzido o prazo para seu exercício, nas emissões de ações ordinárias, debêntures conversíveis em ações ordinárias e bônus de subscrição, cuja colocação seja feita mediante: (i) venda em bolsa ou subscrição pública; ou (ii) permuta de ações, em oferta pública de aquisição de controle, nos termos da lei, e dentro do limite do capital autorizado.

Artigo 7º – Os acionistas e, no que aplicável, a Companhia respeitarão os termos e condições dos acordos de acionistas arquivados na sede da Companhia. É expressamente vedado aos integrantes da mesa diretora da Assembleia Geral ou do Conselho de Administração acatar declaração de voto de qualquer acionista, signatário de acordo de acionistas devidamente arquivado na sede social, que for proferida em desacordo com o que tiver sido ajustado no referido acordo, sendo também expressamente vedado à Companhia aceitar e proceder à transferência de ações e/ou à oneração e/ou à cessão de direito de preferência à subscrição de ações e/ou de outros valores mobiliários que não respeitar aquilo que estiver previsto e regulado em acordo de acionistas.

Parágrafo Único – A Companhia, disponibilizará aos acionistas os acordos de acionistas referidos no caput deste Artigo, quando solicitado.

CAPÍTULO III

DA ADMINISTRAÇÃO

Artigo 8º – São órgãos da Companhia:

- (a) Assembleia Geral;
- (b) Conselho de Administração;
- (c) Diretoria Executiva, e
- (d) Conselho Fiscal.

Parágrafo Único – A posse dos administradores e dos membros do Conselho Fiscal, efetivos e suplentes, fica condicionada à assinatura de termo de posse, que deve contemplar sua sujeição à cláusula compromissória referida no Artigo 39 deste Estatuto Social. Os administradores deverão, imediatamente após a investidura no cargo, comunicar à B3 a quantidade e as características dos valores mobiliários de emissão da Companhia de que sejam titulares, direta ou indiretamente, inclusive seus derivativos.

SEÇÃO I DA ASSEMBLEIA GERAL

Artigo 9º – A Assembleia Geral é o órgão deliberativo da Companhia e reunir-se-á: (i) ordinariamente, dentro dos 04 (quatro) primeiros meses após o encerramento do exercício social, para deliberar sobre as matérias constantes do artigo 132 da Lei das Sociedades por Ações, incluindo a eleição e destituição dos membros do Conselho de Administração, com a indicação de seu Presidente e Vice-Presidente; e (ii) extraordinariamente, sempre que os interesses sociais exigirem.

Parágrafo Primeiro – A convocação da Assembleia Geral será feita pelo Conselho de Administração, na forma da lei.

Parágrafo Segundo – A Assembleia Geral será instalada e realizada nos termos da lei.

Artigo 10 – A Assembleia Geral será instalada e presidida pelo Presidente do Conselho de Administração da Companhia ou, no seu impedimento, pelo Vice-Presidente do Conselho de Administração, ou na ausência de ambos, por Acionista escolhido por maioria de votos dos presentes. Ao Presidente da Assembleia caberá a escolha de um secretário.

Artigo 11 – A Assembleia Geral terá as seguintes atribuições, além daquelas previstas na Lei das Sociedades por Ações:

- (a) eleger e destituir, a qualquer tempo, os membros do Conselho de Administração e Conselho Fiscal, quando instalado;
- (b) fixar a remuneração global dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria Executiva, nos termos do artigo 152 da Lei das Sociedades por Ações, assim como a remuneração dos membros do Conselho Fiscal, quando instalado, cabendo ao Conselho de Administração deliberar sobre a distribuição de tal montante;
- (c) tomar, anualmente, as contas dos administradores e deliberar sobre as demonstrações financeiras por eles apresentadas;
- (d) deliberar, de acordo com a proposta apresentada pela administração, sobre a destinação do lucro líquido do exercício e a distribuição de dividendos ou o pagamento de juros sobre o capital próprio;

- (e) deliberar sobre a avaliação de bens com que o acionista concorrer para a formação do capital social;
- (f) deliberar sobre transformação, fusão, incorporação e cisão da Companhia, sua dissolução e liquidação, eleger e destituir liquidantes, bem como o conselho fiscal que deverá funcionar no período de liquidação, e julgar-lhes as contas;
- (g) Deliberar sobre a saída da Companhia do Novo Mercado, da B3 e sobre o cancelamento de registro de companhia aberta da Companhia;
- (h) aprovar planos de incentivos baseados em ações, incluindo planos de outorga de opção de compra ou de subscrição de ações aos administradores e/ou empregados da Companhia ou de suas controladas;
- (i) criar novas ações fora do limite do capital autorizado, e
- (j) definir o capital social autorizado para investimentos em subsidiárias.

Artigo 12 – As deliberações da Assembleia geral, ressalvadas as exceções previstas em lei, serão tomadas por maioria absoluta de votos, não se computando os votos em branco.

SEÇÃO II DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Artigo 13 – O Conselho de Administração será composto de: (i) no mínimo 07 (sete) e no máximo 11 (onze) membros efetivos, pessoas naturais, residentes ou não no país, todos eleitos e destituíveis a qualquer tempo pela Assembleia Geral e com mandato unificado de 2 (dois) anos, sendo permitida a reeleição; e (ii) até 08 (oito) membros suplentes, todos pessoas naturais, residentes ou não no país, eleitos e destituíveis a qualquer tempo pela Assembleia Geral, aos quais competirá a substituição de membros efetivos .

Parágrafo Primeiro - Dos membros do conselho de administração, no mínimo, 2 (dois) ou 20% (vinte por cento), o que for maior, deverão ser conselheiros independentes, conforme a definição do Regulamento do Novo Mercado, devendo a caracterização dos indicados ao conselho de administração como conselheiros independentes ser deliberada na assembleia geral que os eleger.

Parágrafo Segundo – Quando, em decorrência do cálculo do percentual referido no Parágrafo Primeiro acima, o resultado gerar um número fracionário, a Companhia deve proceder ao arredondamento para o número inteiro imediatamente superior.

Parágrafo Terceiro – É enquadrado como Conselheiro Independente aquele que atenda aos critérios fixados nos artigos 16 e 17 do Regulamento do Novo Mercado.

Parágrafo Quarto – O prazo de gestão dos Conselheiros se estenderá até a investidura dos respectivos sucessores.

Parágrafo Quinto - Os cargos de presidente do conselho de administração e de diretor presidente ou principal executivo da Companhia não poderão ser acumulados pela mesma pessoa.

Artigo 14 – O Conselho de Administração terá 01 (um) Presidente e 01 (um) Vice-Presidente, eleitos em Assembleia Geral.

Parágrafo Primeiro – No caso de vacância do cargo ou impedimento definitivo de conselheiro, o respectivo suplente assumirá o cargo até o término do mandato; não havendo suplente para o cargo vago indicado pela assembleia geral, o substituto poderá ser nomeado pelos conselheiros remanescentes e servirá até o término do mandato do conselheiro substituído. Ocorrendo vacância da maioria dos cargos, será convocada assembleia geral para proceder a nova eleição.

Parágrafo Segundo – No caso de vacância do cargo ou impedimento definitivo do Presidente ou do Vice-Presidente do Conselho de Administração, estes substituirão um ao outro, acumulando as funções e completando o mandato do substituído.

Parágrafo Terceiro - No caso de ausências ou impedimentos ocasionais de qualquer dos membros efetivos, estes serão substituídos pelos membros suplentes expressamente indicados na Assembleia Geral, nos termos do Artigo 13 deste Estatuto Social. No caso de ausências ou impedimentos ocasionais de qualquer dos demais membros efetivos, para os quais não haja indicação de membro suplente, não haverá substituição

Artigo 15 – O Conselho de Administração reunir-se-á no mínimo 6 (seis) vezes por exercício, ordinariamente, e, extraordinariamente, a qualquer tempo, sempre que necessário, por convocação de seu Presidente, Vice-Presidente, ou ainda por convocação de qualquer dos membros do Conselho de Administração.

Parágrafo Primeiro – As convocações para as reuniões do Conselho de Administração deverão ser feitas por escrito, por meio de correspondência eletrônica, fac-símile ou carta, com antecedência mínima de 07 (sete) dias e especificarão a data, hora, local e a ordem do dia. As reuniões realizar-se-ão independentemente de convocação caso se verifique a presença da totalidade dos Conselheiros em exercício, ou com a concordância prévia, por escrito, dos Conselheiros ausentes.

Parágrafo Segundo – As reuniões do Conselho de Administração serão presididas pelo Presidente do Conselho de Administração e secretariadas por quem ele indicar. No caso de ausência temporária do Presidente do Conselho de Administração, essas reuniões serão presididas pelo Vice-Presidente do Conselho de Administração ou, na sua ausência, por Conselheiro escolhido por maioria dos votos dos demais membros do Conselho de Administração, cabendo ao presidente da reunião indicar o secretário.

Parágrafo Terceiro – É necessária a presença da maioria dos Conselheiros em exercício para instalação das reuniões do Conselho de Administração, as quais deverão ser realizadas, preferencialmente, na sede da Companhia. Serão admitidas reuniões por meio de teleconferência ou videoconferência, admitida a gravação das mesmas. Tal participação será considerada presença pessoal na referida reunião. Nesse caso, os membros do Conselho de Administração que participarem remotamente da reunião do Conselho poderão expressar seus votos, na data da reunião, por meio de carta ou fac-símile ou correio eletrônico digitalmente certificado.

Parágrafo Quarto – Em caráter de urgência, as reuniões do Conselho de Administração poderão ser convocadas pelo Presidente do Conselho de Administração sem a observância do prazo acima, desde que inequivocamente cientes todos os demais integrantes do Conselho de

Administração. As convocações podem ser feitas por qualquer meio, eletrônico ou não, que permita a comprovação de recebimento.

Artigo 16 – As deliberações do Conselho de Administração serão tomadas por maioria de votos dos presentes, não cabendo voto de qualidade em caso de empate.

Artigo 17 – Ao término de cada reunião deverá ser lavrada ata, que deverá ser assinada por todos os Conselheiros fisicamente presentes à reunião, e posteriormente transcrita no Livro de Registro de Atas do Conselho de Administração da Companhia.

Parágrafo Primeiro – Os votos proferidos por Conselheiros que participarem remotamente da reunião do Conselho deverão igualmente constar no Livro de Registro de Atas do Conselho de Administração, devendo a cópia da carta, fac-símile ou mensagem eletrônica, conforme o caso, contendo o voto do Conselheiro, ser juntada ao Livro logo após a transcrição da ata.

Parágrafo Segundo – Deverão ser publicadas e arquivadas no registro público de empresas mercantis as atas de reunião do Conselho de Administração da Companhia que contiverem deliberação destinada a produzir efeitos perante terceiros.

Parágrafo Terceiro – O Conselho de Administração poderá admitir outros participantes em suas reuniões, com a finalidade de acompanhar as deliberações e/ou prestar esclarecimentos de qualquer natureza, vedado a estes, entretanto, o direito de voto.

Artigo 18 – Compete primordialmente ao Conselho de Administração, além das matérias previstas no artigo 142 da Lei das Sociedades por Ações e no Artigo 29 do presente Estatuto Social, as matérias abaixo elencadas:

- (a) fixar a orientação geral dos negócios da Companhia e suas controladas, respeitando sempre os valores éticos adotados pela comunidade onde atua, em especial o respeito aos direitos humanos e ao meio ambiente;
- (b) deliberar sobre o montante da remuneração individual dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria Executiva;
- (c) deliberar sobre as contas da Diretoria Executiva, consubstanciadas nos Balanços Semestrais ou nos Relatórios da Administração, bem como sobre as Demonstrações Financeiras, para posterior encaminhamento à apreciação e aprovação da Assembleia Geral Ordinária;
- (d) deliberar sobre a distribuição de dividendos intermediários ou intercalares ou o pagamento de juros sobre capital próprio, bem como submeter à Assembleia Geral a proposta de destinação do lucro líquido do exercício, nos termos da Lei das Sociedades por Ações e demais leis aplicáveis;
- (e) aprovar, rever ou modificar o Plano de Trabalho, os Orçamentos Anuais, o Plano de Investimentos e os Programas Estratégicos e de Expansão da Companhia e de suas controladas;
- (f) deliberar sobre as políticas, planos, orçamentos e demais assuntos propostos pela Diretoria Executiva;
- (g) deliberar sobre oportunidades de investimento e ou desinvestimento propostas pela Diretoria Executiva;

- (h) fiscalizar, por qualquer de seus membros, a gestão dos Diretores e examinar a qualquer tempo, os livros e papéis da Companhia, solicitando informações sobre contratos celebrados ou em via de celebração, e sobre quaisquer outros atos, de forma a garantir a integridade financeira da Companhia;
- (i) aprovar ou alterar o Regimento Interno da Companhia;
- (j) constituir Comitês Especiais, determinando suas finalidades, indicando seus membros e fixando seus honorários;
- (k) deliberar sobre a constituição de sociedades ou a sua transformação em outro tipo de sociedade, o ingresso ou retirada, direta ou indireta, no capital de outras sociedades, consórcios, fundações e outras entidades, através do exercício do direito de retirada, do exercício ou renúncia de direitos de preferência na subscrição e na aquisição, direta ou indiretamente, de participações societárias, ou qualquer outra forma de participação ou retirada admitida em lei, nele incluídas, mas não limitadas às operações de fusão, cisão e incorporação em relação às sociedades em que participe;
- (l) deliberar sobre propostas de alteração do capital social e submetê-las a Assembleia Geral;
- (m) manifestar-se sobre operações de fusão, cisão ou incorporação previamente à Assembleia Geral que sobre elas deliberar, bem como sobre aquisições de participações acionárias propostas pela Diretoria Executiva;
- (n) respeitado o disposto no Artigo 30 do presente Estatuto Social, aprovar a prestação de garantias em geral, contratação de empréstimos e financiamentos e a celebração de contratos pela Companhia que impliquem endividamento, cujo valor individual, ou, no conjunto, considerado o mesmo exercício social, ultrapasse 25% do Patrimônio Líquido, auditado, do exercício anterior. Para operações cujo valor individual, ou, no conjunto, considerado o mesmo exercício social, seja inferior a 25% do Patrimônio Líquido, a aprovação será de competência de 2 (dois) Diretores agindo em conjunto, salvo se limite inferior vier a ser estabelecido pelo Conselho de Administração;
- (o) estabelecer alçadas da Diretoria Executiva em limite inferior ao estabelecido na alínea (n) acima para a prestação de garantias, a contratação de empréstimos e financiamentos e para a celebração de contratos pela Companhia que impliquem endividamento;
- (p) deliberar sobre operações de aquisição, alienação e oneração de valores mobiliários e imóveis pertencentes ao ativo permanente, bem como a constituição de ônus reais, cujo valor individual ultrapasse 1% (hum por cento) do patrimônio líquido auditado, do exercício anterior. Para operações cujo valor seja inferior a 1% (hum por cento) do Patrimônio Líquido, a aprovação será de competência de dois Diretores agindo em conjunto, salvo se limite inferior vier a ser estabelecido pelo Conselho de Administração;
- (q) deliberar sobre as políticas e o plano anual de auditoria interna, propostos por seu responsável, bem como tomar conhecimento dos seus relatórios e determinar a adoção de medidas necessárias;
- (r) escolher e destituir os auditores externos independentes;

- (s) manifestar-se sobre planos de incentivos baseados em ações, incluindo planos de outorga de opção de compra ou subscrição de ações aos administradores e/ou empregados da Companhia ou de suas controladas, para submissão à Assembleia Geral;
- (t) aprovar a outorga de incentivos baseados em ações, incluindo a outorga de opção de compra ou de subscrição de ações aos administradores e/ou empregados da Companhia e de suas controladas, dentro do limite do capital autorizado e de acordo com o correspondente plano de incentivos aprovado pela Assembleia Geral;
- (u) deliberar acerca da eventual abertura de capital e oferta pública de valores mobiliários de qualquer das sociedades controladas pela Companhia, bem como deliberar sobre suas respectivas condições e aprovar a prática de todos e quaisquer atos necessários ou convenientes à realização de tais operações;
- (v) deliberar sobre quaisquer matérias que não sejam de competência da Diretoria Executiva ou que ultrapassem o limite da sua competência;
- (w) manifestar-se previamente sobre qualquer assunto a ser submetido à Assembleia Geral;
- (x) deliberar sobre a aquisição de ações de emissão da Companhia para efeito de cancelamento ou permanência em tesouraria, bem como sobre sua revenda ou recolocação no mercado, observadas as normas expedidas pela CVM e demais disposições legais aplicáveis;
- (y) manifestar-se favorável ou contrariamente a respeito de qualquer oferta pública de aquisição de ações que tenha por objeto as ações de emissão da Companhia, por meio de parecer prévio fundamentado, que deverá ser divulgado em até 15 (quinze) dias da publicação do edital da referida oferta pública de aquisição de ações, devendo abordar, no mínimo: (i) a conveniência e oportunidade da oferta pública de aquisição de ações quanto ao interesse da Companhia e do conjunto de seus acionistas, inclusive em relação ao preço e aos potenciais impactos para a liquidez das ações; (ii) os planos estratégicos divulgados pelo ofertante em relação à Companhia; e (iii) a respeito de alternativas à aceitação da oferta pública de aquisição de ações disponíveis no mercado, bem como as informações exigidas pelas regras aplicáveis estabelecidas pela CVM; e
- (z) aprovar a contratação da instituição depositária prestadora dos serviços de ações escriturais.

Parágrafo Único – As matérias que não forem, por lei ou pelo presente Estatuto Social, de competência privativa do Conselho de Administração ou da Assembleia Geral, poderão ser, pelo Conselho de Administração, delegadas à Diretoria Executiva.

SEÇÃO III **DA DIRETORIA EXECUTIVA**

Artigo 19 – A Diretoria Executiva será composta de no mínimo 03 (três) e no máximo 10 (dez) membros, eleitos e destituíveis pelo Conselho de Administração, com mandato unificado de 2 (dois) anos, permitida a reeleição; sendo necessariamente um Presidente, um Diretor Executivo de Finanças, um Diretor de Relações com Investidores, e os demais Diretores Executivos sem designação específica, podendo o Conselho de Administração, no ato da eleição, atribuir-lhes designação, bem como fixar suas principais competências.

Parágrafo Primeiro - Os membros eleitos para os cargos de Presidente e Vice-Presidente do Conselho de Administração não poderão exercer mandato concomitante na Diretoria Executiva da Companhia.

Parágrafo Segundo – A Companhia será representada, em juízo ou fora dele, pelos Diretores, sempre em conjunto de 02 (dois).

Parágrafo Terceiro – A representação da Companhia, para a assinatura de cheques, contratos, empréstimos, financiamentos, títulos de crédito em geral e demais documentos, será efetuada por 02 (dois) Diretores em conjunto, ou por 02 (dois) procuradores em conjunto, ou ainda por 01 (um) Diretor e 01 (um) procurador em conjunto.

Parágrafo Quarto – As procurações em nome da Companhia serão sempre outorgadas por 02 (dois) Diretores em conjunto e deverão especificar os poderes conferidos e conterão, exceto aquelas para fins judiciais, prazo de validade limitado.

Artigo 20 – Ao Presidente compete a:

- (a) direção geral dos negócios da Companhia, a convocação e presidência das Reuniões da Diretoria Executiva, bem como a coordenação dos trabalhos dos demais Diretores;
- (b) representação da Companhia em todas as suas relações com terceiros, responsabilizando-se pelos resultados econômico-financeiros da Companhia e pela proteção do nome da Companhia;
- (c) supervisão do cumprimento das políticas e normas estabelecidas pelo Conselho de Administração;

Artigo 21 – Ao Diretor Executivo de Finanças compete:

- (a) organização e supervisão geral das atividades administrativas das áreas de Controladoria, Finanças e Jurídico; e
- (b) coordenação de todo o controle e movimentação do numerário, zelar pela saúde econômica e financeira da Companhia, bem como garantir sua solvência.

Artigo 22 – Ao Diretor de Relações com Investidores compete, dentre outras atribuições que lhe venham ser estabelecidas:

- (a) representar a Companhia perante os órgãos de controle e demais instituições que atuam no mercado de capitais;
- (b) prestar informações ao público investidor, à CVM, às bolsas de valores em que a Companhia tenha seus valores mobiliários negociados e demais órgãos relacionados às atividades desenvolvidas no mercado de capitais, conforme legislação aplicável, no Brasil e no exterior; e
- (c) manter atualizado o registro de companhia aberta perante à CVM.

Artigo 23 – O mandato da Diretoria Executiva é de 02 (dois) anos e coincidirá com o do Conselho de Administração, permitida reeleição, sendo que os seus membros permanecerão no cargo até a investidura dos respectivos sucessores.

Artigo 24 – Nos casos de ausência, licença, impedimento ou afastamento, temporário os Diretores substituir-se-ão da seguinte forma:

- (a) o Presidente será substituído pelo Diretor Executivo de Finanças, que acumulará as funções; e
- (b) os demais Diretores serão substituídos pelo Diretor que for designado, em conjunto, pelo Presidente e Vice-Presidente do Conselho de Administração.

Parágrafo Único – Caso ocorra vacância ou afastamento definitivo de qualquer membro da Diretoria Executiva, os Diretores serão substituídos conforme deliberação do Conselho de Administração.

Artigo 25 – A Diretoria Executiva se reunirá por convocação do Presidente, ou ainda, por convocação da metade dos Diretores em exercício.

Parágrafo Único – O “quorum” mínimo para instalação das reuniões da Diretoria Executiva é de pelo menos metade dos membros em exercício, e suas deliberações serão tomadas por maioria de votos dos presentes, cabendo ao Presidente, em caso de empate, o voto de qualidade.

Artigo 26 – Além dos deveres e responsabilidades de que possa ser incumbida pela Assembleia Geral e pelo Conselho de Administração, compete à Diretoria Executiva, sem prejuízo de outras atribuições legais, as seguintes matérias:

- (a) cumprir e fazer cumprir este Estatuto Social e as deliberações do Conselho de Administração e da Assembleia Geral;
- (b) dar cumprimento ao objeto social;
- (c) aprovar os planos, os programas e as normas gerais de operação, administração e controle no interesse e desenvolvimento da Companhia, observadas as orientações estabelecidas pelo Conselho de Administração;
- (d) elaborar e apresentar ao Conselho de Administração, para posterior encaminhamento à Assembleia Geral Ordinária, relatório das atividades de negócios sociais, instruindo-os com Relatório Anual, Balanço Patrimonial, Demonstração de Resultado do Exercício, Mutação do Patrimônio Líquido, Demonstração dos Fluxos de Caixa, Demonstração das Origens e Aplicações e Recursos, proposta de distribuição de dividendos ou o pagamento juros sobre o capital próprio e os planos de investimentos;
- (e) dirigir todas as atividades da Companhia, imprimindo-lhes as diretrizes traçadas pelo Conselho de Administração;
- (f) propor ao Conselho de Administração, planos e programas de investimentos;
- (g) manifestar-se sobre qualquer assunto, de sua competência, a ser submetido à aprovação do Conselho de Administração;
- (h) elaborar e enviar aos acionistas e Conselheiros relatórios trimestrais sobre a situação econômica e financeira da Companhia;
- (i) elaborar código de conduta, a ser submetido à aprovação do Conselho de Administração, que abranja o relacionamento entre funcionários, fornecedores e associados, e

- (j) aprovar a abertura e encerramento de filiais e unidades de atendimento.

SEÇÃO IV DO CONSELHO FISCAL

Artigo 27 – O Conselho Fiscal da Companhia funciona de modo não permanente, com as atribuições e os poderes que a lei lhe confere e é instalado por deliberação da Assembleia Geral a pedido dos acionistas.

Parágrafo Primeiro – Quando instalado, o Conselho Fiscal será composto por, no mínimo, 03 (três) membros efetivos e igual número de suplentes, acionistas ou não, eleitos e destituíveis a qualquer tempo pela Assembleia Geral.

Parágrafo Segundo – O funcionamento, remuneração, competência, os deveres e as responsabilidades dos membros do Conselho Fiscal obedecerão ao disposto na legislação em vigor, sendo garantida a disponibilização de informações a pedido de qualquer de seus membros, sem limitações a exercícios anteriores.

Parágrafo Terceiro – Os membros do Conselho Fiscal serão substituídos, em suas faltas e impedimentos temporários, bem como em caso de vacância de qualquer dos cargos, pelos respectivos suplentes.

SEÇÃO V DOS COMITÊS

Artigo 28 – O Conselho de Administração, para seu assessoramento, poderá constituir Comitês Especiais técnicos e consultivos, com qualquer designação, indicar os seus membros, que poderão ser membros dos órgãos de administração da Companhia ou não, bem como determinar suas respectivas competências, fixar os seus honorários e, sempre que necessário, instituir o seu regulamento, incluindo regras sobre composição, prazo de gestão e funcionamento, dentre outras.

CAPÍTULO IV DA CELEBRAÇÃO DE CONTRATOS DE INDENIDADE

Artigo 29 – Sem prejuízo da possibilidade da contratação de seguro específico para cobertura de riscos de gestão, a Companhia poderá celebrar contratos de indenidade em favor de (i) membros do Conselho de Administração, da Diretoria, do Conselho Fiscal e de comitês de assessoramento da própria Companhia ou de suas controladas, (ii) funcionários que exerçam função ou cargo de gestão na Companhia ou em suas controladas e (iii) pessoas, funcionários ou não, que tenham sido indicados pela Companhia para exercer cargos, estatutários ou não, em entidades das quais a Companhia participe na qualidade de sócia, associada ou patrocinadora (em conjunto ou isoladamente “Beneficiários”), de modo a fazer frente a despesas, indenizações e outros valores por eles incorridos em razão de reclamações, inquéritos, investigações, procedimentos e processos arbitrais, judiciais ou administrativos, no Brasil ou no exterior, que envolvam atos praticados pelos Beneficiários no exercício regular de suas atribuições ou poderes, estabelecidos pela Companhia.

Parágrafo Único – Caberá ao Conselho de Administração aprovar as regras, procedimentos, condições e limitações a serem observados para a celebração e execução dos contratos de indenidade, bem como definir as pessoas com as quais serão celebrados os contratos de indenidade

CAPÍTULO V

DO USO DA DENOMINAÇÃO SOCIAL

Artigo 30 – O uso da denominação social é indelegável. Será ineficaz o uso da razão social em negócios estranhos à Companhia, tais como fianças, avais, ou quaisquer outras responsabilidades de favor ou em garantia de obrigações de terceiros que não sociedades controladas pela Companhia.

CAPÍTULO VI

DO EXERCÍCIO SOCIAL, DOS LUCROS E SUA DISTRIBUIÇÃO

Artigo 31 – O exercício social coincidirá com o ano civil, iniciando-se em 01 de janeiro e encerrando-se em 31 de dezembro de cada ano. Ao fim de cada exercício serão elaboradas as demonstrações financeiras da Companhia, com observância das disposições legais vigentes. As demonstrações financeiras serão apresentadas à Assembleia Geral, juntamente com a proposta de destinação do lucro líquido do exercício, observando o disposto em lei e no presente Estatuto.

Parágrafo Primeiro – Do resultado apurado no exercício serão feitas as deduções e provisões legais, além da participação dos empregados e administradores, se houver. Sobre o lucro líquido verificado, serão destacadas as quantias equivalentes às seguintes porcentagens:

- (a) 5% (cinco por cento) para a constituição da reserva legal, até que se alcance o limite previsto em lei;
- (b) 25% (vinte e cinco por cento), no mínimo, a ser distribuído como dividendo obrigatório, nos termos do art. 202 da Lei das Sociedades por Ações, pagável no prazo de 60 (sessenta) dias a contar da data de sua declaração, salvo deliberação em contrário da Assembleia Geral, devendo o pagamento ser efetuado no mesmo exercício em que for declarado; e
- (c) o saldo do lucro, verificado após as distribuições acima previstas, terá a destinação proposta pela Diretoria, aprovada pelo Conselho de Administração e deliberada pela Assembleia Geral, podendo ser destinado até a sua totalidade à Reserva de Lucros Estatutária, visando o financiamento de aplicações adicionais de capital fixo e circulante, além da expansão e desenvolvimento das atividades que compõem o objeto social da Companhia e/ou de suas Controladas, até atingir o limite de 100% (cem por cento) do valor do capital social integralizado.

Parágrafo Segundo – Por deliberação do Conselho de Administração, poderá ser levantado balanço semestral ou em períodos menores, inclusive mensais, para a distribuição de dividendos intermediários e/ou juros sobre o capital próprio com base nos lucros apurados nesse balanço, desde que o total dos dividendos pagos em cada semestre do exercício social não exceda o montante das reservas de capital de que trata o § 1º do artigo 182 da Lei das Sociedades por Ações.

Parágrafo Terceiro – Por deliberação do Conselho de Administração, também poderão ser distribuídos dividendos intermediários e/ou juros sobre o capital próprio à conta de lucros acumulados ou de reservas de lucro existentes no último Balanço anual ou semestral, nos termos do artigo 204, parágrafo 2º da Lei das Sociedades por Ações.

Parágrafo Quarto – Os dividendos intermediários e/ou juros sobre o capital próprio distribuídos nos termos deste artigo serão imputados ao dividendo obrigatório.

Parágrafo Quinto – Os dividendos não reclamados no prazo de 03 (três) anos, contados da data em que tenham sido postos à disposição dos acionistas, prescreverão em benefício da Companhia.

Artigo 32 – Nos termos do artigo 194 da Lei das Sociedades por Ações, a Assembleia Geral poderá deliberar a criação de reservas específicas, indicando a sua finalidade, fixando critérios para determinar a parcela anual dos lucros líquidos que serão destinados à sua constituição e estabelecendo o seu limite máximo.

CAPÍTULO VII

DA ALIENAÇÃO DO CONTROLE ACIONÁRIO, CANCELAMENTO DO REGISTRO E SAÍDA DO NOVO MERCADO

Artigo 33 – A alienação direta ou indireta de controle da Companhia, tanto por meio de uma única operação, como por meio de operações sucessivas, deverá ser contratada sob a condição de que o adquirente do controle se obrigue a realizar oferta pública de aquisição das ações tendo por objeto as ações de emissão da Companhia de titularidade dos demais acionistas, observando as condições e os prazos previstos na legislação e na regulamentação em vigor e no Regulamento do Novo Mercado, de forma a lhes assegurar tratamento igualitário àquele dado ao alienante.

Parágrafo Primeiro – Para os fins deste Artigo 33, entende-se por “controle” e seus termos correlatos o poder efetivamente utilizado por acionista de dirigir as atividades sociais e orientar o funcionamento dos órgãos da Companhia, de forma direta ou indireta, de fato ou de direito, independentemente da participação acionária detida.

Parágrafo Segundo – Em caso de alienação indireta de controle, o adquirente deve divulgar o valor atribuído à Companhia para os efeitos de definição do preço da oferta pública de aquisição, bem como divulgar a demonstração justificada desse valor.

Artigo 34 – A saída voluntária do Novo Mercado somente será deferida pela B3, caso seja precedida de oferta pública de aquisição de ações que observe os procedimentos previstos na regulamentação editada pela CVM sobre ofertas públicas de aquisição de ações para cancelamento de registro de companhia aberta.

Parágrafo Primeiro – A oferta pública de aquisição de ações mencionada neste Artigo 34 deve observar os seguintes requisitos:

- (i) o preço ofertado deve ser justo, sendo possível, portanto, o pedido de nova avaliação da Companhia, na forma estabelecida na legislação societária; e
- (ii) acionistas titulares de mais de 1/3 (um terço) das ações em circulação deverão aceitar a oferta pública de aquisição de ações ou concordar expressamente com a saída do segmento sem efetuar a venda das ações.

Parágrafo Segundo – Para os fins deste Artigo 34, consideram-se “ações em circulação” apenas as ações cujos titulares concordem expressamente com a saída do Novo Mercado ou se habilitem para o leilão de oferta pública de aquisição de ações, na forma da regulamentação editada pela CVM aplicável às ofertas públicas de aquisição de ações de companhia aberta para cancelamento de registro.

Parágrafo Terceiro – Atingido o quórum previsto no parágrafo 1º, item (ii) acima:

(i) os aceitantes da oferta pública de aquisição de ações não podem ser submetidos a rateio na alienação de sua participação, observados os procedimentos de dispensa dos limites previstos na regulamentação editada pela CVM aplicável a ofertas públicas de aquisição de ações; e

(ii) o ofertante ficará obrigado a adquirir as ações em circulação remanescentes, pelo prazo de 1 (um) mês, contado da data da realização do leilão, pelo preço final do leilão de oferta pública de aquisição de ações, atualizado até a data do efetivo pagamento, nos termos do edital e da legislação e da regulamentação em vigor, que deve ocorrer em, no máximo, 15 (quinze) dias contados da data do exercício da faculdade pelo acionista.

Parágrafo Quarto – A saída voluntária do Novo Mercado pode ocorrer independentemente da realização da oferta pública de aquisição de ações mencionada neste Artigo 34 na hipótese de dispensa aprovada em assembleia geral.

Parágrafo Quinto – A assembleia geral de que trata o Parágrafo Quarto acima deverá ser instalada em primeira convocação com a presença de acionistas que representem, no mínimo 2/3 (dois terços) do total das ações em circulação e, caso tal quórum não seja atingido, referida assembleia geral poderá ser instalada em segunda convocação, com a presença de qualquer número de acionistas titulares de ações em circulação. A deliberação sobre a dispensa de realização da oferta pública de aquisição de ações deve ocorrer pela maioria dos votos dos acionistas titulares de ações em circulação presentes na assembleia geral.

Artigo 35 – A aplicação de sanção de saída compulsória do Novo Mercado pela B3 depende da realização de oferta pública de aquisição de ações com as mesmas características da oferta pública de aquisição de ações em decorrência de saída voluntária do Novo Mercado.

Parágrafo Único – Na hipótese de não atingimento do percentual para saída do Novo Mercado, após a realização da oferta pública de aquisição, as ações de emissão da companhia ainda serão negociadas pelo prazo de 6 (seis) meses no referido segmento, contados da realização do leilão da oferta pública de aquisição de ações, sem prejuízo da aplicação de sanção pecuniária.

Artigo 36 – Na hipótese de reorganização societária que envolva a transferência da base acionária da Companhia, as sociedades resultantes devem pleitear o ingresso no Novo Mercado em até 120 (cento e vinte) dias da data da assembleia geral que deliberou a referida reorganização.

Parágrafo Único – Caso a reorganização envolva sociedades resultantes que não pretendam pleitear o ingresso no Novo Mercado, a maioria dos titulares das ações em circulação da Companhia presentes na assembleia geral que deliberar sobre a referida reorganização deve dar anuência a essa estrutura.

CAPÍTULO VIII DA DISSOLUÇÃO E DA LIQUIDAÇÃO

Artigo 37 – A Companhia será dissolvida ou entrará em liquidação nos casos previstos em lei, ou por deliberação da Assembleia Geral. Compete à Assembleia Geral, estabelecer a forma da liquidação e nomear o liquidante, fixando seus poderes e estabelecendo sua remuneração, conforme previsto em lei.

CAPÍTULO IX DO JUÍZO ARBITRAL

Artigo 38 – Os acionistas envidarão todos os esforços para compor amigavelmente qualquer divergência que entre eles possa surgir com relação às disposições do presente Estatuto.

Artigo 39 – A Companhia, seus acionistas, administradores, membros do Conselho Fiscal, efetivos e suplentes, se houver, obrigam-se a resolver, por meio de arbitragem, perante a Câmara de Arbitragem do Mercado, na forma do seu regulamento, qualquer disputa ou controvérsia que possa surgir entre eles, relacionadas com ou oriundas da sua condição de emissor, acionistas, administradores e membros do Conselho Fiscal, em especial, decorrentes das disposições contidas na Lei nº 6.385/76, na Lei das Sociedades por Ações, no Estatuto Social da Companhia, nas normas editadas pelo Conselho Monetário Nacional, pelo Banco Central do Brasil e pela CVM, bem como nas demais normas aplicáveis ao funcionamento do mercado de capitais em geral, além daquelas constantes do Regulamento do Novo Mercado, dos demais regulamentos da B3 e do Contrato de Participação no Novo Mercado.

Parágrafo Primeiro – A lei brasileira será a única aplicável ao mérito de toda e qualquer controvérsia, bem como à execução, interpretação e validade da cláusula compromissória acima.

Parágrafo Segundo – Sem prejuízo da validade desta cláusula arbitral, o requerimento de medidas de urgência pelas Partes, antes de constituído o Tribunal Arbitral, deverá ser remetido ao Poder Judiciário, na forma do item 5.1.3 do Regulamento de Arbitragem da Câmara de Arbitragem do Mercado.

CAPÍTULO X DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Artigo 40 – Aos casos omissos aplicar-se-ão as disposições da Lei das Sociedades por Ações, respeitado o Regulamento do Novo Mercado.

Artigo 41 – O presente Estatuto entrará em vigor na data de sua aprovação pela Assembleia Geral.

* * *

MANAGEMENT PROPOSAL

2024

Fleury ON
B3: FLRY3



FLRY
B3 LISTED NM

**NOVO
MERCADO**

IBOVESPA B3 IBRX100 B3 ISEB3

Member of
**Dow Jones
Sustainability Indices**
Powered by the S&P Global CSA



FLEURY S.A.
Publicly-Held Company
National Register of Legal Entities (CNPJ) No. 60.840.055/0001-31
State Registration (NIRE) No. 35.300.197.534

**Management Proposal at the Annual and Extraordinary General Meeting of Fleury S.A., to
be held on April 26, 2024**

Table of Contents

9.	Information on the matters subject to resolution	p. 99
10.	Management Proposal	p. 99
11.	Exhibit I - Comments of the managers on the financial situation the Company (item 2 of the Reference Form, CVM Resolution No. 80/22)	p. 103
12.	Exhibit II - Proposal for allocation of net income (Exhibit A of CVM Resolution No. 81/22)	p. 122
13.	Exhibit III - Compensation of the managers (item 8 of Reference Form of CVM Resolution No. 80/22)	p. 126
14.	Exhibit IV – Company's Deferred Share Plan	p. 161
15.	Exhibit V - Information indicated in Exhibit B of CVM Resolution No. 81/22	p. 169
16.	Exhibit VI - Proposal to amend the Bylaws and comparative chart (article 12 of CVM Resolution No. 81/22)	p. 174

3. Information on the matters subject to resolution

Dear Shareholders,

The Management of Fleury S.A. ("Fleury" or "Company") hereby submits this management proposal ("Proposal") in connection with the Annual and Extraordinary General Meeting to be held in **an exclusively digital format**, pursuant to article 5, paragraph 2, item I, and article 28, paragraphs 2 and 3, of CVM Resolution No. 81, dated March 29, 2022 ("CVM Resolution No. 81/22"), on **April 26, 2024, at 11:00 a.m.** ("Meeting"), in order to discuss and resolve on the following matters contained in the agenda ("Agenda"):

At the Annual General Meeting:

- 1.6.** Reviewing the managers' accounts, examining, discussing, and voting on the Management Report and the Financial Statements, together with the independent auditors' and the Audit Committee's report, for the fiscal year ended on December 31, 2023;
- 1.7.** Resolve on the proposal for the allocation of the net profit for the fiscal year ended on December 31, 2023; and
- 1.8.** Setting the managers' global compensation for the 2024 fiscal year.

At the Extraordinary General Meeting:

- 1.4.** Resolving on the approval of the terms and conditions of the Company's Deferred Share Plan, according to the Management Proposal; and
- 1.5.** Amending article 5 of the Company's Bylaws to update the amount of the Company's corporate capital to reflect (a) the capital increases approved by the Board of Directors, within the authorized capital limit, on June 6, 2023 and September 5, 2023, and (b) the capital increase approved at the Extraordinary General Meeting held on August 18, 2022, resulting from the consummation of the transaction provided for in the Protocol and Justification for the Merger of Shares Issued by Instituto Hermes Pardini S.A. into Oxônia SP Participações S.A., followed by the Merger of Oxônia SP Participações S.A., held on June 29, 2022, according to the Board of Directors' Meeting held on May 31, 2023, all pursuant to this Management Proposal.

The Management Proposal for the matters in the Agenda of the General Meeting is described herein.

4. Management Proposal.

Management presents its proposal on the matters in the Agenda:

At the Annual General Meeting:

- 4.1.** Reviewing the managers' accounts, examining, discussing, and voting on the Management Report and the Financial Statements, together with the independent Auditors' and the Audit Committee's report, for the fiscal year ended December 31, 2023.

The management report and financial statements, accompanied by the report of independent auditors for the fiscal year ended December 31, 2023 were made available on March 7, 2024, on the websites of Company (www.fleury.com.br/ri) and of the Brazilian Securities and Exchange Commission ("CVM") (<https://www.gov.br/cvm/pt-br>).

The managers' comments on the Company's financial position, in accordance with item 2 of CVM Resolution No. 80, dated March 29, 2022 ("[CVM Resolution No. 80/22](#)"), can be found in **Exhibit I** to this Management Proposal.

Management proposes the approval of the managers' accounts, of the management report and of the financial statements, together with the independent auditors' report, for the fiscal year ended December 31, 2023.

4.2. Resolve on the proposal for the allocation of the net profit for the fiscal year ended on December 31, 2023.

As indicated in the Company's financial statements, in the fiscal year ended December 31, 2023, a net income of BRL 423,758,115.83 was calculated, regarding which the following allocation is proposed:

IV. <u>DESTINATION</u>	VALUE
Legal Reserve (5%)	BRL 21,187,905.79
Interest on equity declared on August 30, 2023 and paid on October 31, 2023.	BRL 92,530,235.00
Interest on equity declared on December 11, 2023 and paid on December 28, 2023.	BRL 144,751,877.00
Distribution of dividends declared on March 7, 2024 to be paid on April 1, 2024.	BRL 80,536,475.00
Statutory Profit Reserve (Art. 31, Paragraph One, item (c) of the Bylaws)	BRL 84,751,623.04
Total net income	BRL 423,758,115.83

Considering that the interest on equity and the dividends previously declared and paid were imputed to the minimum mandatory dividend, reaching the mandatory minimum provided for in the Company's bylaws, it is not proposed to distribute supplementary dividends.

The proposal for allocation of net income for the fiscal year ended December 31, 2023, in the form of Exhibit A of CVM Resolution No. 81/22, is attached as **Exhibit II** to this Management Proposal.

4.3. Setting the managers' global compensation for the 2024 fiscal year.

The Company's management hereby submits for examination and resolution at the General Meeting the proposal for the global annual compensation of the Company's managers in the total amount of up to fifty million reais (BRL 50,000,000.00), including fixed and variable compensation, for the period between January 1, 2024 and December 31, 2024. This amount considers a surplus amount of five million, six hundred and forty-nine thousand reais (BRL 5,649,000.00) for possible adjustments. The amounts presented in the following table exclude this surplus.

The global remuneration of the managers proposed for 2024 presents a positive variation in relation to that carried out in 2023.

The global and per capita compensation of the statutory officers show an increase due to the adjustment of the pro-labore, aligned to the best market practices, approved and applied in the year 2023. In addition, the variable remuneration referring to the PLR and bonus were considered in the delivery ceiling for the 2024 year. The PLR program has a maximum achievement of 120% and rewards mainly the delivery of the indicators EBITDA, ROIC, NPS, unique customers and the inclusion since 2021 of the ESG indicator with representativeness of 10% and, as of 2022, the inclusion of the net revenue indicator. The bonus program has a maximum achievement of 120% and is linked to the delivery of structuring and strategic projects.

The increase in the Board of Directors' global and per capita compensation grows in line with expected inflation for the period.

Below is a chart comparing the proposed overall compensation for 2024 compared to the compensation carried out for the year 2023:

<i>in thousands of reais</i>	Proposed 2024 (a)	Carried out 2023 (b)	((a) / (b)) - 1	(a) - (b)
Global Compensation Managers	44,351	35,877	24%	8,474
Global Compensation Statutory Executive Office	33,551	25,233	33%	8,318
Global Compensation of the Board of Directors	10,800	10,566	2%	234
Number of Managing Members	14.67	14.08	4%	0.58
Number of Members Statutory Executive Office	4.67	3.58	30%	1.08
Number of Compensated Members of the BoD	10.00	9.75	3%	0.25
Global Compensation for Managers per capita	8,269	8,229	0%	40
Global Compensation Statutory Executive Office per capita	7,189	7,042	2.1%	148
Global Compensation for Board of Directors per capita	1,080	1,084	0%	-4

The information on management compensation in the form of item 8 of the Reference Form of CVM Resolution No. 80/22 can be found in **Exhibit III** to this Management Proposal.

At the Extraordinary General Meeting:

4.4. Resolving on the approval of the terms and conditions of the Company's Deferred Share Plan, according to the Management Proposal.

The Company's Management proposes the approval of the Deferred Share Plan, in order to reflect the Company's strategy to attract, motivate and retain the CEO, Executive Officers and other non-statutory Officers of the Company, as well as to align their interests with the interests of the Company and its Shareholders.

Through the Deferred Share Plan, the Management understands that it will align the interests of its Shareholders with those of the beneficiaries of the Plan, and, consequently, will allow a better performance of the Company since it will provide a balance between the efforts to achieve results in the short term and the dedication of the Beneficiaries to transformations for the long term.

Exhibit IV to this Proposal contains a copy of said Deferred Share Plan and **Exhibit V** contains the information regarding the Deferred Share Plan required pursuant to Exhibit B to CVM Resolution No. 81/22.

4.5. Amending article 5 of the Company's Bylaws to update the amount of the Company's corporate capital to reflect (a) the capital increases approved by the Board of Directors, within the authorized capital limit, on June 6, 2023 and September 5, 2023, and (b) the capital increase approved at the Extraordinary General Meeting held on August 18, 2022, resulting from the consummation of the transaction provided for in the Protocol and Justification for the Merger of Shares Issued by Instituto Hermes Pardini S.A. into Oxônia SP Participações S.A., followed by the Merger of Oxônia SP Participações S.A., held on June 29, 2022, according to the Board of Directors' Meeting held on May 31, 2023, all pursuant to the Management Proposal.

Management proposes to amend the main section of Article 5 of the Company's Bylaws, in order to include (i) the capital increase approved by the Board of Directors, within the limit of the authorized capital, at a meeting held on June 6, 2023, with the issuance of twenty-six million, fifty-six thousand, four hundred and sixty-one (26,056,461) new common, registered, book-entry shares with no par value, for the total amount of BRL 170,000,000.00 (one hundred and seventy million reais), upon the capitalization of part of the Company's reserves; (ii) the capital increase approved by the Board of Directors, within the authorized capital limit, at a meeting held on September 5, 2023, upon the issuance of five thousand, three hundred and forty-one (5,341) new common shares, registered, book-entry and without par value, for the total amount of forty-six thousand, six hundred and eighty reais and thirty-four centavos (BRL 46,680.34), as a result of the exercise of the options granted under the Company's 2016 Stock Option Plan approved at the Extraordinary General Meeting held on July 27, 2016; and (iii) the capital increase approved by the Extraordinary General Meeting held on August 18, 2022, through the issuance of one hundred and fifty-three million, nine hundred and twenty-four thousand, seven hundred and seventy-three (153,924,773) new common shares, for the total amount of two billion, one hundred and sixty-one million, one hundred and three thousand, eight hundred and thirteen reais and forty-eight centavos (BRL 2,161,103,813.48), of which (a) eight hundred and forty-nine million, fifteen thousand, nine hundred and fifty-five reais and seventeen centavos (BRL 849,015,955.17) were allocated to the Company's capital stock account; and (ii) the remainder, in the amount of one billion, three hundred and twelve million, eighty-seven thousand, eight hundred and fifty-eight reais and thirty-one centavos (BRL 1,312,087,858.31) was allocated to the Company's capital reserve, as a result of the consummation of the business combination operation between the Company and Instituto Hermes Pardini S.A., on April 28, 2023, according to the Board of Directors' Meeting held on May 31, 2023.

Exhibit VI presents the information required by article 12 of CVM Resolution No. 81/22, highlighting the proposed changes, as well as the report detailing the origin and justification of the proposed changes and analyzing their legal and economic effects.

* * *

Exhibit I

FLEURY S.A.

Publicly-Held Company

CNPJ No: 60.840.055/0001-31

State Registration (NIRE) 35.300.197.534

MANAGEMENT COMMENTS ON THE COMPANY'S FINANCIAL SITUATION

(pursuant to item 2 of the Reference Form of CVM Resolution 80/22)

Comments of Officers

(Consolidated amounts, in thousands of BRL, except when otherwise indicated)

On June 30, 2022, the Company announced the corporate reorganization involving the combination of the businesses and shareholding bases of Fleury and Instituto Hermes Pardini, through the Private Instrument of Justification Protocol of Merger of Shares of Instituto Hermes Pardini into Oxônia SP Participações S.A., followed by the Merger of Oxônia SP Participação S.A. into Fleury.

Hermes Pardini was a publicly-held joint-stock company listed in the Novo Mercado segment of B3 S.A., located in the city of Belo Horizonte, State of Minas Gerais, which aims to provide medical services, research laboratory services, clinical analysis and diagnostic and therapeutic complementation ancillary services, which include precision medicine and imaging exams.

With the conclusion of the business combination of the Hermes Pardini Group on April 28, 2023, the financial information began to be consolidated in the financial statements of the Fleury Group as of the base date of May 2023.

The Company chose not to present pro forma financial statements, therefore, the annual financial information for 2023 is not comparable to the financial information as of December 31, 2022. Also, the managerial information contained in this item does not reflect the numbers of the combined Company in 2022, thus, they are not comparable either (“Business Combination”).

XII. The officers should comment on:

i. general financial and equity conditions

Comparison between the years ending December 31, 2023 and December 31, 2022.

The Fleury Group ended 2023 continuing on its path of solidity and consistency in the execution of the strategy and in the delivery of results. In a historic year, we carried out the business combination between the Fleury Group and Pardini, which have always been two references in diagnostic medicine with converging cultures and regional and business complementarity. This movement has placed us among the health leaders in Brazil and we have maintained the principles that have been defining our performance in recent years: financial discipline, strengthening of our position as a reference in quality and innovation, rigorous execution of the growth strategy and offer of solutions that contribute to the sustainability of the health system. In May 2023, with the closing of the business combination concluded in April 2023, we implemented a new organizational structure and defined the sponsors and leaders of the integration process, which has the pillars of capturing synergies, organizational culture and processes/systems. Since then, we have executed initiatives on

60 mapped work fronts, following strict governance and monitoring schedule. We have expanded our geographic positioning in B2C, started to have a relevant performance in the lab-to-lab market, in addition to having experienced health professionals, who total more than 22.4 thousand employees and 4.9 thousand physicians.

In 2023, we had a 44.9% growth in Gross Revenue in the consolidated, with growth in all business lines. Accounting Gross Revenue reached BRL 6,961.3 million, an increase of 44.9% over the previous year. Excluding Covid tests, the growth was 49.3%. Organic growth was 40.1%. Mobile service growth was 29.1%, representing 9.6% of gross revenue, and with the new links and platform representing 9.9% of consolidated group revenue. The result captures results from Grupo Fleury and Instituto Hermes Pardini from May 2023 (transaction closing carried out on 04/28/23)

In diagnostic medicine, gross revenue grew 30.1% in the Care Units and 119.2% in B2B (hospitals and lab-to-lab), as a result of the business combination. Revenue from the new links and the health platform grew 67.6% in 2023, mainly due to the good execution and the expected effect of the acquisition (Retina Clinic in Apr/23).

In personalized and precision medicine, where part of the revenue is generated by the Care Units and part by B2B, we closed the year with 85.8% growth in revenue generated by genomic testing and the expected effect from the business combination, totaling BRL 222.4 million.

The Net Revenue presented an increase of 45.0%. Gross Profit grew by 43.8% with a gross margin of 26.9%, down 23 bps compared to 2022.

EBITDA ex- One Time Expenses of Business Combination grew 39.2% with EBITDA margin 25.6%, down 106 bps from 2022. The Net Income ex- One Time Expenses of Business Combination, attributable to the controlling partners, reached BRL 467.0 million, a growth of 51.7% in the period.

The Company's total consolidated assets amounted to BRL 11,580.0 million in 2023. Net equity totaled BRL 5,111.1 million in 2023; 89.2% higher than 2022 due to the Business Combination.

At the close of 2023, the Company's short and long-term gross debt totaled BRL 3,207.2 million, while cash and cash equivalents and marketable securities totaled BRL 1,057.6 million. Thus the Company's net indebtedness was BRL 2,149.6 million on December 31, 2023 with an increase of 48.7% compared to the fiscal year ending in 2022. The net debt to EBITDA LTM ratio was 1.2x at the end of fiscal year 2023.

j. capital structure

We believe that the Company's current capital structure presented, in the periods indicated, a balanced capital structure between equity and third-party capital, consistent, in our view, with its activities, in the proportion presented in the table below:

<i>in thousands of reais</i>	2023	%	2022	%	2021	%
Current and Non-Current Liabilities	6.468.898	55,9%	5.090.685	65,3%	4.219.287	69,5%
Net Equity	5.111.070	44,1%	2.701.085	34,7%	1.854.483	30,5%
Total Liabilities and Net Equity	11.579.968	100%	7.791.770	100%	6.073.770	100%

k. capacity to pay in relation to the financial commitments assumed

Considering the Company's debt profile, as well as its cash flow for the coming years and receivables, the Company presents full payment capacity of all its financial obligations.

l. sources of financing for working capital and for investments in non-current assets used

The Company's main source of financing for working capital and investment in non-current assets is its own operating cash generation and also capital market operations as an alternative for financing its investments.

m. sources of financing for working capital and investment in non-current assets that it intends to use as a means of covering liquidity shortfalls

The cash generated from our operating activities, added to the non-current loans and financing and funds obtained from debenture issues, will provide us with sufficient liquidity and capital resources to meet our financial commitments and cover our operating and investment expenses. The Company may also evaluate complementary alternative sources of financing by contracting bank loans, financing from development agencies, and accessing the local capital markets.

n. indebtedness levels and the characteristics of such debts, also describing:

v. material borrowing and financing agreements

Debentures

<i>In millions of BRL, except percentage</i>	<i>Date of Issue</i>	<i>Number</i>	<i>Total issued</i>	<i>Semiannual interest</i>	<i>Amortization of principal in 2023</i>	<i>Amortization of accrued interest</i>	<i>Final balance on 12/31/2023</i>	<i>Final due dates</i>
4 th Issue (2 nd series)	04/27/2018	25,000	250,000	CDI + 0.60% p.a.	250,000	17,031	-	Apr/23
5 th Issue (1 st series)	12/16/2019	200,000	200,000	CDI + 0.90% p.a.		27,535	200,758	Dec/24
5 th Issue (2 nd series)	12/16/2019	300,000	300,000	CDI + 1.20% p.a.		42,251	301,165	Dec/27
6 th Issue (1 st series)	07/08/2021	250,000	250,000	CDI + 1.35% p.a.		36,380	266,246	Jul/25
6 th Issue (2 nd series)	07/08/2021	375,000	375,000	CDI + 1.50% p.a.		55,163	399,649	Jul/26
6 th Issue (3 rd series)	07/08/2021	375,000	375,000	CDI + 1.75% p.a.		56,150	400,114	Jul/28
7 th Issue (1 st series)	04/14/2022	350,000	350,000	CDI + 1.35% p.a.		50,346	358,267	Apr/27
7 th Issue (2 nd series)	04/14/2022	350,000	350,000	CDI + 1.55% p.a.		51,081	358,395	Apr/29
8 th Issue – Single series	10/16/2023	500,000	500,000	CDI + 1.23% p.a.		-	511,431	Oct/28
Commission on debenture						-	(1,346)	
Total		2,725,000	2,950,000		250,000	335,937	2,794,679	

Loans

Modality	Execution date	Fixed rate charges	Contract Value (BRL)	Balance on 12/31/2023	Balance - Final maturity
BNDES – FINAME	01/31/2013	3.55% p.a.	4,876	-	Nov/23
SAHA Loans	07/05/2019	9.34% p.a.	1,672	-	Oct/23
FINEP	10/31/2018	5.00% p.a.	5,600	3,204	Feb/28
Working Capital	06/15/2022	USD + 5.47%	100,000	-	Jul/23
Working Capital	12/01/2022	USD + 7.09%	300,000	-	Nov/23
Forfait				11,690	

In 2023 the Company carried out the 8th issue of debentures in the total amount of BRL 500 million, in one single series, with maturity on October 22, 2028.

The Company has used the amounts raised by debenture issues to be earmarked for general corporate uses, such as strengthening working capital and lengthening the Company's liabilities.

vi. other long-term relationships with financial institutions

We do not have in our non-current liabilities, other long-term relations with financial institutions, other than those mentioned above.

vii. degree of subordination among debts

In the event of a universal competition of creditors, the obligations recorded in the liabilities on the balance sheets, which are part of the Company's financial statements, present the order of precedence in accordance with article 83 of Law 11.101/05 ("Bankruptcy Law").

viii. any restrictions on the issuer, especially with regard to limits on indebtedness and contracting of new debts, distribution of dividends, divestiture, issuance of new securities, and disposal of ownership control, as well as if the issuer has been complying with these restrictions.

The debentures have restrictive financial provisions ("Covenants"), and all obligations related to the debentures may be declared due in advance, if the Company does not meet the following financial ratios:

Net Financial Debt / Earnings Before Interest Depreciation and Amortization (EBITDA), less than or equal to three times (3x) and/or;

As of December 31, 2023, the Company and its controlled companies were in compliance with the mentioned financial ratios.

The chart below shows the evolution of the indicators monitored to meet the terms indicated above:

(ii) Net financial debt/ EBITDA LTM less than or equal to three (3) times (in BRL thousands):

	1T21	2T21	3T21	4T21	1T22	2T22	3T22	4T22	1T23	2T23	3T23	4T23
(i) Net Financial Debt/EBITDA LTM	1.0x	1.0x	1.3x	1.3x	1.4x	1.8x	1.7x	1.2x	1.3x	1.3x	1.2x	1.4x
Net Financial Debt	902,083	1,167,802	1,446,701	1,411,374	1,545,404	2,115,944	2,038,188	1,445,368	1,560,380	2,183,519	1,987,922	2,149,631
(+) Financial Debt	1,999,457	1,839,877	2,474,911	2,272,800	2,110,136	2,895,873	2,932,283	2,876,499	2,959,640	3,212,126	3,086,234	3,207,246
(+) Debentures	1,311,412	1,053,521	2,082,586	1,943,563	1,955,590	2,683,980	2,717,041	2,546,998	2,561,624	2,289,787	2,296,614	2,794,679
(+) Loans and financing	598,294	587,506	182,313	180,873	20,319	14,533	8,089	12,838	8,895	464,171	349,680	14,894
(+) Accounts payable - acquisition of companies	89,751	198,850	210,012	148,364	134,227	197,360	207,153	316,663	389,121	458,168	439,940	397,673
(-) Cash and cash equivalents	(1,097,374)	(672,075)	(1,028,210)	(861,426)	(564,732)	(779,929)	(894,095)	(1,431,131)	(1,399,260)	(1,028,607)	(1,098,312)	(1,057,615)
EBITDA Proforma LTM	927,049	1,127,176	1,091,894	1,055,990	1,097,037	1,175,306	1,219,197	1,189,707	1,208,908	1,639,844	1,709,910	1,745,669

FINEP conditions the Company to ensure the payment of any obligation under the contract by issuing a bank letter of guarantee in the amount of the released balance, and this clause is indispensable for the release of the amounts.

Every active contract has a cross maturity clause, totaling BRL 2,8 billion. The cross maturity is subject to any non-compliance with covenants or declaration of early maturity of debts of other companies in its economic group.

o. Limits of the contracted funding and percentages already used

See item 2.1.f.

p. significant changes in income statement and cash flow items

The tables below present selected financial information from the Company's last three fiscal years (ended December 31, 2023 and 2022). In order to provide the best understanding of our performance, only the main accounts and their variations are being presented, in the view of the executive office.

	2023	AV(%)	Av(bps) 2023/2022	2022	AV(%)	AV(bps) 2022/2021
Income from services rendered	6,470,850	100.0%	-	4,463,040	100.0%	-
Cost of services provided	(4,730,916)	-73.1%	- 0.2	(3,252,930)	-72.9%	- 2.0
Personnel and medical services	(2,085,487)	-32.2%	2.4	(1,543,379)	-34.6%	-1.1
Direct material and exam intermediation	(1,264,331)	-19.5%	-3.7	(708,063)	-15.9%	-1.0
Rentals, occupancy services and utilities	(844,545)	-13.1%	0.3	(596,304)	-13.4%	0.7
Depreciation «amortization (a)	(523,565)	-8.1%	0.8	(395,549)	-8.9%	- 0.5
General expenses	(12,988)	-0.2%	0.0	(9,635)	-0.2%	-0.1
Gross profit	1,739,934	26.9%	- 0.2	1,210,110	27.1%	2.0
Operating (expenses) revenues		0.0%	-		0.0%	-
General and administrative	(699,796)	-10.8%	- 0.6	(456,892)	-10.2%	2.2
Personnel and benefits	(338,390)	-5.2%	1.0	(277,020)	-6.2%	0.5
Depreciation and amortization	(151,813)	-2.3%	-1.0	(59,790)	-1.3%	0.3
Institutional and legal affairs	(88,542)	-1.4%	-0.5	(38,170)	-0.9%	0.8
IT and telecommunications	(49,838)	-0.8%	-0.4	(18,129)	-0.4%	0.1
Real and Personal Property	(26,368)	-0.4%	0.0	(18,748)	-0.4%	- 0.0
Third-party services	(23,290)	-0.4%	0.0	(17,415)	-0.4%	- 0.2
Other general and administrative expenses	(21,555)	-0.3%	0.3	(27,620)	-0.6%	- 0.2
Commercial Expenses	(127,338)	-2.0%	-1.0	(41,423)	-0.9%	-0.9
Personnel and benefits	(57,647)	-0.9%	- 0.7	(8,387)	-0.2%	0.6
Marketing	(49,355)	-0.8%	-0.0	(31,869)	-0.7%	- 0.7
Other commercial expenses	(20,336)	-0.3%	- 0.3	(1,167)	0.0%	- 0.0
Other operating revenues (expenses)	2,977	0.0%	- 0.5	22,573	0.5%	- 0.1
Result in sale of assets	4,579	0.1%	0.0	1,587	0.0%	- 0.1
Reversal (provision) for tax risks, labor	(7,703)	-0.1%	- 0.0	(4,298)	-0.1%	- 0.1
Provision and losses with insolvents	(9,960)	-0.2%	-0.1	(3,868)	-0.1%	- 0.0
Other revenues (expenses)	16,061	0.2%	-0.4	23,152	0.7%	0.1
Equity and realization	158	0.0%	-0.0	603	0.0%	- 0.0
Operating profit before the financial result	915,935	14.2%	-2.3	734,971	16.5%	- 0.8
Financial revenues	220,310	3.4%	0.9	113,461	2.5%	1.3
Financial expenses	(604,917)	-9.3%	0.6	(443,039)	-9.9%	- 4.2
Financial result	(384,607)	-5.9%	1.4	(329,578)	-7.4%	- 3.0
Profit before	531,328	8.2%	- 0.9	405,393	9.1%	- 3.7
income tax and contribution		0.0%	-		0.0%	-
Current	(75,117)	-1.2%	1.7	(125,923)	-2.8%	2.3
Deferred	(35,388)	-0.5%	- 1.2	29,261	0.7%	- 0.7
Net profit for the year	420,823	6.5%	- 0.4	308,731	6.9%	- 2.2
Attributable to shareholders:						
Controlling shareholders	423,758	654.9%	648.0	307,908	6.9%	- 2.1
Minority shareholders	(2,935)	-4.5%	- 4.6	823	0.0%	- 0.0
	420,823	650.3%	643.4	308,731	6.9%	- 2.2
Other comprehensive income		0.0%	-		0.0%	-
Items that will be reclassified to the result of the	-	0.0%	-	-	0.0%	-
Items to be later reclassified to the result	-	0.0%	-	-	0.0%	-
Comprehensive results for the year	420,823	650.3%	643.4	308,731	6.9%	- 2.2

* The 2023 numbers are not comparable to those of 2022 due to the Business Combination.

Gross Revenue

Gross Revenue increased 44.9% in 2023 compared to 2022, totaling BRL 6,961.3 million. Excluding Covid tests, the growth was 49.3%. Organic growth was 40.1%. Mobile service growth was 29.1%, representing 9.6% of gross revenue, and with the new links and platform representing 9.9% of consolidated group revenue.

Revenue from Services Provided

(Consolidated) Income Statements In thousands of BRL, except percentages	2023	2022	AH (%) 2023/2022	AH (%) 2022/2021
Gross Revenue	6,961,334	4,803,023	44.9%	15.1%
Disallowances and Rebates	(62,289)	(44,930)	38.6%	9.3%
Taxes	(428,195)	(295,052)	45.1%	14.1%
Revenue deductions	(490,484)	(339,982)	44.3%	13.4%
Net Revenue	6,470,850	4,463,040	45.0%	15.2%

Cost of services provided

In 2023 the cost of services provided reached the amount of BRL 4,730.9 million, a 45.4% growth in relation to 2022. Cost efficiency, measured by its share of Net Revenue, was 73.1%, down 22.5 bps from the previous year. The "Personnel and Medical Services" line continues to be the most representative, representing 32.2% of Net Revenue, an increase of 235 bps compared to 2022, explained by the increase in headcount due to the expected effect of acquisitions and salary increase. In "Services with Occupancy and Utilities", the representativeness of the Net Revenue was 13.1%, this line is mostly composed of fixed costs that tend to be dissolved in the Company's growth. We had a 367 bps increase in the representativeness of the line "Direct Material and Intermediation of Exams" in relation to Net Revenue, the increase reflects mainly the change of mix by the merger of new acquisitions, mainly to pharmacological products from infusion services that use high-cost medications.

Gross profit

In 2023, Gross Profit reached BRL 1,739.9 million, a growth of 43.78% in relation to 2022, according to items already specified above and the business combination with Instituto Hermes Pardini S/A.

Operating Expenses

In 2023, operating expenses totaled BRL 824.0 million, an increase of 73.4% compared to 2022.

The line "general and administrative expenses" reached BRL 548 million, representing 8.5% of Net Revenue, an increase of 42 bps in relation to 2022.

The line "commercial expenses" reached BRL 127.3 million, representing 2.0% of Net Revenue, an increase of 104 bps in relation to 2022.

"Depreciation and amortization" totaled BRL 151.8 million, corresponding to 2.3% of Net Revenue, an increase of 100 bps compared to the previous year.

"Other operating income and expenses" totaled BRL 10.7 million, representing 0.2% of Net Revenue.

"Reversal of (provision) for Contingencies" totaled BRL 7.7 million, with an increase of 2 bps in relation to 2022.

The "equity equivalence" line represented BRL 0.2 million, remaining steady compared to 2022.

Financial Result

In 2023, the financial result was BRL (384.6) million, an increase of 16.69% in relation to 2022, due to increase in net debt, reflecting acquisitions and investments during the year.

Income tax and social contribution

In 2023, taxes and social contribution were of 110.5 million compared to 96.7 million in 2022, an increase of 14.3%, due to the effective rate being 20.8% compared to the effective rate of 23.8% in 2022.

	Fiscal year ended December 31	
<i>(in thousands of reais)</i>	2023	2022
Net cash generated in operating activities	1,439,304	987,133
Net cash applied in investment activities	(17,078)	(1,384,473)
Net cash generated (used) in financing activities	(1,417,562)	380,874
Net increase (decrease) in the balance of cash and cash equivalents	4,664	(16,466)

Net cash generated in operating activities

Net cash flows generated in operating activities in the amount of BRL 1,439.4 million were recorded in the fiscal year ended December 31, 2023, compared to cash flows generated in operating activities of BRL 987.1 million in the fiscal year ended December 31, 2022. The increase in cash generated of BRL 452 million is a reflection of the Business Combination with Pardini that occurred in 2023.

Net cash applied in investment activities

Net cash flows invested in investing activities in the amount of BRL 17.1 million were recorded in the Company in the fiscal year ended December 31, 2023, compared to net cash flows invested in investing activities of BRL 1,384.5 million in the fiscal year ended December 31, 2022. The reduction of cash generated of BRL 1,367 (one billion, three hundred and sixty-seven million) is mainly due to the payment of acquired companies and raising of debentures.

Net cash generated (applied) on financing activities

Net cash flows invested in financing activities in the amount of BRL 1,417.6 million were recorded in the Company in the fiscal year ended December 31, 2023, compared to net cash flows invested in financing activities of BRL 380.9 million in the fiscal year ended December 31, 2022. This cash consumption is mainly due to the 8th issuance of debentures in October 2023, payment of interest on equity and dividends from such period.

XIII. The officers should comment on:

d. Results of the issuer's operations, especially:

iii. description of any significant revenue element

Our revenue from services rendered is mainly composed of payments we receive from health insurance companies, laboratories, hospitals, companies and private clients as a result of our diagnostic, preventive and therapeutic medicine services.

Care Units

There are 558 Care Units by December 2023, which correspond to 70.5% of Fleury Group's gross revenue and are distributed in the states of São Paulo, Minas Gerais, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Rio Grande do Norte, Pernambuco, Bahia, Paraná, Maranhão, Espírito Santo, Goiás, Pará, Piauí and the Federal District.

B2B

Related to medium and high complexity exams for other laboratories, hospitals and clinics throughout Brazil, enabling them to expand their range of supply with unique diagnostic quality, it represented 19.6% of the Company's gross revenue.

New Links and Health Platform

In addition to diagnostic medicine, Fleury Group's strategy includes expansion to new links in the value chain in medicine ("New Links") and the health platform. The New Links contemplate Clinics of complete specialties, offering services of Infusion of medicines, Ophthalmology, Orthopedics and Reproductive Medicine, besides our Day Clinic, with low complexity surgeries in several specialties. Our health platforms are marketplaces directed to B2B and B2C, with a portfolio of services involving medical tele-appointments, diagnostic medicine tests, and low complexity procedures; corporate solutions and primary on-site service; solutions for doctors with digital office; medical education; products and inputs. These initiatives represented 9.9% of the Group's Gross Revenue in 2023, with a growth of 67.6% compared to 2022.

iv. factors with a material impact on operating results

See item 2.1, letter h.

e. relevant variations in revenue attributable to the introduction of new products and services, changes in volumes prices, exchange rates, and inflation

	2023	2022	2021
Inflation IPCA (%)	4.62	5.8	10.1
Inflation IGPM (%)	-3.18%	5.5	17.8
Selic Rate (%)	11.75	12.75	9.25
Exchange Rate (BRL/USD)	4.85	5.22	5.58
No. of beneficiaries	50,963,835	50,409,611	48,902,740

The increase in the Company's service revenue in the last few years is directly related to: (i) increased service offerings in both Diagnostic Medicine and New Links; (ii) increase in the total volume of exams in care units; (iii) change in the mix of services, with increased participation of more complex exams, higher prices and higher added value (iv) annual realignment of exam prices and (v) acquisitions made in recent years. The prices of the services provided to health plan operators are renegotiated annually, using the National Wide Consumer Price Index (IPCA) as a base. In the negotiations carried out in the last four (4) years, the prices were, on average, lower than the accumulated IPCA of the last 12 months. Regarding the volumes of exams performed, in 2023 we reached 243.5 million, an increase of 117.5%. In 2022, the number of exams was 111.9 million, 13.0% higher than the 99.1 million exams performed in 2021.

Comparison between the years ending December 31, 2023 and December 31, 2022

In 2023, Fleury Group's gross revenue grew 44.9%, reaching BRL 6,961.3 million. The performance of the Company's business lines can be seen in the chart below:

	2023 vs 2022
Care Units	30.2%
Fleury Brand	9.9%
Other Brands SP	38.3%
Brands Rio de Janeiro	23.2%
Brands Minas Gerais	4602.3%
Regional Brands	26.4%
B2B	119.2%
New Links and Health Platforms	67.6%

All brands showed growth in the year, reflecting the expansion of mobile service revenue, a strong resumption in the volume of exams and the business combination. The Fleury brand expanded 9.9% in the year. Other SP brands grew 38.3% in the period. The brands from Rio de Janeiro had a 23.2% growth in revenue. The brands from Minas Gerais grew 4602.3%, arising from the business combination with Pardini. The regional brands, on the other hand, had a 26.4% growth in gross revenue. B2B operations grew 119.2% due to the business combination. Finally, revenue from platforms and new links grew 67.9%, mainly due to the good execution of and the expected effect of the acquisition (Retina Clinic in Apr/23).

f. Relevant impacts of inflation, price variation of major inputs and products, exchange and interest rates on the issuer's operating and financial results

Inflation

The Company's costs and expenses are mainly impacted by inflation. A significant part of our costs and expenses are affected by wage adjustments that are negotiated with the unions on an annual basis. We have contracts with our suppliers that are affected by the variation of the IPCA and IGPM annually, among them are rents, cleaning and security services and transportation.

In addition, our revenue from services rendered is affected by readjustments in the prices of our contracts with our paying sources, which are negotiated annually based on the IPCA.

Exchange Rate

Regarding the impacts of exchange rates, a small portion of our disbursements derives from costs and expenses with inputs that present, in their majority, direct exposure to the dollar. Although most of our costs are denominated in Reais, we can be indirectly impacted by the dollar variation, because we have contracts with suppliers of materials and reagents, medical equipment and supplies, who import part of the materials they manufacture. Liabilities in foreign currency exposed to foreign exchange risk as of December 31, 2023 represent 0.02% of total consolidated current liabilities. Fleury Group has assets in foreign currency (trade accounts receivable), representing 0.25% of total consolidated accounts receivable as of December 31, 2023, which contributes to reduce its exposure to accounts payable to suppliers contracted in foreign currency.

Furthermore, we have some derivative contracts for protection against exchange rate oscillation in the acquisition of services in foreign currency. The Company had the following net exposure at December 31, 2023 (US\$1.00 - BRL 4.8413):

Grupo Fleury maintains derivative instruments to protect exposures to changes in foreign currency from certain input suppliers. Derivatives are recognized by fair value on the date they are executed and remeasured monthly.

The effects on results are recognized in financial income and/or expenses.

The balance sheet of these liabilities on December 31, 2023 is BRL 7,791, the derivative net income of this operation on December 31, 2023 is BRL 134.

We do not engage in derivative financial instruments for financial market speculation. We have maintained internal controls that we believe to be adequate to control the risks associated to our financial derivatives and to ensure their adequate recording in our financial statements.

Interest Rate

The result of our operations is also exposed to variations in interest rates. We contract debentures and financing denominated in Reais, which are mostly adjusted based on the CDI. Our other loans and financing are adjusted based on the TJLP. For more information on loans and financing see item iv, e (indebtedness levels and the characteristics of such debts).

XIV. The officers should comment on:

- c. changes in accounting practices that have resulted in significant effects on the information provided in fields 2.1 and 2.2.**

Not applicable

- d. modified opinions and emphases in the auditor's report**

There are no reservations, nor are there any emphasis paragraphs in the auditors' report.

XV. The officers should comment on the material effects that the events below have caused or are likely to cause on the issuer's financial statements and results:

- c. launch or disposal of an operating segment**

In the year 2023, the Company continued to expand its services to new links in the healthcare chain in order to offer more integrated and effective solutions for clients' healthcare management. In order to integrate all the Group's health products and services that go beyond diagnostic medicine, the company has a solution for integrated care of the individual, leading the way in generating value for the entire health chain through its integrated, preventive and hybrid health ecosystem. In 2023, we acquired Retina Clinic, in April.

- d. incorporation, acquisition or disposal of ownership interest with unusual events or operations**

Acquisition of Instituto Hermes Pardini

On June 30, 2022, the Company announced the corporate reorganization involving the combination of the businesses and shareholding bases of Fleury and Instituto Hermes Pardini, through the Private Instrument of Protocol and Justification of Merger of Shares of Instituto Hermes Pardini into Oxônia SP Participações S.A., followed by the Merger of Oxônia SP Participação S.A. into Fleury.

Hermes Pardini was a publicly-held joint-stock company listed in the Novo Mercado segment of B3 S.A., located in the city of Belo Horizonte, State of Minas Gerais, which aims to provide medical services, research laboratory services, clinical analysis and diagnostic and therapeutic complementation ancillary services, which include precision medicine and imaging exams.

On April 14, 2023, CADE approved the operation without restrictions, complying with the conditions precedent of the business combination, resulting in:

- (e) Approval of the distribution of dividends in the total amount of BRL 273,225 paid on May 30, 2023;
- (f) Approval of the redemption amount per share, paid in national currency, in the amount of BRL 45,984 in a single installment, on May 12, 2023, for each 1 common share issued by Hermes Pardini;
- (g) Approval in the Closing Instrument of the Final Exchange Ratio per Share of 1.213542977 common share issued by Fleury for each 1 common share of Hermes Pardini, already considering all the adjustments provided for in the Protocol and Justification, observing the provisions of the Closing Instrument.
- (h) Approval of the date of April 28, 2023 as the “Transaction Consummation Date”, which was the reference date for defining the Hermes Pardini shareholders who will receive the common shares issued by Fleury, the redemption value per share and the Pardini pre-approved dividends (as mentioned above).

On April 28, 2023, Fleury S.A. completed the acquisition of 100% of Instituto Hermes Pardini.

Net identifiable assets acquired and Goodwill - Hermes Pardini

The estimated allocation of the amount paid/ consideration was based on an assessment of the fair value of the net assets acquired from Hermes Pardini on April 28, 2023, date when the control was obtained.

The fair value of the identifiable assets acquired and liabilities assumed in the business combination was estimated using the present value and replacement cost adjustment method. The fair value estimates using the discounted cash flow methodology were based on the discount rate of 12.3% p.a.

The assets and liabilities of Instituto Hermes Pardini recognized at the control acquisition date are shown below:

Assets	04/28/2023	Liabilities	04/28/2023
Cash and cash equivalents	224,653	Suppliers	250,918
Bonds and securities	15,064	Loans and financing	435,453
Accounts receivable (a)	448,564	Tax liabilities	17,663
Inventories	42,060	Labor obligations	97,676
Taxes recoverable	41,975	Leasing	355,904

Other assets	44,212	Tax installments	17,929
Deferred taxes	41,442	Accounts payable acquisitions of companies	197,673
		Provision for judicial risks	8,733
		Deferred taxes	99,388
Fixed assets	337,663	Other liabilities	280,651
Intangible assets	942,255	Liabilities	1,761,988
Right of use	326,098	Net Equity	701,998
Total assets	2,463,986	Total liabilities and net equity	2,463,986

(b) The balance of accounts receivable is net of estimated losses with disallowances and default in the amount of BRL 17,886.

Estimated allocation of the price of the consideration transferred:

Issue of shares (quantity)	153,924,773
Amount per share (04/28/2023)	14.52
Amount paid for share replacement	2,234,987
Redemption of common shares – paid in cash	45,985
Fair value of the transaction	2,280,972
Net Equity	701,998
Surplus fixed assets, net	95,856
Client portfolio - Lab-to-Lab	360,521
Surplus intangibles - Brands	422,944
Provisions for possible risks	(123,246)
Deferred taxes	(113,265)
Net equity – fair value	1,344,808
Goodwill in business combination (premium)	936,164

Retina Clinic Acquisition

On April 4, 2023, Fleury S.A., through its direct subsidiary, Fleury Centro de Procedimentos Médicos Avançados S.A. (CPMA), completed the acquisition of 100% of the shares of Retina Clinic. The company was acquired for the amount of BRL 22,842, of which BRL 14,893 was paid in cash, BRL 735 referring to price adjustments, BRL 6,500 retained for indemnity purposes, and earn-out of BRL 713.

Net identifiable assets acquired and Goodwill - Retina Clinic

The assets and liabilities of Retina Clinic recognized at the acquisition date are shown below:

Assets	03/31/2023	Liabilities	03/31/2023
Cash and cash equivalents	1,234	Suppliers	1,141
Accounts receivable (a)	1,201	Loans and financing	160
Taxes recoverable	13	Tax liabilities	630
Court deposits	1,530	Labor obligations	361

Other assets	8	Leasing	6,305
Investments	137	Other liabilities	39
Fixed/Intangible Assets	5,971	Liabilities	8,636
Right of use	6,161	Net Equity	7,619
Total assets	16,255	Total liabilities and net equity	16,255

(a) The balance of accounts receivable is net of losses with disallowances and default in the amount of BRL 448.

Estimated allocation of the price of the consideration transferred:

Purchase price	22,842
(-) Adjustment at present value	(790)
Adjusted acquisition price	22,052
Net Equity	7,619
Surplus fixed assets, net	2,797
Customer portfolio	1,100
Surplus intangibles - Brand	4,040
Deferred taxes	(1,325)
Net equity – fair value	14,231
Goodwill in business combination (premium)	7,821

c. Extraordinary events or transactions

During the fiscal year ended December 31, 2023, there were no unusual events or operations with respect to the Company or its activities that have caused or are expected to have a material effect on the Company's financial statements or results.

XVI. If the issuer disclosed during the last fiscal year or wishes to disclose in this form any non-accounting measures, such as Lajida (Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization) or Lajir (Earnings Before Interest and Taxes), the issuer must:

d. inform the value of non-accounting measures

Earnings before interest, taxes, depreciation and amortization ("EBITDA") is a non-accounting measure and corresponds to the net income for the year or period, as the case may be, before income tax and social contribution, financial result, depreciation and amortization expenses, and equity accounting.

EBITDA is not a measure recognized in accordance with the Accounting Practices Adopted in Brazil, IFRS or US GAAP and is calculated in the form of CVM Resolution 156. In addition, it does not have a standard meaning and may not be comparable to EBITDA prepared by other companies. EBITDA has limitations that may hinder its use as a measure of profitability, as it does not consider certain costs arising from the business of the Fleury Group, which could significantly affect the Company's profits, such as financial expenses, taxes, depreciation, capital expenditures and other related charges. In the Company's business, EBITDA is used as a measure of operating performance.

	2022 Contábil	2023 Contábil	Δ
	R\$ MM	R\$ MM	%
Net profit	307.9	423.8	37.6%
(-) Financial Outcome	(329.6)	(384.6)	16.7%
(-) Tax and Social Contribution	(96.7)	(110,5)	14.3%
(+) Goodwill depreciation and amortisation	455.5	675,4	48.3%
(-) Equity Equivalence	(0.6)	(0,2)	(0,7)
(-) Minority	(0.8)	2.9	-456.5%
EBITDA	1,189.9	1,591.2	33.7%
<i>EBITDA Margin</i>	26.7%	24.6%	-207 bps

e. make reconciliation of reported values and the audited financial statement figures

Reconciliation is in item a) above.

f. explain why such measures are reportedly more suitable for a better understanding of the issuer's financial condition and result of operations

EBITDA shows the actual profit from the activities genuinely linked to our corporate purpose being used internally as measures to appraise productivity and efficiency and proving useful to appraise the Company's economic and financial performance. For that reason, they are presented by the Company as non-accounting measurements that are more appropriate for the correct understanding of its financial condition and the results of its operations.

XVII. Identify and comment on any events subsequent to the most recent year-end financial statements that materially alter them

On February 28, 2024, the Board of Directors of Fleury S.A. approved the distribution of dividends in the amount of BRL 80,751 (BRL 0.15 per share), with payment on April 1, 2024.

XVIII. Officers must comment on the allocation of the company's results, indicating

	2023
b. Rules on retained income	In addition to the legal reserves, the Company's bylaws provide that up to 5% of the net income for the year may be allocated to the constitution of the legal reserve, until it reaches the limits established by law, and that the necessary amount may be allocated, when applicable, to the constitution of the contingency reserve, pursuant to art. 195 of Law No. 6.404/76.

	2023
a.i Income retention amounts	Legal reserve: BRL 21,188 million Bylaws reserves: BRL 84,752 million
a.ii Percentage in relation to total declared income	Legal reserve: 5% Statutory reserve: 20%
b. Rules on dividend distribution	The Company's bylaws provided that the minimum percentage provided for and adjusted in accordance with the applicable legislation, that is, at least 25% of the net profit for the year, adjusted in accordance with article 202 of Law No. 6.404, of December 15, 1976, would be distributed as minimum mandatory dividends in each fiscal year.
c. Frequency of dividend distributions	The practice of dividend distribution follows the rule of Law No. 6.404, of December 15, 1976, that is, of annual distribution, and the Company may also, by resolution of the Board of Directors, prepare a semi-annual balance sheet, or in shorter periods, including monthly ones, for the distribution of interim dividends and/or interest on net equity based on the profits shown on this balance sheet, provided that the total dividends paid in each semester of the fiscal year do not exceed the amount of capital reserves referred to in paragraph 1 of article 182 of the Corporations Law. Interim dividends distributed pursuant to this article shall be attributed to the minimum mandatory dividend. Dividends not claimed within three (3) years from the date on which they were made available to shareholders will lapse in favor of the Company.
d. Any dividend distribution restrictions imposed by law or special regulations applying to the issuer, or otherwise prescribed by contract or by administrative, judicial or arbitral decisions	Except for the provisions of the Corporation Law, there are no restrictions on the dividend distribution by the Company.
e. If the issuer has a formally approved policy for allocation of net income, inform the body responsible for approval, the date of approval, and, if the issuer discloses the policy, the locations on the worldwide web where the document may be consulted	The Company has a Distribution of Dividends Policy approved on 10/24/2018 by the Board of Directors. Available at the Company's headquarters and in its website and IR: https://ri.fleury.com.br/governanca-corporativa/estatuto-codigos-politicas-e-regimentos-assembleias/

XIX. The officers must describe the relevant items not evidenced in the issuer's financial statements, indicating:

On December 31, 2023, the Company had no assets or liabilities that are not reflected in its balance sheet.

c. The off-balance-sheet assets and liabilities directly or indirectly owned by the issuer, which are not in the balance sheet:

Not applicable.

v. portfolios of receivables written off over which the entity has neither retained nor substantially transferred the risks and rewards of ownership of the transferred asset, indicating respective liabilities

There are no portfolios of receivables written off over which the entity has neither retained nor substantially transferred the risks and benefits of ownership of the transferred asset related to the fiscal year ended December 31, 2023.

vi. agreements for future purchase and sale of products or services

There are no contracts for future purchase and sale of products or services not shown in the Company's balance sheets for the fiscal year ended December 31, 2023.

vii. unfinished works agreements

There are no unfinished construction contracts not shown in the Company's balance sheets for the fiscal year ended December 31, 2023.

viii. agreements for future receipt of financing

There are no contracts for future receipts of financing not shown in the Company's balance sheets for the fiscal year ended December 31, 2023.

d. other items not evidenced in the financial statements

There are no items not shown in the Company's balance sheets for the fiscal year ended December 31, 2023.

XX. For each off-balance-sheet item not stated in the financial statements in item 2.8 above, the officers should comment on:

There are no other items not evidenced in the Company's financial statements related to the fiscal year ended on December 31, 2023.

Comments on items not evidenced in the financial statements indicated in item 2.8:

d. How such items affect or are likely to affect the income, expenses, operating results, financial expenses or other items on the issuer's financial statements

There are no other items not evidenced in the Company's financial statements related to the fiscal year ended on December 31, 2023.

e. the type and purpose of the transaction

There are no other items not evidenced in the Company's financial statements related to the fiscal year ended on December 31, 2023.

f. the type and amount of obligations undertaken and rights generated in favor of issuer as a result of the transaction

There are no other items not evidenced in the Company's financial statements related to the fiscal year ended on December 31, 2023.

XXI. The officers should state and comment on the major points in the issuer's business plan, focusing on:

e. investments, including:

iv. quantitative and qualitative description of current and expected investments

CapEx (additions to fixed and intangible assets) totaled BRL 413.8 million in 2023, mainly focused on the continued expansion of the company's digitalization strategy and of improvements to existing units and technical areas.

	2022 Accounting	2023 Accounting	Δ
Total CAPEX	414.6	413.8	-0.2%
TI/Digital	149.9	200.7	33.9%
Renovation of Diagnostic Equipment and Maintenance	76.2	101.4	33.1%
New Units, Expansion of Offer in Units and Technical Areas	188.5	111.7	-40.8%

v. sources of investment financing

The main source of financing for the company's investments comes from its operating cash generation. The Company may also evaluate complementary alternative sources of financing by contracting bank loans, financing from development agencies, and accessing the local capital markets. In 2023, the Company held its 8th debenture issue. The total amount was BRL 500 million, in a single series, with maturity in October 2028.

vi. material divestments in progress and planned divestments

Not applicable, the Company does not have material divestments in progress and/or planned divestments.

f. if already disclosed, indicate the acquisition of plants, equipment, patents and other assets that may have a material impact on the issuer's production capacity

In 2023, we made acquisitions that strengthened both B2C and B2B Diagnostic Medicine and New Links (Retina Clinic in São Paulo). The highlight was the announcement of the merger of shares of Instituto Hermes Pardini S.A. into Fleury S.A., completed on April 28, 2023. The business combination between Fleury Group and Pardini Group will result in one of the largest diagnostic medicine companies in Brazil, with combined revenues of BRL 6.9 billion¹ and EBITDA of BRL 1.7 billion. The business and geographical complementarity will result in a national presence with almost 500 Care Units, reference services for more than 6.6 thousand partner laboratories, 20.8 thousand employees, 4.3 thousand physicians, and 39 brands. According to initial estimates, the merger of the groups creates opportunities to capture synergies between BRL 160 and 190 million in incremental EBITDA per year, after the implementation of the integration.

It is also worth mentioning the organic expansions – 10 units of diagnostic medicine and 5 of New Links were opened. Reinforcing our positioning in innovation, more than 600 new products and services were launched in the year, in addition to the presence of 26 startups that are already active in our operations, resulting in increased productivity and differentiation in the provision of services to customers. As a result of the innovations, we reduced our costs by more than BRL 34 million in the year.

g. new products and services, indicating:

v. description of research in progress and already disclosed

Not applicable, since there are currently no ongoing researches carried out by the Company that have already been disclosed.

vi. total expenditures by the issuer in research activities to develop new products or services

In the fiscal year ended December 31, 2023, BRL 21.5 million was spent on the research and development of new products or services.

vii. projects under development and already disclosed

Not applicable, since there are currently no projects under development carried out by the Company that have already been disclosed.

viii. total expenditures by the issuer in development activities for new products or services

In the fiscal year ended December 31, 2023, BRL 21 million was spent on the research and development of new products or services.

h. ESG-related opportunities included in the issuer's business plan

For Fleury Group, sustainability is directly linked to the company's mission and is understood as the integrated and balanced management of ESG concepts - environmental, social and governance - aligned with the Company's business and strategy, without neglecting the focus on excellence present in its services and processes. The strategic sustainability agenda, which is reviewed every three years, aims to leverage the value of sustainability through proprietary issues in the health care market, selected in conjunction with key stakeholders with the intention of generating organizational learning, business opportunities, innovation and competitive advantage - concepts that are already present in Fleury Group's business strategy.

The agenda addresses current challenges in the Brazilian healthcare market, turning them into motivators for creating shared value among the system's players, and is based on six large areas of action: Patient Trust; Innovation and Digital Transformation; Safe, Diverse and Prosperous Working Environments; Influence on Society; Eco-efficient Operation and Ethics and Integrity. The agenda approved in early 2023, based on double materiality, brings new topics to be prioritized, such as expanding access to health and climate change.

Fleury Group maps, monitors and is clear about its responsibilities to society, seeking to strengthen its relationship and minimize possible impacts arising from its performance through various social and environmental programs. To address the company's material issues, the ESG Project was launched in 2021, a project with an initial 3 year duration, aimed at improving the Group's sustainability initiatives. Topics such as reduction of water consumption, expansion of the integrated ISO9001/14001 certification (quality and environment), reinforcement of the Diversity and Inclusion program initiatives, expansion of access to health care, decarbonization journey and innovation strategies in ESG were part of its scope during the period. Two fronts of the project impacted the company as a whole: the adoption of ESG goals in the Corporate BSC and their respective unfolding in the PLR of all employees, and the revision of the ESG strategic plan, based on the unfolding of the company's strategic planning, with the adoption of long-term goals, such as the Group's commitment to becoming a Net Zero company.

In addition, in June 2021, the Group held its sixth issue of debentures, and this time it innovated with the adoption of the SLB (Sustainability Linked Bonds) format, linked to the interest associated with the issuance of long-term social and environmental goals. Two goals were defined, the indicators of which are monitored monthly by the Company:

- Reduce the generation of biological waste index (Kg/exam) by 20% by Dec/2025
- Provide access to healthcare to 1 million people from classes C, D, and E through the Company's products and services by June 2026.

This was the first issue of its kind by a healthcare company in the country, the second retail issue, and the first retail issue with a social goal. Actions focused on the development of new products and services of the Health iD platform, discount plans and cards, assessment of partnerships to expand the coverage of SUS services, improvements in waste management of the care units and in the automation lines, as well as methodological changes in exams carried out at the technical headquarters in São Paulo are part of the plan to achieve the defined goals. The year 2022 also included the launch of the Campana access brand, in SP, and the reformulation of the LAFE brand, in RJ, with a view to reaching patients in the CDE classes. These brands, aligned with other business lines arising from the business combination with the Pardini Group in 2023, reinforce the Group's ESG strategy to serve the CDE classes and expand access to healthcare.

Other opportunities related to the topic involve the development of new tests or improvement in diagnostic methodologies related to new diseases linked to global warming and climate change, and the reduction in the line of expenses related to energy consumption through the adoption of energy from the free market, in addition to the diversification of the Group's energy matrix.

XXII. Comment on other factors that could have a material impact on operating results but not identified or addressed elsewhere in this section

All relevant information applicable to the Company has already been disclosed in the previous items.

* * *

Exhibit II

FLEURY S.A.

Publicly-Held Company

CNPJ No: 60.840.055/0001-31

State Registration (NIRE) 35.300.197.534

PROPOSAL FOR ALLOCATION OF NET INCOME AND CAPITAL BUDGET

(under the terms of Exhibit A of CVM Resolution 81/22)

1. State the net profits for the fiscal year

BRL 423,758,115.83

2. State the overall value and value per share of the dividends, including advanced dividends and interest on net equity already declared.

Global Sum: BRL 317,818,587.00 (BRL 0,77669737082 per share), of which:

(i) Interest on net equity declared in Board of Directors Meeting held on August 30, 2023 and paid on October 31, 2023: BRL 92,530,235.00, corresponding to the amount per share of BRL 0.16922113206, imputed to the mandatory dividend related to 2023;

(ii) Interest on net equity declared in Board of Directors Meeting held on December 11, 2023 and paid on December 28, 2023: BRL 144,751,877.00, corresponding to the amount per share of BRL 0.26557982563, imputed to the mandatory dividend related to 2023; and

(iii) Dividends declared in Board of Directors Meeting held on March 7, 2024 to be paid on April 1, 2024: BRL 80,536,475.00, corresponding to the amount per share of BRL 0.14761361742.

3. State the percentage of net profits distributed for the fiscal year

The percentage of net income distributed was 75.0%.

4. Inform the global amount and the value per share of dividends distributed based on profits from previous fiscal years

Not applicable.

5. State, having deducted the advanced dividends and interest on net equity already declared:

a. The gross value of the dividend and interest on net equity, sorted out by share of each type and class

b. The form and term of payment of the dividends and interest on net equity

c. Any assessment of adjustment and interest on the dividends and interest on net equity

d. Date of declaration of payment of the dividends and interest on net equity taken into account to identify the shareholders entitled to receive them

Not applicable. There is no proposal for additional dividend distribution or interest on net equity based on net income for fiscal year 2023.

6. If there has been a declaration of dividends or interest on net equity based on profits calculated in half-yearly balance sheets or shorter periods:

a. Inform the amount of the dividends or interest on net equity already declared:

b. Inform the date of the respective payments:

Not applicable.

7. Provide a comparative chart indicating the following values per share of each type and class:

a. Net profits of the fiscal year and previous three (3) fiscal years:

Year	Net Profit for the year (BRL)	Net Profit per common share (BRL)
2023	423,758,115.83	0.776697
2022	307,908,404.38	0.840352
2021	349,924,954.54	1.103732

b. Dividend and interest on net equity distributed in the previous three (3) fiscal years:

Year	Dividends paid (BRL)	Dividends paid per common share (BRL)	Gross interest paid on capital (BRL)	Interest on capital per common share (BRL)
2023	80,536,475.00	0.147613	92,530,235.00	0.169221
			144,751,877.00	0.265580
2022	ZERO	ZERO	107,898,426.21	0.294479
2021	225,037,665.80	0.709813	72,398,545.56	0.228359

8. If profits are allocated to the legal reserve

Identify the sum allocated to the legal reserve:

BRL 21,187,905.79

b. Detail the form of calculation of the legal reserve:

5% of net income limited to 20% of capital stock

9. In the event the company has preferred shares entitled to fixed or minimum dividends

a. Describe the form of calculation of the fixed or minimum dividends;

b. Inform whether the profits of the fiscal year suffice to fully pay the fixed or minimum dividends;

c. State whether any unpaid portions are cumulative

d. State the overall amount of the fixed or minimum dividends payable for each class of preferred shares

e. Identify the fixed or minimum dividends to be paid per preferred share of each class.

Not applicable. The company's stock capital shall be only represented by common shares.

10. In relation to the mandatory dividend:

a. Describe the form of calculation set forth in the bylaws:

As provided for in Art. 30, Paragraph One, of the Company's Bylaws, the results calculated in the fiscal year will be subject to legal deductions and provisions, in addition to the participation of employees and management, if any. On the net profit verified, the amounts equivalent to the following percentages will be highlighted:

- (a) 5% (five percent) for the constitution of the legal reserve, until the limit provided by law is reached;
- (b) twenty-five percent (25%) to be distributed as mandatory dividend, pursuant to article 202 of the Corporations Law, payable within sixty (60) days from the date of its declaration, unless otherwise decided by the General Meeting, and the payment must be made in the same fiscal year in which it is declared; and
- (c) the balance of the profit, verified after the distributions provided for above, shall be allocated as proposed by the Executive Board, approved by the Board of Directors and resolved upon by the General Meeting, and it may be allocated up to its totality to the Statutory Profit Reserve, aimed at financing additional investments of fixed and current capital, in addition to the expansion and development of the activities that comprise the corporate purpose of the Company and/or its Controlled Companies, up to the limit of one hundred percent (100%) of the paid-in corporate capital.

b. Inform whether it is being fully paid:

The interest on net equity already declared and paid was attributed to the mandatory dividend for the year 2023 and amounts to a percentage higher than the minimum required by Article 30 of the Company's Bylaws.

c. Inform the amount eventually withheld

There is no proposal for the withholding of the mandatory minimum dividend.

11. Where the mandatory dividend has been withheld, due to the company's financial condition

- a. State the amount withheld**
- b. Describe in detail the company's financial condition, including aspects involving liquidity analysis, working capital and positive cash flows**
- c. Justify the withholding of dividends**

Not applicable.

12. Where earnings have been allocated to the contingencies reserve

- a. Identify the amount allocated to the reserve**
- b. Identify the loss considered probable and what caused it**
- c. Explain why the loss was considerable probable**
- d. Justify the creation of the reserve**

Not applicable.

13. Where earnings have been allocated to the reserve for future profits

- a. State the amount allocated to the reserve for future profits**
- b. Inform the nature of the unrealized profits that gave rise to the reserve:**

Not applicable.

14. Where earnings have been allocated to the statutory reserves

a. Describe the Bylaw clauses establishing the reserve

See comments to item 10(a) above.

b. Identify the amount allocated to the reserve

It is proposed to allocate the amount of BRL 84,751,623.04 to the Statutory Profit Reserve

c. Describe how the amount was calculated

Allocation calculated from the balance of the net profit of the year remaining after the proposals for allocation for purposes of retention in accordance with the law and distribution to the Company's shareholders.

15. In the case of profit withholding foreseen in the capital budget

a. Identify the amount withheld:

b. Provide a copy of the capital budget:

Not applicable.

16. If there is allocation of income to the tax incentive reserve

a. State the amount allocated to the reserve

b. Explain the nature of the allocation

Not applicable

* * *

Exhibit III

FLEURY S.A.

Publicly-Held Company

CNPJ No: 60.840.055/0001-31

State Registration (NIRE) 35.300.197.534

COMPENSATION OF THE MANAGERS

(as per item 8 of the Reference Form of CVM Resolution 80/22)

8.1. Describe the compensation policy or practice of the board of directors, statutory and non-statutory executive officers, audit committee, statutory committees, and audit, risk, financial, and compensation committees, addressing the following aspects:

a. Objectives of the compensation policy or practice, informing whether the compensation policy has been formally approved, the body responsible for its approval, the date of approval and, if the issuer discloses the policy, the locations on the World Wide Web where the document may be consulted

The Management Compensation Policy was approved by the Board of Directors on 3/21/2018. The purpose of the Policy is to reward each professional's performance in managing the Company's interests according to his or her attributions and responsibilities, as well as according to the labor market; Further, to encourage the achievement of results by each professional in their functions, to retain and attract qualified professionals, ensuring the development and growth of the Company, and to align individual objectives with the achievement of strategic objectives. The policy is available on the Company's Investor Relations website (www.fleury.com.br/ri) and the CVM website (www.cvm.gov.br).

b. Practices and procedures adopted by the board of directors to determine the individual compensation of the board of directors and the executive office, indicating:

i. Issuer's bodies and committees that are part of the decision-making process, identifying the manner in which they participate:

Participating in the decision-making process are the Culture and People Committee, following the evolution of the organization in the face of strategic challenges for business and management, evaluating salaries policies and staff development programs and proposing guidelines and criteria for variable remuneration programs, being the approval of the final proposal responsibility of the Board of Directors.

ii. Criteria and methodology used to set the individual compensation, indicating if studies were used to verify the market practices and, if so, the comparison criteria and scope of these studies:

The individual compensation of the Statutory Executive Board and Board of Directors is set based on market research results and practices with participating companies comparable to the Company in the following criteria: publicly traded capital, number of employees, revenues, etc.

iii. Frequency and how the board of directors evaluates the adequacy of the issuer's compensation policy:

The Company's compensation practices and policies are evaluated annually by its non-statutory Compensation Committee, in relation to market practices in order to identify the need for adequacy, and the Committee is responsible for proposing to the Board of Directors the necessary adjustments and revisions.

c. Breakdown of the compensation, stating:

(i) Description of the several components that comprise the compensation and its purposes:

	BOARD OF DIRECTORS	AUDIT COMMITTEE	STATUTORY EXECUTIVE OFFICE
Pro-labore (compensation for management services)/Fees	Fixed Monthly Compensation. An allowance for committee participation is incorporated into the fixed remuneration and does not vary according to the number of meetings. Alternates are not compensated.	Fixed Monthly Compensation.	Fixed Monthly Compensation.
Direct, Indirect, and post-employment benefits.	Not eligible.	Not eligible.	Medical and dental care, food and meal vouchers, life insurance, and a private pension plan. Cell phone, vehicle, and fuel are also granted.
Short-Term Variable Compensation (Bonus and PLR).	Not eligible.	Not eligible.	Aligned with the Company's strategy and with regulatory requirements, such as: a) Company performance; b) individual performance parameters.
Short-term variable compensation.	Not eligible.	Not eligible.	Established by the Board of Directors, subject to the

			authorized capital and within the global amount of compensation determined at the EGM.
--	--	--	--

- **How the compensation policy or practice is aligned with the Company's short-, medium- and long-term interests**

The Company maintains a variable compensation policy based on individual and corporate goals, establishing short- and long-term incentives, aligning the interests of the managers with the Company's interests, so that their efforts to help the Company achieve good results are duly rewarded in proportion to such results.

- **In relation to the last three fiscal years, what is the proportion of each element in the total compensation:**

	2023	2022	2021
BOARD OF DIRECTORS AND COMMITTEES.	Pro-labore: 100%	Pro-labore: 100%	Pro-labore: 100%
STATUTORY EXECUTIVE OFFICE	Pro-labore: 28.1% Variable Compensation (1): 33.7% Share Plan: 24.3% Direct, Indirect, and post-employment benefits: 4% Charges: 9.8% Termination of office (2): 0%	Pro-labore: 28.0% Variable Compensation (1): 28.4% Share Plan: 28.4% Direct, Indirect, and post-employment benefits: 4.5% Charges: 8.4% Termination of office (2): 2.3%	Pro-labore: 25.3% Variable Compensation (1): 23.6% Share Plan: 16.4% Direct, Indirect, and post-employment benefits: 3.4% Charges: 5.6% Termination of office (2): 25.7%

Notes: (1) Short-Term Variable Compensation is comprised of the Profit Sharing Program and Bonuses; (2) Termination benefit refers to the amount paid as severance pay provided for in the "Non-Compete" clause of the Agreements of the Statutory Officers.

- **The calculation and adjustment methodology:**

	BOARD OF DIRECTORS AND COMMITTEES.	AUDIT COMMITTEE	STATUTORY EXECUTIVE OFFICE
Calculation and adjustment methodology of each of the compensation elements	Pro-labore: Adjustment based on market polls and on the recommendation of the Compensation Committee and	Pro-labore: Adjustment based on market polls and on the recommendation of the	Pro-labore: Adjustment based on market polls and on the recommendation of the Compensation Committee and

	approval by the Board of Directors.	Compensation Committee and approval by the Board of Directors.	approval by the Board of Directors. Variable Compensation: The PLR calculation considers the sum of the achievements of the Corporate BSC goals and specific goals according to the area of activity and the Bonus foresees the achievement of structuring projects. Benefits: According to the results of the market research. Option Plan: Distribution of options or shares made upon recommendation by the Compensation Committee and approval by the Board of Directors.
--	-------------------------------------	--	--

- the main performance indicators taken into account, including, if applicable, ESG-related indicators

Monthly management compensation does not depend on the manager's individual performance, but on market practices. Only the variable compensation of PLR and bonuses are performance-based.

The Profit Sharing Program (PLR) encourages short-term results (current year) and is composed of two target tables:

Corporate BSC	Goal Board specific	Total
50%	50%	100%

BSC is composed of four perspectives and 9 indicators, with different weightings, as follows:

PERSPECTIVE	INDICATORS	WEIGHTS
	Group Net Revenue - BRL (MM)	20.0%

GROWTH & PROFITABILITY	EBITDA Margin (%)	20.0%
	ROIC (%)	10.0%
CUSTOMERS	Single Customers (number of customers)	10.0%
	Net Promoter Score (NPS ¹) + ACSI ² (%)	20.0%
PEOPLE	Employee Initiative Dismissal Rate (%)	10.0%
ESG	Biological Waste Generation Index	3.3%
	Number of beneficiaries assisted in classes C, D and E	3.3%
	Adhesion Fee Mandatory Training Basket	3.3%

¹ NPS: Net Promoter Score ²ACSI: American Customer Satisfaction Index

For PLR payment, it is necessary to reach the minimum trigger (certain % of the Budget) of the EBITDA value and Net Revenue. The bonus stimulates the delivery of structuring and enabling strategic projects for the future. The Profit Sharing Program (PLR) and Bonus payment is annual.

The alignment with ESG is highlighted with a minimum mandatory weight of 10% related to the topic for senior leadership.

(ii) Reasons that justify the composition of the compensation:

The purpose of the adopted policy is to compensate the Company's professionals in accordance with the market practices, responsibilities of their respective positions, performance, achieved goals and level of competitiveness. In order to attract and retain qualified professionals who can contribute to the growth, success and perpetuity of the Company.

	BOARD OF DIRECTORS AND COMMITTEES.	AUDIT COMMITTEE	STATUTORY EXECUTIVE OFFICE
Reasons that justify the composition of the compensation.	The compensation of the members of the Board of Directors is 100% fixed as per item (i).	The compensation of the Audit Committee members is 100% fixed as per item (i).	Ensuring the balance between short and long term aligned to the interests of executives and shareholders.

(iii) Existence of members not compensated by the issuer and the reason for such fact

	BOARD OF DIRECTORS AND COMMITTEES.	AUDIT COMMITTEE	STATUTORY EXECUTIVE OFFICE
Existence of members not compensated by the	Not applicable.	Not applicable.	Not applicable.

issuer and the reason for such fact			
-------------------------------------	--	--	--

d. existence of compensation supported by subsidiaries, controlled companies or direct or indirect controlling companies

Not applicable.

e. existence of any compensation or benefit linked to the occurrence of a given corporate event, such as the disposal of issuer's ownership control

Not applicable.

8.2. as for the compensation of the board of directors, executive office and audit committee, recognized in the results of the latest three fiscal years and that envisaged for the current fiscal year:

Variable compensation - Fiscal Year ending ended in 2023				
	BOARD OF DIRECTORS	STATUTORY EXECUTIVE OFFICE	AUDIT COMMITTEE	TOTAL
Total number of members	9.75	3.58	0.75	14
Total number of compensated members	9.75	3.58	0.75	14
(i) Fixed annual compensation				
Pro-labore (compensation for management services)	8,805,000	7,085,423	64,681	15,955,104
Direct and indirect benefits		814,856		814,856
Compensation for participation in committees	-	-	-	-
Other (charges)	1,761,000	2,483,600	12,936	4,257,536
				-
(ii) Variable compensation;				-
Bonus		4,710,193		4,710,193
Profit sharing		3,804,098		3,804,098
Compensation for attendance at meetings		-		-
commissions		-		-
Others		-		-
(iii) Post-employment benefits	-	198,844	-	198,844
(iv) Benefits motivated by the cessation of the position	-	-	-	
(v) Share-based compensation	-	6,136,383		6,136,383
Notes				
Total Compensation	10,566,000	25,233,397	77,617	34,171,723

Note 1: Considering that the alternate members do not receive compensation, only the effective members were counted.

Variable compensation - Fiscal Year ending ended in 2022				
	BOARD OF DIRECTORS	STATUTORY EXECUTIVE OFFICE	AUDIT COMMITTEE	TOTAL
Total number of members	10.00	3.75	3.00	17
Total number of compensated members	10.00	3.75	3.00	17
(i) Fixed annual compensation				-

Pro-labore (compensation for management services)	9,000,000	6,066,981	258,725	15,325,706
Direct and indirect benefits	-	818,847	-	818,847
Compensation for participation in committees	-	-	-	-
Other (charges)	1,800,000	1,809,949	51,745	3,661,694
				-
(ii) Variable compensation;				-
Bonus		2,700,409		2,700,409
Profit sharing		3,433,659		3,433,659
Compensation for attendance at meetings		-		-
commissions		-		-
Others		-		-
				-
(iii) Post-employment benefits	-	164,165	-	164,165
(iv) Benefits motivated by the cessation of the position	-	499,180	-	499,180
(v) Share-based compensation	-	6,139,338	-	6,139,338
Notes				-
				-
Total Compensation	10,800,000	21,632,528	310,470	32,742,998

Note 1: Considering that the alternate members do not receive compensation, only the effective members were counted.

Variable compensation - Fiscal Year ending ended in 2021				
	BOARD OF DIRECTORS	STATUTORY EXECUTIVE OFFICE	AUDIT COMMITTEE	TOTAL
Total number of members	10.00	4.75	3.00	17.75
Total number of compensated members	10.00	4.75	3.00	17.75
(i) Fixed annual compensation				
Pro-labore (compensation for management services)	6,691,296	6,586,256	258,725	13,536,277
Direct and indirect benefits	-	747,017	-	747,017
Compensation for participation in committees	-	-	-	-
Other (charges)	1,338,259	1,450,090	51,745	2,840,094
(ii) Variable compensation:				-
Bonus	-	2,771,947	-	2,771,947
Profit Sharing ²	-	3,360,464	-	3,360,464
Compensation for attendance at meetings	-	-	-	-
commissions	-	-	-	-
Others	-	-	-	-

(iii) Post-employment benefits	-	138,594	-	138,594
(iv) Benefits motivated by the cessation of the position	-	6,691,583	-	6,691,583
(v) Share-based compensation	-	4,255,083	-	4,255,083
Notes				
Total Compensation	8,029,555	26,001,034,470	310	34,341,059

Note 1: Considering that the alternate members do not receive compensation, only the effective members were counted.

Note 2: There was no payment of variable compensation in 2020.

Variable compensation set forth for the fiscal year of 2024				
	BOARD OF DIRECTORS	STATUTORY EXECUTIVE OFFICE	AUDIT COMMITTEE	TOTAL
Total number of members	10.00	4.67		14.67
Total number of compensated members	10.00	4.67		14.67
(i) Fixed annual compensation				
Pro-labore (compensation for management services)	9,000,000	9,938,728		18,939,728
Direct and indirect benefits	-	705,287		705,287
Compensation for participation in committees	-	-		-
Other (charges)	1,800,000	3,683,139		5,483,139
(ii) Variable compensation;				
Bonus	-	6,614,113		6,614,113
Profit sharing	-	3,712,850		3,712,850
Compensation for attendance at meetings	-	-		-
commissions	-	-		-
Others	-			
(iii) Post-employment benefits	-	288,304	-	288,304
(iv) Benefits motivated by the cessation of the position			-	
(v) Share-based compensation		8,608,537		8,608,537
Notes				
Total Compensation	10,800,000	33,350,958	0	44,350,958

8.3. In relation to the variable compensation of the last three fiscal years and that foreseen for the current fiscal year for the board of directors, the statutory office, and the audit committee, draw up a chart with the following content:

Fiscal Year 2023 (in thousands of BRL)				
	Board of Directors ¹	Statutory Executive Office	Audit Committee	Total
Number of Members	9.75	3.58	0.75	14.08
Number of Compensated Members	9.75	3.53	0.75	14.08
Bonus (in BRL)				
Minimum amount set forth in the compensation plan	-	0	-	0,00
Maximum amount set forth in the compensation plan ²	-	5,083	-	5,083
Amount estimated in the compensation plan if targets are achieved	-	4,631	-	-
Amount effectively recognized in the result ³	-	4,710	-	4,710
Profit sharing (BRL)				
Minimum amount set forth in the compensation plan	-	0	-	0,00
Maximum amount set forth in the compensation plan ²	-	4,041	-	4,041
Amount estimated in the compensation plan if targets were achieved	-	3,781	-	3,781
Amount effectively recognized in the result	-	3,804	-	3,804

¹ Board of Directors does not receive variable compensation

² Maximum value considers achievement of 120%.

Fiscal Year 2022 (in thousands of BRL)				
	Board of Directors ¹	Statutory Executive Office	Audit Committee	Total
Number of Members	10.00	3.75	3.00	16.75
Number of Compensated Members	10.00	3.75	3.00	16.75
Bonus (in BRL)				
Minimum amount set forth in the compensation plan	-	0	-	0,00
Maximum amount set forth in the compensation plan ²	-	2,343	-	2,343
Amount estimated in the compensation plan if targets are achieved	-	1,952	-	1,952
Amount effectively recognized in the result ³	-	1,576	-	-
Profit sharing (BRL)				
Minimum amount set forth in the compensation plan	-	0	-	0,00
Maximum amount set forth in the compensation plan ²	-	3,441	-	3,441
Amount estimated in the compensation plan if targets were achieved	-	3,214	-	3,214
Amount effectively recognized in the result	-	3,434	-	-

¹ Board of Directors does not receive variable compensation

² Maximum value considers achievement of 120%.

Fiscal Year 2021 (in thousands of BRL)				
	Board of Directors ¹	Statutory Executive Office	Audit Committee	Total
Number of Members	10.00	4.75	3.00	17.75
Number of Compensated Members	10.00	4.75	3.00	17.75
Bonus (in BRL)				
Minimum amount set forth in the compensation	-	0	-	0.00

plan				
Maximum amount set forth in the compensation plan ²	-	2079	-	2,079
Amount estimated in the compensation plan if targets are achieved	-	1732	-	1,732
Amount effectively recognized in the result ³	-	2772	-	-
Profit sharing (BRL)				
Minimum amount set forth in the compensation plan	-	0	-	0.00
Maximum amount set forth in the compensation plan ²	-	3500	-	3,500
Amount estimated in the compensation plan if targets were achieved	-	2917	-	2,917
Amount effectively recognized in the result	-	3360	-	-

¹ Board of Directors does not receive variable compensation

² Maximum value considers achievement of 120%.

Fiscal Year 2024 (Forecast) (in thousands of BRL)				
	Board of Directors¹	Statutory Executive Office	Audit Committee	Total
Number of Members	10.00	4.67	0.00	14.67
Number of Compensated Members	10.00	4.67	0.00	14.67
Bonus (in BRL)				
Minimum amount set forth in the compensation plan	-	0	-	0,00
Maximum amount set forth in the compensation plan ²	-	6,614	-	6,614
Amount estimated in the compensation plan if targets are achieved	-	4,794	-	4,794
Amount effectively recognized in the result ³	-	-	-	-
Profit sharing (BRL)				
Minimum amount set forth in the compensation plan	-	0	-	0,00
Maximum amount set forth in the compensation plan ²	-	3,713	-	3,713
Amount estimated in the compensation plan if targets were achieved	-	3,094	-	3,094
Amount effectively recognized in the result	-	-	-	-

8.4. As for the Share-Based Compensation Plan for the board of directors and statutory office, in effect since the last fiscal year and set forth for the current fiscal year, describe:

a. General terms and conditions

Stock Option Plan approved in 2016:

At an Extraordinary General Meeting held on July 25, 2016, the Company's Stock Option Plan for the 2016 fiscal year was approved, and at a Board of Directors meeting held on July 27, 2016, the "Company's Stock Option Program" and its respective regulations were approved.

The general conditions of option grants and decisions regarding participants and the 2016 Plan are described below:

The granting of options is carried out through the signing between the Company and each of the participants of a Private Instrument for Granting Stock Options ("Option Agreement").

The price per share for the exercise of the Option ("Exercise Price") is set according to the average share price at the close of the last ninety (90) trading sessions preceding the date of the Board of Directors meeting that deliberated on the approval of the Plan.

The total exercise of the Options by the beneficiaries may be carried out within at least six (06) years as of the date of execution of the respective Joinder Agreement ("Vesting Period"), in installments so defined: Twelve and a half percent (12.5%) of the total shares that are the object of the Option will be exercisable as of the end of the 24th month after the signing of the respective Joinder Agreement between the Company and the Beneficiary; Twenty-five percent (25%) of the total shares that are the object of the Option as from the end of the 36th month counted from the signing of the respective Joinder Agreement between the Company and the Beneficiary; Twenty-five percent (25%) of the total shares that are the object of the Option as from the 48th month after the signing of the respective Joinder Agreement between the Company and the Beneficiary; Twenty-five percent (25%) of the total shares that are the object of the Option as from the 60th month after the signing of the respective Joinder Agreement between the Company and the Beneficiary; Twelve and a half percent (12.5%) of the total shares that are the object of the Option as from the end of the 72nd month counted from the signing of the respective Joinder Agreement between the Company and the Beneficiary.

The Beneficiary shall have a period of up to two (2) years from the date on which each portion of the Option may be exercised ("Effective Period"), unless otherwise provided by the Board of Directors. The Beneficiary will forfeit all rights to those portions of the Option that have not been exercised within the Term of Effectiveness.

Following the exercise of each portion of the Option and subscription of the respective shares, the Beneficiary holding such shares may only sell or otherwise transfer them for any reason after six (6) months have elapsed from the date of the respective subscription ("Restriction Period").

The Company may, at any time, by decision of the Board of Directors, redeem the shares that are sold or transferred in non-compliance with the Restriction Period described above, upon payment of the respective Exercise Price, without monetary correction, using, for this purpose, profits and/or reserves.

During the Restriction Period, the Company may, at any time, by decision of the Board of Directors, redeem the Beneficiary's Shares, upon payment of the respective Exercise Price, without interest or monetary restatement, using, for this purpose, profits and/or reserves, in the following cases: a) Dismissal of the Beneficiary for a just reason, before the end of the Restriction Period; b) Non-compliance with the non-compete obligation, in the case of Beneficiaries who have entered into a Non-Compete Agreement with the Company.

By deliberation of the Board of Directors, the consequences and procedures related to the maintenance or loss of the Option rights in the cases of (i) dismissal, (ii) death, (iii) permanent disability, (iv) retirement of the Beneficiaries will be determined in the Regulations.

This Plan will not prevent the Company from engaging in corporate reorganization operations, such as transformation, incorporation, merger and spin-off. The Board of Directors may, at its discretion, determine, without prejudice to other measures: (a) The substitution of the shares that are the object of the Option with shares of the Company's successor company; and or (b) the

anticipation of the grace period for the exercise of the Option, so as to ensure the inclusion of the shares in the operation in question.

Deferred Share Plan approved in 2019:

At an Extraordinary General Meeting held on December 5, 2019, Fleury Group's new deferred share plan was approved, and at a Board of Directors meeting held on November 26, 2020, the "Deferred Share Program" was approved, which may be exercised by its beneficiaries in accordance with the terms and conditions of the grant.

The Plan establishes the general conditions for granting stock options issued by the Company to its employees or other companies under its control, duly elected by the Board of Directors.

The plan provides for the transfer of shares to the board members respecting the quantities defined by the conditions of defined in the deferred share grant agreement.

The shares granted under the plan may not exceed the limit of 1.2% of the total shares of the Company's subscribed and paid-up capital stock on the date the plan is approved.

The granting of shares is carried out through the signing between the Company and each of the participants of the "Deferred Share Agreement".

The plan provides for annual grants starting in 2020, and each grant will define the number of shares allocated to each beneficiary based on the rules set out in the plan. After the vesting period, the company will transfer the ownership of the shares to the beneficiaries. The plan will have a vesting period of 4 years and will be divided into 4 annual proportional installments (20%/20%/20%/40%), i.e., each year a portion of the granted shares will be transferred.

As this is a stock grant plan, no rules regarding exercise price, effective period, and restriction period apply.

The Board of Directors or the Executive Board may, at its sole discretion within their respective powers, invite Beneficiaries of this Plan to receive Extraordinary Shares, under the terms and conditions of this Plan, subject to the cumulative Vesting and Lock-up periods.

By deliberation of the Board of Directors, the consequences and procedures related to the maintenance or loss of the rights to shares in the cases of (i) dismissal, (ii) death, (iii) permanent disability, (iv) retirement of the Beneficiaries will be determined in the Regulations.

This Plan will not prevent the Company from engaging in corporate reorganization operations, such as transformation, incorporation, merger and spin-off.

b. the date of approval and the body responsible for it

Stock Option Plan approved in 2016:

At an Extraordinary General Meeting held on July 25, 2016, the Company's Stock Option Plan for the 2016 fiscal year was approved, and at a Board of Directors meeting held on July 27, 2016, the "Company's Stock Option Program" and its respective regulations were approved.

Deferred Share Plan approved in 2019:

At an Extraordinary General Meeting held on December 5, 2019, Fleury Group's new deferred share plan was approved, and at a Board of Directors meeting held on November 26, 2020, the "Deferred Share Program" was approved.

c. the maximum number of shares covered

Stock Option Plan approved in 2016:

Under the terms of clause 4.1. the shares granted under the plan may not exceed, during the period of the plan, the limit of 2.5% of the total shares of the subscribed and paid-up capital stock of the Company on the date of approval of the plan.

Deferred Share Plan approved in 2019:

The shares granted under the plan may not exceed the limit of 1.2% of the total shares of the Company's subscribed and paid-up capital stock on the date the plan is approved.

d. the maximum number of options to be granted

Considering that for the two option plans in effect each option is equivalent to one share, the maximum number of options that can be granted is equivalent to the maximum number of shares that represent the percentage of capital stock informed in the item above.

e. the conditions for acquisition of shares

Stock Option Plan approved in 2016:

The total exercise of the Options by the beneficiaries may be carried out within at least six (06) years as of the date of execution of the respective Joinder Agreement ("Vesting Period"), in installments so defined: Twelve and a half percent (12.5%) of the total shares that are the object of the Option will be exercisable as of the end of the 24th month after the signing of the respective Joinder Agreement between the Company and the Beneficiary; Twenty-five percent (25%) of the total shares that are the object of the Option as from the end of the 36th month counted from the signing of the respective Joinder Agreement between the Company and the Beneficiary; Twenty-five percent (25%) of the total shares that are the object of the Option as from the 48th month after the signing of the respective Joinder Agreement between the Company and the Beneficiary; Twenty-five percent (25%) of the total shares that are the object of the Option as from the 60th month after the signing of the respective Joinder Agreement between the Company and the Beneficiary; Twelve and a half percent (12.5%) of the total shares that are the object of the Option as from the end of the 72nd month counted from the signing of the respective Joinder Agreement between the Company and the Beneficiary.

The exercise of each portion of Options will occur by means of formal notification sent by the Beneficiary informing about his/her wish to exercise, respecting the schedule in the Regulation, and the "Validity Period", under the terms of the schedule and procedures to be disclosed by the Board of Directors.

The exercise of the Option can only occur provided that the Beneficiary's relationship with the Company is maintained until the effective date of exercise of the Option, in compliance with the provisions of clauses 4 and 6 of the Joinder Agreement, as well as the conditions contained in the Program's Regulation.

The acquisition of the shares that are the object of the Option exercised by each Beneficiary must be made through payment, in a single installment, within 10 days from the act of subscription of the shares, in Brazilian currency, using each Beneficiary's own resources.

The shares that are the object of the Option, subscribed or acquired under the terms of this Joinder Agreement and the Program's Regulation, will ensure their holders the same rights and advantages of the common shares held by the other shareholders of the Company.

The Beneficiary will have no rights as a shareholder of the Company (including the right to receive dividends), with respect to any shares covered by the Option, until such shares have been fully subscribed/acquired and paid for by the Beneficiary.

No share of the Company will be delivered to the Beneficiary as a result of the Option exercise unless all contractual, legal and regulatory requirements have been fully complied with by the Beneficiary.

Until the effective exercise of the Option, the Beneficiary is forbidden to sell, or place any liens on, the Options.

Deferred Share Plan approved in 2019:

Considering that, under the Deferred Share Plan, the shares are granted to the Beneficiaries and effectively transferred, subject to the vesting periods established in the Stock Programs and the conditions previously established in the agreement, there are no share acquisition rules.

f. the criteria to determine the purchase price or exercise

Stock Option Plan approved in 2016:

Under the terms of clause 6 of the plan, the price of the shares to be subscribed or acquired by the Beneficiaries as a result of the exercise of the Option will be fixed according to the average price of the share at the close of the last ninety (90) trading sessions prior to the date of the Board of Directors meeting that resolves on the respective grant with approval of the Regulation.

Deferred Share Plan approved in 2019:

The long-term incentive instrument occurs through the granting of shares, with no fixed acquisition or exercise price.

g. criteria for fixing the term of acquisition or exercise

Stock Option Plan approved in 2016:

The exercise period is established by the Stock Option Plan approved by the General Meeting, and it is established that the Beneficiary will have a term of two (2) years, counted from the date on which each portion of the Option may be exercised, to carry out the exercise, unless otherwise determined by the Board of Directors. The Beneficiary will forfeit all rights to those portions of the Option that have not been exercised within the Term of Effectiveness.

Deferred Share Plan approved in 2019:

As mentioned in previous items, the shares are transferred to the Beneficiaries, provided the conditions established in the Deferred Share Plan, in the Deferred Stock Program, and in each individual contract are met, so that there is no exercise.

h. the form of liquidation

Stock Option Plan approved in 2016:

In the share option plan approved in 2016, the acquisition of the shares that are the object of the Option exercised by each Beneficiary must be made through payment, in a single installment, within 10 days of the share subscription act, in Brazilian currency, using each Beneficiary's own resources.

Deferred Share Plan approved in 2019:

Under the Deferred Share Plan, shares will be transferred to Beneficiaries according to the lots and periods set forth in each individual agreement, provided the conditions set forth in the Deferred Share Plan, the Deferred Share Program and each individual agreement are met.

The Beneficiary will receive the Shares corresponding to the Mature Shares (in respect of both Deferred Shares and Extraordinary Shares, as the case may be) within sixty (60) days from the Vesting date of each

i. any restrictions on the transfer of shares**Stock Option Plan approved in 2016:**

Following the exercise of each portion of the Option and subscription of the respective shares, the Beneficiary holding such shares may only sell or otherwise transfer them for any reason after six (6) months have elapsed from the date of the respective subscription ("Restriction Period").

The Company may, at any time, by decision of the Board of Directors, redeem the shares that are sold or transferred in non-compliance with the Restriction Period described above, upon payment of the respective Exercise Price, without monetary correction, using, for this purpose, profits and/or reserves.

During the Restriction Period, the Company may, at any time, by decision of the Board of Directors, redeem the Beneficiary's Shares, upon payment of the respective Exercise Price, without interest or monetary restatement, using, for this purpose, profits and/or reserves, in the following cases: a) Dismissal of the Beneficiary for a just reason, before the end of the Restriction Period; b) Non-compliance with the non-compete obligation, in the case of Beneficiaries who have entered into a Non-Compete Agreement with the Company.

Deferred Share Plan approved in 2019:

The Board of Directors or the Executive Board may, at its sole discretion within their respective powers, invite Deferred Share Plan Beneficiaries to receive Extraordinary Shares, under the terms and conditions of the Deferred Share Plan, subject to the cumulative Vesting and Lock-up periods described below.

If the Beneficiary is offered and accepts the grant of Extraordinary Shares, it must enter into a new Grant Agreement (or an amendment to the original Grant Agreement, as defined by the Board of Directors or the Executive Board) containing the conditions applicable to the grant of Extraordinary Shares, including its Grant Date.

The grant of Extraordinary Shares may be made annually, at the discretion of the Board of Directors or the Executive Board, within the powers established in the Deferred Share Plan and in accordance with the procedure set forth in Clause 3.2 of the Deferred Share Plan, in the same

period in which an installment matures. As a condition of receiving an Extraordinary Share, the Beneficiary must expressly agree to:

(i) upon receiving the corresponding portion of the Mature Shares, undertake not to dispose of, lease, pledge, offer as security or otherwise transfer such Shares received, during the lock-up period ("Blocked Shares"); and

(ii) authorize the Lock-up for trading of the Blocked Shares on the books of the depository institution of the Company's book-entry shares during the Lock-up.

Vesting of the Extraordinary Share will be conditioned to the cumulative lapse of: (i) the Lock-up Period of the Blocked Shares; (ii) the period of one (1) year from the grant of the Extraordinary Share; and (iii) other conditions that the Board of Directors and/or the Executive Board may determine.

Once the conditions for the Vesting of the Extraordinary Shares are met, the Beneficiary will acquire the right to (i) receive the Shares corresponding to the Extraordinary Shares that become Mature Shares; and (ii) have the Blocked Shares properly unblocked.

j. criteria and events that, upon their occurrence, will result in suspension, change or termination of the plan

Stock Option Plan approved in 2016:

The plan became effective on the date of its approval by the Company's General Meeting and will expire (i) upon the expiration of the term allowing the full exercise of the options granted under this Plan; (ii) by decision of the General Meeting or the Board of Directors of the Company; or (iii) the dissolution or liquidation of the Company, whichever occurs first.

Termination of the Plan by resolution of the General Meeting or of the Board of Directors of the Company shall not affect the effectiveness of the Options then in force previously granted (unless otherwise agreed in writing with the respective Participant), nor the effectiveness and validity of the restrictions on trading with the Options, the Shares and/or the preemptive right instituted under this Plan.

Deferred Share Plan approved in 2019:

The grant of Deferred Shares or Extraordinary Shares under the Deferred Share Plan will not prevent the Company from engaging in corporate reorganization transactions, such as transformation, merger, consolidation, spin-off, and merger of shares.

The Company's Board of Directors and the companies involved in such transactions may, at their discretion, determine, without prejudice to other measures they may decide in equity, to replace the Deferred Shares or Extraordinary Shares with similar rights of the Company's successor company, with appropriate adjustments to the quantity of Deferred Shares or Extraordinary Shares.

Unless otherwise defined by the Board of Directors, a change in the Company's ownership composition or its involvement in corporate reorganization operations, including as a result of changes in control or public offerings, will not impact the normal Vesting periods and the other terms and conditions of the grants of Deferred Shares or Extraordinary Shares under the Deferred Share Plan.

k. effects of a manager's exit from the issuer's bodies on his rights provided in the share-based compensation plan

Stock Option Plan approved in 2016:

In the event of Termination without just cause of the Participant, on the Participant's or the Company's initiative, the Participant will lose, as of right, regardless of prior notice or indemnity, all Options granted to him/her and not yet exercisable on the date of the Termination, the Participant may exercise the Options exercisable on the date of the Termination, exclusively within thirty (30) days of the announcement of the Termination, by delivering a written notice.

Should the Participant's Termination occur on the Company's initiative and be based on just cause, as defined in the Consolidated Labor Laws ("CLT"), the Participant will lose, as of right, regardless of prior notice or indemnity, all Options granted to him/her, whether or not exercisable, on the date of the Termination.

The Options granted under this Plan will again be available for granting to other Participants under this Plan in the event of the Participant's resignation from the Company.

For the purposes of the Plan, "Termination" means any act or fact, justified or not, that terminates the Participant's legal relationship with the Company, including, but not limited to, the cases of removal, replacement or non-reelection as administrator and termination of employment contract, for any reason.

The concept of Termination does not include the hypotheses of:

(a) change in the legal relationship between the Participant and the Company, provided that, after said change, the Participant is still considered eligible for the Plan, as defined in item 3 of the Plans mentioned herein, and it is up to the Board of Directors, if deemed necessary, to manifest with respect to maintaining, or not, the quality of the Participant after said change;

(b) retirement.

Deferred Share Plan approved in 2019:

In case of Termination without cause by the Beneficiary, on the Beneficiary's initiative, the Beneficiary will lose, as of right, regardless of prior notice or indemnity, all the shares that have been granted to him/her and that have not been transferred to him/her on the Termination date.

In case of Termination without just cause of the Beneficiary, by the Company, the Beneficiary will be entitled to receive the shares granted proportionally to the time worked and only after the end of the vesting cycle.

Should the Beneficiary's Termination occur on the Company's initiative and be based on just cause, as defined in the Consolidated Labor Laws ("CLT"), the Participant will lose, as of right, regardless of prior notice or indemnity, all shares granted to him/her, whether or not exercisable, on the date of the Termination.

For the purposes of the Plan, "Termination" means any act or fact, justified or not, that terminates the Beneficiary's legal relationship with the Company, including, but not limited to, the cases of removal, replacement or non-reelection as administrator and termination of employment contract, for any reason.

8.5. Regarding the share-based remuneration recognized in the income of the last 3 fiscal years and that estimated for the current fiscal year for the board of directors and the statutory executive office.

Stock Option Plan approved in 2016:

At the Extraordinary General Meeting ("EGM") held on June 26, 2017, the split of the common shares issued by the Company was approved by unanimous vote, in the proportion of two (2) shares for one (01) existing share, resulting in a 100% increase in the number of shares. Therefore, stock option granting before this date does not consider the stock split.

Share-based compensation - fiscal year ended 12/31/2023				
Body				
Total number of members	4	4	4	4
No. of compensated members	2	0	0	1
Granting of stock call options	1 st New Program Grant	2 nd New Program Grant	4 th New Program Grant	6 th New Program Grant
Date of award	07/27/2016	05/03/2017	12/15/2017	05/10/2018
Weighted average exercise price:				
[a] Outstanding options at the beginning of the fiscal year	8,74	20,22	28,86	27,66
[b] Options lost during the fiscal year	-	-	-	-
[c] Options exercised during the fiscal year	8,74	20,22	28,86	27,66
[d] Options expired during the fiscal year	-	-	-	-
Fair option value on the date of award	8,87	16,10	6,96	6,86
Potential dilution in case of exercise of all options granted	0,22%	0,06%	0,07%	0,05%

Share-based compensation - fiscal year ended 12/31/2022				
Body				
Total number of members	4	4	4	4
No. of compensated members	3	0	0	1
Granting of stock call options	1 st New Program Grant	2 nd New Program Grant	4 th New Program Grant	6 th New Program Grant
Date of award	07/27/2016	05/03/2017	12/15/2017	05/10/2018
Weighted average exercise price:				
[a] Outstanding options at the beginning of the fiscal year	8,74	20,22	28,86	27,66
[b] Options lost during the fiscal year	-	-	-	-
[c] Options exercised during the fiscal year	8,74	20,22	28,86	27,66
[d] Options expired during the fiscal year	-	-	-	-
Fair option value on the date of award	8,87	16,10	6,96	6,86
Potential dilution in case of exercise of all options granted	0,22%	0,06%	0,07%	0,05%

Share-based compensation - fiscal year ended 12/31/2021				
Body				
Total number of members	6	6	6	6
No. of compensated members	5	1	1	1
Granting of stock call options	1 st New Program Grant	2 nd New Program Grant	4 th New Program Grant	6 th New Program Grant
Date of award	07/27/2016	05/03/2017	12/15/2017	05/10/2018
Weighted average exercise price:				
[a] Outstanding options at the beginning of the fiscal year	8,74	20,22	28,86	27,66
[b] Options lost during the fiscal year	-	-	-	-
[c] Options exercised during the fiscal year	8,74	20,22	28,86	27,66
[d] Options expired during the fiscal year	-	-	-	-
Fair option value on the date of award	8,87	16,10	6,96	6,86
Potential dilution in case of exercise of all options granted	0,22%	0,06%	0,07%	0,05%

Share-based compensation set forth for the current fiscal year (2024)				
Body				
Total number of members	5	5	5	5
No. of compensated members	3	0	0	1
Granting of stock call options	1 st New Program Grant	2 nd New Program Grant	4 th New Program Grant	6 th New Program Grant
Date of award	07/27/2016	05/03/2017	12/15/2017	05/10/2018
Weighted average exercise price:				
[a] Outstanding options at the beginning of the fiscal year	8,74	20,22	28,86	27,66
[b] Options lost during the fiscal year	-	-	-	-
[c] Options exercised during the fiscal year	8,74	20,22	28,86	27,66
[d] Options expired during the fiscal year	-	-	-	-

Fair option value on the date of award	8,87	16,10	6,96	6,86
Potential dilution in case of exercise of all options granted	0,22%	0,06%	0,07%	0,05%

Deferred Share Plan approved in 2019:

At an Extraordinary General Meeting held on December 5, 2019, Fleury Group's new deferred share plan was approved, and at a Board of Directors meeting held on November 26, 2020, the "Deferred Share Program" was approved, which may be exercised by its beneficiaries in accordance with the terms and conditions of the grant.

Share-based compensation - fiscal year ended 12/31/2023							
Body	Statutory Executive Office						
Total number of members	4	4	4	4	4	4	4
No. of compensated members	2	2	3	3	3	3	4
Granting of stock call options	1 st Grant – Deferred Shares	1 st Grant – Extraordinary Shares	2 nd Grant – Deferred Shares	2 nd Grant – Extraordinary Shares	3 rd Grant – Deferred Shares	3 rd Grant – Extraordinary Shares	4 th Grant – Deferred Shares
Date of award	11/26/2020	03/01/2021	08/30/2021	02/01/2022	08/01/2022	02/01/2023	08/10/2023
Weighted average exercise price:							
[a] Outstanding options at the beginning of the fiscal year	26.91	27.31	25.37	19.46	15.32	16.88	15.42
[b] Options lost during the fiscal year	-	-	-	-	-	-	-
[c] Options exercised during the fiscal year	-	-	-	-	-	-	-
[d] Options expired during the fiscal year	-	-	-	-	-	-	-
Fair option value on the date of award	26.91	27.31	25.37	19.46	15.32	16.88	15.42
Potential dilution in case of exercise of all options granted	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%

Share-based compensation set forth for the current fiscal year (2022)					
Body	Statutory Executive Office	Statutory Executive Office	Statutory Executive Office	Statutory Executive Office	Statutory Executive Office
Total number of members	4	4	4	4	4
No. of compensated members	3	3	4	4	4
Granting of stock call options	1 st Grant - Deferred Shares	1 st Grant - Extraordinary Shares	2 nd Grant - Deferred Shares	2 nd Grant - Extraordinary Shares	3 rd Grant - Deferred Shares
Date of award	11/26/2020	03/01/2021	08/30/2021	02/01/2022	08/01/2022
Weighted average strike price:					
(a) Outstanding options at the beginning of the fiscal year	26.91	27.31	25.37	19.46	15.32
(b) Options lost during the fiscal year	-	-	-	-	-
(c) Options exercised during the fiscal year	-	-	-	-	-
(d) Options expired during the fiscal year	-	-	-	-	-
Fair option value on the date of award	26.91	27.31	25.37	19.46	15.32
Potential dilution in case of exercise of all shares granted	0.00%	0.00%	0.00%	0.00%	0.00%

Share-based compensation - fiscal year ended 12/31/2021			
Body	Statutory Executive Office	Statutory Executive Office	Statutory Executive Office
Total number of members	6	6	6
No. of compensated members	6	5	6
Granting of stock call options	1 st Grant - Deferred Shares	1 st Grant - Extraordinary Shares	2 nd Grant - Deferred Shares
Date of award	11/26/2020	03/01/2021	08/30/2021

Weighted average exercise price:			
(a) Outstanding options at the beginning of the fiscal year	26.91	27.31	25.37
(b) Options lost during the fiscal year	-	-	-
(c) Options exercised during the fiscal year	-	-	-
(d) Options expired during the fiscal year	-	-	-
Fair option value on the date of award	26.91	27.31	25.37
Potential dilution in case of exercise of all shares granted	0.00%	0.00%	0.00%

Share-based compensation set forth for the current fiscal year (2024)									
Body	Statutory Executive Office	Statutory Executive Office	Statutory Executive Office	Statutory Executive Office	Statutory Executive Office	Statutory Executive Office	Statutory Executive Office	Statutory Executive Office	Statutory Executive Office
Total number of members	5	5	5	5	5	5	5	5	5
No. of compensated members	3	3	4	4	4	4	5	5	5
Granting of stock call options	1 st Grant - Deferred Shares	1 st Grant - Extraordinary Shares	2 nd Grant - Deferred Shares	2 nd Grant - Extraordinary Shares	3 rd Grant - Deferred Shares	3 rd Grant - Deferred Shares	4 th Grant - Extraordinary Shares	4 th Grant - Deferred Shares	5 th Grant - Extraordinary Shares
Date of award	11/26/2020	03/01/2021	08/30/2021	02/01/2022	08/01/2022	02/01/2023	08/10/2023	02/01/2024	08/01/2024
Weighted average strike price:									
(a) Outstanding options at the beginning of the fiscal year	26.91	27.31	25.37	19.46	15.32	16.88	15.42	16.42	16.77
(b) Options lost during the fiscal year	-	-	-	-	-	-	-	-	-
(c) Options exercised during the fiscal year	-	-	-	-	-	-	-	-	-
(d) Options expired during the fiscal year	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Fair option value on the date of award	26.91	27.31	25.37	19.46	15.32	16.88	15.42	16.42	16.77
Potential dilution in case of exercise of all shares granted	0.00%	0.00%	0.00%	0.00%	0.00%	0.00%	0.00%	0.00%	0.00%

8.6. Regarding each stock option grant made in the last 3 fiscal years and planned for the current fiscal year, from the board of directors and statutory executive office.

Stock Option Plan approved in 2016:

At the Extraordinary General Meeting ("EGM") held on June 26, 2017, the split of the common shares issued by the Company was approved by unanimous vote, in the proportion of two (2) shares for one (01) existing share, resulting in a 100% increase in the number of shares. Therefore, stock option granting before this date does not consider the stock split.

Share-based compensation - fiscal year ended 12/31/2023				
Body				
Total number of members	4	4	4	4
No. of compensated members	2	0	0	1
Granting of stock call options	1 st New Program Grant	2 nd New Program Grant	4 th New Program Grant	6 th New Program Grant
Date of award	07/27/2016	05/03/2017	12/15/2017	05/10/2018
Quantity of options awarded	205,882	-	-	168,000
Term for the options to become exercisable	up to 12.5% after 2 years, up to 37.5% after 3 years, up to 62.5% after 4 years, up to 87.5% after 5 years, and 100% with 6 years.	up to 12.5% after 2 years, up to 37.5% after 3 years, up to 62.5% after 4 years, up to 87.5% after 5 years, and 100% with 6 years.	up to 12.5% after 2 years, up to 37.5% after 3 years, up to 62.5% after 4 years, up to 87.5% after 5 years, and 100% with 6 years.	up to 12.5% after 2 years, up to 37.5% after 3 years, up to 62.5% after 4 years, up to 87.5% after 5 years, and 100% with 6 years.
Maximum term for the exercise of the options	2 years after the exercise of each portion of the delivery	2 years after the exercise of each portion of the delivery	2 years after the exercise of each portion of the delivery	2 years after the exercise of each portion of the delivery
Lock-up period for transfer of shares	6 months	6 months	6 months	6 months
Fair option value on the date of award	8.87	16.10	6.96	6.86
Multiplication of the number of shares granted by the fair value of the options	1,825,144	-	-	1,152,480

Share-based compensation - fiscal year ended 12/31/2022				
Body				
Total number of members	4	4	4	4

No. of compensated members	3	0	0	1
Granting of stock call options	1 st New Program Grant	2 nd New Program Grant	4 th New Program Grant	6 th New Program Grant
Date of award	07/27/2016	05/03/2017	12/15/2017	05/10/2018
Quantity of options awarded	352,941	-	-	168,000
Term for the options to become exercisable	up to 12.5% after 2 years, up to 37.5% after 3 years, up to 62.5% after 4 years, up to 87.5% after 5 years, and 100% with 6 years.	up to 12.5% after 2 years, up to 37.5% after 3 years, up to 62.5% after 4 years, up to 87.5% after 5 years, and 100% with 6 years.	up to 12.5% after 2 years, up to 37.5% after 3 years, up to 62.5% after 4 years, up to 87.5% after 5 years, and 100% with 6 years.	up to 12.5% after 2 years, up to 37.5% after 3 years, up to 62.5% after 4 years, up to 87.5% after 5 years, and 100% with 6 years.
Maximum term for the exercise of the options	2 years after the exercise of each portion of the delivery	2 years after the exercise of each portion of the delivery	2 years after the exercise of each portion of the delivery	2 years after the exercise of each portion of the delivery
Lock-up period for transfer of shares	6 months	6 months	6 months	6 months
Fair option value on the date of award	8.87	16.10	6.96	6.86
Multiplication of the number of shares granted by the fair value of the options	3,128,822	-	-	1,152,480

Share-based compensation - fiscal year ended 12/31/2021				
Body				
Total number of members	6	6	6	6
No. of compensated members	5	1	1	1
Granting of stock call options	1 st New Program Grant	2 nd New Program Grant	4 th New Program Grant	6 th New Program Grant
Date of award	07/27/2016	05/03/2017	12/15/2017	05/10/2018
Quantity of options awarded	682,352	175,000	235,000	168,000
Term for the options to become exercisable	up to 12.5% after 2 years, up to 37.5% after 3 years, up to 62.5% after 4 years, up to 87.5% after 5 years, and 100% with 6 years.	up to 12.5% after 2 years, up to 37.5% after 3 years, up to 62.5% after 4 years, up to 87.5% after 5 years, and 100% with 6 years.	up to 12.5% after 2 years, up to 37.5% after 3 years, up to 62.5% after 4 years, up to 87.5% after 5 years, and 100% with 6 years.	up to 12.5% after 2 years, up to 37.5% after 3 years, up to 62.5% after 4 years, up to 87.5% after 5 years, and 100% with 6 years.
Maximum term for the exercise of the options	2 years after the exercise of each portion of the delivery	2 years after the exercise of each portion of the delivery	2 years after the exercise of each portion of the delivery	2 years after the exercise of each portion of the delivery
Lock-up period for transfer of shares	6 months	6 months	6 months	6 months
Fair option value on the date of award	8.87	16.10	6.96	6.86
Multiplication of the number of shares granted by the fair value of the options	6,049,050	2,817,500	1,635,600	1,152,480

Share-based compensation set forth for the current fiscal year (2024)				
Body				
Total number of members	5	5	5	5
No. of compensated members	3	0	0	1
Granting of stock call options	1 st New Program Grant	2 nd New Program Grant	4 th New Program Grant	6 th New Program Grant
Date of award	07/27/2016	05/03/2017	12/15/2017	05/10/2018
Quantity of options awarded	453,000	-	-	168,000
Term for the options to become exercisable	up to 12.5% after 2 years, up to 37.5% after 3 years, up to 62.5% after 4 years, up to 87.5% after 5 years, and 100% with 6 years.	up to 12.5% after 2 years, up to 37.5% after 3 years, up to 62.5% after 4 years, up to 87.5% after 5 years, and 100% with 6 years.	up to 12.5% after 2 years, up to 37.5% after 3 years, up to 62.5% after 4 years, up to 87.5% after 5 years, and 100% with 6 years.	up to 12.5% after 2 years, up to 37.5% after 3 years, up to 62.5% after 4 years, up to 87.5% after 5 years, and 100% with 6 years.
Maximum term for the exercise of the options	2 years after the exercise of each portion of the delivery	2 years after the exercise of each portion of the delivery	2 years after the exercise of each portion of the delivery	2 years after the exercise of each portion of the delivery
Lock-up period for transfer of shares	6 months	6 months	6 months	6 months
Fair option value on the date of award	8.87	16.10	6.96	6.86
Multiplication of the number of shares granted by the fair value of the options	4,015,845	-	-	1,152,480

Deferred Share Plan approved in 2019:

At an Extraordinary General Meeting held on December 5, 2019, Fleury Group's new deferred share plan was approved, and at a Board of Directors meeting held on November 26, 2020, the "Deferred Share Program" was approved, which may be exercised by its beneficiaries in accordance with the terms and conditions of the grant.

Share-based compensation - fiscal year ended 12/31/2023							
Body	Statutory Executive Office						
Total number of members	4	4	4	4	4	4	4
No. of compensated members	2	2	3	3	3	3	4
Granting of stock call options	1 st Grant - Deferred Shares	1 st Grant - Extraordinary Shares	2 nd Grant - Deferred Shares	2 nd Grant - Extraordinary Shares	3 rd Grant - Deferred Shares	3 rd Grant - Extraordinary Shares	4 th Grant - Deferred Shares
Date of award	11/26/2020	03/01/2021	08/30/2021	02/01/2022	08/01/2022	02/01/2023	08/01/2023
Quantity of options awarded	86,011	26,710	204,443	103,129	378,213	100,004	520,889
Term for the options to become exercisable	20% in Mar/2021; 20% in Mar/2022; 20% in Mar/2023; 40% in Mar/2024.	100% in Mar/2022	20% in Feb/2022; 20% in Feb/2023; 20% in Feb/2024; 40% in Feb/2025,	100% in Feb/2023	20% in Feb/2023; 20% in Feb/2024; 20% in Feb/2025; 40% in Feb/2026,	100% in Feb/2023	20% in Feb/2024; 20% in Feb/2025; 20% in Feb/2026; 40% in Feb/2027,
Maximum term for the exercise of the options	Not applicable	Not applicable	Not applicable	Not applicable	Not applicable	Not applicable	Not applicable
Lock-up period for transfer of shares	Not applicable	Not applicable	Not applicable	Not applicable	Not applicable	Not applicable	Not applicable
Fair option value on the date of award	26.91	27.31	25.37	19.46	15.32	16.88	15.44
Multiplication of the number of shares granted by the fair value of the options	2,314,470	729,515	5,186,265	2,007,085	5,792,836	1,687,645	8,043,742

Share-based compensation - fiscal year ended 12/31/2022					
Body	Statutory Executive Office	Statutory Executive Office	Statutory Executive Office	Statutory Executive Office	Statutory Executive Office
Total number of members	4	4	4	4	4
No. of compensated members	3	3	4	4	3
Granting of stock call options	1 st Grant - Deferred Shares	1 st Grant - Extraordinary Shares	2 nd Grant - Deferred Shares	2 nd Grant - Extraordinary Shares	3 rd Grant - Deferred Shares
Date of award	11/26/2020	03/01/2021	08/30/2021	02/01/2022	08/01/2022
Quantity of options awarded	124,926	34,493	244,828	119,283	378,213
Term for the options to become exercisable	20% in Mar/2021; 20% in Mar/2022; 20% in Mar/2023; 40% in Mar/2024.	100% in Mar/2022	20% in Feb/2022; 20% in Feb/2023; 20% in Feb/2024; 40% in Feb/2025,	100% in Feb/2023	20% in Feb/2023; 20% in Feb/2024; 20% in Feb/2025; 40% in Feb/2026,
Maximum term for the exercise of the options	Not applicable	Not applicable	Not applicable	Not applicable	Not applicable
Lock-up period for	Not applicable	Not applicable	Not applicable	Not applicable	Not applicable

transfer of shares					
Fair option value on the date of award	26.91	27.31	25.37	19.46	15.32
Multiplication of the number of shares granted by the fair value of the options	3,361,634	942,088	6,210,742	2,321,472	4,792,836

Share-based compensation - fiscal year ended 12/31/2021			
Body	Statutory Executive Office	Statutory Executive Office	Statutory Executive Office
Total number of members	6	6	6
No. of compensated members	6	5	6
Granting of stock call options	1 st Grant - Deferred Shares	1 st Grant - Extraordinary Shares	2 nd Grant - Deferred Shares
Date of award	11/26/2020	03/01/2021	08/30/2021
Quantity of options awarded	298,542	62,520	244,828
Term for the options to become exercisable	20% in Mar/2021; 20% in Mar/2022; 20% in Mar/2023; 40% in Mar/2024,	100% in Mar/2022	20% in Mar/2022; 20% in Mar/2023; 20% in Mar/2024; 40% in Mar/2025,
Maximum term for the exercise of the options	Not applicable	Not applicable	Not applicable
Lock-up period for transfer of shares	Not applicable	Not applicable	Not applicable
Fair option value on the date of award	26.91	27.31	25.37
Multiplication of the number of shares granted by the fair value of the options	8,033,467	1,707,569	6,210,742

Share-based compensation set forth for the current fiscal year (2024)									
Body	Statutory Executive Office	Statutory Executive Office	Statutory Executive Office	Statutory Executive Office	Statutory Executive Office	Statutory Executive Office	Statutory Executive Office	Statutory Executive Office	Statutory Executive Office
Total number of members	5	5	5	5	5	5	5	5	5
No. of compensated members	3	3	4	4	4	4	5	5	5
Granting of stock call options	1 st Grant - Deferred Shares	1 st Grant - Extraordinary Shares	2 nd Grant - Deferred Shares	2 nd Grant - Extraordinary Shares	3 rd Grant - Deferred Shares	3 rd Grant - Deferred Shares	4 th Grant - Extraordinary Shares	4 th Grant - Deferred Shares	5 th Grant - Extraordinary Shares
Date of award	11/26/2020	03/01/2021	08/30/2021	02/01/2022	08/01/2022	02/01/2023	08/10/2023	02/01/2024	08/01/2024
Quantity of options awarded	95,198	28,547	225,894	120,289	424,187	115,567	572,203	290,435	572,203
Term for the options to become exercisable	20% in Mar/2021; 20% in Mar/2022; 20% in Mar/2023; 40% in Mar/2024.	100% in Mar/2022	20% in Feb/2022; 20% in Feb/2023; 20% in Feb/2024; 40% in Feb/2025.	100% in Feb/2022	20% in Feb/2022; 20% in Feb/2023; 20% in Feb/2024; 40% in Feb/2025.	100% in Feb/2022	20% in Feb/2024; 20% in Feb/2025; 20% in Feb/2026; 40% in Feb/2027.	100% in Feb/2025	20% in Feb/2025; 20% in Feb/2026; 20% in Feb/2027; 40% in Feb/2028.
Maximum term for the exercise of the options	Not applicable	Not applicable	Not applicable	Not applicable	Not applicable	Not applicable	Not applicable	Not applicable	Not applicable
Lock-up period for transfer of shares	Not applicable	Not applicable	Not applicable	Not applicable	Not applicable	Not applicable	Not applicable	Not applicable	Not applicable
Fair option value on the date of award	26.91	27.31	25.37	19.46	15.32	16.88	15.44	16.42	16.77
Multiplication of the number of shares granted by the fair value of the options	2,561,683	779,688	5,730,429	2,341,051	6,496,989	1,950,283	8,836,149	4,768,943	9,596,734

8.7. In relation to outstanding options held by the board of directors and the statutory executive office at the end of the last fiscal year.

The members of the Board of Directors do not receive share-based compensation. Below is the information related to the statutory board.

The outstanding share option grants presented in the table below take into account the Company's common share split approved at the EGM held on June 26, 2017, in the proportion of two (2) shares for one (01) existing share.

Outstanding options at the end of the fiscal year ended 12/31/2023				
	1 st New Program Grant	2 nd New Program Grant	4 th New Program Grant	6 th New Program Grant
No. of members	4	4	4	4
No. of compensated members	3	0	0	1
Options not yet exercisable				
Number	-	-	-	21,000
Vesting date	Up to 12.5% after 2	Up to 12.5% after 2	Up to 12.5% after 2	Up to 12.5% after 2

	years, up to 37.5% after 3 years; up to 62.5% after 4 years, up to 87.5% after 5 years and 100% at 6 years.	years, up to 37.5% after 3 years; up to 62.5% after 4 years, up to 87.5% after 5 years and 100% at 6 years.	years, up to 37.5% after 3 years; up to 62.5% after 4 years, up to 87.5% after 5 years and 100% at 6 years.	years, up to 37.5% after 3 years; up to 62.5% after 4 years, up to 87.5% after 5 years and 100% at 6 years.
Maximum term for the exercise of the options	2 years after the exercise of each portion of the delivery	2 years after the exercise of each portion of the delivery	2 years after the exercise of each portion of the delivery	2 years after the exercise of each portion of the delivery
Lock-up period for transfer of shares	6 months	6 months	6 months	6 months
Weighted average exercise price	8.74	20.22	28.86	27.66
Fair value of the options on the last day of the fiscal year	8.87	16.10	6.96	6.86
Exercisable options				
Number	-	-	-	126,000
Maximum term for the exercise of the options	2023	2024	2024	2025
Lock-up period for transfer of shares	6 months	6 months	6 months	7 months
Weighted average exercise price	8.74	20.22	28.86	27.66
Fair value of the options on the last day of the fiscal year	4.43	16.10	6.96	6.86
Fair value of total options on the last day of the fiscal year	-	-	-	864,360.00

8.8. In relation to the options exercised and shares delivered with regard to the share-based compensation of the board of directors and of the statutory executive office in the last 3 financial years:

The members of the Board of Directors do not receive share-based compensation. Below is the information related to the statutory board.

Outstanding options at the end of the fiscal year ended 12/31/2023					
	1 st New Program Grant	2 nd New Program Grant	3 rd New Program Grant	4 th New Program Grant	6 th New Program Grant
No. of members	4	4	4	4	4
No. of compensated members	3	0	0	0	1
Exercisable options					
Number of shares	-	-	-	-	-
Weighted average exercise price	-	-	-	-	-
Difference between the financial year value and the market value for the shares related to the options exercised	-	-	-	-	-
Shares delivered					
Number of shares	-	-	-	-	-
Weighted average exercise price	-	-	-	-	-
Weighted average market price	-	-	-	-	-
Multiplication of the total options exercised by the difference between the weighted average price of exercise and the weighted average market price of the shares related to the options exercised	-	-	-	-	-

Outstanding options at the end of the fiscal year ended 12/31/2022					
	1 st New Program Grant	2 nd New Program Grant	3 rd New Program Grant	4 th New Program Grant	6 th New Program Grant
No. of members	4	4	4	4	4
No. of compensated members	3	0	0	0	1
Exercisable options					
Number of shares	88,230	-	-	-	-
Weighted average exercise price	8.74	-	-	-	-
Difference between the financial year value and the market value for the shares related to the options exercised	6.89	-	-	-	-
Shares delivered					
Number of shares	88,230	-	-	-	-
Weighted average exercise price	8.74	-	-	-	-
Weighted average market price	15.63	-	-	-	-
Multiplication of the total options exercised by the difference between the weighted average price of exercise and the weighted average market price of the shares related to the options exercised	607,904.70	-	-	-	-

Outstanding options at the end of the fiscal year ended 12/31/2021					
	1 st New Program Grant	2 nd New Program Grant	3 rd New Program Grant	4 th New Program Grant	6 th New Program Grant
No. of members	8	2	1	1	1
No. of compensated members	7	2	1	1	1
Exercisable options					
Number of shares	341,178	-	-	-	-
Weighted average exercise price	8.74	-	-	-	-
Difference between the financial year value and the market value for the shares related to the options exercised	15.16	-	-	-	-
Shares delivered					
Number of shares	341,178	-	-	-	-
Weighted average exercise price	8.74	-	-	-	-
Weighted average market price	23.90	-	-	-	-
Multiplication of the total options exercised	5,172,253.48	-	-	-	-

by the difference between the weighted average strike price and the weighted average market price of the shares related to the options exercised					
--	--	--	--	--	--

8.9. Regarding the share-based compensation, in the form of shares to be delivered directly to the beneficiaries, recognized in the result of the last three fiscal years and that foreseen for the current fiscal year, of the board of directors and statutory executive officers.

Stock Option Plan approved in 2016:

At the Extraordinary General Meeting ("EGM") held on June 26, 2017, the split of the common shares issued by the Company was approved by unanimous vote, in the proportion of two (2) shares for one (01) existing share, resulting in a 100% increase in the number of shares. Therefore, stock option granting before this date does not consider the stock split.

Share-based compensation - fiscal year ended 12/31/2023				
Body				
Total number of members	4	4	4	4
No. of compensated members	2	0	0	1
Granting of stock call options	1 st New Program Grant	2 nd New Program Grant	4 th New Program Grant	6 th New Program Grant
Date of award	07/27/2016	05/03/2017	12/15/2017	05/10/2018
Potential dilution in case of exercise of all options granted	0.22%	0.06%	0.07%	0.05%

Share-based compensation - fiscal year ended 12/31/2022				
Body				
Total number of members	6	6	6	6
No. of compensated members	5	1	1	1
Granting of stock call options	1 st New Program Grant	2 nd New Program Grant	4 th New Program Grant	6 th New Program Grant
Date of award	07/27/2016	05/03/2017	12/15/2017	05/10/2018
Potential dilution in case of exercise of all options granted	0.22%	0.06%	0.07%	0.05%

Share-based compensation set forth for the current fiscal year (2024)				
Body				
Total number of members	5	5	5	5
No. of compensated members	3	0	0	1
Granting of stock call options	1 st New Program Grant	2 nd New Program Grant	4 th New Program Grant	6 th New Program Grant
Date of award	07/27/2016	05/03/2017	12/15/2017	05/10/2018
Potential dilution in case of exercise of all options granted	0.22%	0.06%	0.07%	0.05%

Deferred Share Plan approved in 2019:

At an Extraordinary General Meeting held on December 5, 2019, Fleury Group's new deferred share plan was approved, and at a Board of Directors meeting held on November 26, 2020, the "Deferred Share Program" was approved, which may be exercised by its beneficiaries in accordance with the terms and conditions of the grant.

Share-based compensation - fiscal year ended 12/31/2023							
Body	Statutory Executive Office						
Total number of members	4	4	4	4	4	4	4
No. of compensated	2	2	3	3	3	3	4

members							
Granting of stock call options	1 st Grant – Deferred Shares	1 st Grant – Extraordinary Shares	2 nd Grant – Deferred Shares	2 nd Grant – Extraordinary Shares	3 rd Grant – Deferred Shares	3 rd Grant – Extraordinary Shares	4 th Grant – Deferred Shares
Date of award	11/26/2020	03/01/2021	08/30/2021	02/01/2022	08/01/2022	02/01/2023	08/01/2023
Potential dilution in case of exercise of all options granted	0.00%	0.00%	0.00%	0.00%	0.00%	0.00%	0.00%

Share-based compensation set forth for the current fiscal year (2022)					
Body	Statutory Executive Office				
Total number of members	4	4	4	4	4
No. of compensated members	3	3	4	4	3
Granting of stock call options	1 st Grant – Deferred Shares	1 st Grant – Extraordinary Shares	2 nd Grant – Deferred Shares	2 nd Grant – Extraordinary Shares	3 rd Grant – Deferred Shares
Date of award	11/26/2020	03/01/2021	08/30/2021	02/01/2022	08/01/2022
Potential dilution in case of exercise of all options granted	0.00%	0.00%	0.00%	0.00%	0.00%

Share-based compensation - fiscal year ended 12/31/2021			
Body	Statutory Executive Office	Statutory Executive Office	Statutory Executive Office
Total number of members	6	6	6
No. of compensated members	6	5	6
Granting of stock call options	1 st Grant – Deferred Shares	1 st Grant – Extraordinary Shares	2 nd Grant – Deferred Shares
Date of award	11/26/2020	03/01/2021	08/30/2021
Potential dilution in case of exercise of all options granted	0.00%	0.00%	0.00%

Share-based compensation set forth for the current fiscal year (2024)									
Body	Statutory Executive Office								
Total number of members	5	5	5	5	5	5	5	5	5
No. of compensated members	3	3	4	4	4	4	5	5	5
Granting of stock call options	1 st Grant – Deferred Shares	1 st Grant – Extraordinary Shares	2 nd Grant – Deferred Shares	2 nd Grant – Extraordinary Shares	3 rd Grant – Deferred Shares	3 rd Grant – Extraordinary Shares	4 th Grant – Deferred Shares	4 th Grant – Extraordinary Shares	5 th Grant – Deferred Shares
Date of award	11/26/2020	03/01/2021	08/30/2021	02/01/2022	08/01/2022	02/01/2023	08/01/2023	02/01/2024	08/01/2024
Potential dilution in case of exercise of all options granted	0.00%	0.00%	0.00%	0.00%	0.00%	0.00%	0.00%	0.00%	0.00%

8.10. Regarding each share grant made in the last 3 fiscal years and planned for the current fiscal year, the board of directors and statutory executive officers.

Stock Option Plan approved in 2016:

At the Extraordinary General Meeting ("EGM") held on June 26, 2017, the split of the common shares issued by the Company was approved by unanimous vote, in the proportion of two (2)

shares for one (01) existing share, resulting in a 100% increase in the number of shares. Therefore, stock option granting before this date does not consider the stock split.

Share-based compensation - fiscal year ended 12/31/2023				
Body				
Total number of members	4	4	4	4
No. of compensated members	2	0	0	1
Granting of stock call options	1 st New Program Grant	2 nd New Program Grant	4 th New Program Grant	6 th New Program Grant
Date of award	07/27/2016	05/03/2017	12/15/2017	05/10/2013
Quantity of options awarded	205,882	-	-	168,000
Term for the options to become exercisable	up to 12.5% after 2 years, up to 37.5% after 3 years; up to 62.5% at post 4 years, up to 87.5% after 5 years and 100% at 6 years.	up to 12.5% after 2 years, up to 37.5% after 3 years; up to 62.5% at 4 years, up to 87.5% after 5 years and 100% at 6 years.	up to 12.5% after 2 years, up to 37.5% after 3 years; up to 62.5% at post 4 years, up to 87.5% after 5 years and 100% at 6 years.	up to 12.5% after 2 years, up to 37.5% after 3 years; up to 62.5% at post 4 years, up to 87.5% after 5 years and 100% at 6 years.
Maximum term for the exercise of the options	2 years after the exercise of each portion of the delivery	2 years after the exercise of each portion of the delivery	2 years after the exercise of each portion of the delivery	2 years after the exercise of each portion of the delivery
Lock-up period for transfer of shares	6 months	6 months	6 months	6 months
Fair option value on the date of award	8.87	16.10	6.96	6.36
Multiplication of the number of shares granted by the fair value of the options	1,825,144	-	-	1,152,480

Share-based compensation - fiscal year ended 12/31/2022				
Body				
Total number of members	4	4	4	4
No. of compensated members	3	0	0	1
Granting of stock call options	1 st New Program Grant	2 nd New Program Grant	4 th New Program Grant	6 th New Program Grant
Date of award	07/27/2016	05/03/2017	12/15/2017	05/10/2013
Quantity of options awarded	352,941	-	-	168,000
Term for the options to become exercisable	up to 12.5% after 2 years, up to 37.5% after 3 years; up to 62.5% at post 4 years, up to 87.5% after 5 years and 100% at 6 years.	up to 12.5% after 2 years, up to 37.5% after 3 years; up to 62.5% at 4 years, up to 87.5% after 5 years and 100% at 6 years.	up to 12.5% after 2 years, up to 37.5% after 3 years; up to 62.5% at post 4 years, up to 87.5% after 5 years and 100% at 6 years.	up to 12.5% after 2 years, up to 37.5% after 3 years; up to 62.5% at post 4 years, up to 87.5% after 5 years and 100% at 6 years.
Maximum term for the exercise of the options	2 years after the exercise of each portion of the delivery	2 years after the exercise of each portion of the delivery	2 years after the exercise of each portion of the delivery	2 years after the exercise of each portion of the delivery
Lock-up period for transfer of shares	6 months	6 months	6 months	6 months
Fair option value on the date of award	8.87	16.10	6.96	6.36
Multiplication of the number of shares granted by the fair value of the options	3,128,822	-	-	1,152,480

Share-based compensation - fiscal year ended 12/31/2021				
Body				
Total number of members	6	6	6	6

No. of compensated members	5	1	1	1
Granting of stock call options	1 st New Program Grant	2 nd New Program Grant	4 th New Program Grant	6 th New Program Grant
Date of award	07/27/2016	05/03/2017	12/15/2017	05/10/2013
Quantity of options awarded	682,352	175,000	235,000	168,000
Term for the options to become exercisable	up to 12.5% after 2 years, up to 37.5% after 3 years; up to 62.5% at post 4 years, up to 87.5% after 5 years and 100% at 6 years.	up to 12.5% after 2 years, up to 37.5% after 3 years; up to 62.5% at 4 years, up to 87.5% after 5 years and 100% at 6 years.	up to 12.5% after 2 years, up to 37.5% after 3 years; up to 62.5% at post 4 years, up to 87.5% after 5 years and 100% at 6 years.	up to 12.5% after 2 years, up to 37.5% after 3 years; up to 62.5% at post 4 years, up to 87.5% after 5 years and 100% at 6 years.
Maximum term for the exercise of the options	2 years after the exercise of each portion of the delivery	2 years after the exercise of each portion of the delivery	2 years after the exercise of each portion of the delivery	2 years after the exercise of each portion of the delivery
Lock-up period for transfer of shares	6 months	6 months	6 months	6 months
Fair option value on the date of award	8.87	16.10	6.96	6.36
Multiplication of the number of shares granted by the fair value of the options	6,049,050	2,817,500	1,635,600	1,152,480

Share-based compensation set forth for the current fiscal year (2024)				
Body				
Total number of members	5	5	5	5
No. of compensated members	3	0	0	1
Granting of stock call options	1 st New Program Grant	2 nd New Program Grant	4 th New Program Grant	6 th New Program Grant
Date of award	07/27/2016	05/03/2017	12/15/2017	05/10/2013
Quantity of options awarded	453,000	-	-	168,000
Term for the options to become exercisable	up to 12.5% after 2 years, up to 37.5% after 3 years; up to 62.5% at post 4 years, up to 87.5% after 5 years and 100% at 6 years.	up to 12.5% after 2 years, up to 37.5% after 3 years; up to 62.5% at 4 years, up to 87.5% after 5 years and 100% at 6 years.	up to 12.5% after 2 years, up to 37.5% after 3 years; up to 62.5% at post 4 years, up to 87.5% after 5 years and 100% at 6 years.	up to 12.5% after 2 years, up to 37.5% after 3 years; up to 62.5% at post 4 years, up to 87.5% after 5 years and 100% at 6 years.
Maximum term for the exercise of the options	2 years after the exercise of each portion of the delivery	2 years after the exercise of each portion of the delivery	2 years after the exercise of each portion of the delivery	2 years after the exercise of each portion of the delivery
Lock-up period for transfer of shares	6 months	6 months	6 months	6 months
Fair option value on the date of award	8.87	16.10	6.96	6.36
Multiplication of the number of shares granted by the fair value of the options	4,015,845	-	-	1,152,480

Deferred Share Plan approved in 2019:

At an Extraordinary General Meeting held on December 5, 2019, Fleury Group's new deferred share plan was approved, and at a Board of Directors meeting held on November 26, 2020, the "Deferred Share Program" was approved, which may be exercised by its beneficiaries in accordance with the terms and conditions of the grant.

Share-based compensation - fiscal year ended 12/31/2023							
Body	Statutory Executive Office						
Total number of members	4	4	4	4	4	4	4
No. of	2	2	3	3	3	3	4

compensated members							
Granting of stock call options	1 st Grant - Deferred Shares	1 st Grant - Shares	2 nd Grant - Deferred Shares	2 nd Grant - Extraordinary Shares	3 rd Grant - Deferred Shares	3 rd Grant - Extraordinary Shares	4 th Grant - Deferred Shares
Date of award	11/26/2020	03/01/2021	08/30/2021	02/01/2022	08/01/2022	02/01/2023	08/01/2023
Quantity of options awarded	86,011	26,710	204,443	103,129	378,213	103,034	520,889
Term for the options to become exercisable	20% in Mar/2021; 20% in Mar/2022; 20% in Mar/2023; 40% in Mar/2024,	100% in Mar/2022	20% in Feb/2022; 20% in Feb/2023; 20% in Feb/2024; 40% in Feb/2025,	100% in Feb/2023	20% in Feb/2023; 20% in Feb/2024; 20% in Feb/2025; 40% in Feb/2026,	100% in Feb/2023	100% in Feb/2023
Maximum term for the exercise of the options	Not applicable	Not applicable	Not applicable	Not applicable	Not applicable	Not applicable	Not applicable
Lock-up period for transfer of shares	Not applicable	Not applicable	Not applicable	Not applicable	Not applicable	Not applicable	Not applicable
Fair option value on the date of award	26.91	27.31	25.37	19.46	15.32	16.88	15.42
Multiplication of the number of shares granted by the fair value of the options	2,314,470	729,515	5,186,265	2,007,085	5,792,836	1,687,645	8,033,092

Share-based compensation set forth for the current fiscal year (2022)					
Body	Statutory Executive Office	Statutory Executive Office	Statutory Executive Office	Statutory Executive Office	Statutory Executive Office
Total number of members	4	4	4	4	4
No. of compensated members	3	3	4	4	3
Granting of stock call options	1 st Grant – Deferred Shares	1 st Grant – Extraordinary Shares	2 nd Grant – Deferred Shares	2 nd Grant - Extraordinary Shares	3 rd Grant – Deferred Shares
Date of award	11/26/2020	03/01/2021	08/30/2021	02/01/2022	03/01/2022
Quantity of options awarded	124,926	34,493	244,828	119,283	378,213
Term for the options to become exercisable	20% in Mar/2021; 20% in Mar/2022; 20% in Mar/2023; 40% in Mar/2024,	100% in Mar/2022	20% in Feb/2022; 20% in Feb/2023; 20% in Feb/2024; 40% in Feb/2025,	100% in Feb/2023	20% in Feb/2023; 20% in Feb/2024; 20% in Feb/2025; 40% in Feb/2026,
Maximum term for the exercise of the options	Not applicable	Not applicable	Not applicable	Not applicable	Not applicable
Lock-up period for transfer of shares	Not applicable	Not applicable	Not applicable	Not applicable	Not applicable
Fair option value on the date of award	26.91	27.31	25.37	19.46	15.32
Multiplication of the number of shares granted by the fair value of the options	3,361,634	942,088	6,210,742	2,321,472	5,792,836

Share-based compensation - fiscal year ended 12/31/2021			
Body	Statutory Executive Office	Statutory Executive Office	Statutory Executive Office
Total number of members	6	6	6
No. of compensated members	6	5	6
Granting of stock call options	1 st Grant - Deferred Shares	1 st Grant - Extraordinary Shares	2 nd Grant - Deferred Shares
Date of award	11/26/2020	03/01/2021	08/30/2021
Quantity of options awarded	298,542	62,520	244,828

Term for the options to become exercisable	20% in Mar/2021; 20% in Mar/2022; 20% in Mar/2023; 40% in Mar/2024,	100% in Mar/2022	20% in Mar/2022; 20% in Mar/2023; 20% in Mar/2024; 40% in Mar/2025;
Maximum term for the exercise of the options	Not applicable	Not applicable	Not applicable
Lock-up period for transfer of shares	Not applicable	Not applicable	Not applicable
Fair option value on the date of award	26.91	27.31	25.37
Multiplication of the number of shares awarded by the fair value of the options on the date of award	8,033,467	1,707,569	6,210,742

Share-based compensation set forth for the current fiscal year (2024)									
Body	Statutory Executive Office								
Total number of members	5	5	5	5	5	5	5	5	5
No. of compensated members	3	3	4	4	4	4	5	5	5
Granting of stock call options	1 st Grant - Deferred Shares	1 st Grant - Extraordinary Shares	2 nd Grant - Deferred Shares	2 nd Grant - Extraordinary Shares	3 rd Grant - Deferred Shares	3 rd Grant - Extraordinary Shares	4 th Grant - Deferred Shares	4 th Grant - Extraordinary Shares	5 th Grant - Deferred Shares
Date of award	11/26/2020	03/01/2021	08/30/2021	02/01/2022	08/01/2022	02/01/2023	08/01/2023	02/01/2024	08/01/2024
Quantity of options awarded	95,198	28,547	225,894	120,289	424,187	115,567	572,203	290,435	572,203
Term for the options to become exercisable	20% in Mar/2021; 20% in Mar/2022; 20% in Mar/2023; 40% in Mar/2024,	100% in Mar/2022	20% in Feb/2022; 20% in Feb/2023; 20% in Feb/2024; 40% in Feb/2025,	100% in Feb/2023	20% in Feb/2023; 20% in Feb/2024; 20% in Feb/2025; 40% in Feb/2026,	100% in Feb/2023	20% in Feb/2024; 20% in Feb/2025; 20% in Feb/2026; 40% in Feb/2027,	100% in Feb/2025;	20% in Feb/2025; 20% in Feb/2026; 20% in Feb/2027; 40% in Feb/2028;
Maximum term for the exercise of the options	Not applicable	Not applicable	Not applicable	Not applicable	Not applicable	Not applicable	Not applicable	Not applicable	Not applicable
Lock-up period for transfer of shares	Not applicable	Not applicable	Not applicable	Not applicable	Not applicable	Not applicable	Not applicable	Not applicable	Not applicable
Fair option value on the date of award	26.91	27.31	25.37	19.46	15.32	16.88	15.42	16.42	16.77
Multiplication of the number of shares awarded by the fair value of the options on the date of award	2,561,683	779,688	5,730,429	2,341,051	6,496,989	1,950,283	8,824,451	4,768,943	9,596,734

8.11. In relation to the options exercised and shares delivered with regard to the share-based compensation of the board of directors and of the statutory executive office in the last 3 financial years:

The members of the Board of Directors do not receive share-based compensation. Below is the information related to the statutory board.

Options Exercised - fiscal year ended on 12/31/2023					
	1 st New Program Grant	2 nd New Program Grant	3 rd New Program Grant	4 th New Program Grant	6 th New Program Grant
No. of members	4	4	4	4	4
No. of compensated members	3	0	0	0	1
Options exercised					
Number of shares	-	-	-	-	-
Weighted average exercise price	-	-	-	-	-
Difference between the strike value and the market value of the shares acquired	-	-	-	-	-
Shares Delivered					
Number of shares	-	-	-	-	-
Weighted average exercise price	-	-	-	-	-
Weighted average market price	-	-	-	-	-
Difference between the acquisition value and the market value of the shares acquired	-	-	-	-	-
Multiplication of the total options exercised by the difference between the weighted average strike price and the weighted average market price of the shares related to the options exercised	-	-	-	-	-

Options Exercised - fiscal year ended on 12/31/2022					
	1 st New Program Grant	2 nd New Program Grant	3 rd New Program Grant	4 th New Program Grant	6 th New Program Grant
No. of members	4	4	4	4	4
No. of compensated members	3	0	0	0	1
Options exercised					
Number of shares	88,230	-	-	-	-
Weighted average exercise price	8.74	-	-	-	-

Difference between the strike value and the market value of the shares acquired	6.89	-	-	-	-
Shares Delivered					
Number of shares	88,280	-	-	-	-
Weighted average exercise price	8.74	-	-	-	-
Weighted average market price	15.63	-	-	-	-
Difference between the acquisition value and the market value of the shares acquired	6.89	-	-	-	-
Multiplication of the total options exercised by the difference between the weighted average strike price and the weighted average market price of the shares related to the options exercised	607,904.70	-	-	-	-

Options Exercised - fiscal year ended on 12/31/2021					
	1 st New Program Grant	2 nd New Program Grant	3 rd New Program Grant	4 th New Program Grant	6 th New Program Grant
No. of members	8	2	1	1	1
No. of compensated members	7	2	1	1	1
Options exercised					
Number of shares	341,178	-	-	-	-
Weighted average exercise price	8.74	-	-	-	-
Difference between the strike value and the market value of the shares acquired	15.16	-	-	-	-
Shares Delivered					
Number of shares	341,178	-	-	-	-
Weighted average exercise price	8.74	-	-	-	-
Difference between the acquisition value and the market value of the shares acquired	15.16	-	-	-	-
Multiplication of the total options exercised by the difference between the weighted average strike price and the weighted average market price of the shares related to the options exercised	5,172,258.48	-	-	-	-

8.12. Summary description of the information necessary to understand the data disclosed in items 8.5 to 8.11, such as an explanation of the method for pricing the value of shares and options:

a. the pricing model

The pricing model is based on the Expected Growth model ("Expected Growth"), in which the sale value of the share is estimated with assumptions of minimum valuation of the share, which in turn is defined from growth forecast and business plan parameters.

The number of options granted to the participants is defined in annual grants and will be linked to the target remuneration foreseen for each participant. The target compensation will be achieved only if the minimum valuation forecasts for the share are met.

For the 2016 plan, the exercise price was set according to the average of the share prices at the close of the last ninety (90) trading sessions preceding the date of the Board of Directors meeting that resolves on the respective grant with approval of the Regulation.

b. data and assumptions used in the pricing model, including weighted average share price, exercise price, expected volatility, life term of the option, expected dividends and the risk-free interest rate

The exercise price of the options was based on the weighted average of the trading sessions of the month immediately preceding the signing of the option agreement. Exceptionally for the first grant, the Exercise Price of the Options will be equivalent to the price per share established within the scope of the first primary public offering of common shares issued by the Company ("IPO"). The number of options granted corresponds to the target compensation for each participant and initially forecasted share increase scenarios of 15% to 25% per year.

The participants will have a maximum term of 6 years to exercise the options, counted from the option grant date.

In this model ("Expected Growth"), it was not necessary to estimate volatility or risk-free interest rate since these risk factors are already included in the valuation estimate of the share.

c. Method used and assumptions made to incorporate the expected effects of early exercise:

There is no forecast for early exercise of the options.

d. method of determination of the expected volatility

Not applicable, since the strike prices were determined by targets set by the Board of Directors.

e. Whether any other characteristic of the option was taken into consideration when ascertaining its fair value

Not applicable.

8.13. State the number of shares, membership units (quotas), and other securities convertible into shares or membership units issued in Brazil or abroad by the issuer, its direct or indirect controlling companies, subsidiaries, or companies under common control, held by members of the board of directors, executive office appointed by the bylaws, or audit committee, grouped per body.

Shares issued by Fleury S.A.		
Shareholder	Shares	(%)
Board of Directors	120,596,728	22.04%
Executive Office	1,017,118	0.19%
Audit Committee	0	0.00%
Total	121,613,846	22.23%

Shares issued by Fleury S.A. through shares indirectly held		
Shareholder	Shares	(%)
Board of Directors	0	0.00%
Executive Office	0	0.00%
Audit Committee	0	0.00%
Total	0	0.00%

Shares issued by companies controlled by Fleury S.A. - Fleury Centro de Procedimentos Médicos		
Shareholder	Shares	(%)
Board of Directors	0	0.00%
Executive Office	0	0.00%
Audit Committee	0	0.00%
Total	0	0.00%

Shares issued by companies controlled by Fleury S.A. - Papaiz Associados		
Shareholder	Shares	(%)
Board of Directors	0	0.00%
Executive Office	0	0.00%

Audit Committee	0	0.00%
Total	0	0.00%

8.14. Regarding the pension plans in effect granted to the members of the board of directors and to the statutory officers

The Company does not have an equity-based compensation plan for members of the Board of Directors. For the Executive Officers, Fleury Group offers the Incentive Savings Plan Program. The employee may contribute with a percentage between 1% and 5% of his/her Monthly Base Salary, called Basic Participant Contribution. This contribution will be discounted from the payroll 12 times a year, and its minimum value is BRL 20.00.

In addition to the Basic Participating Contribution, the employee can make Voluntary Contributions on a monthly basis, by way of payroll deductions, in a percentage of his or her participation wage, respecting the minimum amount of BRL 20.00.

Fleury Group will contribute with the so-called Basic Company Contribution, which will be made monthly according to the Time of Participation in the Program, as shown in the following chart:

Participation Time in the Program (full years)	Fleury Group's contribution to the Basic Participant Contribution
Up to 4 years and 11 months	50%
From 5 years to 9 years and 11 months	75%
From 10 years old	100%

Body	Statutory Executive Office
Number of Members	4.67
Number of compensated members ¹	4.67
Name of the plan	Incentive Savings Pensions Program
Quantity of managers who have the conditions for retirement	0
Conditions for early retirement	According to Clause 5 - PGBL, the Benefits and their Granting - item 5.7 - The Participant will be eligible to receive the Benefit, being entitled to one hundred percent (100%) of the balance of the Participant's Total Provision, when he or she concomitantly meets the following conditions: a) be at least fifty-five (55) years old; b) have, at least, ten (10) years of contributions to the Plan; and c) termination of employment with the INSTITUTOR. Item 5.7.1 - The Participant will be eligible to receive the Benefit, being entitled to one hundred percent (100%) of the balance of the Participant's Total Provision, when he or she concomitantly meets the following conditions: a) be at least fifty (50) years old; b) have, at least, five (5) years of contributions to the Plan; and c) termination of employment with the INSTITUTOR.
Adjusted accrued amount of the contributions accrued until the end of the last fiscal year, less the portion related to the contributions directly made by the managers	3,006,923
	294,858

Total accrued amount of the contributions made during the last fiscal year, less the portion related to the contributions directly made by the managers	
Possibility of early redemption and conditions	According to clause 7 - Redemption and Portability - item 7.1 - The Participant may, as from the 60th (sixtieth) day after his or her enrollment in PGBL, redeem or port all or part of the balance of the Participant's Monthly Participant Benefit and of the Participant's Voluntary Participant Benefit - item 7.2 - The minimum interval between redemption or portability requests from the same Participant will be sixty (60) days, counted from the last request registration date.

Note 1: 1 Director has not joined Private Pension.

8.15. In the form of a chart, indicate, for the latest three fiscal years and as regards the board of directors, statutory office and audit committee:

	AUDIT COMMITTEE			BOARD OF DIRECTORS			STATUTORY EXECUTIVE OFFICE		
	2021	2022	2023	2021	2022	2023	2021	2022	2023
Number of Members	3.00	3.00	0.75	10.00	10.00	9.75	4.75	3.75	3.58
Number of compensated members	3.00	3.00	0.75	10.00	10.00	9.75	4.75	3.75	3.58
Highest individual compensation value	103,490	103,490	-	1,494,480	2,160,000	2,160,000	6,506,169	8,054,426	11,340,540
e. lowest individual compensation value	103,490	103,490	-	688,378	936,000	936,000	1,692,714	3,562,433	4,764,131
Average compensation amount (Reais)	103,490	103,490	-	834,728	1,080,000	1,141,714	3,948,024	5,671,755	7,110,631

Note (1): Managers who held office for less than 12 months were excluded from the minimum compensation calculations.

8.16. Describe contract arrangements, insurance policies, or other instruments containing mechanisms for compensation or indemnification of managers in case of removal or retirement, stating the financial consequences for the Company

The Company, in accordance with Clause 9 (ninth) of the Statutory Term of Office Agreements signed with its officers, provides that the Company is solely responsible for deciding whether to require compliance with the Non-Compete obligation after termination of the agreement, by sending a notice defining the term of the Non-Compete obligation, subject to a minimum of 6 (six) and a maximum of 12 (twelve) months.

In case of a Non-Compete obligation after termination of the agreement, the Company will pay as indemnification, for as many months as the obligation lasts, the sum of: (i) the amount corresponding to the fixed portion of the monthly pro-labore compensation; (ii) from 50% to 70% of the PLR and Executive Bonus corresponding to the minimum and maximum period of Non-Competition months provided, being excluded from this compensation any other items not mentioned, such as: awards, benefits, bonuses, gratuities, stock options, etc.

If the Statutory Officer, during the term of the Non-Compete obligation after termination of the contract, begins any type of professional occupation in a non-competing sector, the Company may suspend the payment of the monthly installments of the compensation for the duration of the work, in view of the cessation of the damage generated by the partial limitation to the exercise of the work. The suspension of payment does not interrupt or suspend the term of the non-compete obligation

8.17. As for the last 3 fiscal years and the forecast for the current fiscal year, state the percentage of the total compensation of each body as recognized in the Company's results related to members of the board of directors, of the executive office appointed by the bylaws, or of the audit committee who are related to the direct or indirect controlling shareholders, as defined in the accounting rules dealing with this issue.

In the last three (3) fiscal years (2023, 2022 and 2021) the percentage of total compensation of each body recognized in the Company's results that are parties related to the direct or indirect controlling shareholders was equal to zero percent (0%).

8.18. As for the last 3 fiscal years and the forecast for the current fiscal year, state the amounts recognized in the Company's results as compensation of members of the board of directors, of the executive office appointed by the bylaws, or of the audit committee, grouped per body, for reasons other than their positions, e.g., commissions and advisory or consulting services rendered.

No compensation was paid to members of the Board of Directors or the Statutory Executive Office or Audit Committee for any reason other than their function.

8.19. In relation to the past three fiscal years and the forecast for the current fiscal year, indicate the amounts recognized in the result of direct or indirect parent companies, companies under common control, and the Company's subsidiaries, as remuneration of members of the Company's board of directors, statutory office or audit committee, grouped by body, specifying on what basis these amounts were attributed to these individuals

There was no compensation payment to members of the Board of Directors or of the Statutory Officers or Audit Committee recognized in the income statement of direct or indirect controlling shareholders, of companies under common control, and of the Company's subsidiaries.

8.20. Provide other information the issuer deems relevant

There is no other information that the Company deems relevant.

* * *

Exhibit IV

DEFERRED SHARE PLAN OF FLEURY S.A.

This Deferred Share Plan of **FLEURY S.A.** ("Company"), approved by the Company's Annual and Extraordinary Meeting held on April 26, 2024 ("Plan"), establishes the general conditions of the long-term incentive through the granting of Deferred Shares and, as applicable, Extraordinary Shares to the Beneficiaries, as set forth below, with the purpose of attracting, motivating and retaining them, as well as aligning their interests with the interests of the Company and its shareholders.

18. Glossary

18.1. "Share" means a common share (B3: FLRY3) issued by the Company.

18.2. "Defined Share" means the right to receive a Share on a certain future date, conditioned to the fulfillment of the Vesting provided for in Clause 8.1 of this Plan and subject to the other terms that may be defined by the Board of Directors or by the Executive Office of the Company within the powers provided for in the Plan.

18.3. "Extraordinary Share" means the right, conferred at the discretion of the Board of Directors or the Executive Office, to receive a Share on a certain future date, subject to compliance with the rules of Chapter 9 below and other terms that may be defined by the Board of Directors or by the Executive Office of the Company within the powers provided for in the Plan.

18.4. "Blocked Shares" means, pursuant to Clause 9.3(ii) below, Shares of the Company that are blocked for disposal, rent, encumbrance or any other form of trading during the Lock-up period.

18.5. "Mature Shares" means the Deferred Shares, or Extraordinary Shares, as the case may be, that have complied with the *Vesting* requirements but that have not yet been settled in Company's Shares.

18.6. "Beneficiaries" means the persons eligible to participate in the Plan under Clause 4.1 that effectively are granted Deferred Shares and/or Extraordinary Shares pursuant to the Plan.

18.7. "Grant Date" means the date on which the Deferred Shares and/or Extraordinary Shares are granted to the Beneficiary, and which will be the start date of the Vesting term of the respective grant.

18.8. "Lock-up" means the period of one (1) year, counted from the moment the Shares received by the Beneficiary become Blocked Shares.

18.9. “Vesting” or “becoming Mature” means the acquisition of the right to receive Shares in relation to a grant of Deferred Shares and/or Extraordinary Shares, after the expiration of the term and other applicable conditions.

19. Deferred Share and Extraordinary Share

19.1. Each Deferred Share gives its holder the right to purchase one (1) Share, strictly under the terms and conditions set forth in this Plan.

19.2. Each Extraordinary Share, if granted, grants to its holder the right to receive one (1) Share, it being understood that up to five (5) Extraordinary Shares may be granted for each one (1) Deferred Share on the respective Grant Date, strictly under the terms and conditions established in this Plan.

19.3. For the liquidation of the Deferred Shares and the Extraordinary Shares, the Company may, pursuant to the applicable legislation, transfer to the Beneficiary Shares held in treasury. Exceptionally, in certain situations to be evaluated by the Board of Directors, the payment related to the Deferred Shares and the Extraordinary Shares may be made in cash, according to the market value of the Share on the payment date.

19.4. The Deferred Shares and the Extraordinary Shares shall not be entitled to dividends, interest on equity and other earnings declared by the Company until the occurrence of their Vesting and liquidation, with the effective transfer of Shares to the Beneficiaries.

19.5. The Deferred Shares and the Extraordinary Shares do not confer any shareholder rights of the Company until their liquidation and effective receipt of Shares by the Beneficiary.

20. Directors

20.1. The Plan will be managed by the Board of Directors and Executive Office of the Company, which shall have broad powers within their competencies to take all appropriate measures necessary for the execution of the Plan.

20.2. The Board of Directors may approve, on an annual basis or other frequency, Deferred Shares Programs (“Programs”) which will define: (i) the Beneficiaries, observing Clauses 4.1 and 4.3 below; (ii) the number of Deferred Shares granted; (iii) the distribution of the Deferred Shares among the Beneficiaries; (iv) the date of effectiveness; (v) the division of the grant into lots, if applicable, under the terms of Clause 8.1 below; and (vi) the other specific rules of each Program, observing the general terms and conditions established in this Plan.

20.2.1. The Company's CEO will submit to the Board, for the purpose of approving a Program, the recommendation regarding the Beneficiaries and other characteristics of the grants to be given, as indicated in Clause 3.2 above, except with respect to their own possible participation in the Program and respective terms, which will be the responsibility of the Board of Directors.

20.2.2. The Board of Directors may pre-approve grants of Deferred Shares linked to certain positions, to be effectively granted by the Board of Directors and/or by the Executive Office in case of filling and/or replacement of said positions.

20.2.3. The Programs may also contain authorization to the CEO to, within the limits approved by the Board of Directors, define the Beneficiaries and other conditions of the grants in accordance with Clause 3.2.

20.3. The Board of Directors and/or the Executive Office may add new Beneficiaries to the ongoing Programs, in accordance with their terms, as well as treat managers, executives and employees of the Company differently, not being obliged, by any rule of equality, equivalence or equity, to extend to all the conditions that it deems applicable only to some.

20.4. In the exercise of its duties, the Board of Directors and the Executive Office will be subject to the limits and conditions established in this Plan and in the applicable legislation and must respect the guidelines of the Shareholders' General Meeting.

21. Eligibility

21.1. The CEO, Executive Officers and other non-statutory Officers are eligible for the Plan, at the discretion of the Board of Directors and/or the Executive Office.

21.2. In each Program, the Board of Directors will indicate, at its sole discretion, among those eligible, those who may become beneficiaries, as well as the characteristics of any grant of Deferred Shares, according to Clause 3.2 above and its sub-items. The appointment of a Beneficiary to a certain Program does not guarantee their appointment as Beneficiary in any other future Program.

21.3. Adhesion to each Program is voluntary, and the person appointed to become a Beneficiary, if interested in participating in a given Program, must sign the competent Adhesion Contract, within the term set forth in each Program.

22. Agreement and Legal Nature

22.1. The terms and conditions of each Deferred Share and/or Extraordinary Share shall be set forth in a Grant Agreement to be entered into between the Company and each Beneficiary.

22.2. The Grant Agreement shall determine the number of Deferred Shares to be granted to the Beneficiary and, as the case may be, the number of Extraordinary Shares, and shall comply with the applicable tax, social security and labor legislation.

22.3. The Deferred Shares and Extraordinary Shares are personal and non-transferable, and the Beneficiary may not, under any circumstances, assign, transfer, pledge or otherwise dispose of the Deferred Shares and/or Extraordinary Shares to any third parties, nor the rights and obligations inherent thereto, except for the cases provided for in Clause 15 (Death or Permanent Incapacity).

22.4. As permitted by the applicable law, the Grant Agreement may establish that any disputes or discussions involving this Plan, the Programs, the Grant Agreement and the grant of the Deferred Shares or Extraordinary Shares be resolved through arbitration.

23. Maximum Grant Cap

23.1. The Plan will be limited to a maximum amount of up to one point two percent (1.2%) of the total Shares of the Company on the date of approval of the Plan, covering grants of Deferred Shares and Extraordinary Shares.

24. Reverse Split, Split or Bonus

24.1. In the event of reverse split, split, bonus or any proceeds in new shares, the liquidation of Deferred Shares and Extraordinary Shares will be made with "EX" bonds, adjusting the number of Shares object of each Deferred Share or Extraordinary Share in proportion to the percentage of the reverse split, split, bonus or other proceeds in new shares. In the case of a fraction of Shares, the number of Shares to be delivered shall be rounded up to the next whole number of Shares.

24.2. The Board of Directors may make additional adjustments to the terms and conditions of the outstanding Deferred Shares or Extraordinary Shares, if necessary, due to changes in the Company's shareholding structure, and such decision will be final and mandatory.

25. Deadline for Deferred Shares to Become Mature

25.1. The Vesting of a grant of Deferred Shares will occur in up to five (5) installments, according to the frequency approved in each Program.

25.1.1. The first Installment shall have its Vesting within one (1) year from the Grant Date, as defined by the Board of Directors.

25.1.2. The other installments will have their Vesting on each anniversary counted from the Vesting of the previous installment.

25.2. The Board of Directors may, at its sole discretion, change the Vesting rules for Deferred Shares applicable to each Program, subject to the limitations set forth in this Plan. Such changes may be made during the effectiveness of the Programs, provided that for the benefit of the Beneficiaries.

26. Extraordinary Share and Lock-up

26.1. The Board of Directors or the Executive Office may, at its sole discretion within their respective powers, invite Beneficiaries of this Plan to receive Extraordinary Shares, under the terms and conditions of this Plan, subject to the cumulative Vesting and Lock-up periods described below.

26.2. If the Beneficiary is offered and accepts the grant of Extraordinary Shares, it must enter into a new Grant Agreement (or an amendment to the original Grant Agreement, as defined by the Board of Directors or the Executive Board) containing the conditions applicable to the grant of Extraordinary Shares, including its Grant Date.

26.3. The grant of Extraordinary Shares may be made annually, at the discretion of the Board of Directors or the Executive Office, within the powers established in this Plan and in accordance with the procedure set forth in Clause 3.2 in the same period in which an Installment matures. As a condition of receiving an Extraordinary Share, the Beneficiary must expressly agree to:

(v) upon receiving the corresponding Installment of the Mature Shares, undertake not to dispose of, lease, pledge, offer as security or otherwise transfer such Shares received, during the lock-up period ("Blocked Shares"); and

(vi) authorize the blocking for trading of the Blocked Shares on the books of the depository institution of the Company's book-entry shares during the Lock-up.

26.4. Vesting of the Extraordinary Share will be conditioned to the cumulative lapse of: (i) the Lock-up Period of the Blocked Shares; (ii) the period of one (1) year from the grant of the Extraordinary Share; and (iii) other conditions that the Board of Directors and/or the Executive Board may determine.

26.5. Once the conditions for the Vesting of the Extraordinary Shares are met, the Beneficiary will acquire the right to (i) receive the Shares corresponding to the Extraordinary Shares that become Mature Shares; and (ii) have the Blocked Shares properly unblocked.

26.5.1. Any form of non-permitted trading of the Blocked Shares before the end of the Lock-up period and its corresponding unblocking will imply the automatic waiver and full termination of the Extraordinary Shares, by operation of law, regardless of prior notice or indemnification.

27. Deadline for delivery of Mature Shares and Extraordinary Shares that become Mature

27.1. The Beneficiary will receive the Shares corresponding to the Mature Shares (in respect of both Deferred Shares and Extraordinary Shares, as the case may be) within sixty (60) days from the Vesting date of each one, observing the provision of Clause 10.2 below.

27.2. The Investor Relations Officer may at any time interrupt or suspend the term for delivery of Shares related to Mature Shares, if such term coincides with periods of prohibition to trade with securities issued by the Company and/or such periods represent a legal impediment or hinder the Company's ability to deliver the Shares to the Beneficiaries within the term set forth.

28. Reorganizations and Other Corporate Transactions

28.1. The grant of Deferred Shares or Extraordinary Shares under the Plan will not prevent the Company from engaging in corporate reorganization transactions, such as transformation, merger, consolidation, spin-off, and merger of shares.

28.2. The Company's Board of Directors in such corporate reorganization operations may, at its discretion, determine, without prejudice to other measures they may decide, to replace the Deferred Shares or Extraordinary Shares with similar rights of the Company's successor company, with appropriate adjustments to the quantity of Deferred Shares or Extraordinary Shares.

28.3. Unless otherwise defined by the Board of Directors in this Plan, a change in the Company's ownership composition or its involvement in corporate reorganization operations, including as a result of changes in control or public offers, will not impact the normal Vesting periods and the other terms and conditions of the grants of Deferred Shares and/or Extraordinary Shares under this Plan.

29. No Interference in the Employment or Representation Relationship

29.1. No provision in this Plan may be construed as a constitution of rights to the Beneficiaries who are employees beyond those set forth in this Plan, nor shall it grant the Beneficiaries rights in relation to tenure as employee or manager, nor shall it interfere in any way in the Company's right, subject to the legal conditions and the ones in the employment contract to terminate at any time the bond with the Beneficiary.

29.2. No provision of this Plan may be interpreted as constituting any rights to the Beneficiaries other than those provided for in this Plan, nor will it confer a statutory right and/or right to remain until the end of their term of office or employment contract, or interfere in any way with the Company's right to remove or dismiss them, nor will it ensure the right to their re-election to the position.

30. Voluntary Dismissal or Dismissal with Cause

30.1. In the event of Voluntary Dismissal or Dismissal with Cause, the Beneficiary will be entitled to receive the Mature Shares (whether Deferred Shares or Extraordinary Shares), within the term provided for in Clause 10.1 above. All Deferred Shares not yet Mature, as well as the Extraordinary Shares not yet Mature, will be automatically terminated, by operation of law, regardless of prior notice or indemnity.

30.1.1. For the purposes of this Plan, the term "Voluntary Dismissal" means the end of the Beneficiary's legal relationship with the Company in the event of voluntary dismissal, resignation, voluntary retirement and resignation from office.

30.1.2. For the purposes of this Plan, the term "Dismissal with Cause" means the end of the Beneficiary's legal relationship with the Company with cause, in the cases provided for in the Consolidation of Labor Laws, as amended at the time, in the case of Beneficiaries who are

employees and, in the case of Beneficiaries who are statutory officers in the Company or in any subsidiary, the following cases: (a) neglect of the Beneficiary in the exercise of their duties arising from their term of office as manager; (b) criminal conviction related to intentional crimes; (c) the practice, by the Beneficiary, of dishonest or fraudulent acts against the Company; (d) any act or omission arising from intent or fault of the Beneficiary and that is detrimental to the business, image, or financial situation of the Company, as long as duly proved; (e) significant breach of the instrument that regulates the exercise of the term of office as statutory manager; (f) non-compliance with the Bylaws, Code of Ethics and other policies of the Company and corporate provisions applicable to the Beneficiary; and (g) non-compliance with the obligations provided for in Law No. 6.404/1976, as amended, applicable to managers of joint-stock companies, including, but not limited to, those provided for in articles 153 to 157 of said Law.

31. Dismissal Without Cause

31.1. In the event of Dismissal without Cause, the Beneficiary will be entitled to receive (i) all Mature Shares (whether Deferred Shares or Extraordinary Shares), within the term provided for in Clause 10.1; and (ii) a *pro rata* number of Deferred Shares and Extraordinary Shares that are not Mature, proportional to the Vesting term elapsed with respect to the ongoing Installment, within the term set forth in Clause 10.1.

31.1.1. For the purposes of this Plan, the term “Dismissal without Cause” means the termination of the Beneficiary's legal relation with the Company in cases that do not constitute Voluntary Dismissal and/or Dismissal with Cause.

31.2. Without prejudice to the provisions of Clause 14.1, the Board of Directors or the Executive Office may, at their sole discretion and within the powers established in this Plan, (i) grant the treatment of Clause 14.1 to a certain Beneficiary who terminates the relation under different conditions, (ii) accelerate the Vesting terms; and/or (iii) provide that the Beneficiary may hold a number of *Deferred* Shares or Extraordinary Shares in excess of the *pro rata*, as well as establish additional conditions for the grant of such right.

32. Death or Permanent Disability

32.1. In the event of the Beneficiary's death or permanent disability, Vesting will be anticipated and the Beneficiary will be entitled to (i) one hundred percent (100%) of the Deferred Shares and Extraordinary Shares.

32.1.1. Unless otherwise determined by the Board of Directors, Deferred Share and Extraordinary Shares will be liquidated in cash in the event of death or permanent disability, within sixty (60) days from the date of death or permanent disability. The Company shall make the payment to the Beneficiary's heirs, successors and/or spouses or, at its sole discretion, deposit the corresponding amount in a linked bank account, pending completion of any probate and/or succession proceeding.

33. Term of Effectiveness of the Plan

33.1. The Plan will become effective immediately after its approval by the Company's Extraordinary General Meeting and may be terminated, suspended or amended, at any time, by decision of the General Meeting. The expiration of the Plan shall not affect the validity and effectiveness of the Deferred Shares or Extraordinary Shares still outstanding granted under it.

34. Miscellaneous

34.1. The Company will reduce the number of Shares to be delivered to the Beneficiary resulting from the Vesting of Mature Shares in order to bear any taxes levied on the Shares the payment of which is the responsibility of the Company, delivering to the Beneficiary a number of Shares already net of any taxes.

34.2. Any Deferred Share or Extraordinary Share granted is subject to all terms and conditions set forth herein, which terms and conditions shall prevail in the event of inconsistency with respect to the provisions of any agreement or document referred to herein.

34.3. The Board of Directors or the Executive Office shall regulate the omissions, within their powers established in this Plan.

34.4. Any significant legal change with respect to capital market, tax, social security or labor legislation, regulations or case law applicable to long-term incentive plans may lead to the partial or full review of the Plan, or even its suspension, at the discretion of the Board of Directors.

34.5. The Board of Directors, in the interest of the Company, may review and adjust the conditions of each Program, provided that it does not change the maximum limit of Shares provided for in Clause 6.1 of the Plan.

34.6. The Board of Directors may also establish a special treatment for special events and situations during the effectiveness of the Plan, provided that the rights already granted to Beneficiaries are not affected. Such special treatment will not constitute a precedent to be invoked by other Beneficiaries.

* * *

Exhibit V

FLEURY S.A.

Publicly-Held Company

CNPJ No: 60.840.055/0001-31

State Registration (NIRE) 35.300.197.534

INFORMATION INDICATED IN EXHIBIT B OF CVM RESOLUTION No. 81/22

5. Provide a copy of the proposed Plan

The Deferred Share Plan of Fleury S.A. ("Company"), to be submitted for approval by the Annual and Extraordinary General Meeting to be held on April 26, 2024 ("Plan"), is set forth in Exhibit IV to this Management Proposal.

6. Inform the main characteristics of the proposed Plan, identifying the following:

a. Potential beneficiaries

The CEO, Executive Officers and other non-statutory Officers will be eligible for the Plan, at the discretion of the Board of Directors and/or the Executive Office ("Beneficiaries").

b. Maximum number of options to be granted

See item 2.c below, considering that the Plan involves the grant of deferred shares.

c. Maximum number of shares covered by the plan

The maximum amount of up to one point two percent (1.2%) of the total shares of the Company on the date of approval of the Plan, covering grants of Deferred Shares and Extraordinary Shares (defined below), may be delivered to the Beneficiaries.

d. Acquisition conditions

Deferred Shares

The Board of Directors may approve, on an annual basis or other frequency, Deferred Shares Programs ("Programs") which will define: (i) the Beneficiaries; (ii) the number of Deferred Shares granted; (iii) the distribution of the Deferred Shares among the Beneficiaries; (iv) the date of effectiveness; (v) the division of the grant into lots, if applicable; and (vi) the other specific rules of each Program, observing the general terms and conditions established in the Plan.

A "Deferred Share" means the right to receive a Share on a certain future date, subject to the fulfillment of the period of acquisition of the right to receive Shares in relation to a grant of Deferred Shares and/or Extraordinary Shares ("Vesting" or "becoming Mature"), provided for in item f below, and subject to the other terms that may be defined by the Board of Directors or by the Company's Executive Office within the powers provided for in the Plan. Each Deferred Share gives its holder the right to purchase one (1) Share, strictly under the terms and conditions set forth in the Plan.

A "Share" means a common share (BM&B3: FLRY3) issued by the Company.

The Company's CEO will submit to the Board of Directors, for the purpose of approving a Program, the recommendation regarding the Beneficiaries and other characteristics of the grants to be given, except with respect to their own possible participation in the Program and respective terms, which will be the responsibility of the Board of Directors.

The Board of Directors may pre-approve grants of Deferred Shares linked to certain positions, to be effectively granted by the Board of Directors and/or by the Executive Office in case of filling and/or replacement of said positions.

The Programs may also contain authorization to the CEO to, within the limits approved by the Board of Directors, define the Beneficiaries and other conditions of the grants.

The Board of Directors and/or the Executive Office may add new Beneficiaries to the ongoing Programs, in accordance with their terms, as well as treat managers, executives and employees of the Company differently, not being obliged, by any rule of equality, equivalence or equity, to extend to all the conditions that it deems applicable only to some.

Extraordinary Shares

The Board of Directors or the Executive Office may, at its sole discretion within their respective powers, invite Beneficiaries of the Plan to receive Extraordinary Shares, under the terms and conditions of the Plan, subject to the cumulative Vesting and Lock-up periods described below.

An "Extraordinary Share" means the right, granted at the discretion of the Board of Directors or the Executive Office, to receive a Share at a certain future date, subject to compliance with the rules of the Plan. Each Extraordinary Share, it being understood that up to five (5) Extraordinary Shares may be granted for each one (1) Deferred Share on the respective Grant Date, strictly under the terms and conditions established in the Plan.

If the Beneficiary is offered and accepts the grant of Extraordinary Shares, it must enter into a new Grant Agreement (or an amendment to the original Grant Agreement, as defined by the Board of Directors or the Executive Board) containing the conditions applicable to the grant of Extraordinary Shares, including its Grant Date.

The grant of Extraordinary Shares may be made annually, at the discretion of the Board of Directors or the Executive Office, within the powers established in the Plan and according to the procedure set forth for Deferred Shares, in the same period in which an Installment matures. As a condition of receiving an Extraordinary Share, the Beneficiary must expressly agree to:

- (vii) upon receiving the corresponding Installment of the Mature Shares, undertake not to dispose of, lease, pledge, offer as security or otherwise transfer such Shares received, during the lock-up period ("Blocked Shares"); and
- (viii) authorize the blocking for trading of the Blocked Shares in the books of the depository institution of the Company's book-entry shares during the period of one (1) year, counted from the moment the Shares received by the Beneficiary become Blocked Shares ("Lock-up").

e. Detailed criteria for setting the strike price

The receipt of a grant of Deferred Shares or Extraordinary Shares and the receipt of Shares related to such grants, if the Vesting requirements are met, will have no cost to the Beneficiary.

f. Criteria to establish the exercise period

Deferred Shares

The Vesting of a grant of Deferred Shares will occur in up to five (5) installments, according to the frequency approved in each program ("Installments").

The first Installment shall have its Vesting within one (1) year from the Grant Date, as defined by the Board of Directors.

The other installments will have their Vesting on each anniversary counted from the Vesting of the previous installment.

The Board of Directors may, at its sole discretion, change the Vesting rules for Deferred Shares applicable to each Program. Such changes may be made during the effectiveness of the Programs, provided that for the benefit of the Beneficiaries.

Extraordinary Shares

Vesting of the Extraordinary Share will be conditioned to the cumulative lapse of: (i) the Lock-up Period of the Blocked Shares; (ii) the period of one (1) year from the grant of the Extraordinary Share; and (iii) other conditions that the Board of Directors and/or the Executive Board may determine.

Once the conditions for the Vesting of the Extraordinary Shares are met, the Beneficiary will acquire the right to (i) receive the Shares corresponding to the Extraordinary Shares that become Mature; and (ii) have the Blocked Shares properly unblocked.

g. Form of liquidation of options

For the liquidation of the Deferred Shares and the Extraordinary Shares, the Company may, pursuant to the applicable legislation, transfer to the Beneficiary Shares held in treasury. Exceptionally, in certain situations to be evaluated by the Board of Directors, the payment related to the Deferred Shares and the Extraordinary Shares may be made in cash, according to the market value of the Share on the payment date.

h. Criteria and events that shall result in suspension, change or termination of the Plan

The Plan will be managed by the Board of Directors and Executive Office of the Company, which shall both have broad powers to, within their competencies, take appropriate measures necessary for the execution of the Plan.

The Company's Board of Directors in corporate reorganization operations may, at its discretion, determine, without prejudice to other measures they may decide, to replace the Deferred Shares

or Extraordinary Shares with similar rights of the Company's successor company, with appropriate adjustments to the quantity of Deferred Shares or Extraordinary Shares.

Any significant legal change with respect to capital market, tax, social security or labor legislation, regulations or case law applicable to long-term incentive plans may lead to the partial or full review of the Plan, or even its suspension, at the discretion of the Board of Directors.

7. Justify the proposed Plan, explaining:

a. The main objectives of the Plan

The Plan aims to maintain and motivate its Beneficiaries, offering them an additional incentive by giving them the possibility of becoming shareholders of the Company, as well as aligning their interests with the interests of the Company and its shareholders.

b. How the plan contributes toward the achievement of these objectives

This format will allow a better performance of the Company since it will provide a balance between the search for the achievement of results in the short term and the dedication of the Beneficiaries to transformations for the long term. It is also possible to achieve, through this model, the sharing of risks and gains of the Company, by increasing the value of the Shares received within the scope of the Plan.

c. How the Plan fits into the Company's compensation policy

The Plan is part of the strategy for the total compensation of the Company's executives, with their commitment to generate value to the Company and shareholders. In addition, it balances the variable portion of the Beneficiaries' remuneration by supplementing the already existing bonuses focused on short-term deliveries.

d. How the Plan aligns the interests of Beneficiaries and Company in the short-, medium-, and long-term

The Plan aligns the interests of its Beneficiaries and the Company as it aims to offer such Beneficiaries the possibility of becoming shareholders of the Company, under the terms and conditions set forth in the Plan. In this way, the Beneficiaries will be encouraged to achieve better individual performance, contributing to improve the Company's results and its performance in the short, medium and long term.

8. To estimate Company's expenses arising from the plan, according to the accounting rules that address this matter

The Company estimates that the expenses arising from the Plan, including Deferred Shares and Extraordinary Shares, will represent, for each annual Program, the approximate amount of thirty-five million reais (BRL 35,000,000.00), recognized over the five (5) years from the grant until the entire Vesting period of the grants, in accordance with the Plan.

The following are considered as the main assumptions for this estimate, without prejudice to the limits established in the approval of the Plan: (i) the competitive long-term remuneration strategy; and (ii) the risk-free interest rates, volatility of the Share and face value of the Share.

Exhibit VI

PROPOSAL TO REFORM THE BYLAWS (in accordance with article 12 of CVM Resolution No. 81/22)

In compliance with article 12 of CVM Resolution No. 81/22, Fleury S.A. ("Company") presents, below, **(a)** the report detailing the origin and justification of the proposed changes and analyzing their legal and economic effects; and **(b)** copy of the bylaws with emphasis on the proposed amendments.

(c) Report detailing the origin and reasons for the proposed amendments, and analyzing their legal and economic effects:

Current Wording	Text suggested	Justification and legal and economic effects
Article 5 - The Company's corporate capital is one billion, seven hundred and forty-three million, eight hundred and eight-seven thousand and one reais and three centavos (BRL 1,743,887,001.03), fully subscribed and paid-up, divided into three hundred and sixty-seven million, two hundred and four thousand, four hundred and fifty-one (367,204,451) common shares, all registered, book-entry and without par value.	Article 5 – The Company's corporate capital is two billion, seven hundred and sixty-two million, nine hundred and forty-nine thousand, six hundred and thirty-six reais and fifty-four centavos (BRL 2,762,949,636.54) one billion, seven hundred and forty-three million, eight hundred and eight-seven thousand and one reais and three centavos (BRL 1,743,887,001.03), fully subscribed and paid-up, divided into five hundred and forty-seven million, one hundred and ninety-one thousand and twenty-six (547,191,026) three hundred and sixty-seven million, two hundred and four thousand, four hundred and fifty-one (367,204,451) common shares, all registered, book-entry and without par value.	Amendment of the main section of Article 5 of the Company's Bylaws, in order to include (i) the capital increase approved by the Board of Directors, within the limit of the authorized capital, at a meeting held on June 6, 2023, upon the issuance of twenty-six million, fifty-six thousand, four hundred and sixty-one (26,056,461) new common, registered, book-entry shares with no par value, for the total amount of BRL 170,000,000.00 (one hundred and seventy million reais), upon the capitalization of part of the reserves; (ii) the capital increase approved by the Board of Directors, within the authorized capital limit, at a meeting held on September 5, 2023, upon the issuance of five thousand, three hundred and forty-one (5,341) new common shares, registered, book-entry and without par value, for the total price of forty-six thousand, six hundred and eighty reais and thirty-four centavos (BRL 46,680.34), as a result of the exercise of the options granted under the Company's 2016 Stock Option Plan approved at the Extraordinary General Meeting held on July 27, 2016; and (iii) the capital increase approved by the Extraordinary General Meeting held on August 18, 2022, through the issuance of one hundred and fifty-three million, nine hundred and twenty-four thousand, seven

		hundred and seventy-three (153,924,773) new common shares, for the total payment amount of two billion, one hundred and sixty-one million, one hundred and three thousand, eight hundred and thirteen reais and forty-eight centavos (BRL 2,161,103,813.48), of which (a) eight hundred and forty-nine million, fifteen thousand, nine hundred and fifty-five reais and seventeen centavos (BRL 849,015,955.17) were allocated to the Company's capital stock account; and (ii) the remainder, in the amount of one billion, three hundred and twelve million, eighty-seven thousand, eight hundred and fifty-eight reais and thirty-one centavos (BRL 1,312,087,858.31) was allocated to the Company's capital reserve, as a result of the consummation of the business combination operation between the Company and Instituto Hermes Pardini S.A., on April 13, 2023, according to the Board of Directors' Meeting held on May 31, 2023.
--	--	--

(d) Copy of the bylaws with emphasis on the proposed amendments

BYLAWS OF FLEURY S.A.

CHAPTER I

NAME, PRINCIPAL PLACE OF BUSINESS, PURPOSE AND DURATION

Article 1 – Fleury S.A. ("Company") is a joint-stock company with authorized capital, governed by the applicable legal provisions, especially Law 6,404, of December 15, 1976, as amended ("Corporations Law"), by the uses of commerce and by these Bylaws.

Paragraph One. With the admission of the Company to Novo Mercado of B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão ("B3"), the Company, its shareholders, including controlling shareholders, managers and members of the Audit Committee, if any, shall subject themselves to the provisions of the Novo Mercado Rules.

Paragraph Two - The provisions of the Novo Mercado Rules shall prevail over the provisions of these Bylaws, in case of loss to the rights of the addressees of the public offers set forth herein.

Article 2 – The Company's principal place of business and venue is located in the City of São Paulo, State of São Paulo, and it may open and close branches, agencies, offices and warehouses elsewhere in the country or abroad, as per resolution of the Executive Office.

Article 3 - The Company's corporate purpose is:

I. Provision of ancillary diagnostic support services (SAD) to private patients or through affiliated companies, insurance companies, medical-hospital care entities, other health costing modalities, including clinical analysis and vaccination, directly, or on a supplementary basis, through contracted laboratories, as well as other ancillary diagnostic support services (SAD), exclusively through specialized medical companies, such as, for example, in the areas of a) cytology and pathological anatomy; b) imaging diagnosis and graphic methods; and c) nuclear medicine;

II. Provision of medical and outpatient services with coverage for face-to-face or remote medical consultations, outpatient procedures, outpatient procedures with resources to perform surgical procedures and supplementary exams and administration of medicines to private patients or through affiliated companies, insurance companies, medical and hospital assistance entities or other health costing modalities;

III. Exploitation of activities related to: (a) carrying out examinations on food and substances for the purpose of assessing risks to humans; (b) importation, for own use, of medical-hospital equipment, diagnostic sets and correlates in general; (c) preparation, editing, publication and distribution of newspapers, books, magazines, periodicals and other written communication vehicles, intended for scientific dissemination or activities within the scope of the Company's operations; (d) granting and administration of business franchise, including advertising and disclosure fund, training and selection of manpower, indication of suppliers of equipment and research material, among others; (e) consulting services, advisory services, courses and lectures in the health area, as well as the provision of services aimed at the promotion of health and the management of chronic diseases; (f) activities of diagnostic and therapeutic supplementation services; (g) face-to-face and distance learning and managerial training course, only in the medical area; (h) field training services for doctors, nurses and other professionals related to these activities and provide means for scientific research and investigation; (i) business management consultancy activities, only in the medical area; (j) maintenance and repair of electromedical and electrotherapeutic apparatus as well as of irradiation equipment; (k) outpatient

medical activity with resources for conducting supplementary examinations; (l) clinical research activity, related to research and experimental development in physical and natural sciences, only in the medical area; (m) scientific research and development and technology in the area of medicine; (n) psychology and psychoanalysis activity, together with the medical area; (o) activity of nutrition professionals, together with the medical area; (p) rehabilitation activity (including, but not limited to, physiotherapy procedures, osteopathy, occupational therapy and physical preparation); (q) nursing activity, together with the medical area; (r) material sanitation and sterilization activities; and (s) assisted human reproduction services.

IV. Provision of hospital care;

V. Provision of integrated care services to the patient through home medical and paramedical care and consulting activities to support health management, only in the medical area;

VI. Provision to third parties of services that matter in the use of the available capacity of their assets, represented by knowledge, techniques, equipment, machines and other means of carrying out their activities; and

VII. Participation in other business or non-business companies, together with medicine, as partner, quotaholder or shareholder.

Paragraph One - The activities carried out by the Company aim to create adequate conditions for the good performance of the medical profession, in addition to striving for research and studies, aiming at the scientific progress of medicine.

Article 4 - The term of duration of the Company is indeterminate.

CHAPTER II CORPORATE CAPITAL AND SHARES

Article 5 – The Company's corporate capital is two billion, seven hundred and sixty-two million, nine hundred and forty-nine thousand, six hundred and thirty-six reais and fifty-four centavos (BRL 2,762,949,636.54) ~~one billion, seven hundred and forty-three million, eight hundred and eight-seven thousand and one reais and three centavos (BRL 1,743,887,001.03)~~, fully subscribed and paid-up, divided into five hundred and forty-seven million, one hundred and ninety-one thousand and twenty-six (547,191,026) ~~three hundred and sixty-seven million, two hundred and four thousand, four hundred and fifty-one (367,204,451)~~ common shares, all registered, book-entry and without par value.

Paragraph One - The Company's corporate capital shall be exclusively represented by common shares.

Paragraph 1 - The shares representing the corporate capital are indivisible in relation to the Company and each common share will entitle its holder to one vote in the Company's General Meetings. When a share belongs to more than one person, the rights conferred by it shall be exercised by the co-ownership representative.

Paragraph Three - All of the Company's shares are registered and held in a deposit account, on behalf of their holders, in a financial institution authorized by the Brazilian Securities and Exchange Commission ("CVM"), with which the Company maintains a custody agreement in force, without the issue of certificates. The depositary institution may charge shareholders the cost for the transfer service and registration of the ownership of the book-entry shares, as well as the cost for the services related to the shares under custody, subject to the maximum limits established by the CVM.

Paragraph Four – The issue of preferred or founder's shares by the Company is hereby forbidden.

Paragraph Five – The Company's shares may not be encumbered, pledged or offered as collateral without the express agreement of shareholders representing the majority of the voting capital.

Paragraph Six - The Company may, by resolution of the Board of Directors, acquire its own shares to be held in treasury and subsequently sold or canceled, up to the amount of the balance of profit and reserves, except for the legal reserve, without decreasing the corporate capital, subject to the applicable legal and regulatory provisions.

Paragraph Seven - Except for the cases set forth in Paragraphs Two and Three of Article 6, the shareholders will have the preemptive right, proportionately to their respective interests, when subscribing shares, debentures convertible into shares or subscription warrants issued by the Company, which may be exercised within the legal term of thirty (30) days.

Article 6 - The Company is authorized to increase its corporate capital, regardless of amendment to the Bylaws, upon resolution of the Board of Directors, which will establish the conditions for subscription, payment and placement of shares to be issued, until the corporate capital figure reaches the limit of four billion reais (BRL 4,000,000,000.00).

Paragraph One – The limit of the Company's authorized capital may only be modified by resolution of the General Meeting, after consulting the Audit Committee, if installed.

Paragraph Two – The Company, within the limit of the authorized capital and in accordance with the plan approved by the General Meeting, may grant call option or subscription of shares, without preemptive right for the shareholders, in favor of the managers and/or employees of the Company or its controlled companies.

Paragraph Three – At the discretion of the Board of Directors, the preemptive right may be excluded or the term for its exercise may be reduced in issues of common shares, debentures convertible into common shares and subscription warrants, the placement of which is carried out upon: (i) trade in stock exchange or public subscription; or (ii) exchange of shares at a public offer for control acquisition, pursuant to the law and within the limit of the authorized capital.

Article 7 – The shareholders and, as applicable, the Company shall comply with the terms and conditions of the shareholders' agreements filed at the Company's principal place of business. The members of the presiding board of the General Meeting or of the Board of Directors shall be expressly forbidden to accept any vote by any shareholder, signatory to the shareholders' agreement duly filed at the principal place of business, cast in violation of what was agreed upon in such agreement, and the Company shall also be expressly forbidden to accept and proceed with the transfer of shares and/or encumbrance and/or assignment of a preemptive right to subscription of shares and/or other securities in violation of the provisions and terms agreed upon in the shareholders' agreements.

Sole Paragraph – The Company shall make available to the shareholders the shareholders' agreements referred to in the main section of this Article, when requested.

CHAPTER III MANAGEMENT

Article 8 - The following are the Company's bodies:

- (a) General Meeting;
- (e) Board of Directors;

- (f) Executive Office, and
- (g) Audit Committee.

Sole Paragraph - The investiture of managers and members of the Audit Committee, whether effective or alternate members, shall be contingent upon the execution of the instrument of investiture, which shall encompass their subjection to the arbitration clause referred to in Article 39 of these Bylaws. The managers shall, immediately after taking office, communicate to B3 the quantity and characteristics of the securities issued by the Company that they hold, directly or indirectly, including their derivatives.

SECTION I GENERAL MEETING

Article 9 – The General Meeting is the Company's resolution body and will meet: (i) ordinarily, within the first four (04) months after the end of the fiscal year, to resolve on the matters set forth in article 132 of the Corporations Law, including the election and removal of the members of the Board of Directors, with the appointment of its Chairman and Vice-Chairman; and (ii) on an extraordinary basis, whenever business purposes so require.

Paragraph One - The General Meeting will be called by the Board of Directors, as established by law.

Paragraph Two – The General Meeting shall be instated and held pursuant to the law.

Article 10 – The General Meeting shall be instated and chaired by the Chairman of the Board of Directors of the Company or, in case of their impediment, by the Vice-Chairman of the Board of Directors, or in the absence of both, by a Shareholder chosen by the majority of the votes present. The President of the General Meeting will be responsible for choosing a secretary.

Article 11 – The General Meeting shall have the following attributions, in addition to those provided for in the Corporations Law:

- (k) elect and remove, at any time, the members of the Board of Directors and Audit Committee (when instated);
- (l) establish the global remuneration of the members of the Board of Directors and the Executive Office, pursuant to article 152 of the Corporations Law, as well as the remuneration of the members of the Audit Committee, when instated, and the Board of Directors shall resolve on the distribution of such amount;
- (m) take, on an annual basis, the accounts of the managers and resolve on the financial statements presented by them;
- (n) resolve, according to the proposal submitted by the management, on the allocation of net profit for the year and the distribution of dividends or the payment of interest on equity;
- (o) resolve on the appraisal of assets with which the shareholder contributes to form the corporate capital;
- (p) resolve on the transformation, incorporation, merger and spin-off of the Company, its dissolution and liquidation, elect and remove liquidators, as well as the audit committee that will operate during the liquidation period, and to judge their accounts;

- (q) Resolve on the Company's exit from Novo Mercado and B3, and on the delisting of the Company;
- (r) approve incentive plans based on shares, including call option plan or share subscription plan to the managers and/or employees of the Company or of its controlled companies;
- (s) create new shares outside the authorized capital limit, and
- (t) define the authorized corporate capital for investments in subsidiaries.

Article 12 - Unless otherwise prescribed by law, the resolutions of the General Meeting shall be adopted by an absolute majority of votes, abstentions not being taken into account.

SECTION II BOARD OF DIRECTORS

Article 13 – The Board of Directors shall be comprised of: (i) at least seven (07) and at most eleven (11) effective members, individuals, residing in the country or not, all elected and removable at any time by the General Meeting and with a unified term of office of two (2) years, reelection being permitted; and (ii) up to eight (8) alternate members, all individuals, resident in the country or not, elected and removable at any time by the General Meeting, who shall be responsible for replacing the effective members.

Paragraph One - Of the members of the Board of Directors at least two (2) or twenty percent (20%), whichever is greater, shall be Independent directors, subject to the definition of the Novo Mercado Rules, with the characterization of those appointed to the Board of Directors as Independent Directors to be resolved at the General Meeting that elects them.

Paragraph Two - When, by virtue of compliance with the percentage referred to in Paragraph One above, the result is a fractional number, the Company shall round up to the subsequent whole number.

Paragraph Three – An Independent Director is the one who meets the criteria set forth in articles 16 and 17 of the Novo Mercado Rules.

Paragraph Four – The term of office of the Directors shall be extended until the investiture of their respective successors.

Paragraph Five - The positions of chairman of the Board of Directors and of CEO or main executive of the Company may not be accumulated by the same person.

Article 14 - The Board of Directors will have one (01) Chairman and one (01) Vice-Chairman, who will be elected by the General Meeting.

Paragraph One – In the event of vacancy in the position or definitive impediment of a director, the respective alternate shall assume the position until the end of the term of office; if there is no substitute for the vacant position appointed by the general meeting, the substitute may be appointed by the remaining directors and will serve until the end of the term of office of the replaced director. If most of the positions become vacant, a general meeting shall be called to hold a new election.

Second Paragraph - In the event of a vacancy in the position or definitive impediment of the President or Vice-Chairman of the Board of Directors, they will replace one another, accumulating the functions and completing the term of office of the person replaced.

Third Paragraph - In the event of occasional absences or impediments of any of the effective members, they will be replaced by substitute members expressly indicated at the General Meeting, under the terms of Article 13 of these Bylaws. In the case of occasional absences or impediments of any of the other effective members, for which no substitute member is indicated, there will be no substitution.

Article 15 – The Board of Directors shall meet at least six (6) times per year, ordinarily, and extraordinarily, at any time, whenever necessary, by call of its Chairman, Vice-Chairman, or by call of any of the members of the Board of Directors.

Paragraph One – The call notices for the meetings of the Board of Directors shall be made in writing, by means of electronic correspondence, facsimile or letter, at least seven (7) days in advance, and shall specify the date, time, place and agenda. Meetings shall be held regardless of call notice if all Directors in office are present, or with the prior written agreement of the absent Directors.

Paragraph Two - The Board of Directors meetings will be presided by the Chairman of the Board of Directors, who will appoint the secretary of the meeting. In case of temporary absence of the Chairman of the Board of Directors, these meetings shall be presided by the Vice-Chairman of the Board of Directors and, in his absence, by a Director chosen by the majority of the remaining members of the Board of Directors and the then chairman shall appoint a secretary.

Paragraph Three – The presence of the majority of the Directors in office is required for the instatement of the Board of Directors' meetings, which shall preferably be held at the Company's principal place of business. Meetings by teleconference or videoconference shall be accepted, and the recording thereof shall be permitted. Such participation shall be deemed as a presence in person in said meeting. In this case, members of the Board of Directors who participate remotely in the Board meeting may express their votes, on the date of the meeting, by means of a letter or facsimile or digitally certified electronic mail.

Paragraph Four - As a matter of urgency, meetings of the Board of Directors may be called by the Chairman of the Board of Directors without complying with the term above, provided that all other members of the Board of Directors are unequivocally informed. Call notices may be made by any means, electronic or otherwise, that allows proof of receipt.

Article 16 – The resolutions of the Board of Directors shall be taken by majority vote of those present, with no casting vote in the event of a tie.

Article 17 - At the end of each meeting, minutes shall be drawn up and signed by all Directors physically present at the meeting, and subsequently transcribed into the Company's Book of Minutes of the Board of Directors.

Paragraph One - The votes cast by Directors who remotely attend the Board of Directors' meeting shall likewise be recorded in the Book of Minutes of the Board of Directors, and a copy of the letter, facsimile or electronic mail, as applicable, containing the Director's vote, shall be attached to the Book right after the minutes are transcribed.

Paragraph Two - The meeting minutes of the Company's Board of Directors meeting which have resolutions that may affect third parties shall be published and filed at the public registry of business companies.

Paragraph Three - The Board of Directors may admit other participants to its meetings for the purpose of monitoring the resolutions and/or providing clarifications of any nature, however, they are not entitled to vote.

Article 18 - In addition to the matters provided for in article 142 of the Corporations Law and in Article 29 of these Bylaws, the Board of Directors is primarily responsible for the matters listed below:

(aa) set the general guidelines of the business of the Company and its controlled companies, always respecting the ethical values adopted by the community where it operates, in particular the respect for human rights and the environment;

(bb) resolve on the amount of the individual remuneration of the members of the Board of Directors and the Executive Office;

(cc) resolve on the accounts of the Executive Office, embodied in the Semi-annual Balance Sheets or in the Management Reports, as well as on the Financial Statements, for subsequent submission to the appreciation and approval of the Annual General Meeting;

(dd) resolve on the distribution of interim dividends or the payment of interest on equity, as well as submit to the General Meeting the proposal for the allocation of net profits for the year, in accordance with the Corporations Law and other applicable laws;

(ee) approve, review or modify the Work Plan, the Annual Budgets, the Investment Plan and the Strategic and Expansion Programs of the Company and its controlled companies;

(ff) resolve on the policies, plans, budgets and other matters proposed by the Executive Office;

(gg) resolve on investment and/or divestment opportunities proposed by the Executive Office;

(hh) supervise, through any of its members, the management of the Officers and examine at any time the books and papers of the Company, requesting information on agreements entered into or to be entered into, and on any other acts, in order to ensure the financial condition of the Company;

(ii) approve or amend the Company's Internal Rules;

(jj) establish Special Committees, determining their purposes, appointing their members and setting their fees;

(kk) resolve on the incorporation of companies or their transformation into another type of company, the entry or withdrawal, directly or indirectly, in the capital of other companies, consortia, foundations and other entities, through the exercise of the right of withdrawal, the exercise or waiver of preemptive rights in the subscription and in the acquisition, directly or indirectly, of equity interests, or any other form of interest or withdrawal admitted by law, included therein, but not limited to, the operations of consolidation, spin-off and merger in relation to the companies in which it participates;

- (ll) resolve on proposals to change the corporate capital and to submit them to the General Meeting;
- (mm) express its opinion on consolidation, spin-off or merger operations prior to the General Meeting that resolves thereon, as well as on acquisitions of equity interests proposed by the Executive Office;
- (nn) subject to the provisions of Article 30 of these Bylaws, approve the provision of guarantees in general, contracting of loans and financing, and the execution of agreements by the Company that imply indebtedness, the individual amount of which, or the total amount, considering the same fiscal year, exceeds 25% of the Net Equity, audited, of the previous fiscal year. For operations whose individual value, or, as a whole, considering the same fiscal year, is less than 25% of the Net Equity, the approval will be competence of two (2) Officers acting jointly, unless a lower limit is established by the Board of Directors;
- (oo) establish powers of the Executive Office in a limit lower than that established in letter (n) above for the provision of guarantees, the contracting of loans and financing and for the execution of agreements by the Company that imply indebtedness;
- (pp) resolve on transactions of acquisition, disposal and encumbrance of securities and real estate belonging to permanent assets, as well as the constitution of in rem guarantees, the individual value of which exceeds one percent (1%) of the audited net equity of the previous year. For operations the value of which is less than one percent (1%) of the Net Equity, the approval will be incumbent upon two Officers acting jointly, unless a lower limit is established by the Board of Directors;
- (qq) resolve on the policies and the annual internal audit plan, proposed by the person responsible therefor, as well as take note of their reports and determine the adoption of necessary measures;
- (rr) choose and remove external independent auditors;
- (ss) express its opinion on incentive plans based on shares, including call option plan or share subscription plan to the managers and/or employees of the Company or of its controlled companies, to be submitted to the General Meeting;
- (tt) approve the grant of share-based incentives, including the grant of call option or share subscription option to the managers and/or employees of the Company and its controlled companies, within the limit of the authorized capital and in accordance with the corresponding incentive plan approved by the General Meeting;
- (uu) resolve on any IPO and public offering of securities of any of the companies controlled by the Company, as well as resolve on their respective conditions and approve the practice of any and all acts necessary or convenient to carry out such operations;
- (vv) resolve on any matters that are not within the competence of the Executive Office or that exceed the limit of its competence;
- (ww) previously express its opinion on any subject to be submitted to the General Meeting;
- (xx) resolve on the acquisition of shares issued by the Company for the purpose of cancellation or stay in treasury, as well as on their resale or replacement in the market, observing the rules issued by CVM and other applicable legal provisions;

(yy) express its opinion in favor of or against any public offering for acquisition of shares the object of which is shares issued by the Company, by means of a prior substantiated opinion, which shall be disclosed within fifteen (15) days from the publication of the call notice of the public offering for acquisition of shares, which shall address at least: (i) the convenience and opportunity of the public offering for acquisition of shares regarding the interest of the Company and of the group of its shareholders, including concerning the price and potential impacts on the liquidity of the shares; (ii) the strategic plans disclosed by the offeror in relation to the Company; and (iii) alternatives to the acceptance of the public offer for acquisition of shares available on the market, as well as the information required by the applicable rules established by CVM; and

(zz) approve the contracting of a trustee institution providing book-entry share services.

Sole Paragraph – Matters that are not, by law or by these Bylaws, the exclusive competence of the Board of Directors or the General Meeting, may be delegated by the Board of Directors to the Executive Office.

SECTION III EXECUTIVE OFFICE

Article 19 - The Executive Office shall be formed by at least three (03) and at most ten (10) members, elected and removable by the Board of Directors, for a unified term of office of two (2) years, reelection being permitted; where there will necessarily be a CEO, a CFO, an Investor Relations Officer, and the other Executive Officers without a specific designation, and the Board of Directors may, at the time of the election, assign a designation to them, as well as establish their main competencies.

Paragraph One - The members elected to the positions of Chairman and Vice-Chairman of the Board of Directors may not hold a concomitant term in the Company's Executive Office.

Paragraph Two – The Company shall be represented, in or out of court, always by two (2) Officers.

Paragraph Three – The Company's representation, for the signing of checks, agreements, loans, financing, credit instruments in general and other documents, shall be conducted by two (2) Officers together, or by two (2) attorneys-in-fact together, or by one (1) Officer and one (1) attorney-in-fact together.

Paragraph Four – The powers of attorney on behalf of the Company shall always be granted by two (2) Officers together and shall specify the powers granted and contain, except for judicial purposes, a limited term of validity.

Article 20 – The CEO is responsible for:

(d) the general direction of the Company's business, call notice for, and chairmanship of, the Executive Office's Meetings, as well as the coordination of the work of the other Officers;

(e) representation of the Company in all its relations with third parties, being responsible for the Company's economic and financial results and for the protection of the Company's name;

(f) supervision of compliance with the policies and rules established by the Board of Directors;

Article 21 – The CFO is responsible for:

- (c) organization and general supervision of the administrative activities of the Controllershship, Finance and Legal departments; and
- (d) Coordination of all control and movement of cash, ensuring the Company's economic and financial health, as well as ensuring its solvency.

Article 22 - It is incumbent upon the Investor Relations Officer, among other duties that may be established, to:

- (d) represent the Company before the controlling bodies and the other institutions that operate in the stock market;
- (e) provide information to the investing public, to the CVM, to the stock exchange where the Company trades its securities and other bodies related to the activities developed in the capital market, pursuant to the applicable legislation, in Brazil and abroad; and
- (f) maintain up-to-date the registration as a publicly-held company before the CVM.

Article 23 – The term of office of the Executive Office is two (2) years and shall coincide with that of the Board of Directors, reelection being permitted, and its members shall remain in office until the investiture of their respective successors.

Article 24 – In cases of absence, leave, impediment or temporary removal, the Officers shall be replaced as follows:

- (c) the CEO will be replaced by the CFO, who will accumulate the functions; and
- (d) the other Officers shall be replaced by the Officer who is jointly appointed by the Chairman and Vice-Chairman of the Board of Directors.

Sole Paragraph – In the event of a vacancy or permanent removal of any member of the Executive Board, the Officers shall be replaced as per resolution of the Board of Directors.

Article 25 – The Executive Office shall meet at the call of the CEO, or at the call of half of the Officers in office.

Sole Paragraph – The minimum "quorum" for the instatement of the meetings of the Executive Office is at least half of the members in office, and their resolutions shall be taken by majority vote of those present, being incumbent upon the CEO, in case of a tie, the casting vote.

Article 26 – In addition to the duties and responsibilities that may be incumbent upon the General Meeting and the Board of Directors, the Executive Office, without prejudice to other legal duties, is responsible for the following matters:

- (k) comply with and cause compliance with these Bylaws and the resolutions of the Board of Directors and of the General Meeting;
- (l) cause the compliance with the corporate purpose;

- (m) approve the plans, programs and general rules of operation, administration and control in the interest and development of the Company, observing the guidelines established by the Board of Directors;
- (n) prepare and submit to the Board of Directors, for subsequent referral to the Annual General Meeting, a report on the activities of the corporate business, attaching to them the Annual Report, Balance Sheet, Income Statement for the Year, Change in Net Equity, Statement of Cash Flows, the Statement of Origins and Investments and Resources, proposal for the distribution of dividends or the payment of interest on net equity and investment plans;
- (o) direct all the activities of the Company, applying to them the guidelines drawn up by the Board of Directors;
- (p) propose to the Board of Directors investment plans and programs;
- (q) express its opinion on any matter within its competence, to be submitted to the approval of the Board of Directors;
- (r) prepare and send to the shareholders and Directors quarterly reports on the Company's economic and financial situation;
- (s) prepare a code of conduct, to be submitted to the approval of the Board of Directors, covering the relationship between employees, suppliers and associates, and
- (t) approve the opening and closing of branches and care units.

SECTION IV AUDIT COMMITTEE

Article 27 – The Company's Audit Committee operates on a non-permanent basis, with the attributions and powers conferred by law and is instated by resolution of the General Meeting at the request of the shareholders.

Paragraph One – The Audit Committee, when instated, shall be composed of at least three (3) effective members and the same number of alternates, who may be shareholders or not, elected and removable at any time by the General Meeting.

Paragraph Two – The operation, remuneration, competence, duties and responsibilities of the members of the Audit Committee shall observe the provisions of the legislation in force, and the availability of information at the request of any of its members is guaranteed, without limitation to previous years.

Paragraph Three – The members of the Audit Committee shall be replaced, in their absence and temporary impediments, as well as in case of vacancy of any of the positions, by their respective alternates.

SECTION V COMMITTEES

Article 28 – The Board of Directors, for its assistance, may establish Special Technical and Advisory Committees, with any designation, appoint its members, who may be members of the Company's management bodies or not, as well as determine their respective competencies, set

their fees and, whenever necessary, establish its rules, including rules on composition, term of office and operation, among others.

CHAPTER IV EXECUTION OF INDEMNITY AGREEMENTS

Article 29 - Without prejudice to the possibility of contracting specific insurance to cover management risks, the Company may enter into indemnity agreements in favor of (i) members of the Board of Directors, Executive Board, Audit Committee and advisory committees, of the Company itself or its controlled companies, (ii) employees who have management functions or positions in the Company or its controlled companies and (iii) persons, employees or not, who have been appointed by the Company to exercise positions, statutory or not, in entities in which the Company participates as a partner, associate or sponsor (jointly or separately "Beneficiaries"), in order to face expenses, indemnities and other amounts incurred by them due to claims, inquiries, investigations, procedures and arbitration, judicial or administrative proceedings, in Brazil or abroad, involving acts practiced by the Beneficiaries in the regular exercise of their duties or powers, established by the Company.

Sole Paragraph - The Board of Directors will be responsible for approving the rules, procedures, conditions and limitations to be observed for the execution and enforcement of indemnity agreements, as well as for defining the persons with whom the indemnity agreements will be executed.

CHAPTER V USE OF COMPANY NAME

Article 30 – The use of the company name cannot be delegated. The use of the corporate name in business foreign to the Company, such as sureties, aval guarantees, or any other liabilities in favor of or in guarantee of obligations of third parties other than companies controlled by the Company, will be ineffective.

CHAPTER VI FISCAL YEAR, PROFITS AND THEIR DISTRIBUTION

Article 31 – The fiscal year shall coincide with the calendar year, beginning on January 1 and ending on December 31 of each year. At the end of each fiscal year, the Executive Office shall prepare the financial statements of the Company, in compliance with the relevant legal provisions. The financial statements will be presented to the General Meeting, along with the proposal for allocation of net income for the year, observing the provisions in law and in these Bylaws.

First Paragraph - From the result calculated in the fiscal year, legal deductions and provisions will be made, in addition to the participation of employees and administrators, if any. On the net profit verified, the amounts equivalent to the following percentages will be highlighted:

(d) 5% (five percent) for the constitution of the legal reserve, until the limit provided by law is reached;

(e) at least twenty-five percent (25%) to be distributed, as mandatory dividend, pursuant to article 202 of the Corporations Law, payable within sixty (60) days from the date of its declaration, unless resolution to the contrary of the General Meeting, and the payment must be made in the same fiscal year in which it is declared; and

(f) the balance of the profit, verified after the distributions provided for above, shall be allocated as proposed by the Executive Board, approved by the Board of Directors and resolved upon by the General Meeting, and it may be allocated up to its totality to the Statutory Profit Reserve, aimed at financing additional investments of fixed and current capital, in addition to the expansion and development of the activities that comprise the corporate purpose of the Company and/or its Controlled Companies, up to the limit of one hundred percent (100%) of the paid-in corporate capital.

Paragraph Two - By resolution of the Board of Directors, a semi-annual balance sheet may be drawn up, or in shorter periods, including monthly ones, for the distribution of interim dividends and/or interest on net equity based on the profits shown on this balance sheet, provided that the total dividends paid in each semester of the fiscal year do not exceed the amount of capital reserves referred to in paragraph 1 of article 182 of the Corporations Law.

Paragraph Three - By resolution of the Board of Directors, interim dividends and/or interest on net equity may also be distributed to the account of accumulated profits or profit reserves existing in the last annual or semi-annual Balance Sheet, under the terms of article 204, paragraph 2 of the Corporations Law.

Paragraph Four - The interim dividends and/or interest on net equity distributed pursuant to this article will be imputed to the mandatory dividend.

Fifth Paragraph - Dividends not claimed within three (3) years from the date on which they were made available to shareholders will lapse in favor of the Company.

Article 32 – Pursuant to article 194 of the Corporations Law, the General Meeting may resolve on the creation of specific reserves, indicating their purpose, establishing criteria to determine the annual portion of net profits that will be allocated to their constitution and establishing their maximum limit.

CHAPTER VII

DISPOSAL OF THE SHAREHOLDING CONTROL, CANCELLATION OF REGISTRATION AND WITHDRAWAL FROM NOVO MERCADO

Article 33 - The direct or indirect disposal of the Company's control, through a single transaction or through successive transactions, shall be contracted under the condition that the control purchaser undertakes to carry out a public offer of acquisition of shares, encompassing shares issued by the Company and held by other shareholders, observing the conditions and terms set forth in the legislation, in the regulations in force and in the Novo Mercado Rules, so as to ensure them a treatment equal to that provided to the disposing party.

Paragraph One - For the purposes of this Article 33, "control" and its related terms means the power effectively used by the shareholder to direct the corporate activities and guide the operation of the Company's bodies, directly or indirectly, whether de facto or de jure, regardless the ownership interest held.

Paragraph Two - In case of indirect disposal of control, the acquirer must disclose the value attributed to the Company for the purposes of setting the price of the public offer of acquisition as well as disclose the justified demonstration of this value.

Article 34 - The voluntary withdrawal from Novo Mercado shall only be granted by B3 if preceded by the public offer of acquisition of shares observing the requirements set forth in the rules

enacted by CVM on public offers of acquisition of shares for cancellation of publicly held company registration.

Paragraph One – The public offer of acquisition of shares mentioned in this Article 34 must comply with the following requirements:

(i) the price offered must be fair, with a request for a new appraisal of the Company being thus possible, as established in the corporate laws; and

(ii) shareholders holding more than one third (1/3) of the outstanding shares must accept the public offer of acquisition or expressly agree with the withdrawal from the segment without selling the shares.

Paragraph Two - For the purposes of this Article 34, “outstanding shares” are considered to be only the shares the holders of which expressly agree to withdraw from Novo Mercado or qualify for the public offer of acquisition of shares, pursuant to the rules enacted by the CVM applicable to public offers of acquisition of shares in publicly held companies for cancellation of registration.

Paragraph Three – Once the quorum set forth in paragraph 1, item (ii) above has been achieved:

(i) the parties that accepted the public offer of acquisition of shares may not be subject to an apportionment in the disposal of their interest, observing the procedures of waiver of the limits set forth in the rules enacted by the CVM applicable to public offers of acquisition of shares; and

and (ii) the offeror is obliged to acquire the remaining outstanding shares within one (1) month after the auction date, for the final price of the public offer of acquisition of shares auction, adjusted until the date of actual payment, under the terms of the call notice and the legislation and regulations in force, which must occur within fifteen (15) days at the most after the exercise of the option by the shareholder.

Paragraph Four - The voluntary withdrawal from Novo Mercado may occur regardless of the public offer of acquisition of shares mentioned in this Article 34, in case the waiver is approved at a general meeting.

Paragraph Five – The general meeting referred to in Paragraph Four above shall be instated at first call with the presence of shareholders representing at least two-thirds (2/3) of the total outstanding shares and, if such quorum is not reached, said general meeting may be instated at second call, with the presence of any number of shareholders that own outstanding shares. The resolution regarding the waiver of a public offer of acquisition of shares must be made by the majority votes of shareholders that own outstanding shares attending the general meeting.

Article 35 – The application of a penalty for compulsory withdrawal from Novo Mercado by B3 depends on the execution of a public offer of acquisition of shares with the same characteristics as the public offer of acquisition of shares as a result of voluntary withdrawal from Novo Mercado.

Sole Paragraph – In the event that the percentage for withdrawal from Novo Mercado is not reached, after the public offer of acquisition, the shares issued by the company will still be traded for a period of six (6) months in said segment, counted from the auction of the public offer of acquisition of shares, without prejudice to the application of a pecuniary sanction.

Article 36 – In case of corporate reorganization encompassing the transfer of the Company's share base, the resulting companies shall request to join Novo Mercado within one hundred and twenty (120) days as of the date of the general meeting approving said reorganization.

Sole Paragraph - In case the reorganization involves resulting companies that do not intend to request to join Novo Mercado, the majority of shareholders with the Company's outstanding shares attending the general meeting that approve said reorganization must consent to such structure.

CHAPTER VIII WINDING-UP AND LIQUIDATION

Article 37 – The Company shall be dissolved or liquidated in the cases set forth in law or by resolution from the General Meeting. The General Meeting shall determine the form of liquidation and appoint the liquidator, establishing their powers and their remuneration, as set forth by law.

CHAPTER IX ARBITRATION COURT

Article 38 - The shareholders shall use all their efforts to amicably solve any disputes that may arise between them, regarding the provisions of these Bylaws.

Article 39 - The Company, its shareholders, managers, and Audit Committee members, whether effective members or alternates, if any, undertake to solve, through arbitration, before the Market Arbitration Chamber, pursuant to its regulations, any dispute or controversy that may arise among them, related to or as a result of being an issuer, shareholders, managers, and Audit Committee members, specially arising out of the provisions set forth in Law No. 6,385/76, the Corporations Law, in these Bylaws, in the rules issued by the National Monetary Council, by the Central Bank of Brazil, and by CVM, as well as in the other rules applicable to the operation of the stock market in general, in addition to those set out in the Novo Mercado Rules, the other regulations of B3, and in the Novo Mercado Participation Agreement.

Paragraph One - The Brazilian law shall be the only law applicable to the merits of any and all conflicts, as well as to the enforcement, interpretation and validity of this arbitration clause.

Paragraph Two - Without prejudice to the validity of this arbitration clause, the request for urgent measures by the Parties, before formation of the Arbitration Court, shall be addressed to the Judiciary Branch, in the form of item 5.1.3 of the Arbitration Rules of the Market Arbitration Chamber.

CHAPTER X MISCELLANEOUS

Article 40 – Omissions shall be subject to the provisions of the Corporations Law, observing the Novo Mercado Rules.

Article 41 - These Bylaws shall become effective on the date they are approved by the General Meeting.

* * *